

# UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

## RODRIGO LOURENÇO OLIVEIRA

# VIDA CARA, AGITAÇÃO COMUNISTA: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E A LUTA CONTRA A CARESTIA DE VIDA NO RIO DE JANEIRO (1951-1954)

Dissertação de mestrado apresentada à banca e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como parte dos requisitos para o curso de mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cruz Terra

NITERÓI 2023

#### Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada com informações fornecidas pelo autor

```
Oliveira, Rodrigo Lourenço
Vida cara, agitação comunista: o Partido Comunista do
Brasil e a luta contra a carestia de vida no Rio de Janeiro
(1951-1954) / Rodrigo Lourenço Oliveira. - 2023.
186 f.
```

Orientador: Paulo Cruz Terra. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

1. PCB. 2. Carestia. 3. Associações femininas. 4. Mulheres comunistas. 5. Produção intelectual. I. Terra, Paulo Cruz, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Rodrigo Lourenço Oliveira (Matrícula: M008.120.045)

## VIDA CARA, AGITAÇÃO COMUNISTA: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E A LUTA CONTRA A CARESTIA DE VIDA NO RIO DE JANEIRO (1951-1954). Dissertação de Mestrado

## **Banca Examinadora**

Orientador	
Offentauor	
of. Dr. Carlos Zacarias Figuerôa de Sena Júnior (Universidade Federal da	в Ва
of. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (Universidade do Estado do Rio de	_

NITERÓI 2023

#### **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi escrito em um dos momentos mais difíceis da história recente da humanidade. Tendo suas consequências potencializadas pela péssima gestão por parte das autoridades governamentais, a pandemia de COVID-19 implicou em uma série de transformações no cotidiano, nas relações interpessoais, na dinâmica da pós-graduação e na própria realização da pesquisa.

Para além desse cenário profundamente tenebroso, ainda somaram-se diversas dificuldades pessoais as quais jamais teria sido capaz de superar sozinho. Nesse sentido, se faz necessário agradecer, do fundo do coração, à todos aqueles que fizeram parte dessa longa caminhada que foi a escrita da dissertação. Sem essas pessoas, nada seria possível.

Preciso iniciar agradecendo à minha família, que me deu todo o suporte, apoio e amor ao longo desse período. Lúcia, Luciano e Victor são minha fortaleza. Também agradeço à minha namorada, Luana, que esteve ao meu lado e tornou minha vida mais feliz.

Agradeço à todos os meus amigos que estiveram presentes nessa jornada e contribuíram de maneira imprescindível para que os últimos anos fossem mais leves em meio ao caos em que nos encontrávamos. Em especial, Alline, Beatriz, Jéssica, Luana, Marcelo, Mariana e Yeda, que dividiram comigo a experiência do mestrado de maneira mais intensa.

Agradeço ao meu orientador professor doutor Paulo Terra pelos direcionamentos e comentários fundamentais para o desenvolvimento da dissertação. Ademais, agradeço por sua empatia e pelo carinho com que me tratou ao longo dos últimos anos. Paulo foi imprescindível.

Por fim, agradeço aos professores doutores Carlos Zacarias e Rafael Brandão, componentes das bancas de qualificação e defesa, cujos apontamentos contribuíram amplamente para a escrita do trabalho. Assim como à professora doutora Gladys Sabino por suas aulas e conselhos.

#### Resumo

O presente trabalho busca compreender o uso político da temática da carestia de vida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) durante o governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954). A partir da análise da radicalização política da agremiação, consolidada no Manifesto de Agosto (1950), busca-se investigar como a mesma se traduziu nas páginas do noticiário carioca Imprensa Popular, principal diário comunista do então Distrito Federal. Procura-se ainda examinar como o partido lidou com as questões de gênero que perpassam tal questão, com destaque para a atuação de associações femininas como a Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB).

Palavras chave: Partido Comunista do Brasil, Carestia, Governo Vargas, Associações Femininas, Mulheres.

#### **Abstract**

The present work seeks to understand the political use of the theme of the high cost of living by the Communist Party of Brazil (PCB) during the democratic government of Getúlio Vargas (1951-1954). Based on the analysis of the political radicalization of the association, consolidated in the August Manifest (1950), we seek to investigate how it was translated into the pages of the carioca newspaper Imprensa Popular, the main communist journal of the then Federal District. It also seeks to examine how the party dealt with the gender issues that permeate this subject, with emphasis on the work of women's associations such as the Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) and the Federation of Women of Brazil (FMB).

Keywords: Brazilian Communist Party, Carestia, Vargas Government, Women's Associations, Women.

#### Lista de abreviaturas

ADC Associação das Donas de Casa

AFDF Associação Feminina do Distrito Federal

AFF Associação Feminina Fluminense
ANL Aliança Nacional Libertadora
BOC Bloco Operário e Camponês
CCP Comissão Central de Preços

CCTM Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres

CFCC Comissão Feminina Contra a Carestia

CMT Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras
CNOP Comissão Nacional de Organização Provisória
CNT Confederação Nacional dos Trabalhadores
COAPS Comissões de Abastecimento e Precos

COFAP Comissão Federal de Abastecimento e Preços COMAPS Comissões Municipais de Abastecimento e Preços

CPCC Comissão Permanente Contra a Carestia
CTB Confederação dos Trabalhadores do Brasil
DOPS Departamento de Ordem Política e Social
FBPF Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FDIM Federação Democrática Internacional de Mulheres

FDLN Frente Democrática de Libertação Nacional

FMB Federação de Mulheres do Brasil

FMSP Federação de Mulheres do Estado de São Paulo IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IC Internacional Comunista

IFSC Instituto Feminino de Serviço Construtivo

IP Imprensa Popular

MCI Movimento Comunista Internacional

PCB Partido Comunista do Brasil
PRT Partido Republicano Trabalhista
PSD Partido Social Democrático
PSP Partido Social Progressista
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PTN Partido Trabalhista Nacional

SAPS Serviço de Alimentação da Previdência Social

TRS Teoria da Reprodução Social
UDN União Democrática Nacional
UFB União Feminina Brasileira
UJC União da Juventude Comunista

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USTDF União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal

# Lista de imagens

Figura 1 - Prestes dirige-se ao povop. 37.
Figura 2 - Prestes dirige-se ao povop. 53.
Figura 3 - Ex-pai dos pobres, mãe de Wall Street
Figura 4 - FOME E TERROR, COLONIZAÇÃO E GUERRA
Figura 5 - Lucra o fazendeiro Vargas com o aumento do preço carne
Figura 6 - UM CHARUTO DE VARGAS, Um dia de salário do trabalhadorp. 83.
Figura 7 - O COMANDO É A RESPOSTA DOS TRABALHADORESp. 103.
Figura 8 - ELEITA A MESA Da Câmara do Distrito
Figura 9 - QUE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS SE UNAM PARA A DEFESA DAS LIBERDADES E POR ELEIÇÕES LIVRES
Figura 10 - CONGRESSO DE MULHERESp. 132.
Figura 11 - SOB O GOVÊRNO DE VARGAS É VIVER NUM PARAÍSOp. 135.
Figura 12 - Crianças Estão Morrendo Por Falta de Alimentação
Figura 13 - MOBILIZAM-SE AS MULHERES EM DEFESA DE SUA ORGANIZAÇÃO
Figura 14 - Concentração de Mulheres Para Reclamar o Congelamento Dos Precosp. 165.

## Lista de tabelas

Tabela 1- Preço médio de acordo com os anuários estatísticos do IBGE......p. 18.

# Sumário

Introdução	
Capítulo 1 – Através da luta diária: o PCB no início dos anos 1950 e a Imprensa Popular	
p. 22.	
1.1 – Da União Nacional à virada radical (1938-1954)p. 22.	
1.2 – Radicalização e o Manifesto de Agosto (1950)p. 35.	
1.3 – Uma arma para a luta: a Imprensa Popularp. 53.	
1.4 – A melhor defesa é o ataquep. 64.	
Capítulo 2 – Contra os Preços de Getúlio: a atuação pecebista pelas páginas da Imprense	a
Popularp. 69.	
2.1 – Construção da imagem do governo Vargasp. 71.	
2.2 – O PCB parlamentarp. 98.	
2.3 – Universo sindicalp. 111	•
Capítulo 3 – Donas de casa contra a carestia: pecebistas e associações femininasp. 126	•
3.1 O PCB e a questão femininap. 126	
3.2 As associações femininas	•
Conclusãop. 168	
Lista de fontes primáriasp. 173	•
Referências bibliográficasp. 180	

### Introdução

Meu Deus do céu, que carestia Pois tudo sobe, sobe, sobe, hoje em dia Ai, ai, meu patrão, assim não aguento Eu quero, eu quero mais aumento

Ai, que carestia! – Cauby Peixoto (1951)

Em 1951 o cantor popular Cauby Peixoto gravaria seu primeiro disco. Uma das faixas escolhidas para compor a obra foi a marchinha de carnaval "Ai, que carestia!", que abordava com enorme irreverência a dura realidade socioeconômica vivida à época<sup>1</sup>. Apesar de ter caído em desuso nas últimas décadas, o termo empregado na canção era utilizado cotidianamente nos anos 1950 para tratar do encarecimento dos gêneros alimentícios<sup>2</sup>, mas também podia se estender aos serviços de transporte e luz, aluguel, medicamentos e demais despesas comuns. "Sobe o feijão, sobe o arroz/Sobe o leite, a carne e o pão", entoaria alegremente o artista na estrofe seguinte fazendo alusão ao contexto do início do governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954).

Como sugeria a própria música no trecho "O que eu ganho já não chega/ Ai, ai, pobre de mim", a principal consequência desse fenômeno era a diminuição do poder de compra da população, uma vez que os gêneros teriam seus preços aumentados, mas os salários permaneceriam iguais. Tratava-se, portanto, da dificuldade que os populares tinham em conseguir alimentar a si e seus dependentes de forma satisfatória. Esse processo afetava a sociedade como um todo, mas tinha maior impacto nas camadas mais pobres, que possuíam um orçamento mais limitado e empregavam proporcionalmente mais na compra de alimentos.

De maneira genérica, a carestia estava relacionada aos problemas que envolviam a dinâmica de abastecimento dos centros urbanos, que não teria acompanhado o inchaço populacional gerado pelo êxodo rural e pela migração, a capacidade de produção dos gêneros e a esfera do consumo. Além disso, pode-se destacar as manobras realizadas por açambarcadores e comerciantes no sentido de majoração dos preços para obtenção de uma maior lucratividade. Todavia, a presente pesquisa não busca compreender as causas sociais ou econômicas de tal querela e sim sua utilização política especificamente por parte do Partido Comunista do Brasil (PCB). Não buscamos, portanto, atestar a veracidade da narrativa

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> **Morre Cauby Peixoto -** um dos grandes nomes da chamada Era de Ouro do Rádio. Disponível em: <a href="https://memoria.ebc.com.br/radios/revista-brasil/edicao/2016-05/morre-cauby-peixoto-um-dos-grandes-nomes-da-chamada-era-de-ouro-do>. Acesso em 22 de out de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Sentido que será utilizado em toda a dissertação. O mesmo se estende à expressão "carestia de vida".

pecebista em torno da carestia de vida, mas compreender como o partido compreendeu e lidou com tal questão por reconhecer os impactos de sua atuação na sociedade<sup>3</sup>.

Acompanhamos o pensamento de Carlos Fico, que enfatiza a centralidade das questões que envolvem o abastecimento para a dinâmica política de uma sociedade. Segundo o autor, a insatisfação popular em relação aos entraves gerados neste âmbito seria capaz de produzir a desestabilização de governos, ou mesmo sua queda, devido à importância cotidiana que o tema adquire<sup>4</sup>. Dessa forma, acreditamos que a carestia de vida deve ser abordada para além dos aspectos econômicos objetivos devido à seu imenso potencial explosivo na esfera pública. Por trás das tabelas de alimentos repletas de cifras que não paravam de aumentar, encontravam-se donas de casa e demais trabalhadores que demonstravam sua insatisfação com o poder público e comerciantes nas feiras, mercadinhos e açougues.

Essa realidade decorre, dentre outros fatores, da percepção social em torno da alimentação, mais especificamente no que tange a obtenção de alimentos. Ao analisar a Inglaterra do século XVIII, Edward Thompson indica que haveria uma noção de justiça que permeava tal sociedade. O historiador inglês aponta a existência de uma espécie de consenso entre o que seriam "práticas legítimas e ilegítimas" dos diversos atores econômicos envolvidos em tal processo, o que nomeou de "economia moral da multidão".

Nesse sentido, frente à escassez de um produto ou o abrupto aumento de preços, os populares, caso acreditassem que estavam sendo lesados de maneira injusta, se sentiriam no direito de protestar contra tal ato/situação. Não se tratava, portanto, da mera insatisfação perante a dificuldade em alimentar-se da maneira desejada, mas da presença de uma ética relacionada ao trato da questão alimentícia pelo Estado e figuras como atravessadores e comerciantes<sup>5</sup>.

Apesar de se tratarem de contextos profundamente diferentes, a referência ao conceito ajuda a explicar o âmbito subjetivo que cerca a carestia de vida. Como aponta Fernando Pureza, esta não deve ser abordada unicamente em seu âmbito econômico ou associada única e diretamente à fome. A indignação com a carestia estaria muito mais ligada a condenação da dificuldade de alimentar a si e seus dependentes de maneira tida pela coletividade como digna

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Movimento similar é realizado por Luana Quadros no primeiro capítulo de sua dissertação, no qual a autora utiliza o jornal *A Tarde* para compreender o discurso corrente sobre a carestia no contexto da cidade de Salvador. QUADROS, LUANA. **"Farinha pouca, meu pirão primeiro":** carestia na Bahia Republicana (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia: Salvador. 2016.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> FICO, Carlos. **Cidade capital:** abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense: Niterói. 1989. p. 46.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

e justa do que à sua completa incapacidade. Dessa forma, as mobilizações contra a carestia não devem ser tidas por meras "revoltas do estômago", mas compreendidas enquanto produto de uma postura de reprovação moral do cenário vivido — que, logicamente, possuía impactos materiais na população<sup>6</sup>.

João José Reis e Márcia de Aguiar também apontam nesta direção ao tratar do motim de 1858 ocorrido na Bahia. Os autores realçam que as sociedades podem reagir de maneiras distintas frente a conjunturas de escassez de alimentos ou majoração de preços, não sendo possível estabelecer uma relação direta entre estas e a eclosão de revoltas populares. Um movimento altista poderia ter consequências profundamente diferentes em uma mesma sociedade a depender dos fatores que o justificavam ou da forma como os atores envolvidos lidavam com este no contexto em que estariam inseridos. Valendo-se dos escritos de Thompson, avaliam a necessidade de relacionar a elevação de preços aos "valores coletivos a respeito do preço justo" e à postura dos governantes no trato de tal questão. Assim, atentavam-se aos "compromissos morais", que, na visão da população, deveriam ser respeitados em detrimento da lógica de mercado<sup>7</sup>.

Na mesma direção, também se faz necessário ressaltar a importância das disputas que se dão em torno da carestia, o que convencionou-se denominar de "luta contra a carestia". Partindo das formulações que se aproximam e compõem a Teoria da Reprodução Social (TRS), devemos compreender a centralidade da esfera reprodutiva para a dinâmica capitalista.

Em outras palavras, trata-se daquilo que envolve a reprodução biológica, social e geracional da mercadoria força de trabalho, vital para o processo de acumulação<sup>8</sup>. Nancy Fraser alerta para sua indissociabilidade do âmbito produtivo, uma vez que seria "absolutamente necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo como tal". Para Fraser, portanto, o trabalho doméstico e as demais atividades que integram tal designação, como a criação de jovens, seriam indispensáveis à produção<sup>9</sup>.

Assim, a TRS prega a necessidade de que os trabalhos produtivo e reprodutivo sejam teorizados de forma integrada, por ambos serem submetidos à lógica do capital — tratando-se,

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> PUREZA, Fernando. **Isso não vai mudar o preço do feijão:** as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945-1964). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 33.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> REIS, João José. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "Carne sem osso, farinha sem caroço": o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. IN: Revista de História – FFLCH-USP. N° 135. São Paulo, 2° semestre de 1996. p. 134-135.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero**. Revista Outubro, n. 29. 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> FRASER, N.; JAEGGI, R. Capitalismo em debate. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 46.

portanto, de uma dicotomia apenas aparente, superficial<sup>10</sup>. Essa compreensão deriva da ênfase conferida na categoria marxiana de "totalidade social", desenvolvida orginalmente nos Grundrisse e articulada às noções de *aparência* e *essência* em um esforço para "compreender a conexão entre relações sociais econômicas e extraeconômicas".

Expõe-se então uma contradição central na dinâmica capitalista, uma vez que o impulso pela obtenção do lucro a todo custo através da produção de mais-valor se opõe à necessidade de reprodução da força de trabalho em níveis satisfatórios, gerando sua constante precarização<sup>11</sup>. Por isso, Tithi Bhattacharya coloca o campo da reprodução social como local privilegiado do conflito de classes e realça a necessidade de compreender que as lutas da classe trabalhadora pertencem as "duas esferas", de modo que precisam ser unificadas para a superação do capitalismo<sup>12</sup>. A autora menciona o exemplo das revoluções russa e francesa, que começaram fora da esfera produtiva como revoltas por pão, para desmistificar a ideia de que não se poderia atuar na esfera reprodutiva<sup>13</sup>.

Bhattacharya também propõe uma visão mais abrangente em que a luta de classes não seja mais compreendida de forma restrita aos espaços de trabalho produtivo. O mesmo deveria se aplicar ao próprio conceito de "classe trabalhadora", que deveria passar a abarcar também aqueles que compõem o processo de reprodução. Segundo a autora, esta deveria referir-se a "todos da classe produtora que em sua vida participaram da totalidade da reprodução da sociedade — independentemente se foram remunerados pelo capital por seu trabalho ou não"<sup>14</sup>.

Assim, a abordagem da TRS nos possibilita obter uma compreensão mais complexa acerca do âmbito sociopolítico da carestia ao: a) permitir que enxerguemos a luta contra a carestia de vida definitivamente como um conflito de classes; b) viabilizar o reconhecimento das donas de casa enquanto membros da classe trabalhadora por desempenharem um papel fundamental na dinâmica de reprodução do sistema capitalista, conferindo assim uma posição de destaque a essas mulheres e contribuindo para sua não-invizibilização; c) propiciar um olhar mais completo dessa questão por meio da interação indissociável entre as esferas

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> FONSECA, Rhaisa. **Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o Debate Contemporâneo sobre as Opressões**. Marx e o Marxismo v.7, n.13, jul/dez 2019. p. 289.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> *Ibidem.* p. 290.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: social reproduction of labor and the global working class. In: \_\_\_\_\_\_. (org.). **Social Reproduction Theory:** remapping class, recentering oppression. London: Pluto Press, 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> BHATTACHARYA. op. cit., p. 110.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Tradução livre do seguinte fragmento: The working class, for the revolutionary Marxist, must be perceived as everyone in the producing class who has in their lifetime participated in the totality of reproduction of society — irrespective of whether that labor has been paid for by capital or remained unpaid. (BHATTACHARYA, *op. cit*,. p. 102)

produtiva e reprodutiva, uma vez que ela aparece diretamente ligada tanto à luta sindical por aumentos salariais, quanto às manifestações reivindicatórias das donas de casa<sup>15</sup>.

De toda forma, a carestia esteve presente no dia a dia das grandes cidades brasileiras desde o início do século XX, sendo possível identificar já nos anos de 1913 diversas manifestações no Distrito Federal compostas por milhares de populares insatisfeitos que buscavam denunciá-la<sup>16</sup>. No entanto, seria apenas no final da década, após a irrupção de um novo ciclo acentuado de insatisfação em 1917, e nos anos 1920 que o Estado começaria a efetivamente atuar na criação de mecanismos de controle da alta de preços, como a formação de órgãos voltados à questão e o estabelecimento de tabelamentos de valores a serem cobrados<sup>17</sup>. Ainda que tais iniciativas se mostrassem ineficazes com o passar do tempo, esse esforço demonstrava um significativo ganho de importância da temática. Esse momento foi marcado pela complexificação do sistema de abastecimento da cidade, processo que relacionava-se com o deslocamento das áreas produtoras para o interior do estado e as consequências deste movimento<sup>18</sup>.

Porém, seria durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que o país enfrentaria seu momento mais delicado em relação ao agravamento da carestia. Por mais que o aumento do custo de vida já pudesse ser observado em meados dos anos 1930<sup>19</sup>, foi durante os anos de conflito, especialmente a partir de 1942, que a realidade de um ano para outro começou a se alterar de forma extremamente acentuada<sup>20</sup>. Tal processo ainda foi aprofundado devido a corrosão dos salários, incluindo o recém estabelecido salário-mínimo, que não recebiam reajustes anuais e perdiam seu valor real com o passar do tempo<sup>21</sup>. Dessa forma, o tema ganharia grande centralidade no debate político cotidiano.

Esse cenário de alto custo de vida herdado do Estado Novo (1937-1945) perdurou no governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Matthew Nestler assinala que durante sua administração o salário mínimo não recebeu nenhum reajuste, agravando as condições de

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Em seus escritos, Carlos Fico já chamava atenção para a ligação entre a luta contra a carestia de vida e as manifestações por aumento salarial (FICO, op. cit., p. 182-186).

ALVES, Kaio César. Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana. 2014.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> FICO, op. cit., p. 162.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> *Ibidem*, p. 166-168.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> *Ibidem*. p. 192.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> QUADROS, *op. cit.*, p. 77.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> *Ibidem.* p. 78.

sobrevivência da população. Dessa forma, de 1940 até o reajuste seguinte, conferido por Getúlio Vargas em 1951, este teria perdido cerca de 62% de seu valor real<sup>22</sup>.

Fortemente orientada pela mentalidade anticomunista da Guerra Fria, a presidência de Dutra foi marcada pela falta de diálogo e intensa repressão ao movimento sindical. Assim, a realização de greves se tornou extremamente difícil. Após o momento inicial da redemocratização, estendido até o ano de 1946<sup>23</sup>, houve um relativo hiato que só seria interrompido com a mudança de mandatário. Ancorado no trabalhismo e em seu discurso voltado para a classe trabalhadora, Vargas teria uma postura mais flexível em relação às insatisfações do operariado urbano<sup>24</sup>.

Entre 1951 e 1954, foram contabilizados 50 movimentos grevistas na cidade do Rio de Janeiro<sup>25</sup>. Não à toa, a maioria das articulações tinha o reajuste salarial como sua principal reivindicação — em que se pese o entrelace entre este e a reivindicação por direitos, como abonos ou pisos salariais por categorias<sup>26</sup>. A perda no poder de compra causada pela erosão do salário real durante a última década e o aumento constante dos gêneros alimentícios teriam sido determinantes para essa retomada.

O governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954) seria marcado do início ao fim pelas tensões sociais envolvendo a carestia. Segundo Mirian Freitas, o combate aos altos preços havia sido a principal bandeira do candidato petebista nas eleições de 1950, sendo abordado frequentemente em seus discursos. Após eleito, Vargas não abandonaria a temática em suas falas, mencionando-a no próprio discurso de posse<sup>27</sup>.

Todavia, para desprazer do petebista, sua presença se faria constante até o final do mandato pela dificuldade em reduzir seus nocivos efeitos sobre a população. Com o desenrolar dos anos, a carestia deixou de ser tema das falas de populares e políticos de oposição cuja identidade era fundamentada em "sofrer as agruras do povo", destacadamente

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> NESTLER, Mattew. **(Un)changing inequality:** economic life, social movements, and policymaking during years of inflation in urban Brazil, 1944-1978. Dissertation (Doctorate of Filosophy). Stanford University (Department of History): Palo Alto. 2021. p. 66-67.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> São registradas 37 greves no ano de 1946, enquanto podem ser identificadas apenas 24 nos anos seguintes do mandato de Dutra somados (1947- 1 greve, 1948 - 2 greves, 1949 - 13 greves e 1950 - 8 greves). MATTOS. *op. cit.*, p. 45.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. (Coord.) **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca, 1945-1964**. Rio de Janeiro: APERJ, 2003. p. 64.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> São computados os seguintes registros: 1951- 6 greves, 1952 – 12 greves, 1953 - 18 greves e 1954 – 14 greves. Levando-se em consideração o ano de 1954 como um todo. *Ibidem*. <sup>26</sup> Ibidem. p. 54.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> FREITAS, Mirian De. **Populismo e carestia 1951-1954.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1985.

comunistas, e apresentar-se como tema comum a todos aqueles que buscavam criticar o governo<sup>28</sup>.

Não surpreendia, portanto, que a carestia de vida se apresentasse como principal preocupação da população carioca em enquete realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em 1952. A pesquisa indicava que 45,65% dos cariocas enxergavam-na como sua maior aflição, deixando em segundo plano até mesmo a possibilidade de eclosão de uma nova guerra mundial. Constatava-se também que mulheres e membros das camadas mais pobres tinham maior inquietação frente o tema<sup>29</sup>.

Simbolicamente, menos de 24 horas antes de seu fatídico suicídio em 24 de agosto, o líder trabalhista teria se reunido com donas de casa integrantes da Comissão Feminina Contra a Carestia (CFCC) no Palácio do Catete para discutir possíveis soluções sobre o tema<sup>30</sup>. Como destaca Nestler, tais atores sociais teriam o protagonismo do combate a carestia de vida através da atuação de diferentes organizações femininas responsáveis por realizar manifestações de rua, debates com parlamentares e entregas de memoriais à autoridades.

De acordo com os dados presentes nos Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a maioria dos alimentos que compunham a dieta da população brasileira sofreram significativas majorações no Distrito Federal. Entretanto, é preciso ter em mente que tais valores refletem os preços médios anuais, de modo que as variações nos preços dos gêneros foram ainda maiores do que aquelas que podemos observar na tabela 1.

Nesse sentido, as porcentagens de "aumento parcial" e "aumento total" nos auxiliam a projetar a dificuldade de organizar os orçamentos domésticos perante tal cenário, mas ainda de maneira limitada. A imprevisibilidade que cercava a carestia de vida no período possuía um aspecto profundamente cruel com famílias cujos orçamentos eram diminutos e não sofriam reajustes<sup>31</sup>. Na prática, tais oscilações acabavam por afastar da mesa de milhares de cariocas alimentos que outrora eram consumidos em bases habituais e compunham, mais que sua dieta nutricional, seus costumes.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> PUREZA. op. cit., p. 143.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> NESTLER, *op. cit.*, p. 69.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> *Ibidem.* p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> *Ibidem.* p. 67-68.

	1950 (Cr\$/kg)	1951 (Cr\$/kg)	1952 (Cr\$/kg)	1953 (Cr\$/kg)	Aumento parcial (1951-1953)	Aumento total (1950-1953)
Açúcar	4,10	4,10	5,30	5,30	29%	29%
Arroz	6,40	7,00	7,00	11,70	67%	83%
Banha	17,90	18,00	19,50	26,90	49%	50%
Batata inglêsa	5,40	6,00	5,60	7,50	25%	39%
Café em pó	20,30	30,70	32,10	36,20	18%	78%
Carne de vaca	9,00	11,50	21,10	23,90	108%	165,5%
Cebola	7,00	9,50	7,20	11,20	18%	60%
Charque	14,80	*	21,60	27,20	X	84%
Farinha de mandioca	2,50	2,50	4,30	5,30	112%	112%
Farinha de trigo	5,00	4,60	6,20	6,60	43%	32%
Feijão preto	2,80	4,50	6,80	6,80	51%	143%
Leite	3,40	2,90	3,40	3,50	14%	3%
Manteiga	34,40	42,20	47,50	47,40	12%	38%
Milho	2,50	2,80	3,40	4,20	50%	68%
Ovos	14,40	*	14,50	18,20	X	26%
Pão	4,20	3,70	5,60	5,40	46%	28,5%
Sal	1,50	4,50	4,30	4,70	4%	213%
Toucinho	17,90	14,40	21,20	25,30	76%	41%

Tabela 1- Preço médio de acordo com os anuários estatísticos do IBGE<sup>32</sup>

\*Dado não disponível

Como podemos observar, todos os alimentos de consumo cotidiano listados sofreram acréscimos nos dois intervalos analisados. Ao atentar também para os valores dos gêneros no ano de 1950, podemos ter uma maior noção do impacto que as majorações tiveram sob a presidência de Vargas, que se iniciaria somente no ano seguinte. Conforme afirmado anteriormente, o líder trabalhista fora eleito com um discurso que condenava fortemente a carestia. Dessa forma, durante sua administração, teve de conviver não só com o desprestígio que a problemática em si causava, mas também com os reflexos da quebra de expectativa da população, especialmente de menor renda — que compunha boa parte de seu eleitorado.

Esse prisma nos possibilita pensar na sensação de perda de poder de compra da população em uma série histórica restrita, na qual Vargas já se movimentava politicamente

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> A tabela foi produzida a partir dos preços médios em relação ao Distrito Federal dispostos nos anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes aos anos de 1952 e 1953. Não há dados disponíveis acerca de tais produtos em relação ao ano de 1954. Ver: PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS -1938/51. Estatístico do **Brasil** 1952. p. 341. Disponível extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\_195 2.pdf>. Acesso em 26 de out de 2022.; PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS -1938/52. In: Anuário Estatístico do Brasil Disponível 320. extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb 195 3.pdf>. Acesso em 26 de out de 2022.

em torno da temática do combate à carestia de vida. O caso de alguns alimentos chama atenção pela grande diferença de percentual quando comparados os dois intervalos. A carne, por exemplo, passou por uma majoração de 108% durante o governo de Vargas. No entanto, quando analisado também o ano de sua campanha, esse valor passa para 165,5%. Semelhantes situações podem ser observadas em relação ao café, cuja diferença aumenta de 18% para 78%, e ao feijão preto, cujo índice sai de 51% para 143% — maior discrepância encontrada.

Não se deve perder de vista, ainda, que apesar de tratar-se de víveres básicos, sua presença no prato dos cariocas não se dava de maneira isonômica. Em outras palavras, os aumentos no arroz e no feijão, por exemplo, apresentavam um impacto maior nas famílias por serem mais frequentes em sua alimentação<sup>33</sup>. O mesmo pode ser dito da banha, fundamental para a preparação das refeições. Por outro lado, a elevação do preço da carne ou do charque tornariam seu consumo proibitivo para as classes mais pobres.

Da mesma forma, é preciso atentar que determinados alimentos são consumidos em maior quantidade, fazendo com que a elevação de seus preço seja sentida de forma mais densa pelos consumidores.

Apesar de não dispormos dos dados referentes aos preços médios de tais alimentos no ano de 1954, é possível inferir que tenham sofrido mais aumentos devido à presença de uma tabela no Anuário Estatístico de 1954 que indicava a subida no custo de vida<sup>34</sup>. Segundo esta, a capital federal vinha sofrendo com o constante aumento de tal índice desde 1948, quando se iniciava a série histórica. O salto entre o ano de 1953 e 1954, porém, era maior do que os anteriores, marcando 46 "pontos<sup>35</sup>. À título de referência, das demais capitais do país apenas Belo Horizonte, Goiânia, João Pessoa, Porto Velho, Rio Branco e Manaus apresentariam discrepâncias maiores.

Como exemplo do cenário vivido naquele ano, podemos apontar a insatisfação de donas de casa frente ao aumento do preço do café, que teria saído de Cr\$ 32,00 em outubro de 1953 para Cr\$ 66,70 em abril de 1954 — um aumento de 108% em apenas 5 meses<sup>36</sup>. O impacto dessa majoração pode ser medido através da mensagem contida no cartaz de uma

19

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> FICO, op. cit., p. 170.

<sup>34</sup> CUSTO DA VIDA OBSERVADO NOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS. In: Anuário Estatístico do Brasil 1955. p. 363. Disponível em: <a href="mailto:chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\_1955.pdf">https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\_1955.pdf</a>>. Acesso em: 26 de out de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Assumindo o valor 100 como a média do Brasil em 1948, a tabela exibia os seguintes índices: 1948 - 122; 1949 - 132; 1950 - 145; 1951 - 175; 1952 - 213; 1953 - 240; 1954 - 286.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> NESTLER. *op. cit.*, p. 106.

manifestante presente no ato contra a carestia realizado na Câmara dos Vereadores no final daquele mês: "Dois dias de trabalho estão valendo um quilo de café"<sup>37</sup>.

A presente pesquisa é fruto da curiosidade despertada pela matéria "VIDA CARA, Agitação Comunista" <sup>38</sup>, presente no jornal de ideário trabalhista Última Hora. Nela os redatores do noticiário procuravam cobrar por soluções no curto prazo em relação à carestia de vida e alertar para as consequências maléficas de sua não resolução. Em sua visão, esse cenário acabaria por beneficiar os comunistas, então associados as demonstrações mais acaloradas de insatisfação e ao signo da desordem — mensagem expressa em seu título.

Nesse sentido, buscamos investigar como o Partido Comunista do Brasil, que encontrava-se na ilegalidade desde 1947, utilizou politicamente a temática da carestia de vida. Acreditamos que nesse momento de grande fragilidade e isolamento da agremiação nos cenários local e nacional, tal pauta tenha sido usada de maneira determinante para mantê-lo politicamente vivo e relevante, além de aproximar a população carioca das demais pautas defendidas pelo partido.

O primeiro capítulo se dispõe a apresentar um breve balanço historiográfico acerca da atuação do PCB com o intuito de elucidar o movimento que levou ao lançamento do Manifesto de Agosto, em 1950 — que marcaria a guinada radical no pensamento do partido. Por se tratar do documento que expõe as diretrizes que viriam a ser seguidas durante todo o período estudado, buscamos realizar uma análise mais detalhada do mesmo, com enfoque no que tange direta e indiretamente a questão da carestia de vida.

Além disso, desenvolvemos acerca do noticiário comunista Imprensa Popular (IP), cujos exemplares referentes ao Distrito Federal são utilizados como fonte primária da pesquisa. Destaca-se que foram investigadas, através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cerca de 1330 matérias publicadas no jornal que empregavam o termo "carestia", das quais aproximadamente 600 foram catalogadas e agrupadas por subtemas que apresentavam relevância para o desenvolvimento da dissertação.

No segundo capitulo, buscou-se discorrer sobre a utilização política da temática da carestia pelo PCB. Esta se mostrou dividida em três esferas: discursiva, política institucional e sindical. Apesar de apresentarem táticas específicas em relação ao tratamento da carestia, estas obedeciam a uma lógica de coesão baseada no Manifesto de Agosto e dialogavam entre si constantemente.

-

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> *Ibidem*. p. 107-108.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> VIDA CARA, Agitação Comunista. Última Hora, 16 de setembro de 1953, p. 1.

Nesse sentido, os comunistas buscaram criar um imaginário negativo acerca do governo Vargas por meio dos seguintes expedientes presentes nas páginas da IP: críticas às promessas de campanha; ataques pessoais ao Presidente; caracterização das figuras de Vargas e do governo como cumpridores dos interesses das classes dominantes e de comerciantes inescrupulosos; críticas às políticas e órgãos públicos voltados ao combate da carestia e condenações aos investimentos militares.

Ademais, utilizaram-se do espaço das arenas democráticas oficiais através da atuação de parlamentares eleitos por outras legendas. Através desse movimento, objetivavam disseminar as diretrizes do Manifesto de Agosto, promovendo sua interpretação do fenômeno da carestia, e mobilizar a sociedade contra as autoridades.

Na esfera sindical, por sua vez, os comunistas, estimulariam as movimentações em torno da busca por reajustes salariais e pelo estabelecimento do congelamento de preços, além de outras demandas referentes ao âmbito laboral.

Por fim, o terceiro capítulo procurou abordar a relação do PCB com as organizações femininas, cuja atuação era baseada fundamentalmente na luta contra a carestia — com especial destaque para a Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) e para a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Em um primeiro momento procuramos traçar um panorama do tratamento conferido pelo partido à chamada questão feminina, historicamente marcado por relevantes tensões. Enquanto, na sequência, abordamos diretamente a atuação de tais entidades e seu papel nas atividades do partido.

# Capítulo 1 – Através da luta diária: o PCB no início dos anos 1950 e a Imprensa Popular 1.1 – Da União Nacional à virada radical (1938-1954)

Para possibilitar a compreensão, em seu devido grau de complexidade, da diretriz política que norteou o Partido Comunista do Brasil (PCB) durante o governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954) se faz necessário, ao menos, um recuo aos tempos da chamada tática de União Nacional. Sem este olhar mais atento, a radicalização que permeou tal momento e o desencontro entre as práticas da militância e da direção pecebista podem parecer — apenas —fruto da imaturidade política dos comunistas brasileiros. Em nossa visão, apesar da presença deste elemento, o mesmo, sozinho, não seria capaz de explicar a adoção da linha política consolidada com o Manifesto de Agosto, de 1950. O cenário da formação teórica do partido nas décadas anteriores, o processo de stalinização de sua estrutura e os limites da tática anteriormente mencionada atrelada a cassação do registro do partido em 1947 comporiam um quadro mais robusto e capaz de esclarecer essa opção política. Ainda que não se busque legitima-la, nos parece fundamental elucidar os motivos que levaram a sua adesão por parte dos pecebistas em tal momento histórico.

De acordo com Anita Prestes<sup>39</sup>, o PCB demoraria a aceitar o fracasso dos levantes de 1935. Num primeiro momento, a retórica oficial do partido permaneceria inalterada e, portanto, mantida a interpretação de uma suposta situação revolucionária. O PCB, porém, encontrava-se altamente fragilizado após a prisão de inúmeros dirigentes e militantes, com destaque para Luís Carlos Prestes. Para Rodrigo Motta<sup>40</sup>, a tentativa armada de sublevação teria sido determinante na construção do anticomunismo nacional, de forma que boa parte do arsenal propagandístico anticomunista produzido nas décadas seguintes remeteria a estes. Apesar de dialogar com o fenômeno global, o caso brasileiro seria marcado ainda pelo forte caráter religioso em oposição ao suposto ateísmo comunista<sup>41</sup>. A repressão imediata aos levantes desestabilizaria a agremiação, que vinha crescendo desde sua fundação.

A despeito de um comando centralizado, o partido enfrentava a fragmentação em correntes que possuíam visões opostas de como deveria se dar a condução política a partir de então<sup>42</sup>. Somente através destas disputas internas ocorreria, lentamente, uma mudança de

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> PRESTES, Anita. **Da insurreição armada (1935) à União Nacional (1938-1945)**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Segundo Motta, suas bases seriam o nacionalismo, o liberalismo e o catolicismo. No caso brasileiro, com maior destaque ao caráter religioso. Para o autor, os acontecimentos também teriam contribuído para o reforço de uma "cultura anticomunista" no meio militar.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> PRESTES, 2006, *op.cit.*, p. 20-21.

postura. Seria apenas em 1938 que a nova diretriz ganharia forma definitiva através do documento "União Nacional pela Democracia e pela Paz". Prestes demonstra como o agravamento das tensões que envolviam o governo Vargas, o regime nazista e o integralismo foi determinante para a formação de uma opinião pública favorável a bandeira antifascista<sup>43</sup>. O PCB passaria então a pregar uma vasta aliança nacional em defesa da paz e da democracia que deveria abranger os setores pró-Estados Unidos e mesmo a ditadura estadonovista — que reprimia fortemente os próprios comunistas. Segundo documento do partido:

Em defesa da Nação lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, *inclusive com o Sr. Getúlio Vargas*, se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo. (PRESTES, 2001, p. 37)

Prestes enfatiza que deve ser levada em conta a confluência entre fatores internos e externos para uma correta compreensão da atuação do PCB nesse momento, descartando uma suposta subordinação total do PCB às "ordens de Moscou". A autora reafirma a centralidade das relações do partido com o movimento comunista internacional (MCI), mas, retomando o que Eric Hobsbawm chama de "nacionalismo antifascista", busca evidenciar que o sentimento nacionalista então disseminado na sociedade brasileira e a própria conjuntura nacional teriam papéis mais determinantes no estabelecimento dessa opção política do partido.

A autora ressalta também que a dita política de União Nacional, apesar de ser apoiada de maneira geral, provocava discordâncias internas no que tangia sua forma — incluindo ou não o apoio ao governo. Nesse sentido, faz-se necessário apontar o surgimento do fenômeno conhecido como "browderismo", que encontrou eco no Brasil e defendia a desagregação dos partidos comunistas ao redor do globo após a dissolução da IC em 15 de maio de 1943, tida como necessária para o alcance da "ampla unidade na luta contra o nazifascismo" Essa concepção seria amplamente rechaçada no MCI, mas expressava o turbulento momento vivido pelos comunistas após o rompimento de laços diretos com o "quartel general da revolução" 45.

O posicionamento que triunfaria das disputas internas apontava para uma política de União Nacional com apoio à manutenção do regime varguista. Essa contenda envolvendo os rumos a serem tomados pelo partido seria encerada através da reorganização do PCB na chamada Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943 — na qual o grupo da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), formado majoritariamente por militantes da

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada:** a política dos comunistas no Brasil. Marília: Boitempo, 1999. Universidade Estadual Paulista, 1999. p. 72.

Bahia (ainda que sem chancela do Comitê Regional) e do Distrito Federal, assumiria o comando da agremiação<sup>46</sup>. Nesse momento seriam removidos da direção do PCB (por meio da expulsão ou mediante o deslocamento para posições secundárias) membros da "velha guarda", que incluía nomes como Astrogildo Pereira e Octávio Brandão — sabidamente comprometidos com interpretações originais da realidade nacional. Este lugar viria a ser ocupado por militantes como Diógenes de Arruda Câmara, Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois, entre outros. Luíz Carlos Prestes, ainda no cárcere, viria a ser nomeado Secretário Geral do partido<sup>47</sup>.

A partir de então, o PCB assumiria uma postura tática de alinhamento em relação ao governo de Vargas<sup>48</sup> e, motivado pela crença do estabelecimento de um período histórico de desenvolvimento pacífico no pós-guerra — que afetaria o MCI como um todo<sup>49</sup> —, passaria a atuar unicamente dentro das balizas da institucionalidade<sup>50</sup>.

Tiago Alves<sup>51</sup> discorre sobre como o fortalecimento do stalinismo no pós-guerra moldaria o próprio PCB através da "importação" de seus traços — já perceptíveis desde as décadas anteriores. O autor infere que a existência dos sentimentos de pertencimento e confiança estava na base da adesão das políticas e características do regime soviético. Nesse sentido, referindo-se ao período posterior à Revolução de Outubro e à própria consolidação do bolchevismo, Eric Hobsbawm utiliza uma interessante metáfora para pensar o caráter internacional do movimento comunista e sua lógica de funcionamento. O historiador inglês coloca que, sociologicamente, os comunistas viam-se como partes de uma igreja universal. Expõe-se, assim, a noção de pertencimento que uniria militantes de diferentes localidades do globo a partir de Moscou, tida como "quartel-general" da revolução mundial<sup>52</sup>. Não à toa, com Leandro Konder afirma que a expressão "olhar para a estrela do Kremlin nas horas de tempestade"<sup>53</sup> era corrente entre os membros do PCB nos anos 1950.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> PRESTES, 2006, *op.cit*, p. 79.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> *Ibidem*. p. 137.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Essa postura, porém, ia a desencontro com as próprias formulações de Luís Carlos Prestes, que negava um suposto apoio incondicional ao governo. Em sua visão, dever-se-ia partir da concepção de que a luta contra a guerra era inseparável daquela pelas garantias democráticas no plano nacional — ainda que Prestes defendesse o alinhamento circunstancial à ditadura estadonovista. Para o então secretário-geral, o PCB não soube conciliar as duas plataformas de maneira satisfatória. *Ibidem*, p. 79-81.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> *Ibidem*, p. 90-91.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> MAZZEO, op. cit., p. 73.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> ALVES, Tiago. **A Pátria Socialista: URSS Sob o Imaginário do PCB (1946-1953).** Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2011.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos:** o breve século XX : 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 79.

<sup>53</sup> KONDER, Leandro. História das ideias socialistas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 69.

Dessa forma, Alves argumenta que o partido acabaria então por herdar aspectos stalinistas e a reproduzir suas posturas. Isto se manifestaria, por exemplo, no afastamento daqueles militantes que possuíssem críticas mais volumosas sob alegações de trotskysmo<sup>54</sup>.

Na visão de Antonio Carlos Mazzeo, esse reflexo do pensamento e da prática stalinista teria sua raiz no V Congresso da Internacional Comunista, de 1924, quando as elaborações pecebistas teriam começado a perder sua originalidade e passariam a refletir cada vez mais as concepções formuladas pela IC. Para o autor, esse movimento resultaria em apropriações teoricamente frágeis devido ao "grande desconhecimento das particularidades históricas (formações sociais) dos países orientais" — categoria a qual o Brasil estava incluído<sup>55</sup>.

Mazzeo afirma que no VI Congresso, de 1928, apesar de haver, até certo ponto, o reconhecimento das particularidades históricas das diferentes formações sociais, acabaria ocorrendo a generalização do caráter da revolução a partir da "institucionalização da teoria da revolução feita em etapas" — baseada no "bloco das quatro classes" <sup>56</sup> e na importância da etapa democrático-burguesa<sup>57</sup>. Em sua visão, essa abordagem esquemática e etapista acabaria por eliminar a criatividade analítica em relação às interpretações do cenário latinoamericano<sup>58</sup>.

Ricardo Antunes parece apontar na mesma direção ao colocar que no final da década de 1920 ocorreria o que chama de "primeiro influxo stalinista" do PCB. O sociólogo acredita que seja possível identificar já no V Congresso o desenvolvimento do fenômeno da stalinização, mas que sua consolidação ocorreria somente no VI Congresso da IC. Ocorrido após este evento, o III Congresso do PCB — realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929 — refletiria uma reorientação do partido por meio da adesão, em grande medida, das teses formuladas pela organização internacional<sup>59</sup>.

Antunes faz uma forte crítica ao stalinismo, que, em sua opinião, teria deixado fortes marcas no comunismo latino-americano. De acordo com o autor:

> Supressora das particularidades, erigindo a revolução Russa em modelo de classicidade, elaborando e "teorizando" sobre o "socialismo num só país", subordinando os PCs à hegemonia ou à dominação staliniana, tudo isso fez com que, conforme disse Lukács, a prioridade de fato da tática fosse elevada à condição de

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Prestes comenta que a briga interna entre o grupo "banguzista", liderado por Lauro Reginaldo da Rocha, e o do Comitê Regional de São Paulo, liderado por Hermínio Saccheta terminaria com a expulsão dos últimos sob acusações de "trotskysmo" ainda em 1937. PRESTES, op. cit., p. 29.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> MAZZEO, op. cit., p. 56.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> Os quatro blocos seriam: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> MAZZEO, op. cit., p. 46.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> *Ibidem*, p. 47-48.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil:** as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Cadernos AEL, vol 2, 2010. Disponível em:< https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2427>. Acesso em: 26 ago 2020. p. 14-15.

teoria marxista autêntica. Em contraste com Marx e Lenin, a teoria não mais constituia o fundamento intelectual das principais táticas, mas algo pensado "à posterior" como mera justificativa que se apresentava como se fosse a continuação, a aplicação linear da teoria marxista.

Era o reinado perverso do *taticismo*, um dos aspéctos básicos do stalinismo, que permeou, através da IC, o movimento comunista a partir do final dos anos 20 e início dos 30. E o VI Congresso da IC, ao tematizar a questão latino-americana, possibilitou que esta concepção impregnasse também os PCs do mundo colonial. (ANTUNES, 2012, p.16).

Esse legado negativo da stalinização teria permeado o Partido Comunista do Brasil e marcado sua *práxis* política a partir de então, sendo possível encontrar suas marcas inclusive no processo de radicalização política que a agremiação passaria em fins da década de 1940.

Alves também demonstra como os periódicos do PCB assimilaram a ideia de que o stalinismo era o caminho natural da revolução bolchevique de 1917, sendo o "verdadeiro" herdeiro do marxismo-leninismo — uma clara reprodução do que era vinculado pela corrente hegemônica do partido comunista soviético à época. Dessa maneira, era reproduzido o enaltecimento da figura pessoal de Stalin, tido como o autêntico sucessor de Lênin. O líder bolchevique seria então retratado como a personificação do revolucionário modelo, que deveria ser exemplo para os comunistas de todo mundo por sua habilidade política e valores pessoais. Reservadas as devidas proporções, este "culto personalista" seria reproduzido em âmbito nacional em relação a Luís Carlos Prestes<sup>61</sup>. De acordo com o autor, em determinado momento o PCB assumiria com orgulho a pecha de stalinista, imputada, segundo Diógenes Arruda — membro do Comitê Central e principal dirigente à época —, por uma "campanha da reação, da polícia, dos trotskistas e demais renegados que construíam uma imagem perversa e monstruosa daqueles que assumiam o stalinismo como projeto" 62.

De toda forma, embalado no prestígio soviético e no nacionalismo, a sigla chegou a acumular 200 mil membros pouco após seu retorno à legalidade — número bastante expressivo e que denotava um enorme crescimento<sup>63</sup>. O partido teria um desempenho relevante nas eleições de 1945, principalmente ao se considerar que havia saído recentemente da ilegalidade. A campanha presidencial de Yedo Fiuza atingiria 9,7% dos votos a nível nacional, chegando a aproximar-se, no Distrito Federal, dos números obtidos por Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático). Foram eleitos 14 deputados, de modo que a bancada pecebista era a quarta maior do parlamento. Mais expressiva ainda seria a eleição de Prestes ao Senado, atingindo a marca de 157.397 votos — maior votação proporcional até

°° Ibiae

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> *Ibidem*, p. 146.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> *Ibidem*, p. 146-147.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> PRESTES, Anita. Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 138.

então atingida<sup>64</sup>. De acordo com José Segatto, o PCB teria se transformado em um partido de massas nesse momento<sup>65</sup>. Assim:

Passa a ter um porcentual eleitoral significativo, cria uma imprensa com diversos jornais diários e revistas periódicas, funda editoras, insere-se nas grandes empresas e no proletariado urbano, cria comitês de bairros e ganha proeminência no movimento sindical, conquista a simpatia de extensos setores das camadas médias e da intelectualidade — ou seja, adquire realmente o caráter de um amplo movimento transformador, que supera em muito a estrutura partidária orgânica. (SEGATTO, 2003, p. 221)

Nota-se como o pós-guerra representou o ápice da relevância e da penetração social do partido. Após a eleição do general Dutra (1946-1951), o PCB manteria a linha vigente que previa uma política de apaziguamento momentâneo ao sugerir que os militantes "apertassem os cintos". O jargão sintetizava a orientação de redução do número de greves na tentativa de diálogo com uma suposta burguesia progressista e o Estado<sup>66</sup>.

Em trabalho sobre o movimento operário paulista de tal época, Hélio da Costa<sup>67</sup> demonstra que já nessa orientação a base de militantes se comportaria de forma diferente do que propunha a direção. Para Costa, pode-se afirmar a existência de "dois PCs" nesse momento:

O partido da retórica oficial, que pregava a contenção dos conflitos com a burguesia progressista na luta contra as forças reacionárias representadas pelo latifúndio e o imperialismo, e o partido das bases, dos locais de trabalho, dos sindicatos, que não poderia virar as costas para a enorme demanda econômica e política dos trabalhadores represada durante anos de ditadura. (COSTA, 1999, p. 102)

Apesar do estudo de Costa tratar de regiões paulistas, é possível, e provável, que essa dinâmica também tenha ocorrido em demais localidades, como o Distrito Federal. Certamente, o historiador não sugere que as determinações tenham sido descumpridas pela totalidade dos militantes do partido, mas a comprovação do desencontro com as propostas oficiais abre o questionamento pertinente quanto a seu real e efetivo cumprimento.

Durante a constituinte de 1946, coube aos congressistas do PCB, entre diversas outras iniciativas que previam a ampliação da democracia vigente<sup>68</sup>, a tentativa de garantia do direito de greve em sua amplitude completa. Ação que encontrava resistência daqueles que temiam a organização operária. Nas palavras de Anita Prestes:

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>65</sup> SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>66</sup> PRESTES, 2015, op. cit., p. 143.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre (e outros). **Na luta por direitos:** estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Destaca-se a tentativa de concessão de voto aos analfabetos. Tal conquista só seria alcançada, porém, com a promulgação da Constituição de 1988.

Durante os trabalhos da Constituinte, os comunistas se bateram pela definição precisa, sem subterfúgios, dos "direitos sociais", posicionando-se claramente contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve. Frente ao Decreto-Lei n. 9.070, de 15 de março de 1946, baixado pelo poder Executivo e que, na prática, feria o direito de greve, a bancada comunista propôs sua desaprovação, declarando que "o princípio relativo ao direito de greve deve ser proclamado numa nação que se organiza democraticamente, mesmo que o país conte – como contamos – com uma justiça própria aparelhada para dirimir contendas entre empregados e empregadores, com base na legislação social". Mais uma vez, um requerimento dos comunistas seria rejeitado. Na Constituição de 1946, ficaria inscrito o direito de greve – vitória das forças democráticas, alcançada em grande medida pelo esforço da bancada comunista –, sem, contudo, ter sido tal direito regulamentado na Carta Magna, como os comunistas sempre defenderam. (PRESTES, p. 147)

Percebe-se que a atuação do PCB dentro dos limites da democracia burguesa não encontrava o êxito esperado devido a sua posição destoante em relação ao meio político brasileiro. Esse fato fica ainda mais claro pela mobilização em torno da cassação do partido no ano de 1947. Nas eleições de janeiro do mesmo ano, voltadas para o legislativo nacional e para os diferentes poderes estaduais, o PCB havia novamente conseguido votação expressiva. Foi eleita, por exemplo, a maior bancada da Câmara Municipal do Distrito Federal, representada por dezoito vereadores. Certamente, esse bom desempenho eleitoral dos pecebistas influenciaria a elaboração, apenas um mês depois, do chamado "parecer Barbedo" que previa a cassação do registro do partido.

Prestes chama atenção para a atuação do partido no sentido de reverter a decisão dentro das instituições democráticas, mas tal iniciativa, entretanto, não obteria êxito. Ainda apostando na existência de uma burguesia progressista, membros do partido buscariam, sem sucesso, construir alianças com setores tidos por democráticos — até mesmo do governo Dutra. Mesmo fim malogrado teve a tentativa de criação de uma nova legenda com os mesmos princípios. Os parlamentares eleitos pelo PCB procuraram então denunciar as medidas antidemocráticas em seus pronunciamentos na tribuna da Câmara até a definitiva cassação de seus mandatos, em 1948<sup>70</sup>.

O recém-iniciado governo Dutra mostrar-se-ia orientado pela pauta do anticomunismo que marcou o período pós Segunda Guerra Mundial, conhecido como Guerra Fria. Contudo, Rodrigo Motta alerta para o pioneirismo do governo brasileiro em relação a esse movimento de proporções globais capitaneado pelos Estados Unidos:

No caso da "onda" anticomunista relacionada à guerra fria, pode-se dizer que no Brasil ela começou antes que nos Estados Unidos. Enquanto naquele país o rompimento efetivo com a URSS ocorreu a partir de 1947, com a Doutrina Truman

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> Nome que advinha do fato de ter sido redigido pelo então procurador-geral da República Alceu Barbedo.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> PANFOLFI, Dulce. *apud*: FIGUEIREDO, Camila. **Por uma vanguarda revolucionária:** Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. p. 45.

e o Plano Marshall, por aqui a perseguição ao Partido Comunista começou um ano antes, quando se iniciou o processo de cassação do registro eleitoral do PCB. Quando o governo Dutra resolveu cortar relações diplomáticas com a URSS, em 1947, dando prosseguimento a sua ofensiva contra o comunismo, a chancelaria norte-americana considerou a atitude precipitada, o que evidencia a autonomia das autoridades brasileiras no tratamento da questão. Nesta época, o governo dos EUA ainda não havia colocado o anticomunismo como prioridade máxima, independente de outras considerações. Membros da administração democrata, então no poder, temiam que políticas anticomunistas indiscriminadas levassem a perseguições contra a esquerda democrática. (MOTTA, p. 18-19)

As ressalvas dos estadunidenses, porém, não pareceram incomodar os anticomunistas tupiniquins. Mesmo em um momento em que o discurso oficial do Partido Comunista do Brasil era voltado para a atividade parlamentar e alianças com os setores democráticos. Aparentemente, o vultoso crescimento do PCB e a gradativa inserção das massas trabalhadoras em suas fileiras foram vistos como ameaças ao projeto nacional que se buscava pôr em prática.

Logicamente, acreditamos que o contexto internacional é de grande relevância para a compreensão da realidade brasileira, mas este não pode ser tratado como único fator explicativo. Ao associar diretamente o alinhamento do governo Dutra com as diretrizes propostas pela administração Truman à repressão aos comunistas, Anita Prestes<sup>71</sup> e José Segatto<sup>72</sup> ignoram seu caráter endógeno cunhado e potencializado pelas classes dominantes locais. Apesar de algumas legislações que afetavam seu funcionamento e do clima de perseguição instaurado pelo que ficou conhecido como macarthismo, o partido comunista estadunidense seria mais duramente golpeado somente no ano de 1954, através da promulgação do Communist Control Act<sup>73</sup>.

Maria do Carmo Campello de Souza<sup>74</sup> aponta, inclusive, que o próprio registro do PCB havia sido concedido em meio a um clima de incertezas. O artigo número 114 do Código Eleitoral permitia ao Tribunal Superior Eleitoral a negação do registro de partidos que possuíssem programas antagônicos aos "princípios democráticos ou aos direitos fundamentais do homem, como definidos na Constituição". Através desse dispositivo legal, 15 partidos foram impedidos de atuar (apesar da evidente diferença nas motivações que levaram a tal). Contudo, a autora sinaliza que a única agremiação de "considerável prestígio" a sofrer com tal impedimento seria justamente o PCB. Em sua visão:

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> PRESTES, 2015, *op. cit.*, p. 148.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> SEGATTO, *op. cit.*, p. 223.

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> FERREIRA, Jorge. **Apresentação do dossiê: 1946-1964**: A Experiência Democrática no Brasil. *Tempo*, vol.14, n.28, jun. 2010. p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil** (**1930-1964**). 3ª ed. Editora Alfa-omega. 1990.

Embora a cassação dos representantes desse partido no Congresso só tenha ocorrido em 1947, os antecedentes de tal ato devem ser procurados na própria lei eleitoral de 1945, que já então prenunciava a amplitude a ser considerada legítima para o espectro político-partidário. A concessão do registro ao PC em setembro de 1945 fora feita em termos provisórios e com sérias hesitações. O relator do processo, Ministro Sampaio Dória, solicitou vários esclarecimentos sobre pontos do programa que a seu ver poderiam ser interpretados como indicativos do caráter antidemocrático do partido. Após o registro, "o relator deixou bem acentuado que o concedia porque o Partido Comunista do Brasil declarava ter adotado métodos democráticos de ação e ter abandonado os princípios marxista-leninistas [...] Não satisfeito com isso, inseriu ainda no seu voto esta significativa advertência: Pode, a qualquer tempo, ter qualquer partido seu registro cancelado, se houver substituído a sinceridade pelo engodo". (SOUZA, 1990, p. 116-117)

Acreditamos que esse suposto abandono dos "princípios marxistas-leninistas" mencionado pelo ministro Sampaio Dória refere-se, na verdade, à adoção de uma postura reformista por parte do PCB. Assim, fica evidente que determinados atores políticos compreendiam que a atuação da agremiação restringia-se aos limites constitucionais e democráticos, apesar de reforçar que a extrapolação de tais barreiras não seria tolerada. Esse argumento pode ser corroborado através da análise da própria votação da cassação na Câmara, quando metade dos parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) e a maioria dos membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se opuseram a mesma. No total, foram 74 votos contra e 179 a favor da medida. O comportamento dos integrantes do Partido Social Democrático (PSD) e de partidos menos expressivos teria sido fundamental para tal desfecho<sup>75</sup>.

Entretanto, é fundamental apontar a participação de petebistas no processo de cassação da instituição comunista. Segundo Souza, os primeiros pedidos de impedimento do partido teriam advindo justamente de congressistas do partido trabalhista: Barreto Pinto e Hymalaia Virgulino. Esse fato relacionava-se diretamente com conflitos pelo controle do movimento operário e a criação de associações que buscavam organizar seus membros, como a CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil) e a CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) — respectivamente ligadas ao PCB e ao PTB. Dessa forma, percebe-se que atores da dita esquerda política também atuaram, apesar de movidos por interesses distintos, para o fechamento do PCB. No mesmo sentido, pode-se destacar o apoio dado por Hermes Lima, pertencente à Esquerda Democrática, e Domingos Velasco, ex-membro da ANL (Aliança Nacional Libertadora) ao fechamento da UJC (União da Juventude Comunista) antes mesmo da promulgação da Constituição de 1946, contrariando a postura de "tolerância desconfiada" que parecia se estruturar<sup>76</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> *Ibidem*, p. 117.

Torna-se necessário, porém, realçar que a retórica pecebista, por vezes inflamada e permeada por jargões que caracterizavam o movimento comunista internacional, abria margem para a "criminalização" do partido por parte de seus opositores. Contudo, a partir do exposto anteriormente, nos parece ser leviano crer que a cassação do mesmo se deu apenas com o intuito de resguardar o funcionamento das instituições democráticas.

No entanto, nos parece nítido que o ideal de democracia que prevalecia no período apresentava claros limites. Ainda que seja preciso corroborar com as interpretações que caracterizam o ínterim 1945-1964 como democrático, deve-se, simultaneamente, realçar o caráter profundamente excludente dessa democracia<sup>77</sup>. Nesse sentido, destacam-se a declaração de ilegalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a negação do direito de voto à significativa parcela da sociedade brasileira devido a seu analfabetismo (apesar da gradativa incorporação desse segmento via acesso à educação)<sup>78</sup>.

Seria somente a partir desse cenário de esgotamento da atuação dentro dos limites das instituições da democracia burguesa e volta à ilegalidade que a cúpula dirigente do PCB faria uma 'autocrítica', levando à reorientação de sua linha de ação. Ocorreria então um movimento de radicalização, expresso nos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. De acordo com Camila Figueiredo, a partir desse momento seria adotada uma concepção partidária de viés radical por meio da busca pela retomada dos valores do chamado marxismo-leninismo<sup>79</sup>. A tradição revolucionária que baseou a própria fundação do PCB deveria então prevalecer frente ao reformismo, agora tido como um desvio<sup>80</sup>.

Essa linha de radicalização adotada, expressa nos manifestos de 1948 e 1950, mostrouse, porém, prejudicial ao partido. Ede Soares demonstra que ex-militantes e acadêmicos convergem em tal conclusão<sup>81</sup>. Em seu trabalho estão presentes as análises dos pecebistas

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> FERREIRA, Jorge. 2010. op.cit.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> É necessário ressalvar que essa visão não está presente no trabalho de Jorge Ferreira e representa uma interpretação do mesmo. Ferreira faz uma comparação entre diferentes democracias que, em nossa visão, acaba por justificar a exclusão produzida em determinada realidade devido a existência de panorama semelhante em outras. Também não fica realçado esse caráter excludente do período democrático 1945-1964, de forma a parecer suficiente para o autor a vigência de uma democracia representativa que sequer contemplava a maioria da população brasileira.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> FIGUEIREDO, Camila. **Por uma vanguarda revolucionária:** Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017

<sup>80</sup> Ihidem n 46

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> SOARES, Ede. Insubordinações das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. In: SENA JÚNIOR, Carlos (Orgs). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

João Falcão<sup>82</sup>, Moisés Vinhas<sup>83</sup> e Salomão Malina<sup>84</sup>. Estas confluem com o expresso em obras propriamente historiográficas<sup>85</sup> ao reconhecer o distanciamento entre a visão do partido e a majoritariamente disseminada por aqueles que buscava representar — que em grande medida não enxergava Getúlio como um "traidor da pátria". Esse descompasso teria levado ao enfraquecimento e isolamento político do Partido Comunista do Brasil à época.

Segundo Hélio da Costa, o desalinhamento entre a base militante e a cúpula central teria se aprofundado devido à orientação de abandono das instituições sindicais. Uma grande parcela de pecebistas discordava do afastamento dos sindicatos pregado nos manifestos por temer a perda das alianças e os avanços que haviam conquistado no período pósredemocratização. O radicalismo não aparentava ser uma estratégia praticável e que lhes rendesse benefícios concretos a curto/médio prazo. Desse modo, a dupla militância (nos sindicatos oficiais e nas organizações paralelas) representou uma alternativa recorrentemente empregada<sup>86</sup>.

Para além da questão mais direta, a problemática adentrava uma seara mais subjetiva que envolvia a construção da própria identidade dos militantes e suas relações afetivas com as instituições que haviam fundado e construído ao longo de anos. De acordo com Costa: "Abandonar o sindicato representava a negação das suas histórias ou da própria identidade política".

Essa realidade também foi observada por Figueiredo no que tange o estado de Minas Gerais<sup>88</sup>. Em sua pesquisa, a autora afirma que as articulações dos comunistas seguiram no sentido da continuação do que vinha sendo praticado, não obedecendo, portanto, a reorientação radical que deveria ser implementada após 1948. As justificativas para tal

<sup>82</sup> FALCÃO, João. O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade). 2 ed. Salvador: Contexto & Arte editorial, 2000.

<sup>83</sup> VINHAS, M. O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982.

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> MALINA, Salomão. **Questões históricas e atuais do PCB**: entrevistas com Salomão Malina. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

<sup>&</sup>lt;sup>85</sup> Em um momento inicial, dialogando com o próprio desenvolvimento dos estudos da classe trabalhadora, a produção foi feita por ex-militantes que nem sempre utilizaram métodos propriamente historiográficos na realização de seus trabalhos. Cláudio Batalha utiliza a denominação "produção militante" para se referir a essa "geração" de estudos que marcou a produção brasileira principalmente até a década de 1960. Contribui para esse fato a experiência brasileira da ditadura civil-militar (1964-1985) que perseguia estudiosos que se debruçassem sobre temáticas ditas subversivas. No caso do PCB, as memórias de militantes constituem parcela substancial dos estudos produzidos. Para maiores informações consultar: BATALHA, Claudio, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências". In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>86</sup> COSTA, op. cit., 109-110.

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> FIGUEIREDO, op. cit.

desaprovação por parte dos mineiros dialogava diretamente com o apontado por Costa em relação aos paulistanos:

O receio quanto à realização de ações drásticas, isto é, práticas ofensivas e violentas foi sentida entre os membros, e muitos se recusaram a praticá-la. Tal atitude foi justificada, inclusive, pela necessidade de manter as relações de confiança já estabelecidas no cotidiano de fábricas, empresas e indústrias e, devido à dificuldade pessoal em de fato aplicar ações de cunho radical. (FIGUEIREDO, 2017, p. 48)

Percebe-se que, para além da própria radicalidade política em si — que naturalmente carregaria consigo insatisfações por parte de parcela da militância —, a mudança abrupta nas ações apresentava-se como um grande empecilho prático aos militantes.

O mesmo foi constatado por Ede Soares em relação aos pecebistas da cidade baiana de Alagoinhas<sup>89</sup>. O autor sugere, inclusive, que o estudo das diferentes realidades locais do interior brasileiro possivelmente chegaria a resultados semelhantes e contribuiria para uma visão mais acurada da ação pecebista durante a ilegalidade pós 1947:

A linha anterior à de 1948 e 1950 permaneceu, é isso que a documentação indica. Ao contrário dos trabalhos sobre o PCB que focam suas análises nos documentos oficiais e nas ações da direção do Partido, principalmente nos grandes centros econômicos. A presente pesquisa indica que o PCB de Alagoinhas, cidade do interior da Bahia, resistiu às alterações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. Talvez por considerar a nova linha política inaplicável para a realidade local ou mesmo pela crença de que a linha de aliança de classe era a melhor opção. É preciso levar em consideração que anos anteriores ela havia garantido aos comunistas uma inserção política única em sua história até então. Esse passado recente certamente pesava sobre as ações dos comunistas que, ao que parece, evocavam-no com a esperança de manter seu capital político e longe da repressão policial. (SOARES, 2016, p. 212-213)

Utilizando-se do depoimento/trabalho de Moisés Vinhas, Soares coloca o próprio Distrito Federal como localidade que também não teria aderido por completo às determinações <sup>90</sup>.

Dialogando com esse afastamento entre base e cúpula, Beatriz Loner<sup>91</sup> argumenta que a visão leninista de partido que marcava o PCB foi fundamental para a produção de uma centralização das decisões que envolviam os rumos que seriam tomados pelo partido na figura de sua direção. Dessa forma, a interpretação dos acontecimentos e das diretrizes elaboradas pelos soviéticos (ou pelo MCI) seria responsabilidade muito mais deste seleto grupo do que do conjunto dos membros do partido. Por conseguinte, as linhas de ação adotadas refletiriam muito mais o pensamento e os desejos destes do que da "massa militante"<sup>92</sup>. Tal fato

33

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> SOARES, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> *Ibidem.* p. 198.

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> LONER, Beatriz. **O PCB e a linha do 'Manifesto de Agosto':** um estudo. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas. 1985.

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> *Ibidem*, p. 7.

explicaria justamente o descolamento entre as propostas e a prática dos pecebistas no período posterior a 1948.

Da mesma forma que as lideranças classistas, mesmo que comunistas, não participam da definição da linha política do partido, também o mesmo ocorre com a classe operária. Seus principais canais de comunicação com o partido, são aqueles constituídos pelos organismos partidários e militantes de base. Ora, a estrutura interna do partido, as vias de comunicação direção-base estão neste momento deformadas pelo stalinismo e pelos chamados 'métodos mandonistas de direção'. Assim, só funcionam de cima para baixo. As bases, os militantes do partido, aqueles que têm real contacto com a classe operária e demais setores populares, não têm como expressar suas opiniões, ou apresentar sugestões sobre a política partidária. [...] às bases restava apenas obedecer, cumprir as tarefas das direções superiores. Sendo assim, o único meio possível de diálogo do partido com a classe seria através das lideranças sindicais (as comunistas, porque com as outras o sectarismo de parte a parte impede o diálogo) mas estas também não participam das instâncias máximas de decisão e teorização do partido, a Comissão Executiva e o Secretariado. (LONER, 1985, p. 52-53)

Dessa forma, a autora afirma que a relação entre os trabalhadores e o partido seria "marcada pela exclusão na definição da orientação política, pela sua transformação em mero objeto desta política, em instrumento utilizado pelo partido para atingir os seus objetivos"<sup>93</sup>. Em sua visão, haveria, simultaneamente, um processo de esvaziamento das discussões, que objetivava um controle cada vez mais rígido e direto do partido pelo grupo dirigente. Nesse sentido, destaca que o argumento do "baixo nível teórico dos militantes e da sociedade" deve ser problematizado, uma vez que parcela relevante da intelectualidade nacional orbitava os círculos do PCB à época — nomes como Caio Padro Jr., Nelson Werneck Sodré, Jorge Amado, entre outros. Contudo, a postura do núcleo diretor perante esses intelectuais e outros indivíduos que foram fundamentais na trajetória do partido e na tentativa de elaboração de interpretações originais da realidade brasileira foi de afastamento ou tentativa de submissão de sua produção ás linhas teóricas adotadas pela agremiação<sup>94</sup>. Loner realça ainda que a renovação dos quadros do partido ao longo das décadas de 1930 e 1940 teria contribuído para a formação de tal cenário<sup>95</sup>.

Ao que parece, as críticas expressas pela historiografia foram percebidas, em certa medida, pelos dirigentes do partido. Em 1952, a política de abandono das instituições sindicais oficiais seria revista e descartada<sup>96</sup>. Entretanto, essa reorientação só contemplava o âmbito sindical, não se estendendo à visão política geral contida nos manifestos de 1948 e 1950. Esta só viria a ser alterada posteriormente, em decorrência do rearranjo da conjuntura

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> PRESTES, 2015, op. cit., p. 162

nacional após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954<sup>97</sup> e sistematizada com clareza em 1958<sup>98</sup>.

## 1.2 – Radicalização e o Manifesto de Agosto (1950)

A exposição sobre o contexto que precedeu essa reformulação na linha de ação do PCB procurou elucidar que tal inflexão radical derivou de uma leitura — realizada pela direção pecebista — do cenário político que então se apresentava para a agremiação e relacionava-se tanto com a trajetória do partido desde sua reorganização em 1943, quanto com suas bases teóricas fundantes.

Nesse sentido, o Manifesto de 1948, que iniciava a virada radical, possuía um tom de mea-culpa. Afirmava que o PCB teria se afastado de suas proposições iniciais e pecado por relegar a uma posição secundaria os anseios da massa trabalhadora, devido à busca por cooperação a burguesia nacional — então tida como progressista. No decorrer do documento, o governo do general Eurico Gaspar Dutra seria classificado como de "traição nacional" e retratado como um mero adjunto da administração Truman. Por isso, o PCB posicionar-se-ia favorável à sua derrubada por uma espécie de coalização entre setores democráticos e progressistas. Anita Prestes chama atenção para a fragilidade de tais proposições, uma vez que não seriam apresentados reais caminhos para o enfrentamento do que fora caracterizado como uma ditadura. Realça também que a via armada em momento algum era mencionada como opção, ao mesmo tempo em que o PCB encontrava-se impossibilitado de agir dentro das instituições democráticas. Desse modo, o manifesto expressaria um plano de ação muito frágil. Uma proposta demasiadamente vaga<sup>99</sup>.

Por sua vez, Beatriz Loner destaca que a autocrítica que marca o documento de 1948 teria dois fins: o de admitir os erros do partido sobre os rumos adotados até então, de profunda crença na atuação parlamentar e quase abandono de demais formas de atuação, e de limitar essa reflexão ao núcleo dirigente de forma a reafirmá-lo no comando da agremiação. Em sua visão, a realização dessa autocrítica não teria acontecido de forma a permitir que os militantes decidissem os rumos que seriam adotados a partir de então ou mesmo que expusessem suas próprias críticas sobre a atuação do partido até aquele momento. Ao produzir o documento de forma unilateral, a cúpula dirigente, apesar de reconhecer alguns de seus equívocos, acabava por limitar a discussão sobre outros possíveis "desvios" que poderiam ter afetado a

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>&</sup>lt;sup>98</sup> RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Guerra e Paz:** a trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 1950. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008. p. 41.

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> PRESTES, 2015, op. cit., p. 159.

agremiação até o momento de sua cassação. Simultaneamente, a própria direção se reafirmava na liderança da instituição e, mais uma vez, colocava-se como quem deveria guiar a atuação dos comunistas brasileiros. As referências do documento à importância da unidade do partido naquele momento e a afirmação de que "as bases aguardam a palavra de seus dirigentes" reforçariam tal interpretação.

A autora salienta que as críticas, apesar de duras, também não avançavam no sentido de questionar a teoria que embasava a atuação pecebista há anos<sup>101</sup>. Assim, não possibilitaria uma reformulação profunda na prática do PCB, mas apenas a culpabilização dos indivíduos que conduziram o processo, amenizada no próprio texto, e a produção de uma nova visão acerca da conjuntura<sup>102</sup>. Dessa forma, questões mais estruturais seriam deixadas de lado e, consequentemente, perpetuadas.

Seguindo essa linha inaugurada em 1948, uma resolução de 1949 apontaria para o fim da realização de alianças com setores da burguesia que outrora eram tidos como progressistas. Tal posicionamento marcaria a completa ruptura com a política de União Nacional característica da década passada. Essa posição seria reafirmada e aprofundada no Manifesto de Agosto, como ficou conhecido o texto publicado em 5 de agosto de 1950<sup>103</sup>, que expressou de forma mais elaborada e definitiva as bases da atuação pecebista durante o governo democrático de Vargas (1951-1954).

A redação foi atribuída a Luís Carlos Prestes, em clara demonstração da cultura personalista anteriormente comentada. Por isso, o título estampado na capa do jornal Voz Operária era: PRESTES DIRIGE-SE AO POVO. Pelo mesmo motivo, as letras garrafais eram seguidas de um desenho do líder pecebista<sup>104</sup>. No canto esquerdo, junto a outros dizeres que representavam sínteses do que seria desenvolvido, podia-se ler "O CAVALEIRO DA ESPERANÇA APELA PARA TODOS OS DEMOCRATAS E PATRIOTAS PARA SALVAR A NAÇÃO"<sup>105</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>100</sup> *Ibidem*, p. 78-81.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>&</sup>lt;sup>102</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> Prestes dirige-se ao povo, Voz Operária, 5 de ago 1950.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> Figura 1.

<sup>105</sup> Prestes dirige-se ao povo, Voz Operária, 5 de ago 1950. p. 1.



Figura 1 - Prestes dirige-se ao povo, Voz Operária, 5 de ago 1950. p. 1.

A cúpula dirigente do PCB não apontaria, em um primeiro momento, diferenças significativas entre o projeto varguista e o do general Dutra, de modo a, após sua eleição, apenas estender-lhe as colocações. O próprio manifesto já esboçava tal postura ao chamar Getúlio de "velho tirano" e "pai dos tubarões dos lucros extraordinários, que já demonstrou em quinze anos seu ódio ao povo e sua vocação para o fascismo e para o terror sangrento contra o povo". Notadamente, assumir-se-ia uma postura profundamente combativa.

De maneira geral, o Manifesto girava em torno da problemática que envolvia a Guerra da Coreia (1950-1953) e o imperialismo estadunidense. Logo na página inicial é possível perceber o tom agressivo e catastrófico que o permeia:

Atravessamos um dos momentos mais graves da vida de nosso povo. Já não se trata somente da miseria crescente e da fome cronica em que se debate a maioria esmagadora da nação, já não se trata apenas da brutalidade da exploração a que se acham submetidos os que trabalham e produzem em nossa terra, é o sangue do povo, sem distinções de sexo ou de idade, de homens, mulheres e crianças, que corre nas ruas de nossas cidades e nos carceres da reação, e denuncia as intenções sinistras do bando de assassinos, negocistas e traidores que hoje governa o pais.

É a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950. p. 1)

A utilização de palavras fortes para caracterizar os adversários políticos e a descrição de cenários extremamente trágicos, quase apocalípticos, são marcas da retórica pecebista que se fazem presentes do começo ao fim do texto e que podem ser identificadas também nas páginas do Imprensa Popular, como se verá posteriormente.

Denúncias de repressão contra comunistas em todo Brasil eram utilizadas para compor esse panorama de grande perseguição aos opositores do governo Dutra. Destacava-se o emprego de violência, o uso de tortura em prisões e mesmo o assassinato de militantes, como Jaime Calado e Zélia Magalhães<sup>106</sup>.

Diante desse cenário dramático que era retratado, o documento condenava veementemente a possibilidade de omissão dos cidadãos. De acordo com o Manifesto, aqueles que não se mobilizassem seriam tidos praticamente como cúmplices dos supostos inimigos da nação, uma vez que a "indiferença e o silencio, e o conformismo e a passividade já constituem, no momento que atravessamos, um crime de lesa patria" Essa visão dualista, outra marca da retórica pecebista à época, era mesmo explicitada ao longo do texto:

São duas políticas que se defrontam, num antagonismo que se torna dia a dia mais claro para todos, que não admite uma terceira posição e que obriga a todos, seja qual for sua posição social, sua crença religiosa ou opinião política a se definir num ou noutro sentido. De um lado, o sr. Dutra, com a sua maioria parlamentar, com os latifundiários e grandes capitalistas que o apoiam, com os dirigentes de todos os partidos políticos das classes dominantes, que quer a guerra, a colonização, o terror e a fome para o povo. De outro, as grandes massas trabalhadoras, operarios e camponeses, os intelectuais honestos que não se prostituem aos opressores estrangeiros e a seus agentes no pais, o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais, a maioria esmagadora de nosso povo enfim, que luta contra a miseria, que quer paz e liberdade, que luta pela independencia da patria do jugo imperialista. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 2-6)

Segundo o escrito de 5 de agosto, a conjuntura não admitia posições intermediárias, vacilantes. Ou se era a favor das forças imperialistas e seus agentes ou tomava-se o lado das "grandes massas trabalhadoras". Não havia espaço para uma terceira opção. Assim, reproduzia-se a nível nacional o discurso binário do contexto internacional de Guerra Fria, que aparecia como pano de fundo que permeava todo o texto, e mesmo uma tradição do movimento comunista internacional.

Na perspectiva dos pecebistas, as querelas sociais, políticas e econômicas se conectariam por serem todas produções da sociedade capitalista e do imperialismo estadunidense aliado aos seus "cúmplices" locais. Essa visão dialogava com o imaginário positivo construído pelo partido em torno da realidade soviética. Tiago Alves demonstra

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>107</sup> Prestes dirige-se ao povo, op. cit., p. 2.

como os periódicos do PCB retratavam a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) como um modelo societário quase utópico e que deveria servir como um exemplo a ser alcançado. Naquela, não haveria mazelas de qualquer sorte. Todos os infortúnios seriam produto exclusivo das sociedades capitalistas. Utilizando a realidade estadunidense como contraponto, reforçava-se sempre esse pensamento dicotômico — caracterizando uma divisão entre "bem e mal" Nessa construção dos comunistas brasileiros, o período pós-guerra soviético não seria marcado por desemprego, fome, crises econômicas ou afins 109. Apenas por igualdade, bonança e bem-estar 110.

Essa perspectiva teria sido fundamental para a defesa das bandeiras comunistas por militantes que nunca sequer se aproximaram de conhecer a "terra da Revolução de Outubro". Desse modo, os relatos daqueles que de fato visitaram a URSS pessoalmente ajudariam a construir esse imaginário<sup>111</sup>. No ano de 1953, por exemplo, foi enviada uma turma brasileira que contava com 43 pecebistas<sup>112</sup>. De acordo com Osvaldo Peralva, ex-militante que participou desse grupo, havia uma grande diversidade entre os selecionados (mulheres e homens, negros e brancos, operários e intelectuais, etc), ainda que todos fossem "funcionários do pesado aparelho burocrático do PCB"<sup>113</sup>. Percebe-se assim, que se tratava de um grupo seleto de pessoas, escolhidas a dedo para corroborar com a visão corrente acerca da realidade soviética.

O próprio Manifesto refletia essa leitura positivada da realidade soviética ao utilizar-se da expressão "baluarte da paz e do socialismo, para o qual se voltam cheios de esperança os povos oprimidos do mundo inteiro"<sup>114</sup> para retratar a URSS.

Como desenvolvido por Jayme Ribeiro<sup>115</sup>, a pauta da "luta pela paz" ocupou papel central nos debates e movimentações comunistas no início da década de 1950, empenhando

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> ALVES, op. cit., p. 114.

<sup>&</sup>lt;sup>109</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 77. Destaca-se a experiência das chamadas Escolas de Formação de Quadros, baseadas nas formulações de Lênin sobre a necessidade de preparação de "revolucionários profissionais". Buscava-se então atingir para além de uma formação teórica, uma espécie de formação "militante", que seria voltada para a capacidade de dirigir processos revolucionários. Consultar: SILVEIRA, Éder; MORETTI, Cheron; VILLARRUEL, Antonio. **Memórias de uma Educação Clandestina:** a formação de quadros revolucionários comunistas brasileiros na antiga União Soviética. XI Reunião Científica Regional da ANPED Sul: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba, 2016. p. 7.

OLIVEIRA, Amanda; SILVEIRA, Éder. Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). TEMPORALIDADES, v. 9, 2017. p. 25.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>114</sup> Prestes dirige-se ao povo. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Os 'combatentes da paz':** a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2003.

seus partidários ao redor do globo a combater a utilização de armas nucleares (notadamente por parte dos Estados Unidos). Ribeiro afirma que todas as demais questões apareceriam ligadas a esse ponto fundamental, pois a luta pela paz também abarcaria a criação das condições necessárias à sua existência. Desse modo, todo esforço em torno de quaisquer questões políticas, econômicas e/ou sociais estaria diretamente ligado àquele compromisso, apesar de não perder sua centralidade dentro das demandas comunistas. Dizia o manifesto:

É através da luta diaria, da ação e do trabalho pertinaz que conseguiremos organizar o povo para essa grande batalha. É nessa luta diária, pelas reivindicações mais imediatas e sensiveis, sempre em intima ligação com a luta pela paz e pela independencia nacional, que se reforçará e ampliará no pais inteiro a FRENTE DEMOCRATICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. (*Prestes dirige-se ao povo*, Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Seria dessa maneira que o tema da carestia de vida apareceria nas diretrizes do partido, apesar de não ser desenvolvido de maneira abrangente. Fica evidente que a forma de atrair a massa trabalhadora à defesa de outras pautas que não lhe atingissem cotidianamente ou de forma direta se daria através da mobilização em torno das "reivindicações mais imediatas e sensiveis". Portanto, apesar de aparecerem vinculadas à luta pela paz, não eram propriamente legadas a um plano inferior, pelo contrário. Não à toa, um ano após o lançamento do Manifesto de Agosto, João Amazonas, colocaria, em um texto na revista Problemas, a luta contra a carestia de vida entre as quatro prioridades do partido naquele momento<sup>116</sup>.

Também era comentado no Manifesto que a situação de agravamento das condições de vida seria perpetuada por opções políticas que não colocariam o bem-estar da população como prioridade. Segundo o documento:

A política de inflação crescente, em benefício dos grandes capitalistas e dos negocistas do governo, determina o encarecimento do custo da vida a um ritmo cada vez mais acelerado e a consequente baixa catastrófica do salário real que já é de fome para as mais amplas massas trabalhadoras, desde operarios e camponeses até as camadas médias que já se encontram em rapido processo de pauperização. Além disso, a política de preparação para a guerra determina gastos cada vez maiores, que já representam mais de 50 por cento do orçamento federal, cuja bancarrota a ninguem mais é possível ocultar, apesar dos impostos indiretos que crescem no pais inteiro. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 2)

Pode-se notar uma forte crítica às medidas levadas a cabo pela administração Dutra, que não conseguiam conter a incessante elevação do custo de vida. De acordo com o manifesto, a pauperização da população devido à perda do poder de compra dos salários já atingiria os setores médios, indicando estar em um estágio avançado.

Nesse contexto, novamente era abordada a problemática da luta pela paz, uma vez que era criticada a política de crescentes investimentos militares, tida como fundamental para as

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> LONER, op. cit., p.104.

autoridades. Seguia-se então um diagnóstico catastrófico sobre os efeitos que esse empobrecimento generalizado produziria, no qual a subalimentação levaria ao aumento da mortalidade infantil e das mortes por tuberculose e outras doenças. Esse tom um tanto sensacionalista acompanhado de conclusões sem embasamento em dados concretos é uma característica visível dos escritos do PCB à época.

No Manifesto de Agosto, o governo do general Dutra seria mais uma vez criticado por seu suposto "servilismo". Contudo, dessa vez as considerações eram ainda mais fortes e o caracterizavam como "a maior humilhação até hoje imposta à nação" por ser um "governo de traição nacional que entrega a nação à exploração total dos grandes bancos trustes e monopólios anglo-americanos". Por isso, diferentemente do que acontecia nos escritos de 1948, o caminho revolucionário seria apresentado como solução a ser adotada pelos pecebistas:

Nenhuma reação conseguiu quebrar nossa vontade de luta, e hoje, apesar da brutalidade de todas as perseguições, lutamos com energia redobrada pelos mesmos objetivos, convencidos de que nas condições atuais do mundo e do país, nunca foram tão grandes como agora os fatores favoraveis ao sucesso de nosso povo na sua luta pela independencia nacional e pelo progresso social.

E é justamente por isso que, hoje, mais uma vez, nos dirigimos a todos vós, democratas e patriotas e, diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a unica solução viavel e progressista dos problemas brasileiros — a solução revolucionária — que pode e há-de ser realizada pela ação unida do proprio povo com a classe operaria à frente. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Pode-se notar claramente a influência do vitorioso movimento revolucionário chinês em tal formulação. Embalados pelo triunfo dos correligionários de Mao Tsé-Tung em 1949, os pecebistas acreditavam que tal caminho poderia, mais do que nunca, encontrar êxito. Este seria um dos "fatores favoraveis" que poderiam ser identificados nas "condições atuais do mundo". A questão do emprego do poder militar permaneceria em destaque. Vitoriosa na China, a via revolucionária também haveria de triunfar em terras brasileiras.

Daniel Reis Filho aponta que essa concepção militarista de poder, na qual a força armada tem um papel preponderante, era justamente uma das principais características do maoísmo<sup>117</sup>. O autor atribui à adoção de tal tática, em certa medida, à influência da Revolução Chinesa sobre o comunismo brasileiro. Contudo, destaca que essa "inspiração" seria sempre mediada pelos soviéticos, que ainda permaneceriam como "vanguarda e centro inquestionável da revolução mundial" para os pecebistas<sup>118</sup>. O mesmo aconteceria em relação à conferência

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória do marxismo brasileiro. In: MORAES, João; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil.** vol 1: o impacto das revoluções. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 195-196.

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> *Ibidem*, p. 202-203.

de centralidade ao campesinato<sup>119</sup>. Tais traços, como salienta o autor, podem ser identificados no Manifesto de Agosto como um todo.

Outro ponto em que a influência chinesa se manifestaria relacionava-se com uma das lacunas deixadas pelo manifesto de 1948. Diferentemente de seu antecessor, o documento de 1950 expressava que a conquista do poder deveria vir através da formação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Esta seria composta pela união de diferentes atores comprometidos com um "governo efetivamente democratico e popular", mas caberia ao proletariado o papel principal e dirigente. Até mesmo os militares eram convocados a participar do movimento, notadamente aqueles de patente mais baixa — que seriam oprimidos pelas regras e hierarquias então existentes. Entretanto, Beatriz Loner afirma que, devido à radicalidade da proposta e clara incapacidade de realiza-la, a construção da FDLN seria praticamente ignorada pelos militantes e progressivamente abandonada na prática, tornandose apenas parte da retórica oficial 120.

Jayme Ribeiro chega a apontar uma suposta contradição em torno da proposta da via revolucionária em âmbito nacional e pregação da paz no nível internacional<sup>121</sup>. Todavia, divergimos de tal apontamento. Como propõe Reinhart Koselleck<sup>122</sup>, os conceitos possuem um contexto próprio de significação dentro de determinada realidade temporal e espacial que, simultaneamente, varia de acordo com as condições do interlocutor. Ao produzir um "ato de fala", seu veiculador confere um sentido que é compreendido por aqueles que busca atingir. Há a necessidade de um reconhecimento prévio comum de determinadas ideias para que produzam o sentido desejado. Assim, a não compreensão desses sentidos que diferentes termos carregam "dentro de si", numa espécie de não dito/dito, incorreria na compreensão errônea dos conceitos. Ou seja, é necessário o entendimento daquilo que cerca o sujeito que profere o discurso. Quando os interlocutores pecebistas (alinhados teoricamente ao marxismo) evocam a figura da revolução, certamente não estão fazendo referência a um simples conflito bélico que culminaria numa mudança abrupta do comando político de uma localidade. O termo reflete um conceito que exprime noção de legitimidade por se tratar do enfrentamento entre opressores e oprimidos, do qual os últimos sairiam vitoriosos. O próprio Manifesto de Agosto tangencia o tema ao apresenta-la como reação à opressão:

\_

<sup>&</sup>lt;sup>119</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>&</sup>lt;sup>120</sup> LONER, *op. cit.*, p. 122.

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> RIBEIRO, 2003, op. cit., p. 60.

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> KOSELLECK, Reihart. **Uma história dos conceitos:** problemas, teóricos e práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 5 (19), 1992. p. 134-146.

Diante da violencia dos dominadores, a violencia das massas é inevitável e necessaria, é um direito sagrado e o dever ineludível de todos os patriotas. É o caminho da revolução. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Portanto, fica clara a diferenciação entre a dita revolução comunista e um simples conflito imperialista, cuja própria definição versa sobre a tentativa de expansão da dominação política, econômica e cultural.

Nos parece equivocado equiparar, dentro da lógica do pensamento pecebista à época, a proposta de tomada do poder interno pela via armada e a busca pela paz à nível global. A suposta contradição só apareceria se nos ativéssemos unicamente ao uso ou não da violência, da via armada, para o alcance dos objetivos. Contudo, ao analisarmos brevemente os sentidos que envolveriam esse uso, partindo dos princípios que então norteavam os comunistas, tal contradição nos parece apenas superficial.

De toda forma, é preciso salientar que, como coloca Anita Prestes, essa revolução buscada pelo Manifesto de Agosto ainda apontava na mesma direção que a pretendida anteriormente à radicalização. Ou seja, o caráter anti-imperialista e nacionalista que permeava tal noção há anos se manteria como norte. O documento não apresentaria alterações na mesma, apesar da inflexão no comportamento para se chegar a tal<sup>123</sup>. Para a autora:

[...] a estratégia da revolução permanecia a mesma de antes — uma revolução democrático-burguesa ou agrária e anti-imperialista, definida como "revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social", que só poderia ser realizada "sob a direção do proletariado". Embora, nos documentos partidários a tática tivesse sofrido uma inflexão à esquerda com a adoção da consigna de "derrubada do atual governo", o PCB mantinha-se fiel ao ideário nacional-libertador que sempre norteara suas ações. Continuava presente na agenda dos comunistas brasileiros a conquista de um *capitalismo autônomo*, objetivo a ser alcançado por meio da revolução nacional-libertadora. (PRESTES, 2013, p. 7)

Percebe-se assim que o entendimento que permeava o Manifesto ainda remetia àquele cunhado nas décadas anteriores, que contava com fortes influências do modelo soviético e das formulações da Internacional Comunista, porém adaptado às circunstancias conjunturais que o cercavam, como a progressiva stalinização do partido, a influência do movimento chinês e o momento de ilegalidade vivido pela agremiação.

Segundo o Manifesto de Agosto, porém, a via democrática não deveria ser ignorada por completo. O texto reconhecia seu valor apesar da impossibilidade de atuação do partido

43

PRESTES, Anita. **Memória do PCB**: Duas táticas e uma mesma estratégia – do "Manifesto de Agosto de 1950" à "Declaração de Março de 1958". 2013. Disponível em: <a href="http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com\_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140>. Acesso em: 26 out 2021.

nas instituições democráticas e da exposição de seus limites. O Manifesto, porém, deixava clara a reorientação do foco de ação por parte dos comunistas. Era dito:

Á medida que se agrava a situação do pais e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. A' frente delas não devemos receiar as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão á luta vitoriosa pelo Poder e á libertação nacional do jugo imperialista. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Primeiramente, expunha-se qual deveria ser o novo foco da condução política do partido nesse novo momento, entretanto, logo na sequência, reconhecia-se a necessidade de utilizar a campanha eleitoral em curso e, de forma mais geral, o sistema democrático como catalizador da luta de massas.

Diante da campanha eleitoral em andamento e das ameaças, que não cessam, de golpes de Estado, o que precisamos fazer é acelerar a organização de nosso povo, desencadear lutas de massas, greves, demonstrações, etc., e intensificar, através das lutas parciais, a mobilização popular para a grande luta pela libertação nacional. O voto é um direito do povo que reclamamos. Já vimos como a justiça eleitoral e o parlamento, instrumentos servis das classes dominantes, atentam contra os mandatos dos verdadeiros representantes do povo mas lutamos para conquistar tribunas parlamentares que devemos utilizar de maneira revolucionaria. Saibamos utilizar a oportunidade para desmascarar sistematicamente os demagogos agentes da reação e do imperialismo e só votemos nos melhores filhos do povo que participem ativamente da grande luta pela paz e a libertação nacional, naqueles que sejam capazes, nos postos eletivos a que forem alçados de prosseguirem com energia redobrada a luta pela vitoria revolucionaria do programa da FRENTE DEMOCRATICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. (*Prestes dirige-se ao povo.* Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

O voto era tido como um "direito do povo" e deveria ser utilizado, diferentemente do que acontecera em relação à eleição presidencial anterior. Concomitantemente ao desenvolvimento de atividades tidas como diretas, como a realização de greves e afins, deverse-ia buscar a eleição dos chamados "candidatos de Prestes". Estes procurariam denunciar os "demagogos agentes da reação e do imperialismo" e suas medidas. Os "melhores filhos do povo" representariam os verdadeiros interesses nacionais e populares ao promover a agenda pecebista, que abarcava a luta pela paz e os demais pontos abordados no próprio Manifesto. Certamente, esse trecho refere-se à eleição de membros do partido por outras legendas, como comentado anteriormente.

Essa visão acerca do uso das cadeiras parlamentares pelos comunistas reflete um debate muito anterior à radicalização pecebista. Em seu clássico *Esquerdismo*, *doença infantil do comunismo*<sup>124</sup>, de 1920, Lênin indicaria tal caminho aos partidários da Revolução de Outubro ao redor do globo. O revolucionário afirmava que a combinação das "formas legais e

<sup>&</sup>lt;sup>124</sup> LÊNIN, Vladimir. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. 5°. Ed. São Paulo: Global, 1981.

ilegais de luta" teria sido fundamental para o triunfo de 1917<sup>125</sup>. Apesar de sempre atentar para a necessidade de compreensão das particularidades locais e temporais, colocando-as mesmo à frente da teoria revolucionária<sup>126</sup>, declarava ser de grande importância "aprender a atuar legalmente nos mais reacionários parlamentos" — tarefa que seria "não só útil como necessária" <sup>128</sup>.

Não estamos afirmando, porém, que o PCB tenha valorizado o espaço das arenas democráticas por uma leitura original do legado leniniano. A relação com a ocupação dos espaços dos sindicatos "oficiais", atitude enfaticamente recomendada por Lênin e desaconselhada nesse momento de radicalização nos parece um forte indicativo de que esse não seria o caso<sup>129</sup>. Contudo, a partir do que fora discutido anteriormente, julgamos necessário realçar de que não se trata de mais uma suposta incoerência no plano de ação pecebista. Por mais que se compreenda que a direção do partido não tenha adotado por completo ou de maneira intencional os ensinamentos do ex-líder soviético, acreditamos ser possível inferir que uma parte relevante de suas convicções permeasse a prática do movimento comunista internacional, mesmo que de forma subjetiva.

Dessa forma, a valorização da atuação no parlamento deve ser encarada como uma tática mobilizada para promover a figura do partido, seus ideais e as diretrizes do Manifesto de Agosto, além de, em último grau, buscar a própria legalização do partido. Tática esta que possuía lastro na própria experiência soviética e se apresentava como crucial para manter a relevância do PCB no cenário político nacional. A forma como o Partido Comunista do Brasil desenvolveu essa atuação legal será mais bem explorada ao longo do Capítulo 2, no qual se procurará desenvolver a importância conferida à temática da luta contra a carestia de vida.

A parte final do texto contava com a exposição de um pequeno programa, que abrangia nove tópicos. Estes eram desenvolvidos de maneira breve e direta, certamente com o intuito de serem facilmente assemelhados pelos leitores/partidários. Os itens versavam sobre temáticas que já tinham aparecido anteriormente no decorrer do texto ou que expressavam antigas demandas do partido, eram eles: 1 – POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR; 2 – PELA PAZ E CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA; 3 – PELA

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> *Ibidem*, p. 5.

Nesse sentido, Lênin argumenta que cada situação da luta revolucionaria apresentaria diferentes alternativas, que deveriam ser devidamente analisadas pelos condutores do movimento — sempre em profunda conexão com a vontade da massa e visando o impacto de suas consequências. O autor nega profundamente a existência de uma suposta fórmula para a eclosão e/ou condução de um movimento vitorioso.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> LÊNIN, op. cit., p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> *Ibidem*, p. 21-23.

IMEDIATA LIBERTAÇÃO DO BRASIL DO JUGO IMPERIALISTA; 4 – PELA ENTREGA DA TERRA A QUEM TRABALHA; 5 – PELO DESENVOLVIMENTO INDEPENDENTE DA ECONOMIA NACIONAL; 6 – PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS DO POVO; 7 – PELO IMEDIATO MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS TRABALHADORAS; 8 – INSTRUÇÃO E CULTURA PARA O POVO; 9 – POR UM EXERCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Para além do que já foi desenvolvido previamente de forma mais elaborada — caso do conteúdo dos tópicos 1, 2, 3 e 9 —, cabe atentar para alguns pontos que se fazem presentes nessa breve proposta programática.

A questão campesina aparece de forma lateral em alguns dos itens, mas possui destaque no de número quatro, como o próprio título antecipa. Ali, pregava-se a expropriação das terras e bens materiais dos latifundiários e seu subsequente repasse "aos camponeses sem terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que querem se dedicar á agricultura" Além disso, deveriam ser extintos quaisquer modelos de trabalho diferentes do assalariado, como a "meia" tidas como semi-feudais.

No ponto número cinco do programa, os "pequenos agricultores" apareciam novamente em meio a uma série de medidas estatizantes que eram tidas como cruciais ao desenvolvimento nacional. Propunha-se: "Ajuda estatal tecnica e financeira para o cultivo da terra, estimulo ao cooperativismo e garantia do preço mínimo para a produção dos pequenos agricultores"<sup>132</sup>. Apesar de não aparecer de maneira explícita, o enfrentamento da carestia de vida era tratado ao mencionar-se o incentivo a formação de cooperativas, prática que representava a união de pequenos produtores em torno do controle do processo de distribuição de alimentos. Assim, buscava-se eliminar a presença de intermediários ou, pelo menos, enfraquecer seu poder de barganha. Unia-se a isso o estabelecimento de um preço mínimo para garantir um valor justo aos produtores.

Dessa maneira, o PCB conectava-se com a pauta da carestia de forma indireta ao atacar duas questões que afetavam o aumento dos preços dos gêneros básicos de alimentação: a concentração da terra e a distribuição da produção.

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> Prestes dirige-se ao povo. op. cit., p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> Prática comum no interior brasileiro na qual o camponês arrenda a terra em troca da concessão de metade ou parcela significativa de sua produção.

Prestes dirige-se ao povo. op. cit., p. 6.

O ponto número sete também mencionava a figura dos agricultores, mas versava sobre questões mais gerais. Este exibia um tom de urgência e elencava uma sequência de medidas que deveriam ser adotadas para se atingir tal fim. Dizia:

Aumento geral de salários, inclusive, do salario mínimo familiar, devem ser colocados no nível já atingido pelo custo da vida. Escala movel de salarios. Salario igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores. Abolição imediata da assiduidade de cem por cento. Aposentadorias e pensões que satisfaçam as necessidades vitais dos trabalhadores e suas familias, e ajuda aos desempregados. Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agricolas. Assistencia social custeada pelo patrão e pelo Estado. Fiscalização dos direitos dos trabalhadores, bem como a administração da assistencia social, entregue aos próprios trabalhadores por intermédio de seus sindicados. Imediata melhoria da situação economica dos soldados e marinheiros. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Nota-se que as demandas históricas do PCB relacionadas ao mundo do trabalho, no sentido da proteção social e expansão de direitos, eram reforçadas. Assim como a valorização dos salários era tida como ponto de partida para a melhora das condições de vida dos trabalhadores devido ao elevado custo de vida que corroeria o bolso da população.

Nesse sentido, como já enunciado por Beatriz Loner, a luta contra a carestia de vida apareceria como um elo entre as demandas do movimento sindical e as lutas populares em geral<sup>133</sup>. Possuindo, dessa forma, uma visível centralidade para o PCB. Denunciá-la e combatê-la era algo quase que natural por dialogar com as pautas históricas da agremiação em relação aos direitos dos trabalhadores e devido a seu potencial em contribuir para a desestabilização do governo Dutra (assim como o de seu sucessor) através da canalização da insatisfação popular. Além disso, auxiliava na associação da imagem do partido como representante dos interesses da população, principalmente em relação a seus extratos menos abastados.

Faz-se importante ainda ressaltar a importante menção à busca por equiparação salarial entre homens e mulheres para a realização do mesmo trabalho. Assim como a demanda por valorização do trabalho de crianças e adolescentes — em detrimento de sua extinção —, que coexistia com a pregação da obrigatoriedade do ensino gratuito para jovens entre sete e quatorze anos expressa no item número oito.

O ponto número seis, por sua vez, tratava sobre liberdades individuais e também abordava a questão da igualdade feminina, além de uma série de outras problemáticas que eram abordadas de maneira corriqueira, mas dignas de atenção.

Efetiva liberdade de manifestação do pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical, de direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros.

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> LONER, op. cit., p. 136.

Abolição de todas as desigualdades economicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher. Completa separação da Igreja do Estado e ampla liberdade na pratica de todos os cultos. Abolição de todas as discriminações de raça e côr, religião, nacionalidade, etc. Ajuda e proteção especial aos indigenas, defesa de suas terras e estimulo à organização livre e autônoma. Justiça rápida e efetivamente gratuita com juízes e tribunais eleitos pelo povo. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Apesar de não discorrer de maneira satisfatória sobre as temáticas apresentadas, a sua mera presença expressa certo compromisso com tais pautas. Pode-se notar que mais uma vez demandas do universo sindical, na figura da liberdade associativa, eram mencionadas.

A busca pela expansão do direito de voto (que seria concedido apenas com a promulgação da Constituição de 1988) também se faz presente e menciona explicitamente as mulheres, fator que merece destaque. Assim como a busca pela supressão das desigualdades econômicas e jurídicas que lhes atingissem, apesar de não ser apresentado meio para tal ou sequer desenvolvido até então quais seriam estas exatamente. Contudo, pode-se inferir que a ausência de um termo que retrate uma esfera mais subjetiva para tratar tal desigualdade denote a ausência de uma compreensão voltada para a mentalidade que promoveria tais desigualdades. Em outras palavras, não há menção explícita ao pensamento sexista que legitimava e provocava tais distorções, apenas expressões que constatam sua existência na realidade material e a necessidade de combatê-las. Em sentido oposto, por exemplo, pode-se observar a presença da condenação das "discriminações de raça e côr". Percebe-se o caráter subjetivo, mas sem abordar seu efeito prático, ou seja, a existência da desigualdade dentro da desigualdade. De toda forma, merece destaque a preocupação em abordar tais temáticas no contexto da década de 1950, quando o pensamento marxista e o movimento comunista internacional, em suas esferas hegemônicas, ainda não se debruçavam com a devida atenção sobre as mesmas. Destaca-se ainda o estímulo ao combate à intolerância religiosa e a xenofobia, além da defesa de proteção aos povos originários.

Após a apresentação deste breve programa, era pregada a união em torno dos valores enunciados até então e o chamamento dos setores tidos como democráticos para lutar por sua implementação. Nesse sentido, o texto buscava ressaltar o caráter frentista que vinha sendo então pregado pelo PCB ao enfatizar a necessidade de congregar forças com pensamentos dissonantes em torno das bandeiras que vinham sendo expostas.

Chamava atenção ainda para um ponto já mencionado: o anticomunismo corrente na sociedade brasileira. Focando em sua face religiosa, o Manifesto denunciava-o:

As diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos não podem impedir a união de todos os democratas e patriotas em torno desse programa democratico de libertação nacional. Os esforços que fazem os agentes do

imperialismo, assim como particularmente o Vaticano e a alta hierarquia da Igreja católica, para dividir nosso povo e arrastar, especialmente os catolicos, na luta contra o proletariado mais consciente e revolucionario, contra os comunistas em particular, não pode ter sucesso, porque nem as calunias do anti-comunismo, nem a exploração dos sentimentos religiosos do povo poderão impedir que os democratas e patriotas participem da luta pela paz e pela libertação da pátria do jugo imperialista, que marchem conosco contra os traidores nacionais e os provocadores de guerra. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Seria necessário então romper com as supostas falácias propagadas acerca do pensamento comunista. O documento cita nominalmente a Igreja Católica, praticamente colocando seus dirigentes (papa, bispos, etc.) como agentes do imperialismo, mas não faz críticas explícitas às práticas religiosas. A utilização da expressão "exploração dos sentimentos religiosos do povo" parece ter sido escolhida justamente por produzir um caráter dúbio, no qual não há uma condenação explícita de sua existência, mas possibilita a interpretação de uma possível "manipulação" em favor de determinados interesses. Nota-se assim, um importante reconhecimento de um aspecto fundamental do anticomunismo nacional e a tentativa de afastamento das pechas atribuídas ao MCI por meio de uma postura ponderada — em que se pese a força simbólica de criticar as ações do Vaticano.

Ao final do texto, diversos "atores políticos" eram nominalmente convocados a se mobilizar nesse novo momento em que se pregava a via revolucionária. De forma mais precisa, eram mobilizadas diferentes identidades, que por vezes se sobrepunham. Com letras em caixa alta e pontos de exclamação para emular uma espécie de grito, no sentido de chamamento, e acompanhados de um breve texto que remetia a questões mais específicas a tais "grupos", eram mencionados: concidadãos, trabalhadores; compatriotas; operários; trabalhadores do campo; mulheres do brasil; jovens trabalhadores e estudantes; soldados e marinheiros. Jargões, expressões e temáticas eram repetidos a exaustão e retomavam aquilo que fora desenvolvido até então, sempre apontando para a importância da luta pela independência nacional e pela paz.

Logo de início, quando referia-se a "CONCIDADÃOS!" e "TRABALHADORES!", aparecia a associação anteriormente mencionada entre carestia de vida e a luta pela paz: "Não vos deixeis esfomear e massacrar sem luta; não vos deixeis arrastar como gado de corte para a carnificina de uma nova guerra imperialista!" Em seguida, a conexão seria abordada novamente:

OPERARIOS! Organizai vossas forças nos locais de trabalho e unificai vossas fileiras em ambito local, regional e nacional. Lutai contra a carestia da vida, por maiores salarios contra a assiduidade de 100 por cento, que diminui arbitrariamente e brutalmente os salarios. Vossas mulheres e filhos não podem morrer de fome para

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> Prestes dirige-se ao povo. op. cit., p. 6.

que enriqueçam os patrões e o governo consiga dinheiro para a guerra. Defendei na pratica o direito de greve e lutai pelas liberdades civis, pela liberdade sindical, contra o roubo do imposto sindical que engorda os traidores da classe operaria. Lutai pela paz e a independencia nacional! (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Encontram-se entrelaçadas as lutas por melhores condições de vida e trabalho, a luta contra a carestia, o enfrentamento ao governo e o movimento pela paz. Todas as pautas se interligavam de forma indissociável dentro do pensamento pecebista. Advinha dessa concepção a necessidade urgente do emprego de medidas radicais, como a tomada do poder pela via armada. Soluções pontuais e separadas não dariam conta de resolver esse cenário, que poderia ser superado apenas através da instauração de um verdadeiro governo popular e democrático. Também se percebe novamente a centralidade conferida pelos pecebistas ao aumento dos salários no combate à carestia.

Atrelada a medidas tidas como de grande urgência para o melhoramento das condições de vida da população, estava a noção de que seria necessário um trabalho a longo prazo na construção de uma sociedade que buscasse realmente atender às demandas da classe trabalhadora. É possível observar tal perspectiva quando o Manifesto dirige-se aos "JOVENS TRABALHADORES E ESTUDANTES!":

Lutai por um Brasil livre e progressista, que vos possa assegurar um futuro melhor, diferente da realidade atual. Lutai por um Brasil livre e progressista, que vos possa assegurar um futuro melhor, diferente da realidade atual. Depende muito de vós, do vosso patriotismo generoso e audaz, da vossa energia e capacidade de luta, do vosso espirito de organização, do vosso esforço no sentido de levantar e unir toda a juventude brasileira contra a mais infame de todas as guerras, está em vossas mãos o futuro do Brasil e o destina (sic) de seu povo. Lutai pelo progresso social, lutando pela democracia de verdade, sem latifundiarios e tubarões capitalistas e seus politicos venais. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

A construção de um futuro melhor para o país deveria contar com o empenho da juventude. Era realçado, ainda que indiretamente, que o trecho buscava atingir jovens de diferentes classes sociais devido à menção de duas ocupações distintas. Contudo, é curioso que não se apresentassem medidas concretas voltadas para a valorização da educação e da figura dos discentes — que inclusive são apontadas no item de número oito do programa anteriormente comentado<sup>135</sup>. Dessa forma, parece que o Manifesto de Agosto fazia uma diferenciação entre aquilo que julgava atrair estudantes e trabalhadores sem ou com pouca instrução. Os primeiros seriam atingidos pela filosofia comunista e seus ideais, bastando-lhes uma referência mais genérica e subjetiva em torno das bandeiras do partido. Enquanto os

50

<sup>135</sup> Dizia este: "Ensino gratuito para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade e redução de todas as taxas e impostos que pesam sobre a instrução secundária e superior. Trabalho para a juventude que termina seus estudos. Apoio e estimulo á atividade científica e artistica de carater democrático." (*Prestes dirige-se ao povo. op. cit.*, p. 6.)

segundos se sentiriam representados pelas demandas econômicas e que se referiam ao mundo do trabalho, apontadas anteriormente.

O tema da carestia aparece de forma corriqueira na convocatória por meio da utilização do termo "tubarões", comumente utilizado para retratar os intermediários do processo de distribuição de gêneros e que deveriam ser eliminados, tal como outras figuras tidas como nefastas para os pecebistas.

Ademais, a problemática se fazia presente quando o texto direcionava-se a participação feminina. Frequentemente a pauta era associada às mulheres por lhes serem atribuída, quase que de forma mecânica, a realização dos afazeres domésticos.

Essa questão será desenvolvida com a devida atenção no terceiro capítulo. No momento, cabe dizer que aquelas ganhavam relativo destaque ao final do texto ao serem convocadas de maneira explícita, em contraste com as corriqueiras menções anteriores. Diz o texto:

MULHERES DO BRASIL! Sóis as primeiras e maiores vitimas da guerra e do terror fascista. Operarias e camponesas, donas de casa, mães e esposas! Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares. Com vossa tradicional coragem e decisão impedi o crime de mais de uma guerra imperialista! Organizai-vos para a luta contra a fome e a carestia da vida. A libertação nacional do jugo imperialista exige vossa participação ativa — é a bandeira por que já tombaram Zélia e Angelina, e que continua em vossas mãos. (*Prestes dirige-se ao povo.* Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

A presença de um tópico específico para a população feminina reflete que o partido buscava inseri-las no contexto da defesa de suas bandeiras e da participação política, ao menos a nível discursivo 136. Refletindo uma característica mais geral dos textos do partido, as mulheres eram convocadas para a ação através de apelos emocionais. Entretanto, há um claro aceno para sua "condição de gênero", uma intimação por seu papel enquanto mães e esposas. Deveriam sair em defesa de seus entes amados, filhos e maridos (principalmente), que estariam correndo risco de combater no conflito coreano e perder suas vidas. Precisariam zelar por aqueles cujo cuidado lhes era dever, obrigação moral.

É perceptível que o texto não menciona em momento algum o âmbito familiar quando se dirigia àqueles do sexo masculino. Não há nenhuma referência no sentido de não abandonar os filhos para combater na Guerra da Coreia ou mesmo de deixa-los órfãos, por exemplo. Assim, fica claro que, na visão pecebista, a família seria um espaço de responsabilidade feminina. Os homens seriam sensibilizados a adentrar a luta pela libertação

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> O capítulo 3 explorará a contradição entre o discurso e a prática pecebista em torno da participação feminina.

nacional e pela paz apenas por questões filosóficas e econômicas, enquanto as mulheres convencer-se-iam também por meio de apelos afetivos.

Ainda é afirmado que seriam as que "primeiro sentis as agruras produzidas pela fome", o que deriva de uma interpretação na qual caberia a elas a realização das compras dos alimentos nas feiras e mercados da cidade, para depois prepara-los em "vossos lares". Enquanto seria de responsabilidade da figura masculina apenas o papel de prover financeiramente para a família. Apesar de — e inclusive por — elencar "operárias e camponesas" no início da convocação, fica nítida a função que o texto relegava às mulheres: por mais que trabalhassem "fora de casa", ainda eram vistas como as responsáveis pelos cuidados domésticos.

Ao final do fragmento, ainda eram mencionados os nomes de Zélia e Argelina, militantes do PCB que haviam sido assassinadas durante mobilizações e tidas como exemplos a serem seguidos.

Porém, apesar de repetidamente destacar as violências e perseguições sofridas pelos comunistas, o Manifesto de Agosto não repudiava de forma direta a figura dos agentes da repressão. Ao culpabilizar o "governo de traição nacional" e coloca-los como meros instrumentos deste, abria-se espaço para a possibilidade de subversão aos comandos e adesão aos verdadeiros valores patriotas. Dessa forma, militares também seriam chamados a integrar as fileiras do projeto pecebista.

SOLDADOS E MARINHEIROS! Os operarios e camponeses são vossos irmãos — não vos presteis a instrumento de um governo de traição nacional que manda atirar no povo para poder mais facilmente entregar o Brasil aos imperialistas. Lutai dentro do quartel e do navio contra as brutalidades e as perseguições, contra a disciplina fascista, pelo direito de reunião e de discussão de vossos problemas, pelo direito á melhor alimentação por um soldo que vos permita uma vida digna. Lutai pelo governo democratico popular que vos assegurará o direito á instrução e ao livre acesso ao oficialato do Exercito Popular de Libertação Nacional. (*Prestes dirige-se ao povo*. Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Percebe-se a importância conferida à presença de militares, principalmente de baixa patente, na construção da Frente Democrática de Libertação Nacional e do projeto pecebista como um todo. O tom utópico do apelo inicial dá lugar a medidas concretas que afetam a vida cotidiana dos agentes da ordem, que seriam capazes de efetivamente "convertê-los", como o aumento dos soldos, melhoria da alimentação e acesso a postos de comando.

Todavia, no encerramento do texto encontravam-se dizeres que apontavam para uma diferenciação: "Contra o terror policial, exijamos a punição dos assassinos do povo!" e "Abaixo a ditadura sanguinaria de Dutra". Parece haver uma separação entre aqueles que

eram o público alvo da publicação, que poderiam ser "cooptados", e os que de fato representavam aquilo que o PCB buscava combater, que deveriam sofrer punições. Não nos parece haver uma contradição na presença dessa distinção, mas é evidente que a utilização dessa abordagem forte poderia produzir o afastamento de tais atores em relação ao partido, mesmo aqueles que se vissem representados em alguma medida.

O Manifesto era finalizado com sentenças que remetiam a gritos de guerra: "Viva a União Soviética e os povos que lutam pela paz!"; "Viva a união dos povos da America Latina livres do jugo do imperialism norte-americano!"; "Viva a união do povo brasileiro e sua organização de luta — a FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL!". Acima destes era possível observar outro desenho de Luís Carlos Prestes. Apesar de agora o Secretário Geral do partido aparecer em posição mais serena, com os braços junto ao corpo como se suas mãos estivessem entrelaçadas por trás, a presença da imagem serve como espécie de lembrete de que o documento expressaria as diretrizes formuladas/endossadas pelo Cavaleiro da Esperança<sup>137</sup>.



Figura 2 - Prestes dirige-se ao povo. Voz Operária, 5 de ago 1950. p. 6.

## 1.3 – Uma arma para a luta: a Imprensa Popular

Nas palavras de Maria Helena Capelato, a imprensa seria o espaço em que ocorreria a "batalha pela conquista dos corações e mentes" <sup>138</sup>. Pode-se afirmar que, historicamente, os

\_

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> Figura 2.

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

comunistas compartilham desse ponto de vista e conferiram grande centralidade a mesma na propagação de seus ideais.

Os escritos de Lênin — e mesmo sua trajetória pessoal — impactaram de forma decisiva a prática do movimento comunista internacional nesse campo. De acordo com Dênis de Moraes, o líder bolchevique colocava a disposição de um meio de divulgação através do qual o partido poderia se manifestar sobre questões e situações concretas da vida social como fundamental para a condução da luta revolucionária<sup>139</sup>. Segundo Moraes:

[...] para Lênin, o jornal de uma organização revolucionária é o lugar da transição entre a teoria "pura" e o apelo à ação, indispensável ao êxito da agitação e propaganda. A cada etapa histórica corresponde uma "tarefa da hora", dominante e prioritária. Como organizador coletivo, cabe ao periódico unificar as opiniões dos membros da agremiação. "É a arma mais poderosa do partido para chegar à classe operária todo dia e a toda hora em sua própria língua." (MORAES, 2018)

Assim, o jornal revolucionário deveria estar em profunda simbiose com as diretrizes partidárias, ligando-se à atuação da vanguarda proletária de forma indissolúvel. Caberia então às publicações: a divulgação e o esclarecimento da teoria marxista e das estratégias do partido aos trabalhadores, o auxílio na compreensão dos "objetivos gerais para o futuro e o desenvolvimento da sociedade" — na esfera da propaganda — e propiciar o entendimento da "política corrente e das questões socioeconômicas, contribuindo para a solução dos problemas táticos imediatos" — no âmbito da agitação 140.

Por décadas os diferentes jornais pecebistas buscaram seguir os princípios delineados por Lênin — cujas obras comumente eram indicadas como leitura fundamental em suas páginas —, consolidados no II Congresso da III Internacional Comunista em 1920<sup>141</sup>. A função da imprensa era tida como de grande relevância já no primeiro congresso do PCB, quando de sua fundação. Seria criado nesse momento o Serviço de Imprensa e Publicidade, que ficaria responsável pela direção das obras impressas do partido e iniciaria a tradição de um rígido controle sobre as produções<sup>142</sup>. Entre 1920 e 1970, este foi responsável pela edição e/ou circulação direta ou indireta de ao menos 85 publicações<sup>143</sup>.

MORAES, Dênis de. **Lênin e a Imprensa revolucionária**. 2018. Disponível em: <a href="https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/29/lenin-e-a-imprensa-revolucionaria/">https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/29/lenin-e-a-imprensa-revolucionaria/</a>. Acesso em: 14 jan 2021.

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup> SERRA, Sonia. **Jornalismo Político dos Comunistas no Brasil:** diretrizes e experiências da "Imprensa Popular". In: II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política, Belo Horizonte. 2007. p. 9.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> RIBEIRO, Jayme Fernandes. Cidade Maravilhosa? O Rio de Janeiro na Imprensa Popular (1947-1954). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos Jornais** - ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). 1ed.Rio de Janeiro: 7 Letras. 2011. p. 38.

Contudo, os próprios pecebistas por vezes reconheceram a ineficácia de sua atuação em tal âmbito, que deixaria a desejar na formação de quadros e na divulgação das diretrizes do partido<sup>144</sup> — o que, em certa medida, contrariava o próprio discurso auto elogioso que rotineiramente permeava as publicações. Através de diferentes artigos publicados em periódicos do partido, é possível perceber certa insatisfação com o desempenho de sua imprensa durante todo o governo democrático de Getúlio Vargas<sup>145</sup>. Esse movimento de autocrítica apontava, principalmente, para um distanciamento entre a linguagem utilizada nos jornais, característica da militância e que pressupunha certa familiaridade com a doutrina marxista, e a dos trabalhadores. Frisava-se a necessidade de facilitar a compreensão do que era veiculado, tornando as publicações mais atrativas por meio do uso de recursos imagéticos e estimulando a constante participação dos leitores para reforçar a ligação com estes.

Era nesse contexto que se inseria a Imprensa Popular — termo que se referia simultaneamente à rede de jornais comunistas espalhada por todo o país e ao noticiário carioca<sup>146</sup>. A IP foi criada em 1948 para "substituir" a Tribuna Popular e buscou se configurar como um jornal diário de massas que apresentava uma visão tida como sectária<sup>147</sup>, refletindo cristalinamente os princípios expressos no Manifesto de Agosto<sup>148</sup>.

Como indica Jayme Ribeiro, a IP não se restringia à discussão de assuntos político-partidários, como era o caso da Voz Operária<sup>149</sup>, procurando abordar variados assuntos cotidianos. O noticiário buscava sempre tratar dos âmbitos internacional, nacional e local — referente ao estado do Rio de janeiro e ao então Distrito Federal. Desse modo, notícias cotidianas sobre esportes, cultura, acidentes, assaltos e assassinatos coabitavam com matérias ligadas ao universo sindical, questões políticas gerais e artigos sobre a URSS e outros países socialistas<sup>150</sup>.

Entretanto, logicamente, não se podia separar o tratamento dos acontecimentos da visão política daqueles que os narravam, de forma que os eventos apareciam atravessados pela

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> SERRA, *op. cit.*, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> *Ibidem*, p. 6-7.

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> Sentido que será apreendido a partir desse momento e, acompanhando a forma de tratamento que pode ser observada no próprio jornal, sempre utilizando a denominação feminina.

MORAES, Marieta de. Imprensa Popular. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV**. Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular">http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular</a>>. Acesso em: 18 de jan 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> As citações apresentadas no decorrer do capítulo apresentarão exatamente o conteúdo veiculado nas páginas do jornal, que frequentemente contava com erros ortográficos e incoerências de grafia.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> O jornal era como porta-voz oficial do PCB e espaço privilegiado para divulgação de teses e debates. (MORAES, Marieta de. Voz Operária. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV.** Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria">http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria</a>. Acesso em: 22 de jan de 2021)

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 39-40.

retórica pecebista e por seu ponto de vista interpretativo. Ribeiro sinaliza a importância da compreensão da linha política do partido à época devido à ocorrência de "uma grande mistura nos jornais comunistas entre fatos e objetivos programáticos, entre notícias, teses e diagnósticos chancelados pelo Comitê Central"<sup>151</sup>. Destaca ainda as dificuldades que envolviam a produção do jornal, principalmente, devido à falta de profissionais capacitados. Tal fato dialogava diretamente com a repressão sofrida pelo periódico durante o período, uma vez que funcionários se encontrariam suscetíveis a possíveis prisões e violências <sup>152</sup>.

Nesse sentido, Dênis de Moraes afirma que os meios de comunicação comunistas engendrariam "uma metodologia específica de enquadramento do real", pois as informações neles contidas acompanhariam as "soluções retóricas capazes de dar conta da construção/leitura do mundo". Assim, o eixo semantizador seria "regulado por um saber tido como veraz, que agencia um universo delimitado de conceitos, convenções, estilos e modos de pensar"<sup>153</sup>. As publicações pecebistas de uma maneira geral e a própria Imprensa Popular seriam marcados por esse reflexo da concepção comunista da realidade, que operava como lentes interpretativas perante os fatos e eventos<sup>154</sup>.

Em diversos momentos, essa concepção que permeava as páginas da IP pode ser encontrada em artigos que se propunham mesmo a explicitá-la — para além daquilo que pode ser extraído de forma mais subjetiva nas diversas matérias, informes e manifestos veiculados. No texto "Nossa Ferramenta Nossa Arma de Luta"<sup>155</sup>, o diretor do jornal Pedro Motta Lima discorria sobre a atuação do noticiário e o apresentava como recurso fundamental por ser o único veículo que representaria os interesses dos trabalhadores.

Teu jornal, aquele a que recorres diariamente com amizade e confiança, é um instrumento de trabalho e uma arma para a luta.

Com êle defendes o ganha-pão. Por intermédio dele rebates os golpes dos que te exploram e oprimem. Em teu lar, deve ser a leitura preferida, pois tua companheira e teus filhos notarão que só êle defende com firmeza os interesses de uma família da classe operária e do povo, combatendo o congelamento de salarios, o imposto sindical, a carestia, a impunidade de senhorios gananciosos, o descalabro de um governo que priva a população pobre e média dos mais elementares meios de conforto, a começar pela agua, os transportes, a coleta do lixo e a limpeza urbana. Ele educa e orienta, esclarecendo os acontecimentos de relevo em nosso país e em todo o mundo.

Empunhando-o, nas refregas de todos os dias, neste palmilhar ininterrupto do terreno, de etapa em etapa, e a cada nova conquista, abres caminho a grandes

<sup>153</sup> SERRA, op. cit., p. 24-25.

155 Nossa Ferramenta Nossa Arma de Luta. LIMA, Pedro Motta. Imprensa Popular, 22 mar 1951, p. 1-4.

56

<sup>&</sup>lt;sup>151</sup> Ribeiro busca demonstrar como os comunistas associavam os problemas da cidade à administração municipal e esta, por sua vez, à figura de Vargas através de diversas noticias cotidianas que tratavam das mazelas vividas pelos cariocas — tais como falta d'água, carestia e problemas no transporte (temas dificilmente abordados pelos jornais da grande mídia, como Jornal do Brasil e O Globo). RIBEIRO, *op. cit.*, p. 54.

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>&</sup>lt;sup>154</sup> Essa metáfora é muito bem desenvolvida por Beatriz Loner em seu trabalho anteriormente citado.

vitórias para tua classe e teu povo, para a libertação nacional de tua pátria e a felicidade de todo o gênero humano, num mundo de paz e mútua ajuda, de progresso sem entraves e de verdadeira cultura a serviço do bem estar coletivo.

Por isso é que, se êle te falta, as tuas mãos vazias pouco produzem. Sem êle te sentes isolado da massa, distante dos companheiros e amigos, que por intermédio dele mais facilmente mobilizas e unes em várias formas de organismos. Sem êle estás privado da trincheira, modesta em sua aparência, mas que por tantas vezes já tem detido os assaltos maciços da imprensa capitalista. (*Nossa Ferramenta Nossa Arma de Luta*. LIMA, Pedro Motta. Imprensa Popular, 22 mar 1951, p. 1-4)

A ausência de referências acerca da ligação entre o periódico e a agremiação certamente dialoga com o momento de ilegalidade vivido pelo PCB. Trata-se de uma linha tênue entre a liberdade de expressão e a vinculação do noticiário ao partido que foi bem explorada ao longo do tempo. Mesmo assim, recorrentemente a publicação sofreu com perseguições e suspensões, como o longo empastelamento entre os meses de abril e setembro de 1953<sup>156</sup>. Todavia, em outros momentos essa associação seria feita de forma mais aberta, chegando a contar com a própria propaganda pela legalidade da agremiação. De toda forma, o linguajar característico e as pautas defendidas dia a dia não poderiam deixar dúvidas aos leitores mais atentos ou familiarizados com a atuação do partido <sup>157</sup>.

Faz-se necessário realçar o sentido pedagógico que aparece no artigo. Fica clara a atribuição do noticiário de prover explicações sobre os acontecimentos ao redor do globo pela ótica comunista. Ou seja, relacionar os eventos diários à teoria marxista e às diretrizes momentâneas do partido — que refletiam também o contexto geral do movimento comunista internacional à época. O emprego da sentença "Ele educa e orienta, esclarecendo os acontecimentos" indica a tentativa de condução da massa revolucionários do PCB, sendo explicita a referência à concepção leninista anteriormente mencionada.

Outro ponto que aparece com destaque é o caráter agregador do jornal. Pedro Motta Lima enfatiza a capacidade do noticiário em unir os trabalhadores e canalizar sua mobilização em torno de pautas classistas. A IP servia a um fim bem definido: a revolução nacional. Sua função, de forma declarada, não se restringiria a apenas informar, mas sim propiciar a ação conjunta em sua direção. Entretanto, reconhece-se que essa tarefa estava inserida em um processo amplo, no qual seriam necessárias pequenas vitórias atingidas através de um trabalho cotidiano e lento, porém possível devido à utilização de canais como a IP.

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> MORAES, Marieta. op. cit.

<sup>157</sup> Camilla Silva desenvolve acerca dessa tensão que envolvia a ligação da Imprensa Popular ao PCB. Ver: SILVA, Camilla. **Embate entre camaradas:** reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal Imprensa Popular (1956-1958). Dissertação (História). Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana. 2014. p. 16-17.

Ademais, essa esfera de influência deveria ser estendida para o núcleo familiar dos trabalhadores. Maximizar o alcance era uma meta sempre presente e deveria ser iniciada no próprio lar. Nesse sentido, o autor acaba por deixar transparecer que se dirige a um público masculino, reproduzindo a construção sexista que permeava a sociedade como um todo e era acompanhada pela ampla maioria da militância pecebista<sup>158</sup>.

Essa retórica de real cumpridor dos interesses da classe trabalhadora é repetida incessantemente e também pode ser encontrada no artigo "Tradição do Jornalismo Brasileiro" assinado por E. Carréra Guerra, no qual a IP era apresentada de forma mais direta como um jornal classista cuja atuação se opunha a da grande imprensa.

Nestas condições de submissão aos interêsses das classes dominantes e aos seus amos imperialistas, ou mais ainda, se identificando com êles, é evidente que não pode a grande imprensa honrar a tradição democrática, combativa e progressista do jornalismo brasileiro. A despeito do que fazem ou possam fazer os jornalistas, individualmente, como cidadãos e patriotas, continuará a grande imprensa, vinculada aos interêsses monopolistas, como cidadela reacionária, inimiga ferrenha dos ideais populares de libertação nacional. [...]

Em contraste, numa oposição não apenas formal mas de classe, aí está a Imprensa Popular, com os diversos nomes que toma em cada Estado, a merecer a herança do que há de melhor na tradição do nosso jornalismo. São jornais sustentados pelo dinheiro do povo e pelo espírito de sacrifício de seus redatores e organizadores. São jornais que, por todo o território brasileiro, levantam corajosamente a bandeira da soberania e da independência nacionais, contra a política de submissão e de entrega de nossas riquezas aos trustes norte-americanos. São jornais que invariavelmente, se batem pela elevação geral dos salários, contra a carestia da vida e a política de esfomeamento do povo seguida por governos e cofaps. São jornais que estimulam e orientam o povo para que, sob mil e uma formas, se organize para lutar e vencer. São jornais que incentivam o crescimento da vida sindical dos trabalhadores e denunciam as condições de miséria, insegurança e exploração existentes nas fábricas. Defendem ainda os mais profundos interêses dos camponêses pobres, sem terra. Contra a influência do cosmopolitismo defendem as características da cultura nacional, seu conteúdo popular, democrático e progressista, sua forma brasileira típica. Que outros jornais podem apresentar perante o povo uma linha de conduta tão coerente, tão democrática, tão patriotica? (Tradição do Jornalismo Brasileiro. GUERRA, E. Carréra. Imprensa Popular, 25 set 1953, p. 2)

Por seu vasto histórico de defesa dos trabalhadores, do campo e da cidade, e de suas diversas pautas por melhores condições de vida e trabalho, a IP seria um veículo merecedor da herança combativa do jornalismo brasileiro. Para além do intuito de caracterizar a grande imprensa — tida sempre como um todo monolítico — enquanto representante dos interesses das classes dominantes, percebe-se a preocupação em atrelar um discurso nacionalista à atuação do periódico comunista. Nacionalismo este, porém, que aparecia ressignificado frente ao discurso conservador anticomunista. Na formulação de Guerra, os verdadeiros patriotas seriam aqueles que atuariam em favor do povo trabalhador brasileiro, como os comunistas.

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup> Tema que será discutido com maior profundidade no capítulo 3.

<sup>&</sup>lt;sup>159</sup> Tradição do Jornalismo Brasileiro. GUERRA, E. Carréra. Imprensa Popular, 25 set 1953, p. 2.

Ao tratar do noticiário baiano *O Momento*, Sonia Serra indica a presença de práticas altamente semelhantes às encontradas na IP. A autora afirma que seus redatores buscavam inseri-lo na dita tradição heroica do jornalismo nacional, que abarcaria desde Cipriano Barata até as gazetas operárias do início do século XX. Essa valorização do passado convivia, porém, com a perspectiva de apresentação do impresso como importante marco de virada nesta trajetória por este ser expressão do marxismo-leninismo, única filosofia política capaz de promover a real emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, pode-se inferir pela existência de um *modus operandi* comum à imprensa comunista, que dispunha de práticas comuns e um linguajar característico<sup>160</sup>.

A Imprensa Popular buscava ilustrar para seus leitores que haveria uma oposição de interesses entre as classes dominante e trabalhadora, que se expressaria também na própria imprensa. No texto "Um bronze para o melhor jornal" Dalcídio Jurandir discorre sobre o motivo que levaria os veículos da grande mídia a não refletirem o ponto de vista dos trabalhadores:

O jornal, com seus milhões de cruzeiros, seu numeroso funcionalismo, seus patrões, seu financiamento, inclusive do Banco do Brasil, não era nada mais nada menos que uma negociata. A negociata da publicidade oficial, do sensacionalismo, da notícia à moda, da grânfinagem, da mentira, da calúnia, das reportagens fotográficas, tudo servido por um material gráfico de primeira ordem. Dinheiro, oficinas, redação, distribuição, orientação, tiragem, etc., era o resultado de um golpe alto, dado sensacionalmente na praça. Assim é uma empresa de jornal milionário que pensa, opina, informa, tira fotografias, faz sensação, segundo a orientação de seus grandes anunciantes, dos bancos que financiam, do governo que lhe dá a benção e a carta branca.

Perguntem a "O Globo" se pode informar ou pensar contra os seus anunciantes, ao "Correio da Manhã" se pode iniciar uma campanha contra a especulação imobiliária que lhe fornece a matéria paga. Ao mesmo tempo, como tivemos ocasião de saber, pelo inquérito do Banco do Brasil, quanto dinheiro é tirado da bolsa do povo para molhar a mão dos diretores desses jornais, pagar artigos a tanto, etc., etc.

Isto prova que os jornais chamados "grandes" não podem informar, dar opinião, dizer coisas segundo ponto de vista do tecelão, do trabalhador da light, do ferroviário, da dona de casa às voltas com a carestia, do estudante pobre, do pequeno agricultor, do pequeno comerciante, do anônimo consumidor de feira, do humilde vendedor do mercado, do pedreiro e do servente, do sertanejo que vem no "pau de arara", do assalariado preso ao grande fazendeiro do café e ao usineiro do roceiro que perdeu a terra. Esses jornais são feitos para os interesses de um Lafer ou de um Jaffet, do grande proprietário de edifícios e de terras, do especulador na venda e compra do algodão, do arroz e da banha, dos moinhos e frigoríficos [...]. (*Um bronze para o melhor jornal.* JURANDIR, Dalcídio. Imprensa Popular, 6 mar 1953, p. 2)

O financiamento dos jornais estaria diretamente ligado a seus posicionamentos sobre questões cotidianas. Por serem bancados por grandes empresas e pelo próprio governo,

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> SERRA, op. cit., p. 15.

<sup>161</sup> Um bronze para o melhor jornal. JURANDIR, Dalcídio. Imprensa Popular, 6 mar 1953, p. 2.

através de empréstimos do Banco do Brasil<sup>162</sup>, os veículos da grande mídia acabariam refletindo os interesses destes e não os de seus leitores "comuns". Para Jurandir, o investimento não se justificaria caso a visão de mundo ali exposta não favorecesse suas ambições, levando a extinção do patrocínio. Assim, em sua visão, essa seria a principal, e talvez única, motivação de tais veículos.

Percebe-se que o comunista busca denunciar a lógica mercadológica que atravessaria essa parcela da imprensa e se manifestaria na abordagem de variadas temáticas em suas páginas. Esse cenário descrito pelo romancista paraense relaciona-se, para além da dinâmica do funcionamento da imprensa em uma sociedade capitalista, com o próprio panorama da comunicação escrita nacional, que nos anos 1950 passava por um processo de transformação em direção ao jornalismo empresarial<sup>163</sup>. Essa transição gradual entre um jornalismo opinativo para um mais factual e descritivo expressaria uma suposta imparcialidade frente os fatos, realidade que o autor buscava denunciar em seu texto.

O artigo ainda alfinetava a administração Vargas de forma mais direta ao atrelá-la não aos interesses da população, mas aos das grandes corporações. Ao dizer que o ministro da fazenda, Horácio Lafer, e o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, ambos nomeados por Getúlio, se sentiam representados na imprensa tradicional, o autor tentava contribuir para a construção do imaginário de um governo formado por e para grandes empresários.

Também nesse sentido a Imprensa Popular buscaria se diferenciar dos chamados "jornalões". Diferentemente de seus antagonistas, esta se recusava a aceitar dinheiro daqueles que supostamente explorariam o proletariado. O que, porém, não quer dizer que o jornal não contasse com anunciantes. Contudo, estes seriam empreendimentos de médio e pequeno porte que não fossem vinculados aos tão criticados trustes estadunidenses e ingleses e seus cúmplices nacionais. Daniele Amado afirma que essa nova realidade do jornalismo nacional também gerou o aumento da circulação dos noticiários, pois o setor de publicidade procurava anunciar os produtos e serviços naqueles veículos que tivessem maior tiragem. Nessa configuração, os anúncios ocupariam um lugar cada vez maior nas receitas das publicações <sup>164</sup>.

O que inclusive renderia uma série de denúncias de corrupção e a abertura de duas Comissões Parlamentares de Inquérito mobilizada pela oposição de Vargas na Câmara Federal. (LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano, São Paulo, Senac, 1998)

<sup>&</sup>lt;sup>163</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados. In: ABREU, Alzira Alves de (org). **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

AMADO, Daniele Chaves. **Nem tudo que reluz é ouro**: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha do saneamento moral de Copacabana. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 16-17.

Por isso era comum que a redação do jornal publicasse pedidos como o encontrado na matéria "PODE SER, AMIGO?" <sup>165</sup>. O título em forma de pedido cordial era seguido por uma simples solicitação que ilustrava esse contexto: "Queremos apenas lembrar que você nos ajudará muito se comprar nas casas que anunciam em nosso jornal. E sempre que puder, diga onde comprar que você foi levado ali graças a um anuncio lido na IMPRENSA POPULAR" <sup>166</sup>.

A constante necessidade de demarcar sua atuação em defesa da classe trabalhadora se dava exatamente pela imprescindibilidade de seu apoio — não somente, mas também — financeiro. Era preciso que o jornal fosse visto pelos trabalhadores como seu legitimo representante para que estes possibilitassem sua manutenção através da sua compra e de doações, além de auxiliarem em sua divulgação.

É por este motivo que os artigos de Lima e Guerra mencionados anteriormente se encerram com pedidos de colaboração com o jornal. O diretor do noticiário afirma que é "motivo de justo orgulho" o fato de o periódico buscar manter-se fiel a aqueles a quem busca servir:

Ora, amigo. O bom trabalhador cuida de sua ferramenta, o bom soldado zela a arma que maneja. Nós temos de melhorar constantemente nosso jornal, instrumento de trabalho e arma do povo. E é mister que nos apetrechemos ainda mais e melhor quando o adversário dispõe de arsenal variado e bem sortido.

Esse é o objetivo da campanha que se desenvolve agora, e deve tomar um impulso mais vigoroso, visando um reforço de 10 milhões de cruzeiros para os orgãos de nossa imprensa, da imprensa dos trabalhadores e do povo em todo o país. E a quem podemos e devemos recorrer? Nós nada queremos dos que vivem do outro lado da trincheira, no campo inimigo. Não contamos — esse é o nosso melhor título, motivo de justo orgulho —, nem contaremos jamais com os que exploram o povo, com os inimigos de nossa pátria, com os trustes estrangeiros, com seus agentes, os colaboracionistas da dominação ianque. Só podemos e só devemos apelar para teu esforço, para teu trabalho abnegado, para tua compreensão. É pois a ti, que amas teu jornal, a ti que o ajudaste a criar e a manter tão duros embates, a ti é que compete a melhor cooperação para a vitória desta campanha.

A indústria gráfica requer hoje material caríssimo. A matéria prima fundamental que usamos, o papel, subiu em forma alarmante. Nem reduzindo o número de páginas conseguiremos cobrir os gastos com a venda avulsa, sobretudo quando evitamos elevar o preço, a fim de mantermos o jornal acessível a quem não pode pagar muito. (*Nossa Ferramenta Nossa Arma de Luta*. LIMA, Pedro Motta. Imprensa Popular, 22 mar 1951, p. 1-4)

Os apelos buscavam sensibilizar os trabalhadores a participar do financiamento do noticiário alertando para as despesas que envolviam sua produção, mas o foco do texto certamente recai sobre a necessidade de apoio devido a questões ideológicas. É possível perceber a preocupação em não aumentar o preço do jornal, uma vez que a IP não se orientava

<sup>&</sup>lt;sup>165</sup> PODE SER, AMIGO?. Imprensa Popular, 13 de abr de 1951. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>166</sup> Ibidem.

pelo lucro obtido com suas vendas, mas sim pelo trabalho de disseminação da ideologia que a norteava. Mais importante que vender, portanto, seria fazer o periódico circular nas fábricas, sindicatos e lares.

Para isso, era fundamental estabelecer uma forte ligação com os leitores e explicitar tal necessidade. Afinal, seria papel do jornal "educar", como visto anteriormente. Não bastaria estar nas entrelinhas, no âmbito subjetivo. Seria necessário demonstrar ao trabalhador o movimento realizado pela Imprensa Popular em sua defesa, de modo a evidenciar que ele deveria, por isso, ajudar nos processos de sua divulgação e distribuição. Utilizando de um linguajar fraterno, o texto de Lima se propunha justamente a manifestar a necessidade de apoio e a convencer aqueles que não teriam compreendido a importância de contribuir financeiramente com o jornal.

Esse aspecto fica ainda mais claro na parte final do texto de Guerra quando este afirma que ajudar a Imprensa Popular era um dever de todos aqueles que se julgassem patriotas, mas tal apoio não deveria se restringir a esfera financeira. Seria necessário, portanto: "Ajudá-la sempre e por todos os meios. Ajudá-la com dinheiro, é indispensável. Mas também ajuda-la com a colaboração prática, das cartas, dos artigos, dos poemas, dos desenhos, das sugestões e da difusão!"167.

Nota-se ainda um estímulo a participação dos trabalhadores na própria construção do jornal. Sua opinião e ponto de vista deveriam ser valorizados, uma vez que a orientação do periódico era justamente atuar em seu favor. Dessa maneira, visava-se o fortalecimento do sentimento de pertencimento por meio da tentativa de eliminação das barreiras entre aqueles que produziam a IP e o público.

Essas contribuições eram valorizadas e estimuladas, como podemos observar na matéria "Mais de 300 Exemplares Não São Vendidos" 168. Nesta, os leitores que assinam como Francisco e R.M. parabenizam a redação do jornal pelas recentes mudanças em sua apresentação e questionam acerca da falta de exemplares em diversas localidades do subúrbio carioca. Postura semelhante pode ser observada em "Está Sendo Prejudicada a Difusão da IMPRENSA POPULAR no Interior" 169, que versava sobre a dificuldade de um leitor do

<sup>&</sup>lt;sup>167</sup> Tradição do Jornalismo Brasileiro. GUERRA, E. Carréra. Imprensa Popular, 25 set 1953, p. 2.

<sup>168</sup> Mais de 300 Exemplares Não São Vendidos. Imprensa Popular, 18 de jul de 1954, p. 2.

<sup>169</sup> Está Sendo Prejudicada a Difusão da IMPRENSA POPULAR no Interior. Imprensa Popular, 21 de fev de 1954, p. 4.

interior do estado do Rio de Janeiro em encontrar exemplares da IP por preços acessíveis devido ao encarecimento produzido pelos distribuidores<sup>170</sup>.

Como se buscou ilustrar, o diário comunista dependia majoritariamente do trabalho de divulgação feito por seus leitores e de suas doações para manter-se. Nesse sentido, é possível identificar uma série de iniciativas que buscavam auxiliar a angariação de fundos, como a promoção de festas<sup>171</sup> e churrascos<sup>172</sup>. Porém, sem dúvidas a realização de campanhas de arrecadação teve um papel fundamental nesse aspecto e se apresentou como principal alternativa para os problemas financeiros do veículo.

Nesse sentido, é possível identificar já no ano de 1952 a utilização da mais recorrente estratégia utilizada pela Imprensa Popular<sup>173</sup> perante seus leitores na tentativa de angariar fundos através de doações: a presença de um pedido pessoal do Cavaleiro da Esperança. Em um apelo, Prestes se dirigia aos comunistas de todo o país alertando sobre a situação de penúria financeira vivida pelos jornais ligados ao partido, causada pelo encarecimento dos materiais necessários a sua produção. Neste momento, o líder comunista demandava a quantia de 5 milhões de cruzeiros para viabilizar a atuação dos impressos que teriam o "papel de porta-voz da verdade e dos mais profundos interesses do nosso povo"<sup>174</sup>. A participação de militantes ilustres como Jorge Amado e Cândido Portinari também seria utilizada na tentativa de impulsionar a colaboração popular, mas em menor proporção<sup>175</sup>.

Em novembro do ano seguinte, porém, a quantia almejada no que parece ser uma nova campanha era três vezes maior: 15 milhões<sup>176</sup>. O editorial que trazia informações sobre o desenrolar da tarefa expressava "justificado orgulho" por ter sido alcançada a quantia de 8 milhões em apenas dois meses. Para os pecebistas, o que justificava o bom desempenho era justamente o fato do jornal se colocar não como uma "indústria e um comércio", mas sim

\_

Logicamente, essas "críticas construtivas" representavam posicionamentos do jornal que apareciam com o endosso de leitores. Seria profundamente ingênuo imaginar que críticas mais fortes a atuação da Imprensa Popular seriam veiculadas, como aconteceria em qualquer meio de comunicação.

<sup>&</sup>lt;sup>171</sup> Os Artistas ajudam a Imprensa Popular. Imprensa Popular, 29 de nov de 1953, p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup> CHURRASCO da IMPRENSA POPULAR. Imprensa Popular, 28 de mai de 1954, p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> Nestas campanhas, o termo "Imprensa Popular" parece ser utilizado em seu sentido mais amplo. Todavia, a arrecadação não perde sua pertinência por tratar de um cenário mais abrangente.

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup> Façamos Vitorioso O Apêlo de Prestes. Imprensa Popular, 23 de ago de 1952, p.8.

<sup>&</sup>lt;sup>175</sup> Os Comandos Anunciam a Vitória. Imprensa Popular, 5 de novembro de 1953, p. 9.

<sup>176</sup> Por não se tratar do objetivo central desta pesquisa, não houve tempo hábil para se debruçar sobre tal questão de maneira a mapear de forma mais clara tais angariações de fundos. Contudo, há duas hipóteses que nos parecem plausíveis. Como o valor salta significativamente, a primeira campanha possivelmente encontrou êxito e abriu caminho para a realização da segunda, com expectativas mais altas. Ou, em segundo caso, esta primeira arrecadação se transformou na segunda devido a seu provável desfecho positivo e a compreensão da viabilidade do alcance de valores maiores. Os valores mencionados são consideráveis e merecem uma análise mais detalhada. A penetração social do partido à época pode ser elucidada a partir de dados disponíveis na própria IP como as cotas por estado, cidade e bairro.

enquanto um "instrumento de luta guiado pelos princípios de amor e sacrifício ilimitados à causa dos trabalhadores e do povo. Pelos princípios por que se norteia o grande Partido de Luiz Carlos Prestes"<sup>177</sup>. No mês seguinte, a cota ainda seria estendida para 20 milhões, expressando o sucesso do objetivo anterior<sup>178</sup>.

Diante deste cenário de dificuldade na própria manutenção do jornal, casos de apoiadores que se dedicavam cotidianamente a esse trabalho de divulgação ganhavam destaque como exemplos a serem seguidos. Uma espécie de demonstração de como deveriam agir os militantes. Essa criação de ativistas modelos obviamente era mais uma expressão da cultura personalista que permeava o partido à época, que encontrava seu ápice nas figuras de Stálin e Luís Carlos Prestes. Contudo, a causa comunista não seria honrada apenas com grandes feitos ou atitudes heroicas. Pequenas ações no sentido correto também seriam dignas de enaltecimento. Na matéria "Um exemplo tocante e uma boa sugestão" pode-se observar essa dinâmica a partir da história da comerciante Avelina.

Nos intervalos do seu trabalho atendendo os freguêses, pois d. Avelina é proprietária do Armazem São Jorge em Senador Camará, ela lê a Imprensa Popular, Problemas e Voz Operária, razão pela qual tomou conhecimento da Campanha dos 15 milhões, tornando-se uma entusiasta deste movimento, para o qual já contribuiu com muito dinheiro e trabalho.

Todos os fregueses que entram e reclamam contra a carestia, d. Avelina explica-lhes as causas desta calamidade, mostrando que também ela sofre as suas consequencias e a seguir passa a falar na Imprensa Popular, da Campanha dos 15 milhões e termina pedindo um auxílio. Atividade desta senhora, exemplo das altas e magníficas qualidades das mulheres brasileiras não termina ai. Nos dias de domingo, e feriados, ela procura as festas da Campanha e lá vai com sua máquina de descascar laranjas e a outra de fazer café, (compradas especialmente para este fim) fazer finanças para a campanha. Eis uma boa idéia para outras ajudistas. (*Um exemplo tocante e uma boa sugestão*. Imprensa Popular, 8 nov 1953, p. 8)

Através do caso da militante ficava nítido que "o jornal deveria trabalhar para a massa e a massa deveria trabalhar pelo jornal". Essa simbiose teria papel fundamental no crescimento do noticiário e na divulgação do pensamento comunista. Cada pecebista deveria contribuir dentro de suas capacidades para o engrandecimento do jornal, do partido e do comunismo, pois todos estariam interligados indissociavelmente.

## 1.4 – A melhor defesa é o ataque

Ao estudar a imprensa comunista, parece-nos importante pontuar que podem ser identificados dois movimentos — aqui expressos em binômios — que aparecem entrelaçados, mas que devem ser tratados separadamente com o intuito de se produzir uma compreensão

<sup>179</sup> Um exemplo tocante e uma boa sugestão. Imprensa Popular, 8 nov 1953, p. 8.

64

<sup>177</sup> O Terceiro Mês de Nossa Campanha. Editorial. Imprensa Popular, 1 de nov de 1953, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> De 15 Para 20 Milhões. Editorial. Imprensa Popular, 3 de dez de 1953, p. 3.

mais clara da mesma: propaganda/divulgação 180 e defesa/resistência. O primeiro refere-se às questões que foram desenvolvidas até então, que envolvem o papel da Imprensa Popular segundo sua própria concepção enquanto veículo de disseminação da ideologia comunista e a consequente abordagem das temáticas cotidianas sobre tal ótica — voltando-se nesta pesquisa especificamente sobre a questão da utilização política da pauta da carestia de vida. O segundo, por sua vez, deve ser realçado de forma separada para melhor esclarece-lo. O já comentado forte caráter anticomunista que permeava a sociedade à época e, portanto, se refletia na grande imprensa, obviamente produziu reações por parte dos veículos comunistas. Esse fenômeno moldou de forma decisiva a atuação do PCB em fins da década de 1940 e início de 1950 e marcou decisivamente a atuação de seus periódicos que circularam durante tal temporalidade.

Para Flávia Biroli e Luís Miguel<sup>181</sup>, o processo de produção de opiniões e preferências é coletivamente construído através das posições em redes desiguais estabelecidas nos contextos sociais. Segundo os autores:

O fato de que os meios de comunicação de massa difundam representações sociais mais afins com os interesses de alguns grupos, e não de outros, tem impacto sobre o processo mais amplo de formação das preferências. Os valores associados aos grupos em vantagem nesse processo são apresentados como adequados e "socialmente" valorizados — isto é, valorizados por toda a sociedade, em um processo no qual a *manifestação de julgamentos* a partir de determinadas posições na sociedade se realiza, ganhando o status de julgamentos *socialmente compartilhados*. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 44)

A visão criada pela grande imprensa acerca do pensamento comunista refletiria o ponto de vista de determinada parcela da sociedade sobre o mesmo, mas através da repetição e das próprias características dos meios de comunicação, seria assimilada ao discurso comum corrente na sociedade. Logicamente, trata-se de um processo dialógico. Não é possível afirmar que o anticomunismo nacional é unicamente gerido pela atuação da imprensa. No entanto, é inegável o papel ativo desempenhado pela imprensa hegemônica no processo de criação de um imaginário negativo da ideologia comunista, que, por sua vez, acabava por afastar os leitores/cidadãos da mesma.

Bethania Mariani aponta na mesma direção ao afirmar que a mídia hegemônica acabou por caracterizar aquele que se identifica com a ideologia comunista como um "inimigo nefasto". A partir do que chama de "rituais enunciativos inerentes à prática jornalística da época" e suas consequentes "propriedades discursivas de desambiguização e didatização do

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup> O termo "propaganda" aparece aqui em seu sentido genérico.

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, preferências e voto no Brasil. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa** – mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2017.

mundo", haveria ocorrido à produção da "homogeneização de dizeres e uma política de silenciamento com efeitos de verdade e literalidade". Atenta assim para a forma negativa e pejorativa como os comunistas foram denominados ao longo de décadas, em que termos como "inimigo da pátria" e "mau brasileiro" foram sistematicamente utilizados por parte dos principais jornais do Rio de Janeiro 182.

Essa visão do comunista como um adversário a ser combatido, um inimigo interno causador da desordem e da discórdia, apareceria recorrentemente. Porém, as vozes daqueles que eram retratados como "falsos brasileiros" dificilmente poderiam ser vistas nestes veículos, de modo a expor um contraponto. Seriam sempre comentados, mas nunca ouvidos. Dessa maneira operaria o silenciamento de tais atores e a redução do debate acerca de tal ideologia, uma vez que as discussões presentes na grande imprensa não girariam em torno dos fundamentos do pensamento comunista em si, mas de uma simplificação estigmatizadora dos mesmos. Tratava-se, portanto, da mobilização de signos que tinham como finalidade afastar os ditos verdadeiros brasileiros, detentores dos valores morais e religiosos dominantes, de tal corrente filosófico-política<sup>183</sup>. Tais considerações remetem às formulações de Maxwell McCombs<sup>184</sup>, que problematizam as escolhas realizadas durante a produção jornalística em diferentes dimensões. A seleção do objeto ("sobre o que falar") seria sucedida por uma série de escolhas que envolvem seu tratamento ("como falar sobre") através do realce de diferentes atributos e/ou enquadramentos que dialogassem com as intenções daquele que produz o conteúdo veiculado.

A mídia impressa hegemônica absorveu e refletiu o anticomunismo corrente na sociedade e, principalmente, nas classes dominantes brasileiras. Dessa forma, acreditamos que devemos olhar para a imprensa comunista também como um importante meio de se fazerem ouvidas as vozes desses atores sociais, que se encontravam silenciadas e/ou deturpadas nos canais tradicionais de maior circulação. Ou seja, para além do processo de propaganda e disseminação do conteúdo ideológico, a formação e utilização de canais próprios de comunicação devem ser vistos ainda como uma tentativa de defesa contra as hostilidades encontradas na mídia tradicional e expressão de sua ideologia de modo a tentar escapar das caricaturas e reducionismos produzidos por aqueles que buscavam combate-lo.

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup> MARIANI, Bethania. **As formas discursivas e a ameaça comunista**. Línguas e instrumentos linguísticos, v. 1, p. 266-294, 2019. p. 272.

<sup>&</sup>lt;sup>183</sup> MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário**: praticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1996.

<sup>&</sup>lt;sup>184</sup> MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda** – a mídia e a opinião pública. Petrópolis, Vozes, 2009.

Por sua vez, porém, é preciso reconhecer que essa dita defesa se manifestava majoritariamente em ataques às autoridades públicas e membros das classes dominantes, reforçando assim o ambiente inflamado da época. O mesmo pode ser dito da chamada grande imprensa, que sofria constantes agressões por parte dos pecebistas. Identificamos afrontas e provocações à praticamente todos os principais veículos da época, como Última Hora<sup>185</sup>, Correio da Manhã<sup>186</sup>, O Globo<sup>187</sup>, O Popular<sup>188</sup> e A Noite<sup>189</sup>. A coluna intitulada "Pelos Jornais" era o principal espaço utilizado para tais ações por ser dedicada a repercutir os escritos dos concorrentes da IP. Possivelmente, nela podem ser encontradas críticas aos demais jornais que circulavam durante o período.

Tal argumento pode ser mais bem ilustrado através do artigo "CABE AO POVO A DEFESA DE SUA IMPRENSA" Neste, busca-se condenar o ataque recém-sofrido pela imprensa comunista em sentido amplo por parte de um membro do governo e de sua legitimação por um noticiário. Diz o texto:

ASSANHAM-SE os orgãos da imprensa venal, pedindo medidas imediatas contra os jornais que se batem em defesa do povo, pela paz e pelas liberdades democráticas. "Basta de palavras e discursos" — dizem, amedrontados ante o crescimento no mundo inteiro das forças da paz e da democracia, os órgãos a serviço da guerra. O "Correio da Manhã" chega a "perdoar" o que êle chama de anterior "complacência" do governo com os comunistas. Acha, no entanto, que o governo, agora está no caminho certo, e que, o Ministro da Justiça, na entrevista coletiva, falou por todos êles. Só numa coisa considera que a entrevista merece um reparo: é que o governo parece titubear, à espera de uma lei drástica "contra a imprensa comunista". No caso, diz o pasquim da rua Gomes Freire que não é preciso esperar: o que o governo deve fazer é por logo em execução as medidas fascistas preconizadas na entrevista do sr. Negrão de Lima.

Esses vergonhosos incitamentos de um jornal para que o governo liquide com a liberdade de imprensa, deve alertar a todos os democratas e patriotas. A imprensa do povo está em perigo! (CABE AO POVO A DEFESA DE SUA IMPRENSA. Imprensa Popular, 1 fev de 1952, p. 1)

Através desse trecho, podemos notar que o sentimento anticomunista disseminado na sociedade brasileira — refletido na e pela imprensa — também alcançava aqueles que ocupavam importantes posições de poder. Inclusive aqueles que supostamente deveriam zelar pelas liberdades democráticas, como a de expressão, garantidas pela Constituição de 1946. Mesmo após a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, no cenário polarizado de Guerra Fria, essas manifestações por parte de membros do Estado seriam comuns. Em 1953, por exemplo, seria discutido um projeto de lei que visava punir "atividades subversivas" e

<sup>&</sup>lt;sup>185</sup> *Pelos Jornais*. Imprensa Popular. 31 de jan de 1953, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>186</sup> Cartolas em Desfile. LIMA, Paulo Motta. Imprensa Popular, 12 de set, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup> Pelos Jornais. Imprensa Popular. 22 de set de 1953, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>188</sup> A Faixa Azul Característica. Imprensa Popular, 28 de out de 1953, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>189</sup> *Pelos Jornais*. Imprensa Popular. 21 de dez de 1953, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>190</sup> CABE AO POVO A DEFESA DE SUA IMPRENSA. Imprensa Popular, 1 fev de 1952, p.1.

receberia o nome de "lei de fidelidade à Pátria", numa clara referência ao argumento de que os pecebistas serviam à URSS, obedecendo às "determinações de Moscou", e não a nação brasileira<sup>191</sup>. À IP caberia o papel de denunciar tais atitudes, que comumente eram classificadas como de cunho fascista, e convocar os "verdadeiros patriotas e democratas" em torno de sua defesa. Expor e criticar os atos governamentais, evidentemente a partir de sua visão programática, era a maneira encontrada pelos pecebistas de tentar mobilizar a opinião pública em seu favor.

Por vezes as declarações transformaram-se em medidas restritivas ao funcionamento do noticiário. Em diversos momentos, a esfera discursiva teria sido ultrapassada e a repressão assumiria formas ainda mais violentas. Além do longo empastelamento sofrido durante 1953, a IP sofreu recorrentemente com o recolhimento de exemplares. Em 27 de novembro do mesmo ano, por exemplo, o governo teria alegado que as comemorações relativas ao "aniversário" dos Levantes de 1935 justificariam tal atitude. A conduta foi interpretada pelos pecebistas como "tipicamente fascista" e valorizada apenas pelos "saudosistas de Hitler, de Mussolini e do Estado-Novo" 192.

O próprio artigo de E. Carréra Guerra citado anteriormente também abordava a perseguição anticomunista sofrida pelos membros da cadeia comunista de veículos de imprensa.

Que outros jornais podem apresentar perante o povo uma linha de conduta tão coerente, tão democrática, tão patriotica?

No entanto, a Imprensa Popular, comprova-o não só com a matéria que, diáriamente, publica. Comprova-o também recebendo sôbre si quase diáriamente a fúria terrorista das classes dominantes. Conta a Imprensa Popular não com um apenas, mas com muitos Liberos Badarós. Inúmeras vezes, foram suas oficinas martirizadas pelos assaltos policiais. Agora mesmo, "O Momento" da Bahia é vítima de arbitrária ocupação policial, depois de sofrer empastelamento. O mesmo acontece a "Notícias de Hoje", que teve seus redatores presos em massa. Em Goiás, com intervalo de poucos dias, um redator da Imprensa Popular foi brutalmente assassinado.

Tal é a história recente da Imprensa Popular que, literalmente, está sendo escrita com o suor dos trabalhadores e com o sangue dos mártires. (*Tradição do Jornalismo Brasileiro*. GUERRA, E. Carréra. Imprensa Popular, 25 set 1953, p. 2)

Guerra buscava chamar atenção para os inúmeros ataques sofridos pelos comunistas em um pequeno intervalo de tempo. Em sua narrativa, tal fato se apresentaria como uma comprovação da atuação em favor das classes trabalhadoras por parte dessas publicações. Assim, os comunistas seriam perseguidos justamente por serem reconhecidos como um perigo para a manutenção do *status quo*.

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> Quem é Infiel à Pátria?. Imprensa Popular, 10 de abr de 1953, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>192</sup> VIOLÊNCIA FASCISTA DO GOVERNO CONTRA A IMPRENSA POPULAR. Imprensa Popular, 28 de nov de 1952, p. 1.

Pensamento semelhante permeava o texto "Quebremos o cerco policial contra a IMPRENSA POPULAR". Neste, o "governo dos patrões e dos agentes imperialistas" reprimiria os veículos dos comunistas justamente por possuir a noção de que "enquanto circularem os jornais do povo, enquanto circule nossa IMPRENSA POPULAR, mais difícil lhes será conter as lutas das grandes massas por uma vida melhor" <sup>193</sup>.

Nesse momento em que o PCB se encontrava na ilegalidade e enfraquecido politicamente era fundamental manter seus jornais circulando nos bairros cariocas para difundir o pensamento comunista e garantir a sobrevivência da instituição, por mais que a retórica oficial do partido não apresentasse a situação de tal maneira. O governo de Vargas não demonstrou a mesma voracidade de seu antecessor, chefiado pelo general Dutra, no que tange a perseguição aos comunistas, porém, como afirma Jayme Ribeiro, também não permitiu que tais vozes dissonantes fossem ouvidas ou publicadas sem repressão 194.

<sup>193</sup> Quebremos o Cêrco Policial Contra a IMPRENSA POPULAR. Imprensa Popular, 31 de dez de 1952, p.1.

## Capítulo 2 — Contra os Preços de Getúlio: a atuação pecebista pelas páginas da Imprensa Popular

Como desenvolvido anteriormente<sup>195</sup>, o Partido Comunista do Brasil sofreu uma guinada radical na sua diretriz política após a declaração de sua ilegalidade, ainda no governo Dutra. O Manifesto de Agosto, de 1950, que consolidou e aprofundou essa postura, orientou toda a atuação pecebista até o final do governo democrático de Vargas, em 1954.

Logicamente, a Imprensa Popular, principal noticiário comunista à época, refletiria esse caráter oposicionista do PCB em relação à administração federal. Seguindo sua "visão jornalística" própria, o jornal carioca teria suas notícias, reportagens e artigos de opinião marcados pela tentativa de criação de um imaginário negativo acerca do governo Vargas, seus membros, suas iniciativas e da própria figura do presidente da República.

Neste capítulo, buscaremos desenvolver como se efetivou a atuação política do PCB em relação à temática do combate à carestia de vida. A análise de nosso *corpus* documental aponta que algumas estratégias foram postas em prática simultaneamente dentro de três esferas de atuação: discursiva, política institucional e sindical.

Acreditamos que, através da Imprensa Popular, os pecebistas tenham tentado moldar a opinião dos cariocas ao fazer uma constante caracterização negativa do governo — o que se justificava frente a compreensão que tinham do mesmo. Isto pode ser observado por meio dos seguintes movimentos: a) críticas às promessas de campanha de Vargas; b) ataques pessoais ao Presidente e aos membros do governo; c) aproximação das figuras do Presidente e do governo à de tubarões; d) avaliações das políticas públicas voltadas ao combate da carestia; e) críticas aos investimentos militares.

Ademais, o partido também procuraria usar as arenas democráticas para reproduzir tais condenações através da eleição de comunistas por outras legendas. Buscava-se assim fazer ressoar o discurso pecebista nas câmaras legislativas e na sociedade como um todo, ainda que não atrelado diretamente à figura do PCB. Simultaneamente, ao dispor de cargos políticos seria possível, teoricamente, fazer com que o pensamento exposto nas páginas da IP se traduzisse em medidas concretas para a população ou no veto das propostas governistas.

Nesse ponto, se faz necessária uma explanação mais detalhada acerca da atuação dos comunistas, uma vez que, se atentando apenas para as diretrizes gerais contidas no Manifesto de Agosto, a bibliografia desenvolvida sobre a atividade do partido no Rio de Janeiro não conferiu o devido destaque à mesma. Em nossa visão, por mais que se tratasse de uma

<sup>&</sup>lt;sup>195</sup> Ver capítulo 1.

participação não vinculada oficialmente ao PCB, a prática dos deputados e vereadores comunistas possuía grande centralidade na estratégia geral do partido e suas ações no combate à carestia de vida.

Por fim, ainda que de maneira menos pujante em relação ao período anterior, os pecebistas procuraram manter seu prestígio dentro do universo sindical reverberando os principais anseios dos trabalhadores organizados e demandando o reajuste do salário-mínimo, principal pauta dos sindicatos à época. Esse movimento se intensificaria após a retomada da participação nos sindicatos oficiais e seria fundamental para a tentativa de manutenção da influência do PCB nesses espaços historicamente tão ligados à agremiação.

## 2.1 – Construção da imagem do governo Vargas

No âmbito da oposição política, já enunciada no Manifesto de Agosto, pudemos observar alguns artifícios utilizados na Imprensa Popular que buscavam construir uma imagem profundamente negativa em relação ao governo Vargas, seus membros, medidas e instituições. Dessa forma, buscamos destacar alguns aspectos fundamentais da caracterização feita sobre tais tópicos nas páginas da IP. Contudo, por vezes tais recursos não podem ser dissociados e aparecem condensados em uma mesma reportagem ou artigo de opinião.

Enquanto candidato nas eleições de 1950, Getúlio Vargas buscou se apresentar como único capaz de combater a crescente carestia de vida que marcou a administração do general Dutra. A temática foi amplamente explorada durante a campanha, podendo ser reconhecida como uma das principais bandeiras do petebista<sup>196</sup>. Ao longo dos anos do mandato de Getúlio, a IP buscou evidenciar as contradições entre o discurso que o mesmo mantivera quando aspirava ao cargo e suas ações enquanto Presidente.

Esse movimento foi quase imediato, sendo possível identificá-lo logo no primeiro trimestre de governo. Na ocasião, duras palavras estamparam o breve balanço das ações governamentais: "À medida que passam os dias, mais claro se torna o abismo entre as cínicas promessas do candidato, demagogo sem escrúpulos, e a dura realidade que o seu governo oferece." Comumente é possível observar que as críticas são marcadas por títulos provocativos e sensacionalistas 198, refletindo o cenário jornalístico que se popularizou nos

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup> FREITAS, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> O Primeiro Trimestre de Vargas. Imprensa Popular, 29 de abril de 1951, p.3.

<sup>&</sup>lt;sup>198</sup> O termo "sensacionalista" aqui empregado não remete a uma depreciação, mas sim ao caráter chamativo e dramático atribuído aos títulos das matérias e artigos com a clara intenção de despertar a curiosidade do leitor.

anos 1950<sup>199</sup>, e seguidas por um diagnóstico que buscava realçar a necessidade da implementação de um governo popular, democrático e anti-imperialista<sup>200</sup>.

As críticas e comparações foram se seguindo e acumulando com o passar do tempo. A dificuldade do governo em frear o aumento dos preços era retratada de maneira a tentar desconstruir a imagem de Vargas como aquele que teria suas políticas voltadas para as camadas mais pobres da população, como vinculava o ideário trabalhista.

Todos se lembram das promessas do candidato Vargas, o chamado Pai dos Pobres, protetor dos trabalhadores. Até hoje, oito meses de sua posse, as promessas, ficaram no terreno da demagogia, e em muita coisa, como por exemplo no que se refere à carestia, a situação está pior. (*DEMAGOGIA*. Imprensa Popular, 25 de ago de 1951, p.3)

Assim, a IP tentava caracterizar aquele que outrora era visto com esmero pelos trabalhadores como um demagogo, cujas promessas teriam ficado apenas no papel<sup>201</sup>. Tal expediente fora utilizado diversas vezes ao longo dos anos seguintes e seria apresentado como uma confirmação daquilo que os pecebistas haviam afirmado durante a campanha eleitoral.

Tentava-se realçar que os discursos do hábil e carismático chefe de Estado não seriam nada mais do que repetições vazias, que não alterariam positivamente a realidade dos trabalhadores no futuro ou mesmo refletiam fidedignamente a situação em que se encontravam. Dessa forma, seria necessário atentar não para as promessas em si, mas para o fim que haveriam levado aquelas feitas em tempos passados. Na visão dos pecebistas, a demagogia seria uma constante nas declarações de Vargas:

O DISCURSO de Ano Novo proferido pelo sr, GETÚLIO Vargas é, no conteúdo e na técnica, uma repetição de seus discursos anteriores na mesma data: uma louvação de supostas "realizações" do governo, uma série de promessas para o ano que se inicia.

Seria o caso, portanto, de lembrarmos agora, não essas promessas para 1953, mas as que foram feitas para 1952. Onde estão estas?

Getúlio prometia então, ao se iniciar o ano que passou, um período de menos sacrifício para o povo, medidas eficazes para deter a carestia da vida, solução para o problema da habitação e de assistencia social. Já se declarava armado com as leis indispensáveis para "combater a especulação", para controlar os preços.

Que sucedeu?

1952 foi um ano récorde de carestia da vida. Somente os preços dos gêneros se elevaram em mais de 70 por cento, segundo estimativas das próprias repartições

DEMAGOGIA. Imprensa Popular, 25 de ago de 1951, p.3.

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup> Carla Siqueira afirma que nesse momento a prática de jornais como O Dia e Última Hora era marcada pela interseção entre as linguagens sensacionalista e política, visando o alcance do grande público. SIQUEIRA, Carla. **A novidade que faltava:** sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). Revista ECO-Pós, v. *8, n.*2, 2009. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.29146/eco-pos.v8i2.1108">https://doi.org/10.29146/eco-pos.v8i2.1108</a>>. Acesso em 10 de dez de 2021.

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup> Concluía a matéria: "[...] os trabalhadores e o povo compreendem cada vez, mais claramente que só com um governo democrático-popular, que quebre o poder das atuais classes dominantes representadas por Getulio e seu bando, será possível conduzir o Brasil por um caminho de paz, independencia, felicidade e bem-estar para as grandes massas." (*O Primeiro Trimestre de Vargas*. Imprensa Popular, 29 de abril de 1951, p.3)

oficiais. (O "Progresso" no Discurso de Vargas. Editorial. Imprensa Popular, 3 de jan de 1953, p.3)

Seguindo essa tática, algumas propostas de Vargas que não haviam sido concretizadas seriam abordadas. Como exemplo, podemos citar a matéria "Um sistema de esfomeamento", que versava sobre um memorial escrito pelo presidente da Associação Comercial dos Mercados Municipais do Rio de Janeiro e endereçado ao presidente da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços)<sup>202</sup>. Naquele, eram expostos uma série de entraves à produção e distribuição dos gêneros alimentícios, que impactavam diretamente a carestia. Assim, a IP buscava criticar o não cumprimento de promessas eleitorais utilizando-se de um interlocutor que atuava diretamente no trato da questão, o que conferiria grande relevância a seus posicionamentos e contribuiria para embasar as insinuações dos pecebistas.

O memorial fala "na retensão dos produtos nos centros dos produtores", "no desencorajamento do produtor e consequente retraimento da produção", "na diminuição ainda maior da produção pelo êxodo de braço trabalhador para a indústria, o comércio e outras atividades em busca de melhores salários", "em dificuldades intransponíveis" nos transportes, a deterioração dos gêneros nos trens da Central, a dificuldade de peças e acessórios de automóveis e seu custo elevadíssimo, [ilegível] transporte pelas estradas, e a "ausência técnica à maioria dos produtores, etc.

Getúlio, em sua campanha eleitoral, acenou com um "cinturão verde" de hortas e granjas em tôrno do Rio, acenou com a baixa do preço da carne, com o aproveitamento das terras do sertão carioca que hoje são entregues a uma furiosa especulação de loteamento. Tudo isso foi apenas fumo e palavras. A população sofre as consequencias, pagando caríssimo e consumindo o que há de pior e pouco em carne, leite, pescado, verduras e outros gêneros.

Os produtores querem produzir e reclamam uma parcela do lucros. Os consumidores querem consumir e reclamam baixos preços e gêneros de boa qualidade e com fartura. Mas não há nada disso. Os preço sobem sempre. A carestia crescente é a rotina do serviço de esfomeamento mantido pelo governo contra o povo. (*Um sistema de esfomeamento*. Imprensa Popular, 5 de mar de 1953, p.3)

As diversas críticas formuladas no documento tocavam em pontos centrais da dinâmica de produção e abastecimento da capital federal. Como se pode observar, o cenário descrito era de terra arrasada e insatisfação geral devido à falta de ação governamental.

Sem sombra de dúvidas, a promessa mais cobrada era referente à diminuição do preço da carne. Recorrentemente o jornal traria em seus artigos um lembrete de que o Presidente havia afirmado que o tão cobiçado alimento poderia ser adquirido por meros quatro cruzeiros

,COMISS%C3%83O%20FEDERAL%20DE%20ABASTECIMENTO%20E%20PRE%C3%87OS%20(Cofap),n ecess%C3%A1rios%20ao%20consumo%20do%20povo.> . Acesso em 10 de jan de 2022.

<sup>202</sup> Órgão criado em 1951 responsável pela intervenção federal na dinâmica de compra e distribuição de alimentos. Será abordado com maior profundidade no decorrer do capítulo. ABREU, Alzira Alves de. Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV. Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-federal-de-abastecimento-e-precos-cofap#:~:text=E%20PRECOS%20(COFAP)-</a>

durante seu governo. Essa constante recordação tinha raiz em dois fatores que cercavam o gênero: seu valor nutricional e o aspecto social que envolve seu consumo.

Segundo Cilene Ribeiro e Mariana Corção<sup>203</sup>, a carne bovina é importante fonte proteica e um alimento "nutricionalmente completo" devido à presença de aminoácidos essenciais. Por outro lado, as autoras afirmam que seu consumo representava um "símbolo de poder e prestígio" já na França do início do século XIX. Nobert Elias, por outro lado, afirma que seria possível identificar a disparidade na ingestão do alimento em favor das classes dominantes desde a Idade Média<sup>204</sup>. No Brasil, o hábito de sua ingestão teria se iniciado nos primórdios da colonização portuguesa e sido dinamizado ao longo do oitocentos<sup>205</sup>. Entretanto, seu consumo se estabeleceria como cotidiano por parte das classes médias apenas durante o processo de urbanização vivido no final do século XIX<sup>206</sup>.

Assim, é preciso pensar no hábito de comer carne como um fator de distinção em uma sociedade marcadamente desigual<sup>207</sup>. Poder, ou não, consumir determinado alimento — principalmente aquele tido como de melhor sabor — ganhava um sentido social, como colocam Gabriela Minuzi e Roselene Pommer<sup>208</sup>. A promessa de Getúlio de baratear o preço da carne demonstrava a tentativa do político em elevar a nível simbólico e material a condição dos trabalhadores, fazendo com que tivessem acesso a aquilo que era "do bom e do melhor". Tendo noção disso, os pecebistas buscavam a todo o momento enfatizar o fracasso do Presidente quanto ao cumprimento de tal aspiração, que, por sua vez, refletiria — atrelada as demais estratégias discursivas — o caráter demagógico do petebista. Seria uma demonstração da falta de comprometimento do governo com os interesses de seus eleitores ou mesmo de sua suposta incompetência. Por isso, a promessa seria lembrada recorrentemente do início ao fim do mandato de Getúlio.

Nesse sentido, também seria necessário mostrar que a própria população encontrava-se indignada com a crescente carestia. Em 3 de fevereiro de 1952, a reportagem "PREÇOS DE

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes; CORÇÃO, Mariana. **O consumo de carne no Brasil:** entre valores socioculturais e nutricionais. Demetra: alimentação, nutrição e saúde, v. 8, n.3, 2013. p. 433.

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup> Diz Elias: "O consumo de carne pela classe mais baixa, os camponeses, é também com frequência muito limitado — não por necessidade espiritual ou por renúncia voluntária por causa de Deus ou do além, mas por mera escassez. O gado é caro e, por isso mesmo, destinado durante longo período apenas às mesas dos dominantes." (ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar; 1990. p. 125.)

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup> *Ibidem.* p. 430.

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> *Ibidem.* p. 431.

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> Em sua visão, a pobreza dos trabalhadores brasileiros de tais regiões do país seria fator determinante para a permanência de tal quadro.

<sup>&</sup>lt;sup>208</sup> MINUZI, Gabriela Assunção; POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Reflexões iniciais sobre a alimentação das classes sociais.** RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. v. 05, ed. especial, abr., 2019. p. 5-6.

GETULIO PREÇOS DE CARESTIA"<sup>209</sup> colocava em prática tal artifício. O subtítulo "Descontentamento geral da população carioca com a onda sucessiva de aumentos" ilustrava tal intento. De acordo com a IP, Getúlio seria o responsável por acabar com a esperança dos habitantes da então capital federal.

QUANDO se aproximava o meio dia, todos os sábados, há anos e muitos anos atrás, na fisionomia de todos os homens e mulheres do trabalho havia ainda um gesto de esperança. Esperança de passar um domingo feliz, ao lado da família, comendo um pouco melhor, descansando da fadiga, retemperando o organismo para a semana seguinte. Hoje a coisa é bem diferente. Não se ouve senão vozes de descontentamento em meio à miséria e a carestia que dominam os lares em proveito de meia vida de gozadores. Por isso é que se encontram jovens como Maria Lúcia, que falam assim:

— Quando o sábado vai terminando eu sinto uma tristeza danada. É preferivel ficar no trabalho do que ir pra casa discutir por falta de dinheiro e outras coisas...

Perguntamos se tinha idéia de quem era o responsável por essas coisas. E Maria Lúcia respondeu:

— Ora, quem é que governa? Não é Getulio? (*PREÇOS DE GETULIO PREÇOS DE CARESTIA*. Imprensa Popular, 3 de fev de 1952 p. 1)

A insatisfação e falta de esperança dos cariocas seria tamanha que atingiria "mesmo aqueles que votaram no 'baixinho'", como era estampado na chamada da matéria. Maria Silveira, moradora de São Cristóvão que reconhecia ter votado em Getúlio por acreditar em suas promessas de campanha, afirmava que a única solução que conseguia vislumbrar para "endireitar esta situação" era "botar êsse homem para fora"<sup>210</sup>.

Como podemos observar, quase na totalidade das reportagens e artigos, a culpa sobre a questão do aumento da carestia de vida seria atribuída ao Presidente<sup>211</sup>. Nesse sentido, a prática de imputar diretamente a Getúlio a responsabilidade sobre o problema da carestia era mais ampla e contava com outros expedientes para além do descrédito de suas promessas de campanha, como a realização de ataques pessoais ao líder trabalhista.

Praticamente todas as vezes em que a temática da carestia era abordada nas páginas da Imprensa Popular havia ataques pessoais à figura do Presidente, o que acontecia quase diariamente. As formas nas quais estes se manifestavam, porém, variavam. O uso de expressões como "pai da carestia", "ditador", "demagogo", "velho tirano", entre outras, era

\_

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup> PREÇOS DE GETULIO PREÇOS DE CARESTIA. Imprensa Popular, 3 de fev de 1952 p.1.

 $<sup>^{210}</sup>$  Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>211</sup> É importante reafirmar que a seleção dos depoimentos que eram incluídos nas matérias e veiculados pelo jornal era realizada por sujeitos que compartilhavam de determinado ponto de vista sobre o governo de Vargas. Assim, se faz necessário "desconfiar" dos testemunhos, seja em relação a possíveis edições ou mesmo de sua real existência, duvida que é reforçada pelo fato de por vezes ser possível identificar o linguajar característico do jornal. Porém, para os fins desta pesquisa, constatar que os depoimentos representavam o que os membros do PCB que compunham o jornal queriam que fosse exposto é mais importante do que atestar sua veracidade. Importa aqui o reflexo de seu pensamento, seja pela utilização de determinadas falas de populares ou pela produção de depoimentos fictícios.

recorrente nos artigos de opinião e mesmo nas reportagens. Contudo, por vezes o impresso alfinetou seu maior desafeto de maneiras peculiares.

Nem mesmo em seu aniversário Getúlio seria poupado. Em 1952, a IP reportou uma manifestação do "característico e infalível espírito de humor contra os opressores e poderosos" dos cariocas. Havia sido encontrado em Inhoaíba, no ramal da Estrada de Santa Cruz, um caixão que exibia os seguintes dizeres: "Aqui jáz Getulio. Nem sangue nem petroleo para os americanos. Abaixo Vargas são os votos do povo brasileiro por ocasião de seu aniversário". Segundo o noticiário, tratava-se de uma vingança contra o "odioso inimigo" 212.

No ano anterior, no dia seguinte ao aniversário de Vargas uma nota na capa do jornal exibia a seguinte indagação: "DIA DE FESTA OU DE LUTO?"<sup>213</sup>. No decorrer do texto, pecebistas buscavam contrapor-se à imprensa hegemônica, que teria noticiado o evento de maneira corriqueira, e referiam-se ao Presidente como "velho demagogo". Essas alegorias com a idade avançada de Getúlio eram comuns e objetivavam passar a ideia de que sua prática política estaria envelhecida e representava o atraso.

O tema seria novamente abordado no dia seguinte, mas agora as críticas recairiam sobre a celebração realizada na cidade de Petrópolis. De acordo com a IP, uma caravana teria sido organizada pelo ministro Danton Coelho. Entretanto, esta teria sido um retumbante fracasso devido ao baixo comparecimento — "pouco mais de cem pessoas, entre getulistas e curiosos". A presença de poucos apoiadores, "quantidade inexpressiva de gente", teria acontecido porque "em vez de vida feliz o que o trabalhador tem visto é o aumento da carestia da vida", sendo, portanto, expressão do descrédito do Presidente perante os trabalhadores<sup>214</sup>. Por fim, o artigo buscava enfatizar o enfraquecimento político de Vargas, pois a classe trabalhadora teria se atentado de que "Getúlio não passa de um mero representante — sem ao menos a habilidade e a possibilidade de manobra de outros tempos — dos tubarões nacionais e estrangeiros"<sup>215</sup>.

É interessante notar que esse movimento de ataques à figura pessoal de Getúlio funcionava a partir da própria lógica personalista do PCB à época, retratada no capítulo anterior. Buscava-se assim criar uma dicotomia entre o próprio Presidente da República e Luís Carlos Prestes, tido como comunista modelo. Ao contrário do que aconteceria com Vargas, Prestes seria louvado por "milhares de comunistas e homens simples do povo"

76

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> Enterrado Getúlio. Imprensa Popular, 23 de abr de 1952, p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>213</sup> DIA DE FESTA OU DE LUTO?. Imprensa Popular, 20 de abr de 1951, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>214</sup> O Aniversário de Vargas. QUINTILIANO. Imprensa Popular, 21 de abril de 1915, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>215</sup> Ibidem.

quando da realização de seus 54 anos, no início de 1952. A alegria seria justificada por estarem "satisfeitos por ver que a causa pela qual se batem está em boas mãos". Dessa forma, o 3 de janeiro daquele ano seria um "dia de festa", pois a população teria percebido que "só Prestes lhes tem falado a verdade, que só Prestes lhes tem apontado o caminho verdadeiro para a solução dos seus problemas"<sup>216</sup>. Percebe-se nitidamente a dicotomia presente na forma de narrar os dois eventos, ainda mais clara na demarcação de qual dos eventos era/deveria ser celebrado pela população.

Evidentemente, essa guerra simbólica pode ser mais facilmente percebida nos próprios termos utilizados para caracterizá-los e pela postura geral adotada perante os dois personagens. Porém, essa oposição também se estenderia ao aspecto visual no intuito de corroborar silenciosamente para a criação desse imaginário negativo acerca do Presidente.

Nesse sentido, as representações de Prestes sempre contrastavam com as de Getúlio. Rodrigo Tavares aponta que, de certa maneira, Vargas teria sido retratado como a antítese daquele que recebera a alcunha de Cavaleiro da Esperança<sup>217</sup>. O autor destaca que após a cassação do registro do partido, Prestes passaria a ser cada vez mais ilustrado com um visual que remetia à década de 1930, quando da formação da ANL e realização dos Levantes de 1935. O terno e a gravata, que conferiam ares de civil ao líder comunista, seriam substituídos pelo uniforme militar com longas botas características para evocar seus tempos de tenente. A exibição da face jovial com a barba avolumada também era retomada com o mesmo intuito.

Não se tratava de uma coincidência o fato de o próprio Manifesto de Agosto refletir esse movimento. Destacar o tenentismo de Prestes em um momento em que o PCB clamava pela formação da Frente Democrática de Libertação Nacional e pela adesão popular à luta armada servia para ilustrar a sua capacidade de guiar as massas e, ao mesmo tempo, refletir a guinada radical feita pelo partido<sup>218</sup>. Dessa maneira, estabelecia-se uma oposição em relação ao "tirano e demagogo" Vargas, sempre retratado com traços que remetiam a sua idade avançada.

Para além dessa caracterização, a Imprensa Popular também lançaria mão de outras formas de representação que buscavam ridicularizar o chefe do Executivo. Alberto Gawryszewski analisa, por exemplo, a série de tiras "Ele disse; Ele fez", já presentes na

História Social), Universidade de São Paulo: São Paulo. 2009. p. 111-113.

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup> FESTEJEMOS O ANIVERSÁRIO DO CAMARADA PRESTES. Imprensa Popular, 30 de dezembro de 1951.

<sup>&</sup>lt;sup>217</sup> TAVARES, Rodrigo Rodriguez. **O humor contra Vargas:** desenhos comunistas do período da campanha eleitoral ao suicídio (1950-1954). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, aio/ago. 2016. p. 74. <sup>218</sup> Idem. **Desenhando a revolução**: a luta de imagens na imprensa comunista (1945-1964). Tese (Doutorado em

Tribuna Popular e retomadas durante o governo democrático de 1951-1954<sup>219</sup>. Esta consistia em dois quadrinhos, cada um com os respectivos títulos, que comparavam as promessas de campanha de Getúlio e a então atual situação econômica nacional. O autor realça que por vezes as charges apareciam sem se relacionarem com matérias específicas do jornal, tratandose assim de uma estratégia da redação do periódico para criticar o Presidente e seu governo<sup>220</sup>.

Outro exemplo latente deste expediente pode ser encontrado na terceira página do exemplar veiculado em 18 de maio de 1953<sup>221</sup>. Acompanhada da legenda "Ex-pai dos pobres, mãe de Wall Street", a charge retrata Getúlio — identificável por seus traços faciais, óculos característicos, sobrancelhas grossas e o clássico charuto na boca — com traços claramente tidos como femininos, como o cabelo longo e seios fartos. Retratado como "mãe" dos "trustes imperialistas norte-americanos", o petebista outrora identificado com a população trabalhadora carregava em seu colo, como a um bebê, a figura do Tio Sam, popular representação dos Estados Unidos. Uma representação sexista que se pretendia irreverente e ofensiva à imagem daquele que buscavam criticar.



Figura 3 - Ex-pai dos pobres, mãe de Wall Street. Imprensa Popular, 18 de maio de 1953. p. 3.

Também merece atenção a charge presente em matéria publicada no dia em que governo de Vargas atingira a duração de um ano completo, 31 de janeiro de 1952. O título e o subtítulo, que já contava com as tradicionais ofensas ao chefe do Executivo, escolhidos

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Getúlio Vargas:** um estudo comparativo entre a revista ilustrada"Careta" e a imprensa comunista (1945-1954). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 186 - 229. jan./abr. 2017. p. 210.

<sup>&</sup>lt;sup>220</sup> As críticas a Vargas realizadas por meio de charges não foram exclusividade da Imprensa Popular. Gawryszewski e Tavares também identificaram obras semelhantes no jornal Voz Operária e na revista Fundamentos, por exemplo. Em ambos os casos, as afirmações feitas nesta pesquisa podem ser estendidas, por mais que se trate de veículos com finalidades em certa medida distintas da IP. O artifício também não foi utilizado apenas pelos comunistas, como demonstra Gawryszewski ao analisar a revista Careta, semanário declaradamente oposicionista do varguismo. Curiosamente, porém, a mesma fazia críticas semelhantes, até certo ponto, a figura dos "tubarões dos lucros extraordinários" durante o governo Vargas.

<sup>221</sup> Figura 3.

anunciavam o tom da avaliação que se seguiria: "FOME E TERROR, COLONIZAÇÃO E GUERRA" e "EIS O QUE OFERECE AO POVO O VELHO TIRANO DO ESTADO NOVO E SERVIÇAL DE TRUMAN". Na visão dos pecebistas, tratava-se de "um ano dos mais calamitosos na história do país" devido à crescente carestia e à "maior penetração imperialista em nossa patria e de acelerada marcha para guerra" 223.

Para ilustrar um período tido como tenebroso da história nacional, a charge trazia uma referência bíblica: os quatro cavaleiros do apocalipse<sup>224</sup>. Representados por esqueletos que traziam na cabeça placas com suas denominações (guerra, fome, peste e morte) e montados em cavalos subnutridos — em clara representação da carestia de vida —, eram conduzidos por um Getúlio com traços velhacos propositalmente acentuados. Importante notar que a referência bíblica dialogava com a tentativa de caracterizar o comunismo como uma ideologia que não era avessa à religião, imagem que permeava o anticomunismo nacional<sup>225</sup>.

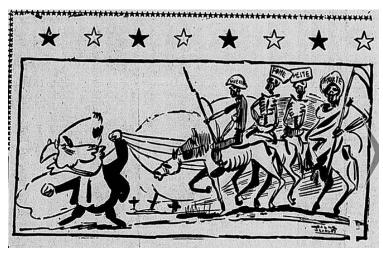


Figura 4 - FOME E TERROR, COLONIZAÇÃO E GUERRA. Imprensa Popular, 31 de jan de 1952. p. 1.

Logicamente, essa alegoria religiosa tratava-se de um exagero proposital que buscava reforçar o sentimento de insatisfação popular frente ao governante. Porém, por vezes os ataques não eram desferidos em forma de metáfora. Talvez o mais forte deles tenha ocorrido em novembro de 1953 devido ao aumento do preço do litro do leite.

O anúncio do aumento de 1 cruzeiro e 80 centavos sobre o gênero era criticado já no dia 4<sup>226</sup>, quando a Imprensa Popular destacava a insatisfação de Estela Guerra Duval, diretora da maternidade Fundação Pró Matre. Ela relatava o impacto do constante encarecimento, que

<sup>&</sup>lt;sup>222</sup> FOME E TERROR, COLONIZAÇÃO E GUERRA. Imprensa Popular, 31 de jan de 1952. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>223</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>224</sup> Figura 4. Convergimos aqui com a interpretação de Tavares em relação à charge comentada. TAVARES, *op. cit.*, p. 141.

<sup>&</sup>lt;sup>225</sup> MOTTA, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>226</sup> CINISMO È IMPIEDADE O AUMENTO DO LEITE. Imprensa Popular, 4 de nov de 1953. p. 1-5.

teria elevado em 500% as despesas da instituição. Por isso, o texto tomava a liberdade de utilizar a expressão "GOVERNO CONTRA A INFANCIA".

Quatro dias depois, seria publicado um Editorial com tom mais agressivo. Como comumente as matérias veiculadas na IP não possuíam autoria, podemos inferir que tratava-se de uma intencionalidade reforçada de expressar que tais escritos refletiam o pensamento da direção do jornal. Nele, afirmava-se que um aumento de 40 por cento no preço do gênero iria torna-lo proibitivo para milhares de pessoas em um cidade onde mais de 50%% da população já não possuía capacidade financeira de adquiri-lo. Buscava-se ainda evidenciar as complicações sociais geradas pelo reajuste por meio de um apelo emocional que pretendia sensibilizar os leitores e causar indignação. Nessa direção, era enfatizada a situação particular das crianças, que dependem de maneira vital de seu consumo<sup>227</sup>. Sabe-se que o leite é um alimento fundamental para o desenvolvimento infantil e que sua ausência na dieta poderia provocar subnutrição — doença que enfraquece o organismo e pode provocar complicações geradas por enfermidades tidas como de menor gravidade, como diarreias<sup>228</sup>.

A matéria do dia 17, quando fora confirmado o aumento do litro de leite em 60 centavos, caminhava no mesmo sentido<sup>229</sup>. O subtítulo caracterizava a medida como um "ATENTADO CONTRA A POPULAÇÃO" ao qual a mesma não poderia assistir calada. Ao final do texto, as massas eram convocadas a demonstrar publicamente sua insatisfação:

Estamos diante de tantos insultos e tamanhos atentados contra os interêsses da população que ninguém pode ficar de braços cruzados, aceitar sem firmes protestos êstes assaltos. O contrário é permitir que a miséria e a fome dominem nossos lares, acarretando não só maiores sofrimentos e privações, mas a própria liquidação física de nosso povo e de nossos filhos. (ASSASSINOS DE CRIANÇAS. Imprensa Popular, 17 de nov de 1953. p. 1)

Para os pecebistas, a gravidade dos impactos causados pelo aumento do preço do litro do leite, que abarcariam até a morte, se apresentava como justificativa para a escolha de um título extremamente forte. No topo da capa da edição daquela terça-feira era possível ler em letras garrafais: "ASSASSINOS DE CRIANÇAS". Logo abaixo, deixava-se claro de quem se

<sup>228</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 9<sup>a</sup> ed. Editora brasiliense: São Paulo. 1991. p. 17-19.

<sup>&</sup>lt;sup>227</sup> O Aumento do Leite. Editorial. Imprensa Popular, 8 de nov de 1953, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>229</sup> Apesar de ser menor do que o esperado, o aumento acabava por desencadear uma sucessão de elevações. Existem aqui dois sentidos possíveis. O primeiro versa sobre as diferentes formas em que o produto era comercializado: "este alimento básico, passará a custar 3 cruzeiros e 80 centavos. O leite engarrafado no balcão, custará 4 cruzeiros e 20 centavos, e entregue à domicilio nada menos de 4 cruzeiros e 50 centavos.". Enquanto o segundo refere-se aos subprodutos e derivados: "O aumento do preço do leite será um elo na cadeia de novos aumentos, pois trará consigo a elevação dos preços dos laticínios, como manteiga, queijo, etc. No mesmo caminho, seguirão o leite em pó e o leite condensado.". (*O Aumento do Leite*. Editorial. Imprensa Popular, 8 de nov de 1953, p. 3)

tratava: "Por ordem de Vargas a COFAP aumentou ontem 60 centavos no preço do leite". Era o ápice da retórica inflamada que estampava as páginas da Imprensa Popular.

Na visão dos pecebistas, porém, parecia mais importante caracterizar Vargas como o maior representante da classe dominante nacional do que apenas proferir ofensas e chacotas — apesar das estratégias comporem um quadro complementar. Por isso, constantemente o petebista era identificado como um latifundiário detentor de milhares de cabeças de gado. A responsabilização pessoal pelo aumento da carestia ganhava então uma suposta motivação concreta: Vargas enriquecia com o aumento do preço da carne.

Em artigo que se propõe exatamente a expor tal situação, não por acaso intitulado "Lucra o fazendeiro Vargas com o aumento do preço carne"<sup>230</sup>, os rendimentos do Presidente e seus negócios com frigoríficos estrangeiros eram expostos.

Em cada boi, de acordo com o aumento, os fazendeiros lucrarão mais Cr\$ 1.600,00. Os beneficiados são os Maneco Vargas (Secretário da Agricultura, fazendeiro, filho de Getúlio), Ernesto Dornelles (governador do Estado, fazendeiro, primo de Getúlio), Vieira de Macedo (grande fazendeiro, primo de Getúlio), Jango Goulart, e, finalmente, o proprio Vargas, cujo gado, embora entre na Swift de Rio Grande em nome de muita gente, traz sempre a marca de suas estâncias — a marca "60". (*Lucra o fazendeiro Vargas com o aumento do preço carne*. Imprensa Popular, 31 jul 1952, p.8)

Como se pode observar, os ataques recaíam também sob os familiares de Vargas, com o intuito de reforçar o argumento de que seus interesses seriam escusos e pessoais. Por ocuparem posições de poder no estado do Rio Grande do Sul ou na administração federal, eram denominados pelo noticiário de "oligarquia dos latifundiários Vargas"<sup>231</sup>. Na sequência do texto, era apresentada mais uma caricatura que buscava zombar da figura do Presidente, que aparecia cantarolando de felicidade com um charuto na mão e acima dos dizeres "VARGAS se locupleta com o aumento do preço da carne, como grande criador de gado no Rio Grande do Sul"<sup>232</sup>.

81

<sup>&</sup>lt;sup>230</sup> Lucra o fazendeiro Vargas com o aumento do preço carne. Imprensa Popular, 31 jul 1952, p. 8

<sup>&</sup>lt;sup>231</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>232</sup> Figura 5.



Figura 5 - Lucra o fazendeiro Vargas com o aumento do preço carne. Imprensa Popular, 31 jul 1952, p. 8.

Seria fundamental divulgar tal informação, por ser "uma constatação que põe a nu o carater anti-popular do atual governo"<sup>233</sup>. Getúlio não era tido como um modesto criador de gado, mas sim como "o segundo ou terceiro [maior] criador de gado do país"<sup>234</sup>. Por isso, estaria em posição de grande notoriedade entre os ditos inimigos do povo: "Entre os fazendeiros, manipuladores e beneficiários da carestia, está em lugar de destaque o proprio Getulio Vargas"<sup>235</sup>. O chefe do Executivo era assim tido como "o tubarão n.1, pai de todos os escândalos e negociatas", como afirmava a legenda de uma foto que mostrava seu semblante austero ao segurar um charuto<sup>236</sup>.

Até mesmo este hábito do gaúcho de São Borja seria utilizado para criticá-lo duramente e caracterizá-lo como um homem de práticas luxuosas que levava a cabo uma política de miséria para os trabalhadores. A condenação seria feita justamente em um dia no qual o governante tradicionalmente discursava para as massas sobre seu apreço pelos trabalhadores, o 1º de Maio — o dia do trabalho e do trabalhador — do ano de 1954<sup>237</sup>.

A matéria "UM CHARUTO DE VARGAS, Um dia de salário do trabalhador" versava sobre o anúncio da fixação do salário mínimo, que alcançaria o valor de 1.600 cruzeiros — ao invés dos 2.400 desejados por entidades sindicais e pelo próprio Partido Comunista. A cifra era questionada pelos pecebistas no decorrer do texto por ter sido pensada como despesa individual, e não familiar como teoricamente previa a constituição vigente. De acordo com a

<sup>&</sup>lt;sup>233</sup> Vargas, o esfomeador. Imprensa Popular, 1 de ago de 1952, p. 3.

 $<sup>^{234}</sup>$  Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>235</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>236</sup> Getúlio Vargas, o tubarão n.1, pai de todos os escandalos e negociatas. Imprensa Popular, 1 de jan de 1954. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>237</sup> UM CHARUTO DE VARGAS, Um dia de salário do trabalhador. Imprensa Popular, 1 de maio de 1954, p. 16.

IP, Vargas estaria assim "condenando os trabalhadores a passarem fome" <sup>238</sup>. A insatisfação era apresentada inicialmente com tom jocoso em relação aos valores estabelecidos pelo governo para justificar a quantia total optada. Porém, a zombaria era seguida por um ataque através da comparação com o hábito do Presidente.

> Não é necessário comentar um orçamento dêsses: uma família se alimentar com 691 cruzeiros e pagar casa com 382 cruzeiros e 40 centavos por mês. Por êsse preco, nem comendo no "china" e morando num barração. Uma refeição no "china" custa 10 cruzeiros, 60 refeições por mês são 600 cruzeiros. E o café da manhã, e os seus filhos, que vão comer?

> [...] Vargas estipula que o trabalhador deve viver com 53 cruzeiros por dia. Isso chega a ser um ultraje aos trabalhadores. O próprio Vargas gasta mais do que isso só em cada charuto que fuma. Os seus luxosos "Patacas" custam 60 cruzeiros cada. São havanas legítimos e vêm importados de Cuba, em finíssima caixa de pau-setim com uma folha de cedro separando uma camada da outra. (UM CHARUTO DE VARGAS, *Um dia de salário do trabalhador*. Imprensa Popular, 1 de maio de 1954, p. 16)

Assim, o hobby ganhava ares de disparate com os mais humildes e servia para desqualificar os cálculos e previsões feitos pelo governo. O contraste entre as realidades era evidenciado com a ironia em tom de crítica que afirmava ser impossível sobreviver mesmo se alimentando nos "chinas", como eram popularmente conhecidos os restaurantes cariocas marcados por preços baixos e péssimas condições de higiene<sup>239</sup>. No meio do texto era estampada uma foto de Getúlio baforando a fumaça de um de seus queridos cubanos, que contribuía para a construção da imagem de sua indiferença para com a sofrida realidade dos trabalhadores<sup>240</sup>.



Figura 6 - UM CHARUTO DE VARGAS, Um dia de salário do trabalhador. Imprensa Popular, 1 de maio de 1954, p. 16.

<sup>240</sup> Figura 6.

<sup>&</sup>lt;sup>239</sup> GAWRYSZEWSKI, Alberto. Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945/1950. Coleção Biblioteca Carioca. Prefeitura do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 2001. p. 129.

A figura do Presidente refletia, de forma simplificada, a imagem do governo como um todo. Representar Getúlio como um membro da classe dominante que agia de acordo com seus interesses pessoais acabava por lançar um ar negativo sobre todas as ações tomadas por sua administração. Esse movimento expunha uma visão extremamente personalista e reducionista da gestão pública, mas dialogava com a interpretação hegemônica corrente na sociedade brasileira e, principalmente, servia como estratégia para deslegitimar e criticar o governo Vargas. A Imprensa Popular tentava deixar clara a mensagem que buscava passar: haveria apenas duas trincheiras possíveis na batalha pela emancipação nacional.

De um lado está o govêrno de Vargas com a sua política — a política dos latifundiários e dos grandes capitalistas servis aos monopólios norte-americanos. Do outro lado está o Partido Comunista com a sua política — a política em defesa intransigente dos interêsses fundamentais da esmagadora maioria da nação. (CENTRO DA VIDA NACIONAL O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Imprensa Popular, 25 de mar de 1954, p. 8)

Nessa visão binária, todos aqueles que representavam posicionamentos políticos distintos aos pecebistas eram obrigatoriamente empurrados à trincheira inimiga. Particularmente no caso de Vargas, era estabelecida uma narrativa de continuidade com a ditadura estadonovista e o próprio governo Dutra. Esses diferentes momentos da vida política nacional, que abrangiam conjunturas distintas e suas respectivas particulares, eram homogeneizados pelos pecebistas por serem voltados aos interesses das classes dominantes, representadas pelos mandatários de ocasião. Nesse sentido, por vezes, é possível observar a utilização da expressão "ditadura Vargas-Dutra-Vargas"<sup>241</sup>. Era atribuída assim a sequência de práticas repressivas e incompatíveis com as ambições dos trabalhadores por melhores condições de vida e paz:

Há quem diga, para justificar, que a situação atual é apenas o agravamento de problemas criados em governos anteriores. Sem dúvida. Mas êsses problemas foram agravados justamente porque Vargas segue a política dos governos anteriores, uma política contra o povo, a serviço do imperialismo ianque, dos latifundiários, dos grandes capitalistas que vivem como sócios menores dos trustes estrangeiros. (GOVÊRNO DE RUINAS. Editorial. Imprensa Popular, 7 de out de 1953. p. 3)

Tal expediente foi utilizado ao longo de todo o mandato de Vargas e torna evidente a execução da linha política traçada pelo Manifesto de Agosto, que não distinguia as plataformas políticas de Dutra e Getúlio Vargas. Esse fato pode ser ilustrado por meio de um artigo escrito por Aylton Quintiliano que almejava confirmar as previsões do documento de 1950: "Há 15 meses atrás, havia quem duvidasse quando os comunistas advertiam sôbre a

-

<sup>&</sup>lt;sup>241</sup> LUTAM OS ESTUDANTES. Imprensa Popular, 24 de set de 1954. p. 1.

semelhança entre Getulio, Dutra, e quantos mais expoentes das classes dominantes disputavam o govêrno do país."<sup>242</sup>.

Diagnóstico semelhante seria apontado por Paulo Motta Lima em trecho profundamente irônico publicado no ano seguinte.

Hoje os interêsses da camarilha dos milionários e donos de latifúndios são defendidos pelo govêrno Vargas. Ontem o honrado general Dutra, em grande uniforme, comandava o baile. Amanhã querem que seja um novo Getúlio, se Deus for servido. (*Em Marcha Batida Para a Catástrofe*. LIMA, Paulo Motta. Imprensa Popular, 15 de out de 1953, p. 3)

Pode-se perceber que nem mesmo as oscilações políticas do governo Vargas, que contava com acenos ao próprio PCB, e os diversos acontecimentos alteraram a narrativa dos pecebistas sobre o mesmo. Que pese ainda o fato de esta ter sido formulada antes mesmo do início do mandato de Getúlio.

Além de representar a continuação daquilo que era tido pelos comunistas como de mais nocivo para a nação brasileira, o governo de Vargas seria formado por membros com os mesmos defeitos de seu líder. Seriam, portanto, latifundiários, pecuaristas e membros das classes dominantes de forma geral. As principais críticas recaíam sobre Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil (1951-1953), Horácio Lafer, ministro da Fazenda (1951-1953), Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda (1953-1954), João Goulart, ministro do Trabalho (1953-1954), Benjamim Cabelo, presidente da Comissão Central de Preços (1951-1952) e da COFAP (1951-1953), e Hélio Braga, presidente da COFAP (1953-1954). Entretanto, todos os integrantes eram vistos da mesma forma. Em síntese, se tratava de tubarões como o próprio Presidente.

[...] Getulio Vargas trai o Brasil. Representando as classes dominantes interessadas numa nova chacina mundial, a fim de fazerem grandes negocios, ele conduz o país no caminho da guerra, da miséria e da fome. Sua demagogia sôa cada vez mais falso perante as grandes massas, que sentem na propria carne como as promessas do demagogo sáem todas às avessas. Ele faz discursos contra os tubarões, mas o que as massas vêem é que esses tubarões estão instalados no governo, dirigem a política nas posições-chaves, representam o Brasil em Washington, onde assumem compromissos lesivos à soberania nacional e aos destinos do nosso povo. (O Primeiro Trimestre de Vargas. Imprensa Popular, 29 de abril de 1951, p. 3)

Seguindo essa linha de pensamento, a acusação de que a posse de grandes propriedades e cabeças de gado moveria seus interesses e guiariam suas ações lançada à Vargas era estendida aos membros de seu governo. Jango, por exemplo, era apresentado como "um explorador, proprietário de 22 fazendas"<sup>243</sup>. A imputação, porém, era mais geral.

<sup>&</sup>lt;sup>242</sup> O RETRATO DE UM REGIME. QUINTILIANO, Aylton. Imprensa Popular, 2 de abril de 1952, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>243</sup> Jango Tenta Justificar A Bôa Vida dos Patrões. Imprensa Popular, 24 de dez de 1954, p. 4.

[...] para Vargas e seu bando de latifundiários e grandes capitalistas associados aos monopólios norte-americanos, a política dos preços altos, do crescente esfomeamento do povo, é um grande negócio. Vargas, Jango e outros ministros "domésticos", como grandes pecuaristas, lucram diretamente com êsses sucessivos aumentos do preço do boi e da carne. Nada há de extraordinário, por isso, que constituam, com os frigoríficos imperialistas, particularmente os norte-americanos, uma só quadrilha de salteadores da bolsa do povo. (Sôbre os Preços da Carne. Editorial. Imprensa Popular, 9 de fev de 1954, p. 3)

Na narrativa pecebista, o fato do próprio presidente, seus familiares, alguns de seus ministros e aliados serem donos de grandiosos rebanhos seria imoral, mas não se tratava apenas de um aspecto abstrato. Isso se refletiria em ações políticas que tinham impacto na vida cotidiana da população. A questão seria mais abrangente do que o caso específico dos reajustes nos preços da carne, alegadamente movidos pela ganância pessoal dos membros do governo. Tratava-se do envolvimento de interesses de classe mais amplos, que acabariam promovendo o favorecimento de membros da burguesia nacional e internacional em detrimento da população brasileira. Como exemplo, podemos citar o caso do perdão de uma dívida bilionária de pecuaristas com o governo federal<sup>244</sup>. Advinha do intuito de denunciar esses supostos interesses escusos a necessidade de publicizar ao máximo tais informações.

No momento preciso em que o govêrno aumentava o preço do boi, ensejando a majoração dos preços da carne e maiores lucros aos pecuaristas, concedia aos grandes criadores um presente régio: fazia aprovar, no Senado, o projeto de lei número 130, perdoando as dívidas dos fazendeiros, donos de rebanhos, com o Banco do Brasil.

O projeto, aprovado há poucos dias e que já subiu para sanção do Executivo, é um verdadeiro escândalo: entrega nada menos de 4 bilhões de cruzeiros do povo aos grandes criadores de gado, entre os quais figuram, em primeiro plano, a família do sr. Getúlio Vargas, a maioria de seus amigos e apaniguados e grande número de deputados e senadores. (CARNE MAIS CARA, A CAUSA É GETÚLIO. Imprensa Popular, 7 de ago de 1954, p. 8)

A interpretação pecebista apontava para um suposto erro de origem. Uma vez formado por membros da classe dominante, as políticas formuladas pelo governo, fosse composto por quaisquer personalidades, buscariam atender apenas as demandas desta. O foco dessas matérias veiculadas nas páginas do noticiário carioca claramente era a denúncia do caráter classista do governo. Nesse sentido, desnudar as trajetórias de seus membros, suas relações econômicas e associá-los a suas atuações possuía importante centralidade na construção dessa retórica. O editorial publicado em 13 de outubro de 1953 apontava nessa direção ao afirmar que independentemente daquele que ocupasse o cargo de ministro da Fazenda, fosse o "sr. Lafer" ou o "sr. Aranha", a política econômica e financeira seria mesma: "para descarregar

<sup>&</sup>lt;sup>244</sup> CARNE MAIS CARA, A CAUSA É GETÚLIO. Imprensa Popular, 7 de ago de 1954, p.8.

maiores sacrifícios sôbre os ombros do povo e favorecer os interésses egoístas dos latifundiários, dos trustes imperialistas e da grande burguesia a êles submetidos"<sup>245</sup>.

Nas páginas da Imprensa Popular, as ações do governo Vargas jamais seriam abordadas de maneira minimamente elogiosa ou mesmo respeitosa. A retórica agressiva contida no Manifesto de Agosto não seria abandonada até a trágica morte de Vargas.

Os pecebistas criticavam de maneira enfática a condução econômica e social do governo Vargas, atribuindo ao próprio Presidente a responsabilidade pelo cenário vigente. Nesse sentido, partindo para um âmbito mais específico em relação à carestia de vida, também seriam criticados órgãos e iniciativas governamentais voltadas para a resolução dessa problemática.

De acordo com Alberto Gawryszewski<sup>246</sup>, o encarecimento dos gêneros alimentícios foi tratado de maneira semelhante desde a ditadura estadonovista até o final do governo Dutra. O pessedista teria mantido o aparato legal criado entre 1937 e 1945 e dado continuidade à política de criação de estruturas subordinadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio<sup>247</sup>. O governo democrático de Vargas, por sua vez, seguiria o padrão estabelecido ao longo das décadas anteriores e apenas "aperfeiçoaria" algumas das iniciativas a ele anteriores. Destacaremos a seguir alguns dos "dispositivos" vigentes e como os pecebistas se manifestaram em relação aos mesmos.

Os chamados Crimes contra a Economia Popular foram instituídos na legislação ainda nos tempos do Estado Novo, em 1938<sup>248</sup>. Após um breve período no qual eram tidos como contravenção penal, acabariam por se consolidar como crimes inafiançáveis a partir de 11 de setembro de 1946. Essa tipificação abrangia práticas costumeiras na capital federal como o sobrepreço frente aos tabelamentos impostos pelos órgãos competentes e a sonegação de mercadorias<sup>249</sup>.

Diante da existência dessa legislação punitiva, os pecebistas recorrentemente cobravam uma atuação mais pujante do governo no sentido de sua aplicação para que tais atos lesivos aos consumidores não mais acontecessem. Entretanto, é preciso realçar que não havia uma criminalização da atividade comercial em si, que naturalmente preza pela obtenção de

<sup>&</sup>lt;sup>245</sup> NOVOS SACRIFÍCIOS PARA O POVO. Editorial. Imprensa Popular, 13 de out de 1953, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>246</sup> GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Panela Vazia:** o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945/1950. Coleção Biblioteca Carioca. Prefeitura do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 2001.

<sup>&</sup>lt;sup>247</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>248</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>&</sup>lt;sup>249</sup> *Ibidem*, p. 52.

lucro. Isso era posto claramente no texto "O PROGRAMA E A LEI 2 114", de 8 de abril de 1954<sup>250</sup>:

Não é justo chamar os comerciantes, em geral, de "tubarões". Ninguém pode negar que todos os que negociam têm, naturalmente, como objetivo a obtenção de lucros sempre mais altos.

Ninguem se entregaria ao ramo do comércio particular se o mesmo não fosse lucrativo. Não são todos os comerciantes que forçam o encarecimento do custo de vida, mas somente aqueles que estão em condições de fazê-lo, isto é, os que exercem o monopólio de determinados ramos do comércio ou da compra e distribuição de gêneros e produtos. Êsses, sim, é que são os tubarões e contra os quais o atual govêrno não tomou nem toma qualquer providencia: antes, pelo contrário, os protege por todas as formas. (*O PROGRAMA E A LEI 2 114*. Perguntas e respostas. Imprensa Popular, 8 de abr de 1954. p. 3)

Fica evidente, portanto, que para os comunistas apenas os grandes comerciantes que se utilizassem de práticas tidas como imorais para majorar seus lucros é que deveriam ser culpabilizados. Ao mesmo tempo, o governo também seria responsável direto pelo descalabro vivido por sua omissão frente à essas conhecidas manobras dos chamados tubarões.

Havia, portanto, uma clara diferenciação entre os papéis desempenhados pelos pequenos e grandes negocistas. Enquanto os primeiros eram tidos como fundamentais para a comercialização dos gêneros, os últimos seriam condenados por contribuírem de maneira ativa para a penúria em que se encontravam os cidadãos cariocas. Esse pensamento também pode ser observado no artigo escrito na coluna "Notas Econômicas" de 22 de novembro de 1951:

Compreende-se cada vez melhor que os grandes intermediários, os grandes atacadistas, os tubarões, são os principais responsáveis pela especulação e contribuem muito mais para a alta anormal dos preços do que os pequenos e médios intermediários do que os comerciantes varejistas. Portanto, se o govêrno não fosse um govêrno de tubarões e se quisesse realmente combater a carestia, ele deveria começar pelo controle do alto comércio, do grande comércio atacadista, porque somente assim o controle do comercio varejista seria eficiente e justo. Ademais, se o govêrno liquida os pequenos comerciantes, que vai acontecer? Vai acontecer que somente restarão os grandes comerciantes, isto é, somente ficarão os tubarões o que quer dizer que o povo ficará entregue a eles.

Quando mencionamos o "comércio varejista" sabemos que nem todos são pequenos e médios comerciantes; há entre eles também uma minoria de grandes comerciantes, donos de vários estabelecimentos e que negociam em alta escala, especulando com os gêneros essenciais ao povo, como legítimos tubarões. Mas, dentre cerca de 22.000 estabelecimentos varejistas existentes no Distrito Federal, a enorme maioria ou pelo menos 20.000 são pequenos e médios estabelecimentos que não estão em condições de resistir á dupla pressão dos tubarões e do govêrno. Se o govêrno ajuda os grandes negociantes a engulir os pequenos e médios, o povo é que vai sofrer por isso. (Descontentes os Varejistas com A Política Econômica do Govêrno. Notas Econômicas. Imprensa Popular, 22 de nov de 1951. p. 5)

Dessa maneira, acreditamos que a cobrança pecebista por uma maior punição em torno de práticas abusivas visava apenas à supressão das distorções impostas por aqueles que teriam

-

<sup>&</sup>lt;sup>250</sup> O PROGRAMA E A LEI 2 114. Imprensa Popular, Perguntas e respostas. 8 de abr de 1954. p. 3.

o poder de manipular o mercado por disporem de grandes quantidades de gêneros ou por simples má fé. Não se tratando, assim, de uma perseguição desenfreada da atividade comercial ou da obtenção de rendimentos dela advinda.

Para os comunistas, o governo disporia dos instrumentos necessários para coibir a ação dos tubarões por estar "armado de vastos poderes, com um verdadeiro arsenal de leis", mas estas seriam utilizadas "contra o povo, contra os patriotas, e não contra os especuladores e tubarões, aos quais acolhe em seu seio" <sup>251</sup>.

Esse posicionamento reflete o quadro geral vivido à época, mas referia-se especificamente à alteração em relação aos julgamentos dos "crimes contra a economia popular", que passariam a ser realizados em tribunais do júri. De acordo com o presidente, o povo poderia, assim, "fazer justiça com as próprias mãos", mas os pecebistas a viam como uma medida meramente demagógica. Em sua opinião, a determinação seria aplicada de maneira desigual, acabando por condenar apenas pequenos comerciantes e não servindo, assim, para auxiliar a corrigir o panorama geral da carestia na cidade. Afirmava o artigo<sup>252</sup>:

Não é preciso ser profeta para saber o que vai acontecer. Ao tribunal do júri serão encaminhados alguns açougueiros e pequenos comerciantes, pequenas tainhas e lambaris da especulação, enquanto os tubarões continuam confortavelmente instalados no governo, inacessíveis à ação da justiça, manipulando a seu gosto a economia do povo, açambarcando gêneros, organizando negociatas, buscando maiores lucros com os fornecimentos de guerra, agravando a carestia. Ou haverá algum ingênuo que acredite que Vargas vai mandar os Cleofas, os Lafer, os Jaffet, os Daudt, Lodi e Schmidt para serem julgados por um tribunal popular? (OS TUBARÕES À SOLTA. Imprensa Popular, 29 de jun de 1951. p. 3)

Novamente era utilizado o argumento de que um governo formado por tubarões não teria o menor interesse em atuar contra os mesmos — o que seria atuar contra si. Mais do que os meios para reprimir suas práticas, faltaria vontade política para ataca-los. Assim, os pecebistas pareciam colocar a conduta da administração vigente como grande empecilho em relação à aplicação das legislações de crimes contra a economia popular", apesar de também não se pronunciarem favoráveis às mesmas.

Postura semelhante pode ser observada em relação aos restaurantes do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Criado em 1940, o órgão era responsável por fornecer refeições de baixo custo à população e promover o estímulo a uma alimentação saudável por meio de palestras, publicações e orientações voltadas ao público leigo<sup>253</sup>. Apesar

\_

<sup>&</sup>lt;sup>251</sup> OS TUBARÕES À SOLTA. Imprensa Popular, 29 de jun de 1951. p. 3.

<sup>252</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>253</sup> EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS):** Trabalhadores e políticas públicas de alimentação (1940-1967). XIV Econtro Regional da ANPUH-RIO. 2010. p. 4-5.

de apresentada como benesse estatal para garantir a alimentação da população menos favorecida, a instituição do SAPS dialogava com a plataforma trabalhista do Estado Novo, que buscava fortalecer a saúde do trabalhador em via de aumentar a produção e minimizar o gasto de recursos com despesas médicas no longo prazo<sup>254</sup>.

Apesar de ressaltar que o serviço era bem visto pela população<sup>255</sup>, Gawryszewski afirma que sua atividade era profundamente limitada<sup>256</sup>. A maioria dos polos estava localizada no centro da cidade, mas sequer conseguia suprir a demanda dos trabalhadores de tal região. Essa distribuição desigual e a própria incapacidade em atender as necessidades da população acabaram por não alterar o quadro alimentício carioca como desejado<sup>257</sup>.

O autor também relata que o nível do serviço decaiu ao longo da década de 1940. Segundo suas consultas na imprensa carioca, os populares frequentemente reclamavam da lentidão causada pelo excesso de burocracia no atendimento, da falta de higiene nos ambientes e da própria qualidade das refeições<sup>258</sup>.

Esse movimento de abandono parece ter adentrado o governo democrático de Vargas e foi descrito pelo metalúrgico Pedro Machado de Souza em carta enviada a IP<sup>259</sup>.

O problema das filas longas no SAPS já não existe. Antes isso era um tormento para os frequentadores, mas hoje, já não nos preocupa. É que levando em conta o preço e a qualidade da alimentação fornecida já não há nenhuma vantagem em frequentar o SAPS. Comida igual ou melhor se encontra em outros estabelecimentos particulares pelo mesmo preço ou por pouco mais, sem ser preciso que o trabalhador se locomova de longe, isso tem concorrido para que os operários se afastem do SAPS. As bandeijas encontram-se constantemente imundas, cheias de resto de comida. Os funcionários limpam-nas com um pano também sujo, à vista dos frequentadores, o que causa, repugnância em todo mundo.

Quanto à qualidade da comida às vezes está sofrível, mas muitas vezes o leite é azedo, o arroz cheio de casca e a carne congelada.

Se a qualidade da comida não é boa, o processo por que é feita é pior ainda, pois os alimentos não têm nenhum cheiro e muito menos sabor. (*COMIDA ESTRAGADA NO RESTAURANTE DO S.A.P.S.* Cartas dos leitores. Imprensa Popular, 10 de abr de 1954. p. 4)

Esse caráter de denúncia do estado em que se encontravam os SAPS, tidos pela população como uma iniciativa benéfica, certamente buscava atrelar uma imagem de descaso ao governo. Nem mesmo suas boas iniciativas estariam funcionando de maneira minimamente

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>&</sup>lt;sup>254</sup> FOGAGNOLI, Marcela Martins. **"Almoçar bem é no SAPS!":** os trabalhadores e o serviço de alimentação da previdência social (1940-1950). Dissertação em História Social (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. p. 11.

<sup>&</sup>lt;sup>255</sup> Gawryszewski, op. cit., p. 137.

<sup>&</sup>lt;sup>256</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>&</sup>lt;sup>258</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>&</sup>lt;sup>259</sup> COMIDA ESTRAGADA NO RESTAURANTE DO S.A.P.S. Cartas dos leitores. Imprensa Popular, 10 de abr de 1954. p. 4.

satisfatória. O que corroborava para o quadro geral de profundo caos em relação à questão alimentícia descrito nas páginas da Imprensa Popular.

Por outro lado, haviam as iniciativas que eram unicamente criticadas por sua atuação. Nesse âmbito, destacam-se os órgãos de controle, como a Comissão Central de Preços (CCP) e sua substituta, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Criada ainda no governo Dutra, em 1946, a CCP encontrava-se subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinha como principal função o controle dos preços, com o intuito de frear a crescente carestia de vida. Dentre suas atribuições estariam, principalmente, o tabelamento do valor dos alimentos e serviços que envolvessem o processo de distribuição "quer para os distribuidores, revendedores, consumidores, tomando por base, quanto à venda pelo produtor, o custo da produção, inclusive a remuneração do capital" e a fiscalizam do cumprimento das medidas que adotasse<sup>260</sup>. Justamente por ser a entidade responsável pela aprovação de aumentos, a IP por vezes utilizaria a denominação "órgão supremo da carestia"<sup>261</sup> para caracterizá-la.

Em mais de uma ocasião o jornal buscou expor a ineficácia do tabelamento proposto pela CCP. No que tangia ao preço da carne, o texto publicado na Coluna da Cidade em 10 de março de 1951 afirmava que o próprio Benjamin Cabelo, presidente do órgão, compreendia sua precariedade por não atingir "a produção, nem os invernistas e os frigoríficos" <sup>262</sup>. Excluindo tais etapas anteriores à venda final, o único ator do processo de distribuição atingido seria o vendedor na ponta da linha, que, ao receber o produto com o preço elevado, seria obrigado a repassar o custo ao consumidor. Dessa forma, formava-se o tão conhecido "mercado negro" carioca, que não obedecia às deliberações oficiais.

Situação semelhante podia ser observada em relação às frutas e legumes vendidos nas feiras da cidade, apesar de estes estarem sob a esfera do Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura da Prefeitura nesse momento. Segundo o jornal, os preços oficiais seriam descumpridos em toda a cidade, fazendo com que o tabelamento se constituísse como algo meramente artificial, "para inglês ver", como afirmava o texto<sup>263</sup>. Uma série de exemplos corroborava para tais assertivas:

Pela tabela a batata tem os seguintes preços: amarela graúda, 5,20; média, 4,40 e miúda, 3,60. Na verdade, os preços cobrados dos consumidores são muito diferentes. Nas feiras e nos armazéns estão vendendo uma batata chamada de "paulista" por Cr\$6,20 e até Cr\$7,00. A batata miúda é negociada como se fosse média a Cr\$4,00 e

<sup>263</sup> PURA FANTASIA A TABELA PARA FRUTAS E LEGUMES. Imprensa Popular, 5 de jun de 1951. p. 1-4.

<sup>&</sup>lt;sup>260</sup> Gawryszewski, op. cit., p. 51.

<sup>&</sup>lt;sup>261</sup> ESTACIO. Coisas da Cidade. Imprensa Popular, 10 de mar de 1951. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>262</sup> Ibidem.

Cr\$5,20 e as negras, já estragadas a Cr\$3,60. Se o freguês quiser mesmo uma boa batata terá de pagar mais de 6 cruzeiros.

Quanto aos tomates estabelece o novo tabelamento: especial, Cr\$ [ilegível] e de segunda Cr\$2,40. No entanto, encontram-se tomates por 4 e 5 cruzeiros apenas nos caminhões. Nas feiras pouco chegam e quando aparece custa 6 e 7 cruzeiros. Tomates de Cr\$2,40 só mesmo na tabela da prefeitura.

Com as frutas a exploração é ainda maior, sendo maior também a disparidade entre os preços em vigor e os da tabela. Os abacates miúdos custam nas feiras Cr\$1,50 e Cr\$2,00. Os maiores passam de Cr\$3,00. A tabela porem estipulada: grande, Cr\$2,40 e médio, Cr\$1,80. Não é raro ver-se nas casas de frutas abacates de Cr\$4,00 e Cr\$5,00.

As bananas pela tabela até que não são muito caras. A banana dagua, grande, está tabelada em Cr\$2,20 a dúzia e a meia em Cr\$ 1,80. Acontece que não há bananas nas feiras o que aparece nas barracas é refugo; assim uma dúzia de bananas dagua é vendida por Cr\$3,50 e Cr\$4,00. Nas quitandas o preço é de Cr\$4,50. A banana prata também [ilegível] nas feiras custa Cr\$3,50 e Cr\$4,00. A tabela porem fala em: grande, Cr\$3,00; média, Cr\$2,40. O mesmo acontece com as laranjas, com os caquis e enfim com todas as frutas. Os preços da tabela são muito inferiores aos que os vendedores exigem dos consumidores. O limão por exemplo está tabelado em Cr\$4,80 a dúzia, mas não se encontra por menos de Cr\$1,50 ou Cr\$2,00, cada um. Vemos, portanto, que a tabela não passa de demagogia, já que na realidade os preços nas feiras são livres. (*PURA FANTASIA A TABELA PARA FRUTAS E LEGUMES*. Imprensa Popular, 5 de jun de 1951. p. 4)

Ainda segundo o próprio artigo, a Prefeitura estaria ciente das disparidades entre os preços oficiais e reais, mas se omitiria em atuar efetivamente na fiscalização de suas deliberações. Essa postura vacilante não demonstraria apenas descaso, mas a compreensão da impossibilidade de sua concretização. Assim, ao manter valores irreais nos tabelamentos, as autoridades cariocas buscavam se esquivar de possíveis críticas pelo encarecimento da vida e responsabilizar os comerciantes e intermediários pelos valores dos produtos.

Curiosamente, o inverso também acontecia, como no caso dos pescados. Os preços fixados encontravam-se acima dos praticados pelo mercado negro, fazendo com que a CCP fosse criticada pela Imprensa Popular por "legalizar a carestia"<sup>264</sup>.

Em dezembro de 1951, o governo Vargas deu prosseguimento à tradição de criação de órgãos para resolver a questão da carestia e substituiu a CCP pela COFAP. A mudança visava conferir uma maior centralização nas atividades relativas à distribuição e precificação de diferentes produtos, que extrapolavam o âmbito alimentício<sup>265</sup>. O órgão federal ainda contaria com "subsidiárias" auxiliares em capitais, as Comissões de Abastecimento e Preços (COAPS)

<sup>265</sup> De acordo com Alzira Abreu, estavam sob a tutela da COFAP: "gêneros e produtos alimentícios de primeira necessidade; gado vacum, suíno, ovino e caprino, destinados ao talho; aves e peixes próprios para alimentação humana; combustíveis vegetais ou minerais; tecidos e calçados de uso popular; medicamentos; instrumentos e ferramentas de uso individual; máquinas, inclusive caminhões, jipes, tratores, conjuntos motomecanizados e peças sobressalentes, destinados ao trabalho agrícola; arames farpados e lisos quando destinados a emprego nas atividades rurais; artigos sanitários e artefatos industrializados, de uso doméstico, destinados ao consumo normal das pessoas de restrita capacidade econômica; cimento e laminados de ferro, destinados às construções de casas próprias de tipo popular e às benfeitorias rurais; produtos e materiais indispensáveis à produção de bens de consumo popular.". (ABREU, Alzira, *op. cit.*)

<sup>&</sup>lt;sup>264</sup> TABELAMENTO DO PEIXE PARA A SEMANA SANTA. Imprensa Popular, 4 de mar de 1951. p. 1-4.

e nos municípios, as Comissões Municipais de Abastecimento e Preços (COMAPS), que teriam suas ações ditadas pelo ente federal<sup>266</sup>.

De acordo com a IP, essa alteração nos órgãos de controle foi propagandeada pelo governo como capaz de solucionar a questão da carestia de vida, mas acabou por não produzir resultados relevantes. Afirmava o artigo "Fundado Nesta Capital O Movimento contra a Carestia": "Os consumidores, que pagam as mercadorias, podem ver que isto em nada ou pouco alterou a situação dos preços"<sup>267</sup>.

Possivelmente devido a essa subordinação, praticamente não encontramos menções no jornal às COAPS e COMAPS. Parece-nos que suas ações foram diretamente atribuídas à COFAP, sendo esta sim criticada rotineiramente. A comissão federal era vista pelo impresso como mera intermediária do governo, uma vez que seus integrantes eram nomeados por Vargas. No artigo "Preços da Carne e do Açúcar". tal associação era explicitada: "Mas, afinal, quem é a COFAP? É o próprio govêrno, é o próprio Vargas que, antes de subir ao Catete, prometeu carne a 4 e 6 cruzeiros e a quem se encontra diretamente subordinada a autarquia dos preços".

Nesse sentido, os dois presidentes da instituição durante o período de 1951 a 1954 seriam mencionados com certa frequência e sempre de forma depreciativa, como se dava com os demais membros do governo que dispunham de posições de destaque. Benjamim Cabelo, ocupante do cargo desde sua fundação até meados de 1953, dispunha de tamanho prestígio no diário comunista que na reportagem "Especulação Com o Café na Base da Cotação em Dólar" afirmava-se: "a experiência nos ensina que toda a vez que o sr. Cabello intervem num negócio é majoração na certa" Seu sucessor, o coronel Hélio Braga, que permaneceria no cargo até o final do governo de Getúlio, também seria profundamente benquisto. Não à toa, era denominado frequentemente pela alcunha de "coronel da carestia" 271.

O diagnóstico negativo acerca da atuação da entidade atrelado à prerrogativa de designação de seus membros levava à frequentes críticas por parte dos pecebistas. Em "Faltam Gêneros e os Carros De Luxo Superlotam o Cais do Pôrto"<sup>272</sup>, a autarquia era descrita como onerosa ao erário público e tida como "cabide de empregos".

<sup>266</sup> Ihidem

<sup>&</sup>lt;sup>267</sup> Fundado Nesta Capital O Movimento contra a Carestia. Imprensa Popular, 31 de mar de 1953. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>268</sup> Preços da Carne e do Açucar. Imprensa Popular, 23 de jul de 1954. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>269</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>270</sup> Especulação Com o Café na Base da Cotação em Dólar. Imprensa Popular, 7 de nov 1952. p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>271</sup> Mantido o Aumento da Carne. Imprensa Popular, 24 de set de 1953. p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>272</sup> Faltam Gêneros e os Carros De Luxo Superlotam o Cais do Pôrto. Imprensa Popular, 28 de março de 1953. p. 3.

Vargas garantiu que com um sopro mágico baixaria o custo da vida. Propôs a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços que custa anualmente à Nação Cr\$ 14.000.000,00. Que faz a COFAP? Do seu funcionamento nada de útil resultou à coletividade, que nela só identifica mais um custoso aparelho da burocracia oficial, onde o Govêrno distribui, a seu talante, rendosos empregos a afilhados escolhidos. (*Faltam Gêneros e os Carros De Luxo Superlotam o Cais do Pôrto*. Imprensa Popular, 28 de março de 1953. p. 3)

Para os pecebistas, além de não resolver o encarecimento dos itens básicos de consumo na capital federal e apenas aceitar passivamente os pedidos de aumento no preço das mercadorias, a COFAP prejudicaria a população ao custar uma enorme cifra aos cofres federais.

Assim como aconteceu com a CCP, a nova comissão também falharia em agradar os pecebistas no que tangia o tabelamento dos alimentos. Em "TABELAMENTO DE ARAQUE PARA AS FEIRAS E MERCADINHOS"<sup>273</sup>, por exemplo, o jornal criticava a postura da Prefeitura em tabelar apenas o preço do varejo, enquanto tais vendedores eram obrigados a adquirir as mercadorias que viriam a revender nas feiras por preços exorbitantes no Mercado Municipal. Dessa forma, a fixação dos valores nos patamares estabelecidos tornava-se impraticável.

Outro âmbito que era comumente criticado referia-se aos entrepostos comerciais da organização. À semelhança do que acontecia com os restaurantes do SAPS, cobrava-se que houvesse um aumento na quantidade dos estabelecimentos para que pudessem suprir a necessidade da população em relação ao consumo de alimentos por um baixo custo. Tal postura era expressa em "VARGAS RESPONSÁVEL PELA ONDA DE PREÇOS ALTOS ": "A COFAP, por exemplo, para uma população de 2 milhões de habitantes, mantém apenas 30 postos de distribuição, enquanto legaliza tudo que é pretensão altista." Essa diminuta quantidade de postos de venda faria com que as filas dos mesmos se tornassem "quilométricas", onde a espera poderia durar horas<sup>275</sup>.

Segundo o jornal, porém, os "conselheiros da carestia"<sup>276</sup> compreenderiam as limitações da atuação dos entrepostos. Tratava-se de um movimento demagógico, que era mais bem desenvolvido em "Por Que a COFAP Não Coloca nos Subúrbios Barracas de Carne e Caminhões Frigoríficos?"<sup>277</sup>:

<sup>&</sup>lt;sup>273</sup> *TABELAMENTO DE ARAQUE PARA AS FEIRAS E MERCADINHOS*. Imprensa Popular, 25 de abr de 1954. p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>274</sup> VARGAS RESPONSÁVEL PELA ONDA DE PREÇOS ALTOS. Imprensa Popular, 18 de setembro de 1953. p. 5

<sup>&</sup>lt;sup>275</sup> Filas Quilométricas Nos Postos da COFAP. Imprensa Popular, 29 de mar de 1953. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>276</sup> TABELAMENTO DE ARAQUE PARA AS FEIRAS E MERCADINHOS, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>277</sup> Por Que a COFAP Não Coloca nos Subúrbios Barracas de Carne e Caminhões Frigoríficos?. Imprensa Popular, 28 de ago de 1952. p.4.

Seria ingenuidade pensar ter o governo a intenção de combater a carestia com a instalação dos caminhoes frigoríficos e barracas de venda de carne. Pretende apenas dar a entender que alguma coisa está fazendo, sem objetivar dar solução ao problema. Porque se assim pensasse, centenas de barracas instalaria pelos subúrbios, pelos bairros, na cidade inteira. Mas o que faz? Monta para toda a zona da Central uma única barraca de venda, no Meier, e somente ao Meier. Faz, a COFAP como o SAPS, que mantém meia duzia de restaurantes no centro da cidade e deixa desamparadas as grandes concentrações industriais de alguns bairros e subúrbios, e depois alardeia, em bem nutrida publicidade, que o trabalhador carioca tem e goza da assistencia alimentar. (*Por Que a COFAP Não Coloca nos Subúrbios Barracas de Carne e Caminhões Frigoríficos?*. Imprensa Popular, 28 de ago de 1952. p.4)

Para os pecebistas, portanto, seria necessária a maximização dos postos comerciais para se abastecer as principais regiões da cidade de modo a causar um impacto relevante na questão alimentícia. Por se constituir em um esforço desproporcional às necessidades dos cariocas, o plano da COFAP não produziria os efeitos desejados.

Ademais, os alimentos fornecidos nos entrepostos ainda teriam uma qualidade questionável. Especificamente sobre a carne — alimento que, como já comentado, possuía um valor simbólico —, pudemos encontrar notícias que a caracterizavam de forma extremamente depreciativa. Em "Filas Quilométricas Nos Postos da COFAP" afirmava-se que a "má qualidade do produto e dos demais gêneros vendidos pela COFAP" era reconhecida pela população. Na sequência era dito:

Os estoques de carne que vêm sendo vendidos ao povo datam de alguns anos. Na opinião de muitos nutricionistas, já perderam algumas de suas qualidades alimentícias, em virtude principalmente do longo tempo em que passaram pelas camadas frigorificadas. Qualquer leigo, porém, pode constatar tal fato, levando-se em consideração principalmente o aspecto repugnante da carne, mochibenta e sólida como pedra. (*Filas Quilométricas Nos Postos da COFAP*. Imprensa Popular, 29 de mar de 1953. p. 8)

Ao que tudo indica, o péssimo estado em que se encontravam os alimentos era uma constante. Em matéria veiculada seis meses depois<sup>279</sup>, a IP denunciaria a venda de carne podre pelo órgão do governo. De acordo com o texto da matéria, a condição imprópria do alimento teria sido atestada pelo Laboratório Sarcológico da Prefeitura, mas "a prova de que a carne está estragada tem o povo, diariamente"<sup>280</sup>.

Por fim, pesavam fortes críticas sobre a comissão federal em torno do que fora chamado pela Imprensa Popular de "negociatas". Em via de garantir o abastecimento da cidade, a COFAP por vezes atuaria como facilitador do processo de distribuição adquirindo alimentos e revendendo-os a baixo custo para comerciantes. Todavia, segundo a IP, tais negócios não visariam solucionar as querelas alimentícias do Distrito Federal, mas sim prover

-

<sup>&</sup>lt;sup>278</sup> Filas Quilométricas Nos Postos da COFAP, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>279</sup> CARNE CONDENADA VENDIDA PELA COFAP. Imprensa Popular, 8 de out de 1953. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>280</sup> Ibidem.

de gêneros determinados tubarões ligados à entidade que poderiam, assim, obter grandes lucros.

Essa prática pode ser observada na matéria "ROUBALHEIRA NA VENDA DA BANHA"<sup>281</sup>, na qual a negociação era tida como "um detalhe apenas das marmeladas engendradas pelo sr. Benjamin Cabello"<sup>282</sup>. Dizia a notícia que versava sobre a compra de banha argentina e rio-grandense:

Prometeu, então, distribuir a banha nos seus postos e nas barracas do SAPS a 18 cruzeiros o quilo. Acontece, porém, que a banha chegou, inclusive a importada que nos chega por preços mais baratos e não apareceram nos postos da COFAP e nem do SAPS. Quando o produto foi descarregado, já o sr. Benjamin Cabello fizera transação com o Sindicato dos Atacadistas, de modo que a banha se escoou para os depósitos dos tubarões. E, em vez de banha a 18, o povo está sendo obrigado a pagar 38 cruzeiros, isto é, mais de 20 cruzeiros em quilo acima dos preços que vigoravam antes. [...] Assim se explica por que não há banha na cidade e nem nos postos da COFAP. (ROUBALHEIRA NA VENDA DA BANHA. Imprensa Popular, 7 de abr de 1953. p.4)

Dessa forma, a entidade seria diretamente responsável pela manutenção do encarecimento do gênero e pelos lucros auferidos pelos tubarões através de sua negociação. Ao adquirir a cobiçada mercadoria, os atacadistas a colocariam no mercado "em doses homeopáticas, a fim de manter a falta e forçar a alta". Para os pecebistas, a conclusão que se poderia chegar a partir de tal manobra era clara: "Tudo mostra, portanto, que a COFAP é o paraizo dos tubarões, um orgão de negocistas e especuladores da fome do povo" 283.

Caso semelhante pode ser observado em "Confirma-se a Negociata da Cebola" <sup>284</sup>, de 20 de setembro de 1953. Apesar das críticas comumente adquirirem um caráter personalista, nota-se que o *modus operandi* se repete apesar da troca na presidência da comissão, agora ocupada por Hélio Braga. Das 140 mil caixas da hortaliça que teriam sido importadas da Argentina, apenas 10% seriam deslocadas para os entrepostos da COFAP. Fazendo com que determinadas casas de comércio desfrutassem dos benefícios aduaneiros de uma importação realizada por um órgão governamental e obtivessem "lucros espetaculares" <sup>285</sup>.

Apesar de variarem os gêneros, as quantidades, os locais de origem e os valores das compras, comumente se repetem as firmas tidas como beneficiadas dos acordos. Em mais de uma reportagem podemos observar a presença dos atacadistas "Grillo Paz & Cia", "Irmãos

<sup>&</sup>lt;sup>281</sup> ROUBALHEIRA NA VENDA DA BANHA. Imprensa Popular, 7 de abr de 1953. p.4.

<sup>&</sup>lt;sup>282</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>283</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>284</sup> Confirma-se a Negociata da Cebola. Imprensa Popular, 20 de set de 1953. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>285</sup> Ibidem.

Zamponi & Filhos" e "Lopes & Ramos" <sup>286</sup>. O primeiro, inclusive, é mencionado por Luciana Amaral como reconhecidamente responsável pelos "preços altistas" no pós Segunda Guerra Mundial<sup>287</sup>. Esses seriam, portanto, alguns dos tão mencionados tubarões cariocas.

Além do âmbito nacional, a esfera internacional também aparecia frequentemente nas recriminações pecebistas. Os interesses dos trustes imperialistas encontravam eco nas medidas levadas a cabo pelo governo Vargas, que, assim, como o de seu antecessor, era criticado por seu suposto "servilhismo".

Como bem desenvolve Jayme Ribeiro, a luta pela paz se apresentava como a principal bandeira do Partido Comunista do Brasil — e mesmo de todos os PC's ao redor do globo — e entrelaçava-se com todas as demais pautas da agremiação<sup>288</sup>. Dessa forma, havia uma clara lógica de coesão interna no pensamento pecebista. A carestia de vida também possuía papel central nessa dinâmica e se apresentava como elo entre as lutas nacionais e internacionais, como elaborado no capítulo 1.

O entrelace dessas duas questões — uma vez que as despesas de guerra eram tidas como uma das principais causas para a produção da carestia — era utilizado no movimento de crítica ao governo de Getúlio Vargas. Essa interpretação pode ser identificada de maneira clara em um texto de Osvaldo Pereira, que falava sobre um informe escrito por Luís Carlos Prestes.

[...] a luta pela paz não se limita a isso, que essa luta se subordina e se entrelaça com várias outras lutas, desde as greves por aumento de salários, as manifestações contra a carestia da vida, até as [ilegível] patrióticas do tipo da campanha em defesa de nosso petróleo, até as reinvindicações tipicamente políticas como luta pelas liberdades, contra a prisão, o processo e outras perseguições a militantes políticos. Esse é um ponto que o informe destaca com bastante vigor, mostrando como é necessário desvendar e expor, em cada caso, o fato de que a carestia da vida, a diminuição do salário real, a subserviência, o entreguismo diante do imperialismo ianque, são efeitos da política de guerra. (LEVAR AS MASSAS AS IDÉIAS DE PRESTES. PEREIRA, Osvaldo. Imprensa Popular, 12 de março de 1952, p. 2)

De acordo com o pensamento pecebista, a política de guerra encontrava-se na raiz dos problemas nacionais. Tal perspectiva acompanhava exatamente o que fora mencionado quase dois anos antes no Manifesto de Agosto, demonstrando que a compreensão da carestia de vida enquanto produto do belicismo varguista, entre outros fatores, ainda se mantinha.

<sup>&</sup>lt;sup>286</sup> Os nomes das empresas apresentam pequenas variações, como "Grillo Paz", "Irmãos Zamponi" e "Monteiro Ramos", e podem ser encontradas nas matérias "*ENVOLVIDA A COFAP EM NOVA MARMELADA*. Imprensa Popular, 19 de set de 1953. p. 8"; "*CÂMBIO NEGRO COM O ARROZ*. Imprensa Popular,24 de set de 1953. p. 1" e "*ONZE MIL LATAS DE BANHA ENTREGUES AOS ATACADISTAS*. Imprensa Popular, 6 de jan de 1954. p. 8".

<sup>&</sup>lt;sup>287</sup> AMARAL, Luciana. **Niterói Operário:** trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964). Tese (doutorado em História, Política e Bens Culturais). FGV/CPDOC: Rio de Janeiro, 2016. <sup>288</sup> RIBEIRO, *op. cit*.

Com apenas dois meses de governo já era possível identificar fortes críticas à política armamentista do petebista, que era tida como contrastante com o cenário de carestia vivido na capital federal. A matéria "Fazer justiça com as próprias mãos" <sup>289</sup> era iniciada com a zombaria de falas do Presidente recém-eleito: "Choraminga que as "soluções não se podem conseguir do dia para a noite" <sup>290</sup>. No entanto, rapidamente escalava-se para críticas com um tom muito menos ameno:

Entretanto, em dois meses já teve tempo de aumentar o preço da carne, dos transportes, do açucar, do café, dos medicamentos, um nunca mais acabar. O homem descobre que "os gêneros não chegam para todos". Então porque mantém o crédito de guerra de 50 milhões de cruzeiros a serem enviados em generos para alimentar os assassinos americanos de mulheres e crianças na Coréia?

[...] Créditos sim, mas não para arados e tratores. Créditos só para armamentos. Intensificar a produção, sim. Mas não a produção pacífica e sim a de materiais para a guerra. Primeiro e acima de tudo, isto é, exclusivamente, produção para fins militares que não se come, não se veste, não serve para morar, mas que dá grandes lucros para Lafer, Lodi, Jaffet, Bouças, Schimidt e outras figuras da quadrilha governante. (*Fazer justiça com as próprias mãos*. AKCELRUD, Isaac. Imprensa Popular, 15 de abril de 1951, p. 2)

No texto de Isaac Akcelrud é possível identificar a combinação de expedientes utilizados pelos pecebistas. A alusão ao enriquecimento de ministros a partir de medidas governamentais, denominações ofensivas ao governo como um todo ("quadrilha governante") e outras características da retórica comum ao jornal se fazem presentes. Ao final do texto, Getúlio ainda seria provocativamente denominado de "Chiang Kai Chek cabloco", em alusão ao desafeto chinês dos comunistas.

Associava-se a estes artifícios a crítica em relação aos gastos militares promovidos pelo Presidente, que atuaria, assim, em favor do imperialismo estadunidense. Para Akcelrud, milhões de cruzeiros que poderiam ser investidos em áreas prioritárias para o bem-estar da população brasileira estariam sendo utilizados na compra de armamentos, veículos militares e afins. A justificativa não poderia ser outra senão de que os lucros que seriam obtidos pelos "tubarões do governo" nas negociatas vigentes. Em matéria veiculada no mês seguinte, o autor chamaria tal opção de "política de mais canhões e menos pão seguida pelo governo Vargas"<sup>291</sup>.

Retomava-se assim a ideia de que as escolhas políticas feitas pelo governo aconteciam em detrimento dos interesses dos trabalhadores, que apenas arcariam com as despesas sem serem beneficiados pelas mesmas. Para os pecebistas era inconcebível a compra de artigos militares enquanto perdurava o cenário de constantes aumentos nos preços dos gêneros

\_

<sup>&</sup>lt;sup>289</sup> Fazer justiça com as próprias mãos. AKCELRUD, Isaac. Imprensa Popular, 15 de abril de 1951, p.2.

<sup>&</sup>lt;sup>290</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>291</sup> As armas que Getulio quer. AKCELRUD, Isaac. Imprensa Popular, 12 de maio de 1951. p.3.

alimentícios de toda sorte e em serviços essenciais como habitação e transporte. Certamente a indignação advinha também do posicionamento alinhado aos Estados Unidos no âmbito das relações exteriores, como expunha a própria publicação.

## 2.2 – O PCB parlamentar

Como desenvolvido anteriormente, o PCB teve seu registro cassado no ano de 1947, ainda no governo Dutra. O partido tinha conseguido importantes vitórias eleitorais nos últimos pleitos, compondo a quarta maior bancada da câmara legislativa federal e a maior da câmara legislativa do Distrito Federal — que contava com 18 vereadores. Entretanto, os parlamentares eleitos pela legenda nas eleições anteriores ao "Parecer Barbedo" perderiam seus mandatos logo no início do ano de 1948. Os pecebistas ainda tentariam criar um novo partido com os mesmos princípios, o Partido Popular Progressista, mas a estratégia não se efetivaria por impedição do Tribunal Superior Eleitoral<sup>292</sup>.

A sequente reorientação radical, consolidada com o Manifesto de Agosto, de 1950, apontava a luta armada como o único caminho capaz de conduzir à revolução democrático-nacional desejada. Porém, tal documento não extinguia por completo a possibilidade de atuar dentro das instituições democráticas do Estado brasileiro. Se a nível discursivo o PCB colocava o excessivo reformismo como um grave erro que teria levado ao cenário de enfraquecimento em que se encontrava o partido, a nível prático a guinada em prol de sua rejeição completa nunca teria se efetivado.

O próprio Manifesto apontava para uma compreensão dos limites dessa atuação, mas não a negava como instrumento efetivo de luta<sup>293</sup>. Nele o voto seria tido como um direito que deveria ser posto em prática. Os pecebistas, porém, deveriam "utilizar a oportunidade para desmascarar sistematicamente os demagogos agentes da reação e do imperialismo". Para tal, apenas os "melhores filhos do povo que participem ativamente da grande luta pela paz e a libertação nacional" seriam dignos de sua confiança. Somente estes utilizariam as tribunas do parlamento, tido — assim como a Justiça Eleitoral — enquanto um instrumento das classes dominantes, de maneira revolucionária<sup>294</sup>.

Impossibilitado de lançar candidaturas próprias, o PCB optou por uma estratégia alternativa para manter sua representação parlamentar. Nas eleições de 1950, alguns notórios pecebistas concorreram como filiados ao Partido Republicano Trabalhista (PRT), agremiação

99

<sup>&</sup>lt;sup>292</sup> MEDEIROS, Juliano. **Por dentro da ordem:** os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília: Brasília, 2016.

<sup>&</sup>lt;sup>293</sup> Importante reafirmar que tais ações refletiam um cenário de profunda centralização das decisões na figura da diretoria do partido e foram vistas com desconforto pela base de militantes, como desenvolvido no capítulo 1.

<sup>&</sup>lt;sup>294</sup> Prestes dirige-se ao povo, Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6.

que tinha ganhado forma apenas dois anos antes, a partir da reformulação do extinto Partido Republicano Democrático, e não seguia a uma ideologia específica<sup>295</sup>.

A mesma manobra seria usada em diversas localidades, mas não necessariamente com a mesma legenda. Em Pernambuco, por exemplo, Paulo Calvanti fora eleito pelo PSD<sup>296</sup>. Na cidade de Salvador, os pecebistas se utilizariam do Partido Trabalhista Nacional (PTN) para eleger Jaime Maciel como vereador nas eleições de 1950<sup>297</sup>. O mesmo partido seria escolhido no município fluminense de Magé, no qual foram eleitos os vereadores "Zé Soldado" 298 e Petronilho Alves, mas nas campanhas de 1954 aquele seria substituído pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>299</sup>. Em Porto Alegre, a agremiação escolhida para abrigar os comunistas para as eleições de 1947 seria o Partido Social Progressista (PSP), pelo qual seriam eleitos Eloy Martins e Marino Rodrigues<sup>300</sup>.

Servindo como "partido de aluguel", o PRT obteve um desempenho eleitoral relevante. A partir das votações do Distrito Federal, conforme informam os dados do Tribunal Superior Eleitoral, a legenda elegeu seu único deputado federal, o comunista Roberto Morena<sup>301</sup>. Dos 17 parlamentares da capital, apenas Morena, que obteve 7.654 votos, e Benjamim Farah, do PSP, não pertenciam às maiores legendas da época<sup>302</sup>. No âmbito local, haviam sido eleitos três deputados<sup>303</sup> — comumente denominados de vereadores. Eram estes Aristides Saldanha, com 4.477 votos, Milton José Lobato, com 4.388 votos, e Elizeu Alves, com 2.492 votos<sup>304</sup>. Os suplentes Antenor Marques e Henrique Miranda<sup>305</sup> participaram de

<sup>&</sup>lt;sup>295</sup> PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV. Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-trabalhista-trabalhist prt>. Acesso em: 13 de jan de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>296</sup> SOARES, *op. cit.*, p. 198.

<sup>&</sup>lt;sup>297</sup> SOTERO, Edilza Correia. **Os candidatos do povo:** O PCB e a construção da representação do candidato 'popular' (1945-1948). In: Anais do 38° Encontro Anual da Anpocs: Caxambu, 2014. p. 22. <sup>298</sup> Alcunha de José Aquino de Santana, antigo militante do PCB na localidade.

<sup>&</sup>lt;sup>299</sup> RIBEIRO, Felipe. **Operários à tribuna:** vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro: São Gonçalo. 2011. p. 172. <sup>300</sup> PUREZA. op. cit., p. 127.

<sup>&</sup>lt;sup>301</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos (2º volume):** eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1950. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. v. 2. Disponível em: <a href="https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5766">https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5766</a>>. Acesso em 13 de jan de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>302</sup> Morena é erroneamente identificado como "Roberto Moreira" no documento oficial supracitado (*Ibidem.* p. 104). Outro erro presente no registro versa sobre o crescimento da legenda, que teria ampliado seu desempenho em 25.635 votos em relação às votações de 1945 para o cargo. Uma vez que o PRT havia sido fundado oficialmente apenas em 1948, é possível que tais dados sejam referentes ao PRD. (Ibidem. p. 47).

<sup>&</sup>lt;sup>303</sup> Daqui por diante, trataremos os deputados da Câmara do Distrito Federal pelo título de vereadores. Tal opção não busca rebaixar seus cargos, mas se utilizar do termo corrente na Imprensa Popular.

<sup>&</sup>lt;sup>304</sup> *Ibidem.* p. 107.

<sup>&</sup>lt;sup>305</sup> Estes receberam respectivamente 2.055 e 1.749 votos (*Ibidem.* p. 107).

uma espécie de revezamento com os demais<sup>306</sup>. Ao que tudo indica, todos possuíam trajetórias pessoais marcadas por significativas ligações com o partido comunista e o movimento operário.

Roberto Morena possuía conhecida relação com o PCB, ao qual ingressou apenas dois anos após sua fundação, em 1924. Chegou a ser preso três vezes por consequência de suas atividades ligadas ao partido e ao sindicalismo ao longo das décadas de 1930 e 1940. Para fugir das perseguições anticomunistas acabou se exilando em países como Uruguai, México, Argélia e até na URSS. Comumente era apresentado nas páginas da IP como secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Brasil<sup>307</sup>, título que teria adquirido ainda em 1945 antes da instituição ser fechada durante o governo Dutra. O marceneiro teria regressado ao país justamente para disputar as eleições de 1950 pelo PTN<sup>308</sup> e sua campanha teve de lidar com diversas manifestações anticomunistas e inclusive agressões a alguns de seus apoiadores<sup>309</sup>.

Durante seu mandato Morena teria seguido à risca a cartilha pecebista quanto à defesa da luta pela paz, de pautas do universo sindical — como o aumento do salário-mínimo e o congelamento de preços — e a postura anti-imperialista. Recorrentemente opôs-se a seus adversários congressistas, envolvendo-se em discussões acaloradas em favor daquilo que julgava ser benéfico à classe trabalhadora<sup>310</sup>. Contudo, Soraia Nogueira aponta que o deputado teria adotado na tribuna uma postura mais comedida do que aquela desejada pela direção do PCB. Seus camaradas ansiavam por uma atuação muito mais radical, que na visão de Morena poderia inviabilizar possíveis avanços a serem promovidos por meio de seu mandato. Teria buscado então denunciar e atuar contra o anticomunismo corrente, mas se esquivando de tecer fortes críticas ao caráter burguês da democracia vigente e à suposta falsidade do processo eleitoral<sup>311</sup>.

Elizeu Alves<sup>312</sup> também possuía longo histórico enquanto membro do partido, tendo inclusive sido expulso do Exército por sua participação nos Levantes de 1935. Posteriormente

<sup>&</sup>lt;sup>306</sup> As informações encontradas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV diferem daquelas contidas nos anais do TSE quanto aos vereadores eleitos e seus suplentes. Contudo, tais distorções não alteram o rumo das análises de maneira significativa.

<sup>&</sup>lt;sup>307</sup> CONVOCADO O IV CONGRESSO GERAL DA CTAL. Imprensa Popular, 22 de nov de 1952, p. 6.

ROBERTO MORENA. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV**. Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto\_morena">https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto\_morena</a>. Acesso em: 13 de jan de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>309</sup> NOGUEIRA, Soraia Vieira. **História comparada da atuação parlamentar de dois comunistas brasileiros:** o camponês Gregório Bezerra (1946-1948) e o operário Roberto Morena (1951-1955). Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2021. p. 87.

<sup>&</sup>lt;sup>310</sup> *Ibidem.* p. 92-96.

<sup>&</sup>lt;sup>311</sup> *Ibidem.* p. 88.

<sup>&</sup>lt;sup>312</sup> A grafia de seu nome nas páginas da Imprensa Popular alternava entre "Elizeu" e "Eliseu".

se destacaria no movimento sindical carioca, chegando a ser eleito presidente do Sindicato dos Carris do Rio de Janeiro — apesar de ter sua posse impedida pelo Ministério do Trabalho. Sua participação nas eleições de 1950 teria sido acordada "à contragosto" em uma reunião com o próprio Luís Carlos Prestes<sup>313</sup>. Em 1954 constava também como presidente a União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal (USTDF)<sup>314</sup>.

O advogado<sup>315</sup> Aristides Saldanha era outro militante de longa data do partidão<sup>316</sup>. Sua atuação parlamentar destaca-se pela defesa dos direitos dos moradores das favelas cariocas, principalmente no que tange à própria habitação e a violência policial<sup>317</sup>. Não à toa, o texto "biográfico" da coluna "Conheça seus candidatos" afirmava:

Todos os favelados, quando se vêem ameaçados, correm incorporados ao vereador Aristides Saldanha cuja voz nunca deixou de se levantar para denunciar as demolições de barracos e para evitar os despejos. (*Aristides Saldanha*. Conheça seus candidatos. Imprensa Popular, 7 de jul de 1954, p. 8.)

Antenor Marques, por sua vez, era tido como "prestigioso líder operário e combatente de vanguarda"<sup>318</sup>. O marceneiro chegou a concorrer à presidência do sindicato da categoria<sup>319</sup> e foi membro dirigente da USTDF<sup>320</sup>. Assumiu como suplente a vaga de Milton Lobato, que teria renunciado "por motivos de ordem particular mas imperativos"<sup>321</sup>.

A partir das representações e fotos encontradas na Imprensa Popular, é possível observar que Marques era negro<sup>322</sup>. O fato, porém, não parece ter sido explorado eleitoralmente devido às tensões que marcavam o pensamento do partido à época. Inicialmente crítico frente à existência de uma problemática racial na sociedade brasileira — leia-se a existência do racismo em suas diferentes faces —, o PCB alteraria sua postura sobre o tema por volta de 1930. Edilza Sotero aponta que os debates do movimento comunista internacional foram fundamentais para tal modificação no diagnóstico pecebista acerca da realidade brasileira. A partir de então, a atuação do partido buscaria conferir certo grau de relevância às pautas do movimento negro, ainda que subordinasse suas demandas à concepção

102

<sup>&</sup>lt;sup>313</sup> **PCB entrega Medalha Dinarco Reis a Elizeu Alves**. Disponível em: < https://pcb.org.br/portal2/2734/pcb-entrega-medalha-dinarco-reis-a-elizeu-alves/>. Acesso em: 14 jan de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>314</sup> A USTDF Chama à Luta Pelo Novo Salário-Mínimo. Imprensa Popular, 24 de jun de 1954. p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>315</sup> Cento e Três Delegados Brsileiros No III Festival da Juventude de Berlim. Imprensa Popular, 11 de ago de 1951, p. 3.

MILLIET FILHO, Raul. **Aristides Saldanha:** Um personagem que marcou a história das lutas sociais no Brasil. Disponível em: <a href="https://www.deixafalarmegafone.com.br/post/aristides-saldanha-um-personagem-que-marcou-a-hist%C3%B3ria-das-lutas-sociais-no-brasil">https://www.deixafalarmegafone.com.br/post/aristides-saldanha-um-personagem-que-marcou-a-hist%C3%B3ria-das-lutas-sociais-no-brasil</a>>. Acesso em: 14 de jan de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>317</sup> Sobem aos Morros Os Candidatos do Asfaltos. Imprensa Popular, 26 de jun de 1954. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>318</sup> ANTENOR MARQUES Na Camara dos Vereadores. Imprensa Popular, 4 de abr de 1951, p.1-4.

<sup>319</sup> Noticías Operárias. Imprensa Popular, 6 de jan de 1951.

<sup>&</sup>lt;sup>320</sup> Estreou na Tribuna o Vereador Antenor Marques. Imprensa Popular, 13 de abr de 1951, p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>321</sup> ANTENOR MARQUES Na Camara dos Vereadores. Imprensa Popular, 4 de abr de 1951, p.1-4.

<sup>&</sup>lt;sup>322</sup> Figura 7.

revolucionária da emancipação luta de classes. A autora destaca, porém, que a imagem dos políticos pecebistas era construída em torno da figura daquele que "sentia na própria carne" as agruras do povo e comprometia-se a mitiga-las — ainda que se pese a origem diversa dos membros do partido, que contava também com muitos militantes advindos da classe média e profissionais liberais<sup>323</sup>. Dessa forma, a questão racial praticamente não seria abordada de forma direta no decorrer das campanhas por ela estudadas<sup>324</sup>.



Figura 7 - O COMANDO É A RESPOSTA DOS TRABALHADORES. Imprensa Popular, 5 de nov de 1953, p. 9.

Acreditamos que cenário semelhante tenha se desenvolvido no Distrito Federal devido à ausência de fontes que tratem de tal tema. Com base nos escritos de Sotero, podemos inferir que a crescente carestia de vida, que diminuía o poder de compra da população e dificultava o acesso aos gêneros alimentares, era explorada de forma mais central pelos pecebistas por se incluir dentro da lógica da luta de classes que permeava o discurso do partido<sup>325</sup>. Fernando Pureza, por exemplo destaca que em Porto Alegre os vereadores comunistas utilizavam essa construção que partia de seu lugar de fala como membros das classes mais desfavorecidas para deslegitimar as falas de outros parlamentares acerca de tal temática<sup>326</sup>.

<sup>326</sup> PUREZA. op. cit., p. 136.

<sup>&</sup>lt;sup>323</sup> SOTERO, Edilza Correia. **Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP): São Paulo, 2015. p. 17.

<sup>&</sup>lt;sup>324</sup> Em relação ao contexto baiano a que se refere, Sotero aponta um único episódio envolvendo a tentativa de manutenção dos mandatos pecebistas em 1947 no qual a questão racial ganhou atenção específica. (*Ibidem.* p. 24)

<sup>&</sup>lt;sup>325</sup> Sotero inclusive menciona uma espécie de marchinha usada na campanha baiana à câmara legislativa estadual: "O que é que o povo quer?/ É Jaime Maciel./ Contra a carestia,/ É Giocondo Dias,/ Luiz-Carlos-Prestes:/ Leite-Carne-Pão!". (*Ibidem* p. 17)

Apesar de acreditar ser legítimo burlar o sistema eleitoral, os comunistas buscaram não dar nenhuma visibilidade para tal movimentação. Esse silêncio expressava simultaneamente dois intentos: deixá-lo cair no esquecimento e assimilar a figura dos parlamentares ao PCB e não ao PRT. Não à toa, os congressistas são sempre identificados apenas por seus nomes e cargos referentes ao universo sindical. Não conseguimos identificar nenhuma menção que os atrelasse a tal agremiação posterior ao momento inicial após suas eleições. As pautas defendidas pelo partido permaneceriam obscuras nas páginas da Imprensa Popular ao longo do período estudado — clara indicação de que se tratava de uma legenda "fantasma". Felipe Ribeiro observa cenário semelhante no caso dos comunistas de Magé<sup>327</sup>, denotando que possivelmente se tratava de uma estratégia mais ampla.

Para evitar que as atuações dos parlamentares fiéis aos princípios do "partido de Prestes" fossem associadas à legenda a qual estavam legalmente vinculados e, simultaneamente, associá-las ao PCB, a Imprensa Popular comumente se referiu à existência de uma "bancada comunista" formada exatamente por tais vereadores<sup>328</sup>. O termo era usado, porém, sem uma referência explícita ao partido em si.

Na própria notícia sobre a diplomação dos parlamentares é possível identificar estratégia semelhante. Seus nomes são inicialmente apresentados como "candidatos de Prestes" e somente depois vinculados ao PRT<sup>329</sup>. O uso de expressões similares que também remetessem ao Cavaleiro da Esperança era frequente<sup>330</sup>.

Outra situação peculiar nesse sentido pode ser observada na capa do exemplar de 5 de janeiro de 1952 em manchete que versava sobre a adesão dos vereadores cariocas ao manifesto de convocação da Conferência Continental Americana pela Paz. O nome dos signatários aparecia em uma lista junto às siglas de seus partidos. No caso da bancada, porém, os nomes eram seguidos não pela sigla do PRT, mas por uma simples definição: "comunista" 331.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>327</sup> RIBEIRO, Felipe. op. cit., p. 142.

<sup>&</sup>lt;sup>328</sup> ENQUANRO BRIGAM COLIGADOS E MINORITÁRIOS, QUEM SOFRE É O POVO. Imprensa Popular, 12 de out de 1951, p.4.; Vitaletas N.º 2 Na Câmara do Distrito. Imprensa Popular, 22 de nov de 1952, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>329</sup> Diplomados os Eleitos Pelo Distrito Federal. Imprensa Popular, 18 de jan de 1951, p. 3.

<sup>330</sup> Figura 8.

<sup>&</sup>lt;sup>331</sup> SUBSCREVE O MANIFESTO DE CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA PELA PAZ A MAIORIA DA CAMARA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL. Imprensa Popular, 5 de jan de 1952, p. 1.

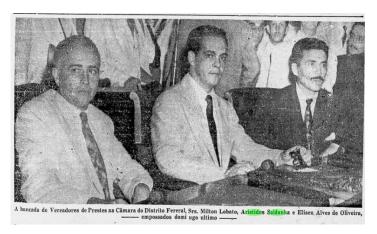


Figura 8 - ELEITA A MESA Da Câmara do Distrito. Imprensa Popular, 3 de abr de 1951, p. 1.

Tal postura colocava os pecebistas em uma posição claramente desconfortável perante seu discurso, que valorizava de forma constante a figura da instituição de inspiração soviética. No artigo "Campanha Diversionista" Astrogildo Pereira acaba, em certo sentido, ilustrando essa contradição:

As letras dos partidos, podres partidos sem princípios nem programas, se sucedem e se entrelaçam na sarabanda de sempre: PSD, UDN, PSP, PTB, PTN, PSB, PRP, PR, PL... legendas de malabarismos partidários, taboletas da malandragem eleitoral, siglas da sem vergonhice e da corrupção. [...]

De programa sério, objetivo, que atenda aos interesses do país, disso não cuidam jornais, partidos nem candidatos — porque isso é coisa que lhes falece por completo. De problemas econômicos e sociais, da situação de descalabro administrativo, das condições de vida que atormentam as massas trabalhadoras, dos minguados salários cada vez mais minguados, da carestia crescente, das fábricas que param, das máquinas que começam a enferrujar por falta de energia, dos camponeses sem terra esturricada das secas... dessas tristes coisas não se trata. (*Campanha Diversionista*. PEREIRA, Astrojildo. Imprensa Popular, 7 de out de 1953)

Dentro de sua narrativa é possível identificar a defesa da legenda como a única preocupada com as questões que realmente afetariam a vida cotidiana da população e, ao mesmo tempo, capaz de resolvê-las através de medidas baseadas em seus princípios. Os demais partidos, por sua vez, seriam marcados por práticas profundamente anti-populares e vistos como instrumentos das classes dominantes, que apenas se preocupariam com sua manutenção no poder e motivações particulares.

Essa generalização quase caricata, que não identificava as particularidades que envolviam o sistema político brasileiro dos anos 1950, levava à equiparação de partidos com propostas profundamente divergentes, como UDN e PTB. Curiosamente, porém, o PRT sequer aparecia na "sopa de letrinhas" de Astrojildo.

-

<sup>332</sup> Campanha Diversionista. PEREIRA, Astrojildo. Imprensa Popular, 7 de out de 1953, p. 2.

O texto de Maurício Grabois intitulado "Mostremos às Massas o Que é o Nosso Partido " 333 explicitava essa concepção ao fazer um balanço sobre a atuação das diferentes legendas após o fim do Estado Novo. Em sua visão:

> A U.D.N se apresentava como defensora da democracia, como inimiga do Estado Novo, conseguindo, então iludir muitas pessoas honestas e de boa fé. Mas o que se revelou na prática a UDN? Justamente o contrário do que afirmara ser. Apoiou sem restrições todos os atos infames da ditadura Dutra contra os trabalhadores, contra as liberdades democráticas. Hoje participa do govêrno de Getúlio. Nunca defendeu qualquer reivindicação das massas e tudo tem feito para amentar a submissão do país aos monopolistas norte-americanos e levar o país ao matadouro de uma terceira guerra mundial.

> O P.S.D., tal como a U.D.N. partido de latifundiários e grandes capitalistas evidenciou-se um dos piores inimigos do povo. Foi o maior ponto de apoio do nefasto govêrno de Dutra e hoje serve subservientemente ao govêrno de traição nacional de Vargas. Todas medidas antidemocráticas, quando não são de sua iniciativa, encontram sempre pleno apoio em seu [ilegível].

> [...] E o P.T.B. que se proclamava e ainda se proclama cinicamente o partido dos trabalhadores, o que mostrou ser? Partido de milionarios, de politiqueiros e de pelegos, o P.T.B. é a negação completa de um partido dos trabalhadores. O seu chefe, o velho opressor do povo, o grande estancieiro Vargas, como presidente da República — não só organizou um ministério de bilionários e negocistas, como realiza uma política de carestia de vida, de congelamento de salarios, de militarização do país e de terror contra o povo. [...]

> Tais são os partidos das classes dominantes. Todos eles se colocam contra os interesses do povo e defendem por todos os meios os privilégios dos latifundiários, grandes capitalistas e empresas imperialistas. Todos eles se unem na militarização do país, contra política de paz, pela entrega total do Brasil aos monopólios ianques. (Mostremos às Massas o Que é o Nosso Partido. GRABOIS, Maurício. Imprensa Popular, 16 de mar de 1952. p. 3)

Em oposição às "promessas mais mirabolantes" 334 dos partidos demagógicos a serviço das classes dominantes, estaria o PCB — e somente o PCB. Todas as demais siglas de maior ou menor expressão pecariam por apoiar o governo e suas políticas em alguma dimensão. Mesmo a UDN, com um discurso marcadamente antivarguista era tida como uma "falsa oposição".

Sob os udenistas pesaram fortes críticas por sua efetiva participação no governo, representada inicialmente pela presença de João Cleófas no Ministério da Agricultura. Após a reforma ministerial de 1953, a UDN ganharia ainda mais espaço com a indicação de nomes simpáticos à suas pautas como Osvaldo Aranha, para o Ministério da Fazenda, e Vicente Rao, no Ministério do Exterior, além da nomeação de José Américo de Almeida para a pasta de Viação e Obras Públicas<sup>335</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>333</sup> Mostremos às Massas o Que é o Nosso Partido. GRABOIS, Maurício. Imprensa Popular, 16 de mar de 1952. p. 3. <sup>334</sup> *Ibidem*.

<sup>&</sup>lt;sup>335</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 127-130.

De acordo com essa narrativa, não haveria, portanto, antagonismo de programas, mas sim uma mera disputa personalista por vantagens financeiras e políticas. Essa acusação recaíu sobre os conservadores quando tentaram realizar o impeachment do Presidente, movimento que seria apontado pela Imprensa Popular uma manobra de "grupos politiqueiros" cuja intenção seria meramente "substituir Vargas por outro Vargas, ou outro tirano que em lugar de proteger os aventureiros do PTB e do PSD, proteja os aventureiros a serviço da UDN"<sup>336</sup>.

Para acompanhar esse cotidiano do universo político parlamentar e das instituições democráticas, a IP dispunha de duas colunas voltadas unicamente à repercussão dos acontecimentos tidos como mais importantes: "Na Câmara Federal" e "Na Câmara do Distrito". Sua própria existência demonstrava que os pecebistas davam relativa atenção ao que acontecia nessa esfera e, simultaneamente, que buscavam divulgar as ações dos "vereadores de Prestes". O fato de notícias sobre tal temática também serem cotidianamente veiculadas fora de tais espaços potencializa essa compreensão.

Ao longo da vigência das diretrizes do Manifesto de Agosto, apesar de sua retórica marcadamente radical e condenatória das instituições burguesas, o PCB buscou utilizar os mandatos de seus congressistas para manter o partido relevante no cenário político nacional e local, no que tange o Distrito Federal. Nesse sentido, a pauta da carestia de vida possuía um papel importantíssimo dentro de tal estratégia. No tocante a este ponto, a bancada comunista seguia estreitamente a cartilha pecebista desenvolvida até então. Por se tratarem de parlamentares de oposição, era profundamente natural a constante abordagem desse ponto que produzia grande insatisfação popular.

São incontáveis as repercussões de aparições dos congressistas em eventos que buscavam debater o tema, assim como participações em campanhas e organizações que se debruçavam sobre o mesmo. Encontros como esses contavam invariavelmente com a presença de lideranças do movimento sindical e de organizações femininas, o que auxiliava — ou ao menos se propunha a — aumentar a popularidade dos parlamentares e do partido. Porém, ao que parece, comumente tais entidades já gravitavam em torno do PCB e de seus membros, de modo a tratar-se de um movimento com claras limitações e que não indicava uma política exatamente agregadora.

Isso pode ser observado, por exemplo, de uma mesa redonda promovida em 27 de abril de 1951<sup>337</sup>. Presidida pelo deputado Roberto Morena, contou com o "patrocínio" da

-

<sup>&</sup>lt;sup>336</sup> A Falsa e a Verdadeira Oposição. Imprensa Popular, 13 de jul de 1954. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>337</sup> CAMPANHA CONTRA A CARESTIA DE VIDA. Imprensa Popular, 3 de maio de 1951, p. 1.

CTB, da qual o mesmo fazia parte, e da USTDF, ligada ao vereador Antenor Marques. A assembleia ainda apareceria nas páginas da IP dias depois da repercussão inicial:

POR CONVOCAÇÃO feita pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil, realizou-se à rua Visconde de Inhauma, 38-2° andar, uma grande assembleia para lançamento de uma campanha, de carater nacional, contra a carestia de vida. Ao ato, compareceream, entre outros líderes operários, o deputado Roberto Morena e os vereadores Antenor Marques e Elizeu Alves de Oliveira.

Depois de acalorados debates, em que os representantes das mais diversas entidades operárias e femininas apresentaram sugestões para o combate à carestia, foi aprovado um programa de luta e eleita uma mesa diretora da companhia.

Do programa de luta constam, entre outros pontos, os seguintes: proibição da exportação de gêneros de primeira necessidade; incorporação as empresas de transporte aos serviços públicos; nacionalização dos frigoríficos e criação de núcleos residenciais operarios em torno das fabricas. O deputado Roberto Morena fez uma síntese dos problemas levantados e frizou a necessidade de organização do povo para que sua ação tenha uma tal amplitude que force o governo a tomar medidas imediatas. (CAMPANHA CONTRA A CARESTIA DE VIDA. Imprensa Popular, 3 de maio de 1951, p.1)

As considerações finais do deputado Morena expostas a seguir apontavam para a percepção de que os congressistas pecebistas pouco conseguiriam realizar por meio de articulações nas câmaras. Havia a consciência de que somente a pressão popular, guiada por tais atores — que agora dispunham de maior visibilidade e notoriedade — poderia render frutos reais. Em número diminuto e isolados politicamente devido ao discurso pecebista frente ao governo e à atuação dos demais partidos políticos, pouco poderia ser realizado pelos "candidatos de Prestes".

Nesse sentido, nos parece que a principal estratégia utilizada por estes teria sido usar as tribunas da câmara para fazer ressoar sua narrativa. Certamente o uso de seu poder de voto e proposição de emendas e medidas também possuía grande relevância, mas seu impacto nas questões decisivas era relativamente pequeno devido a tal isolamento. Assim, reproduziam no parlamento o discurso que aparecia cotidianamente nas páginas da Imprensa Popular.

Antenor Marques por vezes procurou explorar as contradições entre as expectativas criadas pelo então candidato e o que vinha acontecendo no decorrer do mandato, criticando aqueles "que tudo prometiam nas vésperas das eleições e que agora se esquecem dos solenes compromissos assumidos"<sup>338</sup>. Unia-se a essa insatisfação a pecha de continuísmo entre os governos de Dutra e Vargas, que os caracterizava como semelhantes nas práticas antipopulares responsáveis pela miséria dos trabalhadores.

Frizou o orador que o sr. Getúlio Vargas, antes de se eleger, prometeu lutar contra a exploração e a carestia de vida. E o que vemos é o oposto, é a concessão de privilégios sobre privilegios aos tubarões. [...] A maioria dos trabalhadores, diz o sr. Antenor Marques, cujos salarios são inferiores a Cr\$ 1.500, mal podem alimentar-se.

-

<sup>&</sup>lt;sup>338</sup> O CUSTO DA VIDA SOBE TODAS AS SEMANAS COM O GOVÊRNO DE VARGAS. Imprensa Popular, 27 de jul de 1951, p. 4.

O orador lembra o que o chefe do governo falara em mudar a politica do governo Dutra, que vivia a conceder privilegios aos tubarões. No entanto, diz, o sr. Getúlio Vargas continua a fazer a mesma política, política de guerra, de aumento incessante de impostos e de alta de preços. (*Protesta o Sr. Marques Contra a Carestia e as Violências*. Imprensa Popular, 28 de mar de 1952, p. 4)

É possível identificar uma noção de moralidade nas falas acima referidas. Indiretamente, buscava-se criar um contraste entre o homem popular — na figura do "candidato do povo" como elaborado por Sotero —, que sentia na pele os efeitos do encarecimento dos gêneros, e a dos governantes, tão distantes de tal realidade.

A produção desse afastamento também pode ser identificada em falas de Roberto Morena. Em certa ocasião o deputado se mostrou indignado com declarações de Vargas sobre "a arte de bem-comer". Morena ironizava o fato de que no mesmo dia em que havia faltado pão na cidade, o governo se preocupava em expor cartazes sobre alimentação saudável. Em sua visão, tratava-se de "verdadeiro achincalhe ao povo" e por isso conclamava os cariocas a se manifestarem nas ruas, tal como haviam feito os gaúchos — pressão que teria culminado na rebaixa do preço da carne no estado. O ex-marceneiro afirmava ser esta a "única maneira de se lutar contra a carestia, pois não se pode mais acreditar nas promessas do sr. Vargas"<sup>339</sup>.

Essa interpretação decorria de sua compreensão acerca da composição do governo Vargas, no qual estariam "os mais graduados representantes do tubaronato"<sup>340</sup>. Em discurso na Câmara, afirmava:

Falando como trabalhador, como homem ligado à massa, que ouve os comentários de rua, analisa o problema de uma maneira simples e clara. A vida encarece dia a dia. Prometeu-se carne a quatro cruzeiros e ela hoje é vendida a 14 e a 18 cruzeiros. O sr. Getulio Vargas continua fazendo promessas. Entretanto, não se dispõe a entregar suas fazendas de Santos Reis e Itú aos camponeses do Rio Grande, nem consegue que o usineiro João Cleofas, ministro da Agricultura, faça alguma coisa no sentido de que se obtenha a baixa no preço do açúcar. (Combatendo as Leis Demagogicas Pedidas á Câmara. Imprensa Popular, 22 de ago de 1951, p. 2)

Novamente era evocada a figura de Getúlio como um grande fazendeiro que possuía ambições pessoais em relação ao aumento do preço da carne. Seus ministros e o governo como um todo eram retratados de maneira semelhante, sempre do lado oposto ao qual se encontraria a classe trabalhadora.

Torna-se desnecessária a reprodução de todas as ocasiões em que esses dispositivos discursivos foram mobilizados pelos pecebistas durante o exercício de seus mandatos. A narrativa dos congressistas, todavia, permaneceria a mesma entre os anos de 1951 e 1954 justamente por refletir a visão do partido, que não seria alterada até o falecimento de Vargas.

<sup>340</sup> Combatendo as Leis Demagogicas Pedidas á Câmara. Imprensa Popular, 22 de ago de 1951, p. 2.

-

<sup>&</sup>lt;sup>339</sup> Denunciada a Grosseira Demagogia da Semana da Alimentação. Imprensa Popular, 12 de nov de 1952, p. 3.

Pouco antes do fatídico acontecimento que marcaria a história nacional e geraria uma reorientação por parte do PCB em relação a sua compreensão da figura de Vargas e dos atos de seu governo, o vereador Aristides Saldanha expressaria tal continuidade em discurso na Câmara<sup>341</sup>.

> [...] Sr. Presidente, o povo carioca está, sobretudo, de olhos voltados para a situação que atravessa a nossa Pátria, para o caos, para a fome, para a miséria, para a derrocada econômico-financeira, para a carestia, para todos os problemas que fazem da sua vida aquela vida negra de miséria, que hoje envolve todos os brasileiros. [...]Sr. Presidente, durante a campanha eleitoral o Sr. Getúlio Vargas prometeu reforma agrária, diminuição do custo de vida, dizendo que a carne seria vendida a Cr\$ 4,00. Disse também o Sr. Getúlio Vargas que subiria as escadas do Catete com o povo, tendo enganado nosso povo quando vitorioso nas urnas. Pergunto eu: quem subiu as escadas do Catete com o Sr. Getúlio Vargas? Foi o povo de nossa Pátria? Os operários de nossas fábricas? Os trabalhadores de nossa agricultura? Nossos colonos, nossos meeiros? Foram por acaso, os favelados do Distrito Federal? Não! Subiram as escadas do Catete com o Sr. Getúlio Vargas os Srs. Ricardo Jafet, Horácio Laffer, João Cleofas! Foram, precisamente, os representantes do latifúndio e do grande capital, sócios menores da exploração imperialista, interessados no saque de nossa economia e na exploração de nossa gente. (QUE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS SE UNAM PARA A DEFESA DAS LIBERDADES E POR ELEIÇÕES LIVRES. Imprensa Popular, 14 de ago de 1954, p. 1-5)

Essas duras palavras eram precedidas pela imagem de um vibrante Aristides discursando com o dedo em riste que estampava a capa do jornal<sup>342</sup>. O então líder da bancada comunista dava seguimento às concepções já identificáveis no Manifesto de Agosto e, por isso, ganhava destaque no diário pecebista.



Figura 9 - QUE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS SE UNAM PARA A DEFESA DAS LIBERDADES E POR ELEIÇÕES LIVRES. Imprensa Popular, 14 de ago de 1954, p. 1.

Outra frente importante em que os congressistas buscaram atuar e que atingia diretamente a questão da carestia era referente à elevação do salário-mínimo — pauta central para o PCB. Essa questão será mais bem desenvolvida posteriormente, mas cabe afirmar que também nesse aspecto os congressistas acompanharam a postura oficial de crítica ao que

<sup>342</sup> Figura 9.

<sup>&</sup>lt;sup>341</sup> QUE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS SE UNAM PARA A DEFESA DAS LIBERDADES E POR ELEIÇÕES LIVRES. Imprensa Popular, 14 de ago de 1954, p. 1-5.

chamavam de "salários de fome". Como veremos, estes colocaram-se ao lado de sindicatos e associações femininas na busca por sua valorização.

Essa postura é ilustrada na matéria "A Realidade Mostra que Vargas é Pai dos Ricos e Madrasta dos Pobres" 343:

Falava o sr. Salomão Filho, líder do PTB, o Partido de Vargas e do Impôsto Sindical, quando o sr. Antenor Marques o aparteou:

— V. Excia, acaba de declarar que com 2.500 cruzeiros por mês nada pode fazer um chefe de familia, tal o vulto da carestia da vida em nossa capital. No entanto, o ministério do Trabalho oficializa, sob a inspiração de Vargas, o salario mínimo de 1.200 cruzeiros. Isto prova que o sr. Getulio Vargas, que se intitula Pai dos Pobres, é na realidade Pai dos Ricos e Madrasta dos Pobres...

O sr. Salomão Filho não podia responder. Não respondeu. (*A Realidade Mostra que Vargas é Pai dos Ricos e Madrasta dos Pobres*. Imprensa Popular, 27 de maio de 1952, p. 3)

Além dos discursos proferidos nas câmaras legislativas, os pecebistas também participaram de uma série de eventos que buscavam debater o tema e convocar manifestações de rua em torno da pauta<sup>344</sup>.

Dessa forma, podemos observar como os pecebistas buscaram atuar dentro das instituições democráticas apesar da cassação do registro do partido. Por meio do PRT, parlamentares assumidamente comunistas, e assim retratados nas páginas da IP, puderam promover o discurso oficial do partido em tais espaços de grande relevância. Sua constante participação em eventos que visavam o combate à carestia e a interlocução com lideranças de associações femininas e sindicais eram utilizadas para disseminar os ideais do partido e fortalece-lo politicamente, além de debater soluções relativas à temática e pressionar o governo federal na direção de sua adoção.

Ainda que se tratasse de um movimento extraoficial, as diversas matérias e artigos de opinião deixam clara a centralidade que as atividades de parlamentares como Roberto Morena, Aristides Saldanha, Antenor Marques, Elizeu Alves e outros, possuíam para o partido. Estas também seriam fundamentais na tentativa de reversão do quadro de ilegalidade do PCB ao promover discursos nas câmaras legislativas e dialogarem com deputados e vereadores acerca do tema.

### 2.3 – Universo sindical

A história do Partido Comunista do Brasil não pode ser dissociada da trajetória do sindicalismo nacional por se tratar de um meio de extrema relevância para a militância comunista. Em relação ao governo democrático de Getúlio Vargas, apesar das

<sup>&</sup>lt;sup>343</sup> A Realidade Mostra que Vargas é Pai dos Ricos e Madrasta dos Pobres. Imprensa Popular, 27 de maio de 1952, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>344</sup> Concentração-Monstro Pelo Salário-Mínimo. Imprensa Popular, 10 de jan de 1954, p. 8.

particularidades em torno da atuação pecebista em tal conjuntura, o universo sindical continuou a se apresentar como importante esfera de atuação para o partido. Ainda que de forma menos enfatizada, esse âmbito possuía grande destaque na estratégia do PCB de mobilização da classe trabalhadora e em torno de suas próprias pautas políticas e econômicas.

No que tange especificamente à utilização política da carestia de vida é possível identificar uma clara e direta associação à questão salarial. Esta, por sua vez, representava uma pauta histórica do movimento operário e se fez presente nas reivindicações do partido desde a sua fundação. Como na visão pecebista a majoração dos salários era uma das principais medidas que deveriam ser tomadas no combate à carestia, acreditamos que haja um movimento duplo: a luta contra a carestia não poderia ser dissociada da luta sindical e viceversa. Dessa forma, os membros do PCB, como afirmava o próprio Manifesto de Agosto, se utilizariam das necessidades imediatas da população em prol da difusão de suas demais pautas e do fortalecimento político da agremiação.

Esse diagnóstico apontava para a necessidade de um reajuste devido à desenfreada elevação dos preços dos gêneros básicos de alimentação e de serviços indispensáveis. Já no início de 1951 o cenário econômico era retratado como trágico e utilizado como gatilho para a mobilização da classe trabalhadora:

A miséria e a fome dominam nos lares proletários. Nas cidades e no campo, todos nós, que vivemos do trabalho, sentimos dificuldades cada vez maiores para sustentar nossas famílias e já não sabemos o que fazer para matar a própria fome. A carne, o feijão, o açucar, todos os artigos enfim em número cada dia mais reduzido, a que podemos recorrer para refazer nossas próprias forças e mal alimentar nossas famílias, sobrem de preço todos os dias. Nos três meses do atual governo, a carne já subiu para 15 cruzeiros no Rio de Janeiro, o feijão, foi elevado oficialmente de 3,20 para 3,70, o café subiu para 35 cruzeiros o quilo [...]

Enquanto isto, os salários permanecem os mesmos, novas formas de exploração, como o regime das multas por exemplo, são postas em uso nas fábricas, o aumento da produtividade e a intensificação do trabalho são cada vez mais exigidos pelos patrões, que exploram também, em proporções cada dia maiores e mais brutais, o trabalho de mulheres e de crianças. Contra a carestia e por aumento de salários. (AVANTE TRABALHADORES PARA LUTA E PARA A VITÓRIA!. Comitê Nacional do P.C.B. Imprensa Popular, 29 de abr de 1951, p. 1)

Diante dessa dura realidade, os trabalhadores não deveriam manter-se inertes. Seria necessário adotar uma postura intransigente perante os patrões e o próprio governo em defesa de seus direitos e de melhores condições de vida através da intensificação da luta por seus "interesses vitais, contra a carestia da vida e por aumento de salários". "Não podemos ficar de braços cruzados diante da miseria e da fome de nossas mulheres, de nossos filhos e de nossos

pais encanecidos no trabalho"<sup>345</sup>, dizia o texto — que claramente era voltado para um modelo de trabalhador do sexo masculino que tinha o sustento do lar como obrigação.

Para embasar e ilustrar suas críticas ao cenário econômico da época, os pecebistas se utilizavam também de dados oficiais. Desde 1951 se empenharam em demonstrar o potencial corrosivo da carestia frente os baixos salários ao longo dos anos. Na matéria "Os Preços Subiram 400% E Os Salários Menos de 24%"<sup>346</sup> pode-se observar essa estratégia de intuito denunciativo sobre o "drama dos salários baixos", que era tido como o maior de todas as épocas.

Veja-se por exemplo, o crescimento do salário médio, de 1943 a 1951 no Distrito Federal e São Paulo: Metalúrgico 1.200 para 1.558 cruzeiros (30%); Têxtil, de 880 para 1.072 cruzeiros (20,6%); Gêneros Alimentícios, de 750 para 871 cruzeiros (17,3%); Vestuário, de 600 para 753 cruzeiros (25,5%).

Tirando-se a média geral de salários nessas quatro categorias, vê-se que, de 1943 para 1951, houve um aumento de apenas 23,35%.

#### O CUSTO DA VIDA

Agora vejamos o crescimento do custo da vida. De acordo com estudos recentes publicados no "Estado de São Paulo", é a seguinte a ração mínima de salário para a alimenta na diária de cada trabalhador: Carne de Vaca, 200 gramas — em 1943 obtinha-se por setenta centavos e hoje por um cruzeiro e sessenta e seis centavos. Leite pausterizado, [ilegível] litro em 1943 custava 0,60 e hoje 1,60; feijão, 150 gramas — em 1943 0,12 e hoje 0,60; arroz agulha, 100 gramas — nos mesmos anos sofreu majoração de 0,23 para 0,60; macarrão comum, 50 gramas — de 0,15 para 0,35; batata. 200 gramas — de 0,20 para 1 cruzeiros; Ervilha branca em grão, 30 gramas — de 0,90 para 3,60; pão, 200 gramas — de 0,32 para 1 cruzeiro; café em pó, 300 gramas — de 1,68 para 9,90; banana; açúcar refinado, 100 gramas — de 0,22 para 0,41; banha, 50 gramas — de 0,33 para 0,50; manteiga, 30 gramas — de 0,42 para 0,90; e cebola 100 gramas, de 0,15 para um cruzeiro e vinte centavos. No total, o trabalhador que gastava seis cruzeiros e vinte e dois centavos para sua ração diária em 1943, gasta atualmente 23 cruzeiros e 82 centavos. Em outras palavras: houve um aumento de 382,95% no custo de vida. (Os Preços Subiram 400% E Os Salários Menos de 24%. Imprensa Popular, 26 de jun de 1951, p. 5)

O exorbitante encarecimento detalhado no texto, que englobava quase todos os itens de consumo alimentício, justificaria a afirmação feita nas páginas do jornal meses antes: "Neste primeiro ano de govêrno do sr. Getulio Vargas o proletariado tem bebido até a última gota o calice da amargura"<sup>347</sup>. Devido à permanência das dificuldades econômicas, sempre criticadas por meio de formulações que mesclavam acidez e drama, seria possível identificar um panorama similar quase dois anos depois e a utilização do mesmo expediente pelos pecebistas. Apesar do raciocínio ser mais simplista do que o presente na notícia anterior,

347 Os Sindicatos e a Luta Contra a Carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 18 de mar de 1951, p. 5.

113

<sup>&</sup>lt;sup>345</sup> AVANTE TRABALHADORES PARA LUTA E PARA A VITÓRIA!. Comitê Nacional do P.C.B. Imprensa Popular, 29 de abr de 1951, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>346</sup> Os Preços Subiram 400% E Os Salários Menos de 24%. Imprensa Popular, 26 de jun de 1951, p. 5.

chegava-se a outra alarmante conclusão: "Os salários atuais compram, apenas pouco mais da metade dos alimentos que podiam comprar os salários de 1939!"<sup>348</sup>.

Para os pecebistas os denominados "salários de fome" não podiam ainda ser dissociados da política econômica do governo e de sua orientação geral. Ou seja, seriam apenas mais um reflexo da política belicista e antipopular do governo de Vargas. Não bastaria, portanto, apenas pleitear um reajuste pontual, pois os fatores que geravam a necessidade deste continuariam a existir. Esse pensamento pode ser ilustrado pelo comentário do hoteleiro Milton Arruda, representante da corporação no III Congresso Sindical Mundial, que afirmava: "E' um êxito precário conquistar apenas um aumento de salário, que vá se perder no turbilhão assustador da carestia de vida. Lutar contra as causas e não apenas contra os efeitos, foi o que aprendemos no III Congresso"<sup>349</sup>.

Por isso, seria preciso fazer com que a população nacional compreendesse a questão salarial como uma querela comum a todos os trabalhadores e que possuía na sua raiz as diretrizes que baseavam o governo Vargas. Esse esforço em gerar a tão almejada consciência de classe só poderia ser atingido por meio da constante mobilização e organização, como propunha o artigo "A luta por aumento é A luta contra a carestia" 350.

Ante a necessidade de lutar pela possibilidade de subsistir neste caos criado pela política de guerra do govêrno, a campanha por aumento de salários está mobilizando dezenas de milhares de assalariados de todas as categorias. Com isso se cria na consciência da massa trabalhadora a compreensão de que nada separa aqueles que são explorados em sua luta contra os exploradores e por melhores condições de vida. A política de guerra de Vargas atinge da mesma forma o operário têxtil e o médico ou o engenheiro, que ganha o pão de sua família com o suor do seu rosto. O patrão da indústria ou do comércio se aproveita das condições atuais, consequência do delírio guerreiro dos governantes, da mesma forma que o proprio Estado patrão, sócio e servidor dos provocadores da guerra norte-americanos. Isso constitui, sem dúvidas, um fato novo no quadro das lutas reivindicatórias das massas assalariadas. Outro fato digno de atenção é que, cada vez mais, a luta por aumento de salários se confunde com a luta contra a carestia. Qual a melhor forma de acuar o govêrno e obriga-lo a tomar providências concretas no sentido da rebaixa de preços senão exigir dos empregadores melhoria de salários? Quem exige melhoria de salários e luta por ela, indo até mesmo ás ações mais vigorosas, é porque não se conforma com a carestia e nem está disposto a se deixar matar à fome para que o govêrno prossiga em sua política assassina de condicionar toda a economia nacional aos planos dos interessados na guerra. (A luta por aumento é A luta contra a carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 15 de mar de 1952, p. 5)

Somente através dessa união seria possível obter o êxito desejado. Através da disseminação dessa perspectiva, os pecebistas procuravam unir a classe trabalhadora em um

<sup>&</sup>lt;sup>348</sup> Aumento dos Preços: 500 Por Cento, Aumento dos Salários: 350 Por Cento!. Imprensa Popular, 7 de jan de 1953, p. 4.

 <sup>349</sup> Lutar Também Contra as Causas Da Miséria e da Exploração. Imprensa Popular, 22 de dez de 1953, p. 6.
 350 A luta por aumento é A luta contra a carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 15 de mar de 1952, p.
 5.

grande movimento de oposição ao governo de Vargas, tido como tirânico. Devido à suposta necessidade imediata das medidas comentadas, os trabalhadores deveriam lançar mão "até mesmo das ações mais vigorosas" para contribuir com sua desestabilização.

Logicamente, o reconhecimento dessas insatisfações comuns acabaria também por fortalecer os instrumentos coletivos de pressão, principalmente os sindicatos. Ainda que pese todo o debate em torno da postura do PCB em relação ao universo sindical durante a vigência do Manifesto de Agosto, é possível observar que as diretrizes foram lentamente transformadas em letra morta devido a sua ineficiência. Dessa forma, os sindicatos voltariam a ser valorizados, ainda que com ressalvas quanto às direções pelegas e a atuação do Ministério do Trabalho. Se o Manifesto condenava a ocupação de tais espaços justamente por tais motivos, a partir de agora seria preciso adentrá-los e reconquistá-los. As palavras da colunista Maria da Graça<sup>351</sup> expressavam de forma clara a adoção dessa nova postura em relação ao universo sindical:

Nessa situação de verdadeira miséria a luta por aumento de salários e contra a carestia surge como único caminho para o proletariado. Nessa luta de vida ou de morte cabe aos Sindicatos papel relevante. São essas entidades que devem organizar a categoria, dirigí-la, orientá-la, levar ao poder público seus reclames e resoluções. (Os Sindicatos e a Luta Contra a Carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 18 de mar de 1951, p. 5)

Contrariando as determinações de abandono do sindicalismo oficial, a autora pregava a centralidade da atuação dos sindicatos na defesa dos trabalhadores e em sua luta por melhores condições de vida. Não havia a retomada do debate ou mesmo apresentação de uma explicação sobre essa alteração na concepção pecebista. Esse silêncio acaba por revelar o taticismo stalinista que colocava a teoria a reboque da ação. Desse modo, evitava-se um novo mea culpa, que poderia fragilizar a direção do partido. Porém, ao não justificar a mudança, tornava-se nítido que a diretriz seguida até então estava sendo vista — tanto pela base, quanto pela direção do partido — como ineficaz para os interesses pecebistas em tal esfera.

O manifesto da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, organização alinhada ao PCB, publicado na Imprensa Popular em 9 de junho de 1951 também é profundamente esclarecedor dessa reorientação. Partindo da insatisfação popular causada pela crescente carestia, a organização convocava seus membros e simpatizantes a reingressarem nos sindicatos e a valorizá-los enquanto principal instrumento para a luta.

A CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO BRASIL, criada pela vontade de milhares de delegados operários no grande congresso sindical de 1946, dirige-se a todo o proletariado para conclamá-lo a ingressar em massa nos sindicatos

-

<sup>&</sup>lt;sup>351</sup> Os Sindicatos e a Luta Contra a Carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 18 de mar de 1951, p. 5.

e neles levantar bem alto a bandeira de luta pelas reivindicações sentidas da classe operária e pela liberdade sindical.

E' cada vez mais grave a situação em que nos encontramos. Crescem sem cessar os preços de todos os gêneros de primeira necessidade. A carne, o pão, o arroz, o café e o açucar nunca estiveram tão caros como hoje, e começam a faltar em nossas mesas. [...] A arma dos trabalhadores para lutar contra a exploração e por melhores condições de vida — é o sindicato. O sindicato é a organização coletiva dos trabalhadores, independente de sua religião ou de sua filiação partidária, para resistir à ofensiva patronal e garantir os seus direitos. Os patrões, além do Capital, possuem suas organizações econômicas, têm a política e o aparelho do Estado do seu lado para lutar contra as reivindicações do proletariado. Nós, trabalhadores, só temos a organização, os nossos sindicatos, como instrumento de luta na defesa dos nossos interesses profissionais. (A DIRETORIA A C.T.B. CONCLAMA OS TRABALHADORES A INGRESSAR EM MASSA NOS SINDICATOS. Diretoria da CTB. Imprensa Popular, 9 de jun de 1951, p. 1-4)

Após um breve momento da história do partido em que os sindicatos oficiais não foram vistos como espaços fundamentais a serem ocupados pela militância pecebista, regressar-se-ia à visão que permeara a agremiação desde sua fundação. Movimento este que já vinha sendo realizado pela base militante do partido anteriormente.

Por conseguinte, retomava-se também a compreensão da greve como um importante instrumento de mobilização e pressão. Como coloca o próprio manifesto da CTB: "Aos sindicatos, para lutar por todos os meios contra a carestia da vida e por aumento de salários. Os patrões enriquecem e os operários morrem de fome! A greve é nossa grande arma de luta!" 352. Ao longo do governo Vargas, diversos movimentos grevistas foram apoiados pelo noticiário comunista.

Outras formas de manifestação também eram encorajadas, principalmente aquelas que promoviam a ocupação das ruas. Alguns comícios e passeatas organizados por sindicatos, comissões intersindicais e associações femininas contaram com o apoio da Imprensa Popular. Nas páginas do jornal encontravam-se declarações favoráveis à ocorrência desses atos e atribuíam sua necessidade à incapacidade governamental de solucionar o problema da carestia e a falta de ação no que tangia a questão salarial.

Em relação a um grande comício que deveria acontecer no dia 5 de novembro na Esplanada do Castelo, ao qual estariam presentes diversas organizações sindicais, por exemplo, a IP fez uma série de matérias buscando promover o evento. Para tal, utilizou-se dos depoimentos de líderes do movimento operário que participariam do mesmo. José Jaime Costa, presidente do Sindicato dos Marceneiros, dizia: "Já é tempo dos trabalhadores e o povo

-

<sup>&</sup>lt;sup>352</sup> A DIRETORIA A C.T.B. CONCLAMA OS TRABALHADORES A INGRESSAR EM MASSA NOS SINDICATOS. Diretoria da CTB. Imprensa Popular, 9 de jun de 1951, p. 4.

ocuparem as praças públicas para protestar contra tao calamitosa situação"353. Rui Guimarães, secretário do sindicato dos hoteleiros, por sua vez, afirmava: "Vemos a cada dia que passa a má vontade em solucionar os mais graves problemas que abalam a Nação, logo se os poderes públicos se manifestam contra os nossos interêsses cabe ao povo tomar medidas que estanquem a ganância dos tubarões."354.

É interessante notar que na tentativa de dar corpo ao movimento oposicionista, a presença de parlamentares não comunistas também era noticiada para conferir maior credibilidade à manifestação. A confirmação de comparecimento do depurado federal Heitor Beltrão (UDN), por exemplo, foi utilizada de tal maneira<sup>355</sup>.

Outro aceno "à moderação" pode ser encontrado na matéria "Ganhando a Praça Pública Deve o Povo Lutar Contra a Carestia" 356, na qual reproduz-se um trecho da nota da Comissão Permanente Contra a Carestia (CPCC) que afirma a necessidade da realização de uma "manifestação pacífica, embora enérgica". Trata-se de uma clara tentativa de desassociar o protesto dos signos da tumulto e da baderna, que poderiam deslegitimá-lo.

Em nível discursivo, o modo como a IP buscou abordar a questão da necessidade de elevação do salário mínimo refletia, logicamente, traços mais gerais abordados até aqui. Acompanhando a estratégia mais ampla discutida anteriormente, o aumento dos salários era tido como uma importante medida de combate à carestia e visava recuperar o poder de compra da população.

Na tentativa de descredibilizar o líder trabalhista, os pecebistas procuravam alertar os trabalhadores para a possibilidade da concessão de um reajuste irrisório que acabasse representando um movimento meramente político por não ser capaz de erradicar as agruras vividas por aqueles que dependiam do salário-mínimo.

Outro expediente utilizado recorrentemente consistia na exposição dos lucros de empresas que alegavam dificuldades para efetivar os reajustes salariais de seus trabalhadores. Os comunistas acreditavam que opondo os diminutos soldos aos exuberantes rendimentos das companhias poderiam demonstrar a viabilidade prática da adoção da medida frente ao argumento patronal de incapacidade financeira. Ao mesmo tempo em que gerariam um sentimento de indignação nos trabalhadores — este poderia ser despertado inclusive naqueles

<sup>353</sup> MAIS 2 SINDICATOS APÓIAM O COMÍCIO CONTRA A CARESTIA. Imprensa Popular, 18 de out de 1953,

<sup>354</sup> Os Hoteleiros Apóiam O Comício Contra a Carestia. Imprensa Popular, 17 de out de 1953, p. 8.

<sup>355</sup> BASTA DE AUMENTO DE PREÇOS! Imprensa Popular, 21 de out de 1953, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>356</sup> Ganhando a Praça Pública Deve o Povo Lutar Contra a Carestia. Imprensa Popular, 23 de out de 1953, p. 1.

que não eram empregados do estabelecimento mencionado, mas acabariam por solidarizar-se com os mesmos e ainda refletir sobre sua própria situação.

Em 5 de junho de 1952, por exemplo, a IP afirmava que 40 mil metalúrgicos cariocas lutavam há quase um ano por um aumento de 20 cruzeiros em seus honorários 357. Por não vislumbrarem outra saída, os trabalhadores estariam cogitando inclusive a realização de uma greve em via de obter o reajuste. Por parte dos patrões, a justificativa apresentada seria justamente uma suposta incapacidade financeira, tida pelo noticiário como "a de sempre". Contudo, o jornal afirmava tratar-se de uma vergonhosa escusa: "Nada mais falso. Os balanços anuais, ao contrário, revelam lucros cada vez mais elevados." Segundo a IP, a margem de lucros, ironicamente denominada de "prejuízos dos patrões", chegaria a até 442,4%. Por esse motivo, a matéria afirmava que tratava-se de uma "brutal exploração do trabalhador metalúrgico", que recebia um salário "miserável" e não dispunha sequer dos direitos trabalhistas garantidos pela lei. Por fim, sentenciava que essas condições representavam relevantes economias aos empregadores, fazendo aumentar seus dividendos.

De acordo com o pensamento pecebista, ficava claro que a obtenção de pujantes lucros por parte dos capitalistas só poderia ser possível através da máxima exploração dos trabalhadores, que seriam inclusive os verdadeiros responsáveis pela geração de riqueza<sup>359</sup>.

Essa dinâmica, logicamente, poderia ser extrapolada para outras categorias e colaborar com a construção da consciência de classe do operariado carioca. Nesse sentido, a tática seria reproduzida posteriormente em relação aos empregados do Moinho Inglês, que pleiteavam aumentos salariais no ano de 1953.

Os patrões do Moinho Inglês são técnicos em sugar suor dos operários o máximo de lucros. Assim é que tiveram em 1952 um lucro líquido de mais de 22 milhoes de cruzeiros.

Enquanto os patrões estrangeiros enriquecem cada vez mais os trabalhadores que produzem seus lucros são condenados a comer comida requentada de marmitas, a amargar tremenda miséria e a viver submetidos a uma exploração cada vez mais odiosa. (*Aumento dos Preços: 500 Por Cento, Aumento dos Salários: 350 Por Cento!* Imprensa Popular, 7 de jan de 1953, p. 4)

Mais uma vez era apresentado com grande condenação o contraste entre as remunerações dos trabalhadores, que tinham seu poder de compra continuamente diminuído, e os ganhos obtidos pela companhia. Parece clara a mensagem que a Imprensa Popular tentava mandar a seus leitores: não faltava dinheiro. A miséria em que se encontravam os

.

<sup>&</sup>lt;sup>357</sup> A matéria afirma que o valor desejado era de 20 cruzeiros para adultos e 10 para menores, demonstrando a naturalidade do emprego de jovens e crianças no setor.

<sup>&</sup>lt;sup>358</sup> Dispostos à Greve os Metalúrgicos Para a Conquista dos Aumentos Pleiteados. Imprensa Popular, 5 de out de 1952, p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>359</sup> Ibidem.

trabalhadores cariocas seria então fruto dos interesses de classe daqueles que controlavam as empresas e a economia nacional como um todo.

Aos trabalhadores, portanto, só restaria a luta coletiva como alternativa para conseguir os reajustes salariais desejados, que se traduziriam em melhores condições de vida — mais comida na mesa, cuidados médicos, a possibilidade de lazer e afins. Sozinhos nada conseguiriam, pois a mão-de-obra barata era abundante devido à intensidade da migração no inicio dos anos 1950 e pelo próprio desespero daqueles que sequer possuíam ocupação com remuneração garantida<sup>360</sup>. O chamado "exército industrial de reserva" auxiliaria na regulação dos salários "para baixo". Sendo assim, apenas a organização poderia produzir ganhos reais aos trabalhadores.

Outro ponto frequentemente abordado nas páginas da Imprensa Popular versava sobre o argumento patronal e governista de que o aumento do salário mínimo acabaria por iniciar uma escalada inflacionária, fazendo com que os preços dos produtos acompanhassem a elevação de modo a não produzir efeitos concretos e duradouros, além de, inclusive, piorar a crise econômica.

Essa discussão ganhou importante relevância nos anos de 1953 e 1954, quando as discussões acerca do reajuste começaram a ganhar corpo e motivaram ações governamentais em sua direção. Contudo, já no ano de 1952, em "O AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS"<sup>361</sup>, Horácio Lafer era criticado por sustentar tal pensamento diante da problemática salarial.

Quando tem de calcular o preço da venda dos produtos de suas fábricas, o sr. Lafer adiciona simplesmente ao preço do custo o que chama de "margem de lucro" (e que é precisamente a parte que rouba aos seus trabalhadores) e pronto. Se os americanos aumentam o preço da barrilha ou do enxofre, o que êle faz é marcar um novo preço para sua mercadoria. Uma simples questão de rotina. Nem lhe passa pela cabeça que isso possa ser um fator de inflação... Mas quando os empregados do sr. Lafer — e os empregados do estado o são, em grande medida, do próprio sr. Lafer — alegam que houve aumento de todas as mercadorias que são obrigados a consumir e que, por isso, precisam de aumento de salários, o que lhes responde o sr. Lafer? — "Arranjem-se! Apertem a cinta! Não bebam leite, não tomem cafe, não comam carne! Vocês o que querem é dinheiro para tomar cerveja! E para que andar de ônibus?! O que? Filhos no colégio? Que luxo é êsse?! Nada disso, meus amigos, nada de aumento, o aumento de vocês trará inflação e será pior para vocês!". (O AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS. Imprensa Popular, 13 de maio de 1952, p. 3)

119

<sup>&</sup>lt;sup>360</sup> O texto de Maria da Graça anteriormente referido expressava, em parte, tal pensamento: "O salário mínimo para o operariado na indústria e para os empregados no comércio foi fixado em 1.200 cruzeiros, que está passando a ser salário této. Como é possível viver nessas condições? A exploração aumenta na mesma proporção, pois que os patrões, dispondo dessa imensa reserva de mão de obra a preço vil constituída pelas levas de retirantes que chegam do nordeste famintos e maltrapilhos, renovam o seu quadro de empregados com a maior facilidade, tornando letra morta, mortíssima, toda a legislação vigente." (*Os Sindicatos e a Luta Contra a Carestia*. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 18 de mar de 1951, p. 5)

<sup>&</sup>lt;sup>361</sup> O AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS. Imprensa Popular, 13 de maio de 1952, p. 3.

A figura de Lafer, como mencionado anteriormente, representava simultaneamente os capitalistas nacionais e o governo Vargas. Novamente, a "falta de vontade" era utilizada como motivação para negar a valorização do salário mínimo. O descompromisso com a demanda dos trabalhadores poderia ganhar ares de preocupação com seus efeitos em longo prazo, mas para os pecebistas o real motivo ainda consistiria nos interesses de classe, na tentativa de maximização dos lucros.

De toda forma, em finais de 1953 o próprio governo já acenava positivamente para a implementação de um reajuste no valor do salário mínimo. Não conseguindo controlar a crescente carestia de vida, Vargas acabaria cedendo lentamente às pressões do movimento operário. O PCB e a Imprensa Popular intensificariam então o movimento em prol da adoção de um novo ordenado que realmente contemplasse as necessidades da família trabalhadora. Nessa direção, o manifesto de 1º de maio do partido, referente ao ano de 1953, já trazia importantes ressalvas quanto à concessão do reajuste. Nos dizeres do texto:

Não vos deixeis enganar pelas promessas mentirosas de Vargas nem com simples elevação de alguns cruzeiros em vossos salários. Que valem êsses aumentos ridiculamente pequenos, se o preço do feijão, do arroz, de todos os artigos de consumo popular, para não falarmos do aluguel de casa dos remédios, da roupa ou do calçado continuam subindo em proporções muitas vezes maiores? (MANIFESTO DE 1° DE MAIO DO PCB. Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Imprensa Popular, 21 de abr de 1953, p. 5)

Seria preciso que a classe trabalhadora se mantivesse firme em torno da adoção de um valor significativo. Hábil negociador, Vargas tentaria agradar todos os atores envolvidos. Seguindo sua linha de ação que preconizava a harmonia social, provavelmente procuraria elevar os salários o suficiente para agradar o movimento sindical, mas apenas até um montante que o patronato julgasse aceitável. Esse cenário, que parecia claro aos pecebistas, era o que os preocupava.

Recorrentemente as páginas da IP exibiriam declarações nesse sentido, que expressavam a visão corrente no universo sindical e a dos próprios escritores do jornal. As "exigências" sobre o aumento eram claras e diretas: a) deveria ocorrer o mais rápido possível para mitigar a situação de miséria em que viviam os cariocas; b) teria de ser capaz de aumentar o poder de compra da população de maneira significativa, atingindo assim um valor substancial; c) era preciso que fosse efetivado de imediato e acompanhado do congelamento de preços para que não fosse corroído pela crescente carestia. Esses três pontos se repetem em quase todas as matérias que versavam sobre a temática de forma direta ou indireta e nortearam a ação dos comunistas nos anos finais do governo de Vargas.

Em dezembro de 1953 o governo acatou uma dessas demandas e acenou para a fixação do salário mínimo em 2.400 cruzeiros. Há meses uma série de entidades, como sindicatos e organizações de trabalhadores, procuravam demonstrar a necessidade de ampliar o valor a ser estabelecido em via de possibilitar ganhos reais na qualidade de vida dos cidadãos. Esse acontecimento foi tido, portanto, como uma importante vitória do movimento sindical por ter contraposto a proposta inicial do Ministério do Trabalho, que estabelecia apenas 2.128 cruzeiros como novo valor a ser adotado<sup>362</sup>.

Porém, os textos posteriores ao anúncio expressariam uma postura cautelosa, por mais que valorizassem o ocorrido. Colocavam que apesar desse avanço fundamental, ainda haveria um longo caminho a ser percorrido até a efetivação do reajuste e seu cumprimento por parte dos patrões. De toda forma, negavam veementemente a possibilidade de bonança estatal que comumente permeava o ideário trabalhista à época:

E' necessário destacar, entretanto, o fato de que o simples fato do govêrno de Getúlio e Jango se virem obrigados a antecipar a decretação de um novo salário-mínimo, com um aumento de cerca de 80 por cento sôbre o atual, já é uma importante vitória da classe operária. Não se trata, de nenhum modo, de dádiva do govêrno — mas de uma consequência do intenso movimento grevista e do fortalecimento do movimento sindical durante êste ano de 1953. E' sobre a pressão das lutas operárias que o govêrno se vê obrigado a aceitar o fato de que já não é possível manter o atual salário-mínimo de fome, pois, de qualquer maneira, o proletariado continuará a modifica-lo com as suas lutas reivindicatórias. O que faz o govêrno, tomando a iniciativa de modificar o salário-mínimo é simplesmente aceitar uma realidade que êle não conseguirá modificar nem com o terro que lança mão, nem com as promessas demagógicas: o fato de que as massas trabalhadoras já não se deixarão matar de fome e lutarão com êxito crescente, pela elevação dos níveis atuais dos salários.

Os trabalhadores aceitam por isso a revisão do salário-mínimo não como decorrência da "boa vontade" do govêrno, mas da sua própria fôrça e unidade. E reforçarão sem dúvida sua organização e sua unidade de combate para fazer, com a luta também, contra a carestia da vida e a política de Vargas — política de esfomeamento do povo — que as vantagens do salário mínimo a ser conquistado não desapareçam imediatamente com a onda de aumentos de preços provocadas pelos tubarões, sob a proteção do governo. (*A Luta Pelo Novo Salário-Mínimo*. Editorial. Imprensa Popular, 25 de dez de 1953, p. 3)

Nessa perspectiva, a pressão exercida pelos trabalhadores e seus sindicatos era a verdadeira responsável por tal conquista. Por mais que o governo buscasse capitalizar politicamente a ação em seu favor, o crédito deveria ser dado ao movimento operário. Essa posição também reforçava a necessidade de que as lideranças sindicais não estivessem submissas aos interesses do governo. O avanço teria sido conquistado através do enfrentamento, possibilitado justamente pela combatividade de tais figuras.

-

<sup>&</sup>lt;sup>362</sup> A Luta Pelo Novo Salário-Mínimo. Editorial. Imprensa Popular, 25 de dez de 1953, p. 3.

Em seguida, reconheciam que esse aceno não garantia, ainda, o que almejavam. Seria necessário continuar a mobilização em torno da questão salarial para atingir o verdadeiro êxito da concessão do aumento e, posteriormente, sua efetivação prática por parte dos empregadores. Como fora afirmado no noticiário no dia seguinte a tal acontecimento: "O fato de haver sido homologado na Comissão de Salário Mínimo a proposta dos representantes dos empregados não significa nem que o nível de 2.400 cruzeiros já esteja oficializado, nem, muito menos, que os patrões o respeitarão"<sup>363</sup>.

Apesar de reconhecer a importância do aumento de 100% nos ordenados — e destacar o protagonismo do movimento operário na luta para obtê-lo —, os pecebistas continuariam a criticar o governo e seus membros devido à própria condução do processo e pelas posições adotadas em torno da questão salarial.

Oswaldo Aranha, por exemplo, seria atacado por supostamente gastar mais nos cuidados de seus cavalos do que com a remuneração do trabalhador responsável pelos mesmos. A Imprensa Popular sentenciaria então: "Para o Sr. Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda do govêrno Vargas, um de seus cavalos de corrida tem mais importância que a família de um operário."<sup>364</sup>. Os pecebistas buscavam assim, reforçar a imagem de que os membros do governo, e, por conseguinte a própria administração, seriam inimigos da classe trabalhadora. Dessa forma, o trabalhismo varguista não poderia ser tido como uma alternativa que serviria a seus reais interesses.

Em paralelo às reivindicações salariais, os pecebistas julgavam que era preciso atuar diretamente na esfera da carestia de vida, no sentido de freá-la. Isto deveria ocorrer para que o aumento não se tornasse letra morta rapidamente. De nada adiantaria a medida caso esta não fizesse parte de um amplo conjunto capaz de conferir a estabilidade dos preços, de modo a promover, na prática, o aumento do poder de compra. Por isso, a IP apoiou a iniciativa dos sindicatos, organizações de trabalhadores e associações femininas em torno da demanda pelo congelamento imediato dos preços.

A Comissão Intersindical Pela Efetivação do Salário Mínimo, cujo nome elucida por si sua finalidade e composição, expressava a importância da unidade da classe trabalhadora em prol da adoção dessa medida: "Somente unidos nos Sindicatos e onde trabalhamos, somente unidos com tôda população é que combateremos vitoriosamente a ganância e a voracidade dos

-

<sup>&</sup>lt;sup>363</sup> Combate Ganho, Mas Não Vitória Definitiva. Editorial. Imprensa Popular, 31 de dez de 1953, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>364</sup> Um Cavalo Vale Mais QUE UMA FAMÍLIA OPERÁRIA. Imprensa Popular, 11 de abr de 1954. p. 1.

especuladores, as consequências ruinosas de inflação e conseguiremos o congelamento dos preços, na base de junho de 1953"<sup>365</sup>.

Em manifesto republicado no noticiário, a CTB, por sua vez, demonstrava compartilhar desse posicionamento e ia além, destacando a imprescindibilidade da utilização de todas as formas de manifestação possíveis em prol das pautas.

Agora — mais do que nunca — é necessário que os trabalhadores, através de assembléias em seus sindicatos e reuniões em locais de trabalho, através de manifestações de rua, através de memoriais, telegramas, etc., levem o govêrno a decidir com rapidez a aprovação dos níveis estabelecidos pelas Comissoes de Salário-Mínimo e a tomar as medidas necessárias para congelar os preços das mercadorias. (*União de Todos os Trabalhadores Para Conquistar o Salário-Mínimo*. Imprensa Popular, 4 de fev de 1954, p. 3)

Essa foi a tônica da movimentação do universo sindical durante o ano de 1954 até o fatídico suicídio de Getúlio Vargas. Sindicatos e organizações buscaram mobilizar-se constantemente para pressionar o poder público em torno de tais pautas. É possível encontrar matérias veiculadas meses depois que demonstram a permanência da centralidade dessas demandas no meio operário, justamente devido às manobras realizadas pelo governo e à ineficácia de suas ações.

Por mais que o valor do salário mínimo tenha sido definitivamente reajustado no primeiro de maio daquele ano, o prazo estabelecido pelo governo para sua efetivação pelos empregadores fez com que a mobilização de tais entidades não cessasse. Garantida a vitória nos termos da lei, era preciso estendê-la ao cotidiano das fábricas e empresas.

Contudo, retomando o argumento comentado anteriormente, os empregadores relutavam em cumprir as determinações da justiça trabalhista. Caberia então a Imprensa Popular a função de auxiliar a mobilização promovida pelas organizações sindicais em torno da questão, como o fazia Etelvino Pinto.

Precisamos redobrar nossos esforços na luta pela unidade de ação nos sindicatos, nos locais de trabalho, nos municípios, Estados e nacionalmente, para fazer com que os planos dos patrões e do govêrno sejam derrotados, para obrigá-los a pagar os salários mínimos tal como foi aprovado pelos trabalhadores e hoje tornado em lei por fôrça da vontade e de lutas dos mesmos.

Os patrões, em todo o país, se arregimentam para não pagar o salário-mínimo, fazem uma campanha desenfreada pelos jornais e pelo rádio, expelindo seu ódio aos trabalhadores, levantando falsas teses para que influam no espírito de luta dos trabalhadores e, por outro lado, fazem-se de "vítima" do govêrno patrão do Sr. Vargas, que realiza a política dos tubarões da indústria e do grande comércio e particularmente dos latifundiários e dos trustes norte-americanos.

[...] Na realidade, o grande patronato nacional e estrangeiro não quer ferir o mínimo em seus lucros fabulosos e com isto está de acordo o govêrno do Sr. Getúlio Vargas, pois, além de protelar 5 meses a decretação do salário-mínimo, ainda deu um prazo de 60 dias aos patrões para que tomem medidas "legais" a fim de anularem esta conquista dos trabalhadores. Por isso o govêrno não congelou os preços e êstes só

<sup>&</sup>lt;sup>365</sup> Unidade Pelo Salário-Mínimo, Contra a Carestia e a Assiduidade. Imprensa Popular, 30 de jan de 1954, p. 6.

serão congelados com grandes lutas dos trabalhadores e das demais camadas da população. (*Intensificar a Luta Pela Aplicação do Salário-Mínimo*. PINTO, Etelvino. Imprensa Popular, 20 de maio de 1954, p. 6)

Sempre criticado, o governo de Vargas era acusado de retardar o reajuste por ser aliado do patronato nacional e abrir brechas que possibilitassem sua revogação. Mais uma vez era apontado que a única forma de os trabalhadores obterem êxito em suas demandas seria através da manutenção de seus esforços perante as demonstrações de insatisfação e o não cumprimento da legislação vigente por parte dos empregadores. Nas palavras de Pinto: "A nossa luta unida é a linguagem que os patrões e o govêrno compreende" 366.

Como esperado pelos pecebistas, esse embate se estenderia ao longo dos meses seguintes e produziria efeitos drásticos para a população. Os preços dos gêneros básicos de alimentação começaram a ser inflados pelos comerciantes na tentativa de ampliarem seus lucros devido ao teórico aumento do poder de compra dos trabalhadores e por repassarem ao consumidor final o custo das elevações salariais no setor. Entretanto, de maneira geral, esses reajustes altistas acabaram por anteceder a própria majoração geral dos salários, gerando um cenário caótico para os trabalhadores.

De acordo com o noticiário, 12 alimentos teriam encarecido antes mesmo do prazo máximo estipulado pelo governo para efetivação do novo salário mínimo. Dessa maneira, na visão dos pecebistas, provava-se que a onda inflacionária que se seguiria à adoção do reajuste enunciada pelos empregadores seria causada, na verdade, por sua ânsia por maiores margens de lucros. Essa era a visão expressa em artigo de 11 de junho de 1954<sup>367</sup>.

Uma onda de aumentos de preços está se verificando desde o dia 1º de Maio, depois que foi decretado o novo salário-mínimo.

Nada menos de doze gêneros alimentícios já tiveram seus preços elevados muito antes que entrassem em vigor os novos níveis de salários.

A gordura do côco foi o primeiro dêles, com dois aumentos sucessivos: de Cr\$ 29,00 o quilo para Cr\$ 31,00 e logo em seguida para Cr\$35,00. A manteiga se elevou de 52 para 60 cruzeiros. O queijo subiu de 29 para 32 cruzeiros o quilo. O doce de 14 cruzeiros o quilo foi para 17 cruzeiros. O arroz, da pior espécie, foi majorado em 2 cruzeiros o quilo de Cr\$ 9,50 para Cr\$ 11,50. Farinha de Cr\$ 6,60 está por Cr\$7,10. As massas alimentícias passaram de Cr\$ 7,50 para Cr\$ 9,20 por quilo. Os produtos da Nestlé, derivados do leite, tiveram aumentos de 60 centavos até 3 cruzeiros: o leite em pó de Cr\$ 21,60 para 24,60. As frutas em conserva (compotas) tiveram aumentos de 5,6 e 7 cruzeiros por alta. As verduras em conservas também foram aumentadas: uma latinha de ervilha passou de Cr\$ 9,50 para Cr\$ 11,50.

[...] Os patrões afirmam que não podem conceder o aumento do salário-mínimo. Dizem tambem que o aumento do salário-mínimo acarretaria imediato aumento nos preços, no entanto, êsses doze aumentos só nos gêneros alimentícios, além do aumento do açucar e do biscoito que são esperados ainda para esta semana, provam que não é o aumento de salário o culpado pois os aumentos se verificam antes de

-

<sup>&</sup>lt;sup>366</sup> Intensificar a Luta Pela Aplicação do Salário-Mínimo. PINTO, Etelvino. Imprensa Popular, 20 de maio de 1954, p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>367</sup> 12 Aumentos de Preços Depois do 1.º de Maio. Imprensa Popular, 11 de jun de 1954, p. 8.

qualquer aumento de salário. (12 Aumentos de Preços Depois do 1.º de Maio. Imprensa Popular, 11 de jun de 1954, p. 8)

Dessa maneira, os ganhos obtidos pelos trabalhadores se esvaíam nos preços exorbitantes que os produtos de necessidade básica passavam a possuir. Todavia, aqueles que sequer haviam tido seus salários acrescidos encontravam-se em um cenário verdadeiramente dramático, tendo seu poder de compra diminuído através da manobra dos especuladores e comerciantes.

Esse era o quadro em que se encontrava a movimentação em torno da questão salarial quando do falecimento de Getúlio, evento que alteraria drasticamente a percepção da classe trabalhadora em relação aos rumos que deveriam ser adotados a partir de então.

Notadamente, o PCB atuou veementemente para mobilizar os trabalhadores e suas organizações contra o governo e em prol das bandeiras do aumento do salário-mínimo — e sua efetivação — e o congelamento de preços. Através da veiculação constante de matérias que envolviam o universo sindical — disputas pela presidência das organizações, pedidos de reajustes salariais ou melhores condições de trabalho, etc. — o partido buscou se manter ativo nessa esfera.

# Capítulo 3 – Donas de casa contra a carestia: pecebistas e associações femininas

Desde a sua formação o Partido Comunista do Brasil se constituiu em um espaço majoritariamente masculino. Com o passar das décadas, porém, a participação feminina foi crescendo e o partido, movido pela pressão interna exercida por suas militantes e pelas diretrizes do movimento comunista internacional, buscou incorporar progressivamente mulheres em suas fileiras. No contexto das décadas de 1940 e 1950, a atuação das diversas uniões de bairro e associações femininas que contavam com a presença de comunistas foram determinantes para promover essa aproximação com o público feminino e suas demandas específicas.

Em nossa visão, a temática da carestia foi interpretada pelos pecebistas como um problema que afetava direta e especialmente as mulheres donas de casa, tidas como responsáveis pelo cuidado do lar, e mães de família, incumbidas da criação dos filhos — figuras que comumente se sobrepunham. Dessa forma, o enfrentamento dessa questão deveria ter tais atores como protagonistas. Através de um discurso profundamente emocional, os comunistas, por meio da Imprensa Popular e das entidades femininas por estes hegemonizadas, buscaram coordenar o movimento de mulheres e associa-lo a defesa de suas pautas. Assim, canalizaram sua mobilização a favor da luta pela paz e contra a carestia de vida.

## 3.1 O PCB e a questão feminina

Durante boa parte do século XX, a chamada questão feminina — que versa sobre temáticas específicas ao gênero feminino e sua emancipação política, social e econômica — foi tida como uma problemática secundária pelo PCB. Como destaca Maira Abreu<sup>368</sup>, esta adquiriria uma maior centralidade no pensamento do partido apenas a partir de 1975 através do lançamento do documento intitulado "Trabalho do partido entre mulheres"<sup>369</sup>.

Esse movimento refletia o pensamento marxista hegemônico da época, que conferia um lugar marginal às opressões de gênero frente a superação da luta de classes. De acordo com Maria Lygia de Moraes: "Apesar de reconhecerem a divisão sexual do trabalho e suas

<sup>&</sup>lt;sup>368</sup> ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **O PCB e a Questão Feminina** (**1970-1979**). Florianópolis. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 2008. p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>369</sup> O texto apresenta um caráter autocrítico da postura do partido e afirma que a questão feminina nunca teria sido abordada com a devida centralidade ou profundidade teórica e política. Entretanto, apenas em 1979 seriam publicadas diretrizes que incorporavam o pensamento feminista, expressas nos documentos "A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB" e "Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher". (*Ibidem.* p. 7)

consequências para as mulheres, [os marxistas] postergavam para uma futura sociedade socialista a superação das discriminações de gênero"370.

De acordo com Daniella Lôbo, a própria participação feminina nas atividades do partido foi secundarizada pelas obras memorialísticas que compuseram a primeira leva de estudos sobre o PCB, promovendo o silenciamento de importantes personagens femininos<sup>371</sup>. Para a autora, a estrutura hierarquizada da agremiação e o fato de muitas vezes desempenharem funções de apoio e auxílio, tidas como de menor importância e por isso relegadas às mulheres, contribuíram para esse processo de apagamento de suas colaborações ao partido<sup>372</sup>. Iracélli Alves conclui na mesma direção, destacando que a única memória produzida por uma mulher, Maria Prestes, não foca em sua própria militância e sim na de seu companheiro, Luís Carlos Prestes<sup>373</sup>. Alves, entretanto, vai além e afirma que mesmo a historiografia contemporânea por vezes não conferiu o devido destaque à atividade política feminina<sup>374</sup>.

Por outro lado, deve-se ressaltar que o partido procurou incorporar mulheres em suas fileiras desde a década de 1920, quando de sua formação. Moraes aponta que as diretrizes da III Internacional Comunista (1919-1923) já afirmavam a necessidade de aproximar as mulheres do pensamento comunista a fim de afastá-las de movimentos tidos como atrasados e de origem burguesa<sup>375</sup>. No Brasil, esse aspecto seria reforçado pela relevante presença de mulheres na composição do operariado, principalmente na indústria têxtil e de tabaco<sup>376</sup>.

Paula Soares destaca, por exemplo, a formação do Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras (CMT), em 1928, e da Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres (CCTM), em 1929. O primeiro buscaria promover o engajamento feminino nas campanhas

<sup>&</sup>lt;sup>370</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. **O Encontro Marxismo-Feminismo no Brasil**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (org.) História do Marxismo no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 348.

<sup>&</sup>lt;sup>371</sup> LÔBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB**: memória, história e historiografia. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). 2017. p. 46. <sup>372</sup> *Ibidem*.

<sup>&</sup>lt;sup>373</sup> Esse movimento é explicado pela autora como fruto da reprodução da mentalidade sexista, que produzia nas próprias mulheres a noção de que as atividades por elas desempenhadas seriam de menor importância. ALVES, Iracélli. O 'não lugar' das mulheres na Memória e na História do PCB. In: XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os Preconceitos: História e Democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. p. 1. <sup>374</sup> *Ibidem.* p. 7.

<sup>&</sup>lt;sup>375</sup> MORAES. op. cit., p. 349.

<sup>&</sup>lt;sup>376</sup> SOARES, Paula. A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2016.

eleitorais desenvolvidas pelo Bloco Operário e Camponês (BOC)<sup>377</sup>, enquanto o segundo era vinculado à própria estrutura do partido e almejava estimular a participação feminina neste<sup>378</sup>.

Simultaneamente, porém, as próprias comunistas não se identificavam com o movimento feminista naquele contexto. Iracélli Alves afirma que esse afastamento era produzido devido à desconsideração dos recortes de classe e raça por aquelas que se intitulavam feministas, distanciando assim mulheres pobres e negras cujas realidades e ambições não eram as mesmas. Por essa razão, tais mulheres não se sentiam representadas pelas reivindicações de tal grupo e atrelavam sua militância à identidade comunista — construída a partir da tradição marxista, do movimento revolucionário de 1917 e do projeto de sociedade por ele implementado<sup>379</sup>. Segundo a autora:

[...] as ativistas ligadas ao PCB consideravam que a luta feminista era inapropriada para a realidade do país, pois julgavam haver problemas mais urgentes a resolver, a exemplo da falta de moradia, da carestia de vida e da exploração do proletariado. Entre elas, era comum a diluição da "questão da mulher" nas relações de classe. Por vezes, negavam qualquer especificidade que justificasse a necessidade de um movimento específico para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Entendiam que o problema só seria superado com a transição do capitalismo para o socialismo. Portanto, as mulheres deveriam comprometer-se com a luta socialista, desviando-se da "agitação feminista". (ALVES, 2017, p. 108)

As condições materiais das mulheres pobres das grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, produziam um afastamento em relação aos anseios do movimento feminista, então protagonizado por mulheres de classe média. Partindo das publicações da Imprensa Popular, acreditamos que os pecebistas procuravam partir da realidade desse segmento para provocar uma aproximação com o partido. Por isso, a carestia de vida, que tanto lhes afetava cotidianamente, assumiria grande importância em sua estratégia.

Alves também aponta que, apesar da prática do partido ter se desenvolvido no sentido de não conferir centralidade às pautas ligadas a emancipação e libertação feminina, diversas militantes buscaram contestar o pensamento marxista hegemônico e o modelo societário em que viviam através de elaborações teóricas e de sua própria militância cotidiana.

Retomando o Manifesto de Agosto, é possível observar que o mesmo reflete o pensamento anteriormente descrito acerca da concepção pecebista em torno da questão feminina. As mulheres praticamente não eram mencionadas ao longo do documento, que apenas as convocava genericamente para participar da construção da Frente Democrática de Libertação Nacional.

-

<sup>&</sup>lt;sup>377</sup> SOARES, *op. cit.*, p. 114-115.

<sup>&</sup>lt;sup>378</sup> *Ibidem*. p. 140.

<sup>&</sup>lt;sup>379</sup> ALVES, Iracélli da Cruz. **Os movimentos feminista e comunista no Brasil:** história, memória e política. Tempos Históricos, v. 21, n. 2. 2017. p. 108.

No entanto, podemos observar duas importantes exceções. Quando mencionadas as "liberdades democráticas para o povo" há um relevante apontamento sobre o desejo de "abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher"<sup>380</sup>. Sua mera presença indica uma notória preocupação em abordar o tema. Entretanto, não há um maior desenvolvimento acerca do mesmo na sequência do texto. Destaca-se também a menção na parte final do manifesto, que é mais significativa e ilustra melhor o papel que os pecebistas esperavam que fosse desempenhado por suas companheiras. Trata-se exatamente de um trecho que aborda a mobilização contra a carestia de vida:

MULHERES DO BRASIL! Sóis as primeiras e maiores vitimas da guerra e do terror fascista. Operarias e camponesas, donas de casa, mães e esposas! Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares. Com vossa tradicional coragem e decisão impedi o crime de mais de uma guerra imperialista! Organizai-vos para a luta contra a fome e a carestia da vida. A libertação nacional do jugo imperialista exige vossa participação ativa — é a bandeira por que já tombaram Zélia e Angelina, e que continua em vossas mãos. (*Prestes dirige-se ao povo*, Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6)

Fica nítido que os pecebistas desejavam a participação política das mulheres. A postura distante em relação à questão feminina não significava um completo afastamento em relação as pautas que a compunham ou mesmo a negação da importância da integração de mulheres nas fileiras do partido. Contudo, também é possível observar que ainda circunscreviam grande parte de sua atuação em duas esferas: o lar e a família. Também eram mencionadas com alguma frequência as trabalhadoras e operárias que lutavam por "salário igual por trabalho igual", mas em quantidade significativamente inferior<sup>381</sup>.

Reproduzindo o pensamento hegemônico da época, os pecebistas afirmavam que as donas de casa eram as mais afetadas pela carestia por ser de sua responsabilidade o cuidado do lar e o preparo da alimentação — o que incluía a compra de verduras, carnes, legumes e afins. Por isso, caberia a estas a mobilização visando a melhoria dos preços dos gêneros alimentícios.

Dessa maneira, o âmbito do combate à carestia de vida pode ser tido como um espaço crucial para a participação e protagonismo feminino. Essa atuação podia se dar dentro da esfera do próprio partido ou nas organizações femininas hegemonizadas pelos comunistas, que dispunham de importante centralidade dentro de sua estratégia no combate à carestia.

<sup>&</sup>lt;sup>380</sup> Prestes dirige-se ao povo, Voz Operária, 5 de ago 1950, p. 6.

Aparentemente esse cenário apresentava algumas alterações no Momento Feminino, publicação voltada ao público feminino e que explorava o engajamento das mulheres de maneira própria. Uma das explicações possíveis versa sobre o público alvo dos impressos. Tratando-se de um jornal endereçado — ainda de que forma velada — majoritariamente ao público masculino, a IP moldaria seu discurso para atingir suas companheiras.

Para tal, seriam mobilizados seus papéis enquanto mães e esposas, nos quais lhes eram incumbidas a missão de zelar pelo bem-estar dos homens da família — maridos e filhos.

Ao fim do fragmento, também era realçado um aspecto importante da retórica utilizada pelos pecebistas: a presença de mártires/heróis. Levando o culto à personalidades tidas como modelo para o universo feminino — ou a construção pecebista do que este deveria ser —, eram mencionadas as figuras de Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves. Ambas foram assassinadas pela polícia durante manifestações de rua na cidade do Rio de Janeiro<sup>382</sup> e passaram a integrar os artigos da Imprensa Popular como exemplos da combatividade feminina.

Foi possível observar que essa forma geral de tratamento/compreensão da atuação feminina se manteve ao longo do período estudado, aparecendo mais bem desenvolvida em textos e notícias veiculadas na Imprensa Popular. A matéria "O Manifesto de Agosto e as Mulheres do Brasil"<sup>383</sup>, de 3 de agosto de 1952, ilustra as diversas estratégias utilizadas pelos pecebistas no que tange à participação feminina. Ela retomava tais princípios e interligava-os à luta pela paz, ponto fundamental da diretriz assumida no documento que consolidava a virada radical do partido.

Partindo do princípio de que "as palavras do Manifesto são como luzes que mostram o caminho a percorrer", o texto se utilizava dos expedientes anteriormente abordados para promover o engajamento feminino:

Como, porém, seguir a trilha indicada pelo Manifesto? De que maneira barrar o terror fascista, enfrentar as mil dificuldades de cada dia, a opressão, a fome nos lares, a ignorância e o despotismo?

A bandeira por que tombaram Zelia e Angelina — a bandeira da libertação nacional — está agora entregue a milhares de irmãs por tôda parte espalhadas, é a bandeira que vai tirar as mulheres brasileiras do seu atraso secular, lançando-as à luta consciente pela conquista de seus direitos mais puros, na defesa da vida de seus filhos, que devem crescer felizes num mundo de tranquilidade e de paz para todos. [...] Operárias do norte e do sul lançam-se em greve por aumento dos seus salários de fome; seguem-se as greves reivindicatórias, e lutas de protestos sucedem-se nas fábricas texteis, onde as condições de trabalho sao quase sempre desumanas e onde a tuberculose faz vítimas diariamente.

Mas, ao lado do problema diário e premente, há o grande problema de todo o mundo: a Paz ou a Guerra. O Manifesto indica o caminho a seguir e nesses dois anos decorridos após o seu lançamento, as mulheres brasileiras sao campeãs da luta pela Paz.

Quer coletando assinaturas para os Apelos de Estocolmo e por um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências , quer saindo as ruas, às portas das fábricas e nas

Zélia Magalhães. Dicionário **Político** Marxista. Disponível https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/magalhaes\_zelia.htm>. Acesso em: 03 de set de 2022; Angelina Gonçalves. Dicionário Político Marxista. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/goncalves\_angelina.htm>. Acesso em: 03 de set de 2022

<sup>&</sup>lt;sup>383</sup> O Manifesto de Agosto e as Mulheres do Brasil. Imprensa Popular, 3 de ago de 1952. p. 17.

filas de ônibus, subindo morros, percorrendo as estradas do interior do Brasil, as mulheres estão por tôda parte protestando perante o povo contra o envio de nossos soldados para a guerra maldita desencadeada pelos agressores americanos na distante Coréia heróica; unidas as mulheres brasileiras estão na primeira fila de combatentes e o nome de Elisa Branco transpõe os limites da Pátria e mostra ao mundo a mulher brasileira simples na sua grandeza e na sua imensa capacidade de ação abnegada em pról da Pátria e da causa sagrada da Paz.

Reboam por todo o território do Brasil as palavras do Manifesto e a luta prossegue com mais vigor ainda: são as passeatas contra a carestia e a fome, em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Rio. São as funcionárias que se organizam, as costureiras, as pequenas comerciárias, as intelectuais e as cientistas, as camponesas em seus comités, enfim, são milhares de mulheres, que agora estão de pé, vigiantes, e que lutam e que se agrupam até a formação de suas organizações femininas. (*O Manifesto de Agosto e as Mulheres do Brasil*. Imprensa Popular, 3 de ago de 1952. p. 17)

Nota-se que a luta contra a carestia, e mesmo as reclamações salariais, apareciam entrelaçadas a uma reivindicação maior, da qual todas as demais dependiam: a paz. Assim, seguia-se aquilo que era expresso no Manifesto de Agosto acerca da utilização das "reivindicações mais imediatas e sensíveis" como plataforma para a mobilização em torno da campanha pela paz. Novamente, se manifestar contra a carestia significava, por conseguinte, incorporar as fileiras da luta pela paz, uma vez que dentre as causas da primeira estaria a alocação de recursos para o chamado "orçamento de guerra".

Ao mesmo tempo, por exercer de maneira socialmente desejada seu papel enquanto mães e esposas, as mulheres não desejariam colocar em risco a vida de seus entes queridos e atuariam de todas as formas possíveis para evitar suas perdas. Essa retórica foi fundamental para promover a atuação feminina no Movimento pela Paz e levou a seu protagonismo nas diversas campanhas por assinaturas de abaixo-assinados contra o envio de brasileiros para a Coréia e afins.

Através desse discurso o PCB buscou atrair mulheres insatisfeitas com a alta dos preços dos gêneros básicos de alimentação e temerosas pela vida de seus filhos e maridos para os espaços de influência da agremiação. Dessa maneira, também instigava sua participação em um contexto mais amplo de defesa de suas pautas, ainda que de forma indireta, e a se insurgir contra o governo de Vargas<sup>385</sup>.

Ademais, eram citados os exemplos de Zélia e Angelina, que agora apareciam ao lado de Elisa Branco, a maior mártir da luta pela paz. Sua figura foi amplamente explorada como modelo de militante por ter realizado um ato que fora tido como heroico: estender uma faixa com os dizeres "Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia" durante as festividades

<sup>&</sup>lt;sup>384</sup> Prestes dirige-se ao povo. Voz Operária, 5 de ago 1950. p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>385</sup> Certamente não trata-se de uma suposta manipulação de tais sentimentos, mas sim de sua canalização por parte dos pecebistas em torno de sua concepção política e buscando atingir seus objetivos.

oficiais do 7 de setembro de 1950 em São Paulo. Com sua prisão, a costureira tornou-se o grande símbolo pecebista do esforço pacifista e chegou a receber o Prêmio Stálin da Paz como forma de reconhecimento por sua bravura<sup>386</sup>. Ao lado das companheiras mencionadas, faria parte de um seleto grupo de mulheres cuja memória remeteria diretamente aos sacrifícios feitos em nome da nação, do qual também fariam parte Maria Quitéria, Anita Garibaldi e Olga Benário<sup>387</sup>.

Ananda Lima<sup>388</sup> aponta, porém, que o ato da militante não havia sido solitário e impulsivo, mas sim uma ação planejada pela Federação de Mulheres de São Paulo, órgão ligado ao PCB. Tratava-se, portanto, de uma manifestação programada e construída coletivamente por militantes da organização e do partido.

De toda forma, a figura de Elisa foi utilizada para encorajar mulheres de todo o país a se engajarem nas lutas de libertação nacional, com destaque para as campanhas pela paz e contra a carestia. Divulgações de congressos femininos e chamadas para manifestações frequentemente contavam com fotos e desenhos da militante, além da tradicional referência à "Heroína da Paz" 389.



Figura 10 - CONGRESSO DE MULHERES. Imprensa Popular, 15 de jul de 1951. p. 1.

Como já perceptível em "O Manifesto de Agosto e as Mulheres do Brasil"<sup>390</sup>, os pecebistas mantiveram o artifício de recorrer à figura da mulher enquanto mãe expressa no

132

<sup>&</sup>lt;sup>386</sup> ELISA BRANCO, PRÊMIO STÁLIN INTERNACIONAL DA PAZ. Imprensa Popular, 23 de dez de 1952. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>387</sup> O Dia Internacional da Mulher. Imprensa Popular, 8 de mar de 1952. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>388</sup> LIMA, Ananda Cristina dos Santos. **A Paz é uma Mulher**: a trajetória política da militante comunista Elisa Branco (1950-1956). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2019. p. 21-22.

<sup>&</sup>lt;sup>389</sup> CONGRESSO DE MULHERES. Imprensa Popular, 15 de jul de 1951. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>390</sup> O Manifesto de Agosto e as Mulheres do Brasil. op. cit.

próprio manifesto de 1950. Almejavam assim, despertar o instinto materno e mobilizá-lo em direção ao apoio de causas ligadas à atuação do partido naquela conjuntura.

Subentendia-se que os sentimentos de proteção e cuidado eram compartilhados por todas as genitoras, tidas como naturalmente sensíveis e responsáveis pelo bem-estar da família. Dessa maneira, ao apresentar um discurso de forte caráter emocional, procurava-se a aproximação de uma parcela do público feminino que não necessariamente era ativa politicamente ou comungava dos princípios do comunismo. Os pecebistas, portanto, partiam da interpretação corrente na sociedade acerca do papel social das mulheres — o que, por sua vez, não impedia que as militantes rompessem com tais expectativas <sup>391</sup> — e buscavam subverte-lo ao buscar sua mobilização política.

Paula Soares identifica que a aproximação da figura feminina à maternidade e suas questões específicas já estava presente no discurso da Comissão Central Para O Trabalho de Mulheres, órgão do partido criado em 1929<sup>392</sup>, mas afirma que o maternalismo se consolidaria no discurso da agremiação a partir da experiência das Uniões Femininas, entre 1940 e 1960<sup>393</sup>. A autora avalia que tratava-se de uma "maternidade revolucionária", em que:

[...] ao modelo da mãe dona de casa dedicada ao lar, à religião e ao casamento, os comunistas propunham o modelo da mulher trabalhadora e da mulher dona de casa que, justamente por ser mãe e, muitas vezes, esposa, era um indivíduo que se interessava pelas questões políticas locais, nacionais e internacionais. A mãe, defendiam os comunistas, era a pessoa mais consciente dos problemas sociais que assolavam o Brasil e o indivíduo mais consciente da necessidade de sua intervenção para a construção de uma sociedade melhor. (SOARES, 2021, p. 323-324)

Apesar de apresentar um caráter transgressor frente ao papel corrente na sociedade, marcado pela passividade feminina e sua restrição ao espaço doméstico, essa abordagem dos pecebistas ainda apresentava claros limites. Soares enfoca que sua utilização partia das condições materiais do cenário da década de 1940, em que a maternidade era uma experiência compartilhada pela maioria das mulheres brasileiras, principalmente de baixa renda. Por isso, seria natural a mobilização desse fator identitário para promover o engajamento feminino <sup>394</sup>.

Todavia, partindo dos textos veiculados na Imprensa Popular, não parece haver nenhuma indicação de que os comunistas buscavam alterar a dinâmica vigente que colocava como obrigação feminina os cuidados do lar e da família. Ainda que a construção de uma

<sup>&</sup>lt;sup>391</sup> Os escritos de Iracélli Alves acerca das formulações de Jacinta Passos e Alina Paim são um excelente exemplo dessa afirmação. Ver: ALVES, Iracélli. **A política no feminino:** uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2015.

<sup>&</sup>lt;sup>392</sup> SOARES, op. cit., p. 142-145.

<sup>&</sup>lt;sup>393</sup> *Ibidem*. p. 308.

<sup>&</sup>lt;sup>394</sup> SOARES, *op. cit.*, p. 261-262

sociedade marcada pela superação das desigualdades de gênero estivesse no horizonte, nos parece que a atuação prática do partido visava a participação das mulheres apenas de maneira que não contestassem a dominação masculina existente nesse aspecto<sup>395</sup>. Nesse sentido, o Movimento Pela Paz e a luta contra a carestia se apresentaram como esferas de atuação que dialogavam com o maternalismo e possibilitavam seu envolvimento dentro dos moldes desejados. Trata-se, portanto, de um movimento marcado por tensões, que promoveram lentos avanços devido à atuação de militantes que buscaram contestar a postura do partido através de formulações próprias e de sua militância.

O exemplar da Imprensa Popular voltado para a "celebração" do dia das mães do ano de 1954 demonstra de maneira evidente essa tentativa de mobilização do maternalismo. Os artigos publicados buscavam problematizar a data comumente marcada por festividades e enaltecimentos à figura materna ao denunciar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na criação de seus filhos durante o governo de Vargas:

HOJE é o Dia das Mães. Neste governo de Vargas, até uma comemoração como esta, que desperta os corações de todos os mais ternos e profundos sentimentos de amor filial, é um simples pretexto para aumento dos negócios... e dos lucros no comércio. Porque, no que se refere a atitude dos poderes públicos em relação às mães brasileiras, hoje, como em todos os outros dias, é da mais absoluta negligência, do mais completo desamparo. No país há déficits de milhões de leitos nas maternidades, o trabalho da mulher continua a ser, ainda, o mais explorado. Há a carestia da vida que torna um sofrimento diário a administração de um lar. Não há escolas para as crianças... Em milhões de lares, falta mesmo o pão. Ser mãe, sob este governo, não é "padecer num paraíso". É viver num inferno... (SOB O GOVÊRNO DE VARGAS É VIVER NUM PARAÍSO. Imprensa Popular, 9 de maio de 1954. p. 9)

Parafraseando de maneira ácida o dito popular, os comunistas criticavam a postura do governo em relação a questões específicas da proteção à infância, como a situação das maternidades, e a condução econômica, que também traria enormes danos aos jovens — destacadamente o consumo de alimentos. Para os pecebistas, o governo Vargas negligenciaria o cuidado dispensado às mães e crianças em nome do lucro de negocistas.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>395</sup> Soares aponta na mesma direção ao tratar da condução do PCB em torno da questão feminina no intervalo 1929 e 1935: "[...] todo o debate comunista sobre atrair as mulheres para o terreno da política sindical e revolucionária não suscitava, nesse momento, uma discussão sobre sua libertação dos serviços domésticos ou sobre o envolvimento masculino nessa esfera. Os comunistas defendiam que as mulheres deveriam ser atraídas para a luta política e acreditavam que elas possuíam um enorme potencial revolucionário, mas não discutiam como libertá-las do fardo representado pelo lar. Nesse sentido, embora defendessem direitos de família iguais entre homens e mulheres, a proposta de igualdade de gênero apresentada pelo PCB parecia se relacionar mais à inclusão das mulheres na esfera política do que à modificação das dinâmicas da vida privada". (SOARES, 2021, p. 148). Entretanto, parece não reforçar tal pensamento quando aborda o período posterior à década de 1940.



Figura 11 - SOB O GOVÊRNO DE VARGAS É VIVER NUM PARAÍSO. Imprensa Popular, 9 de maio de 1954. p. 9.

Esse cenário descrito deveria indignar a população, mas não resigná-la. Algumas páginas depois, em artigo que abordava a trágica realidade em que se encontravam as crianças brasileiras, marcada pelo alto índice de mortalidade, os redatores da IP promoviam o movimento de subversão do papel materno comentado anteriormente:

Neste florido mês de maio, as mães brasileiras continuam apreensivas. A vida tornou-se dia a dia mais difícil, a subida dos preços continua aterradora. Mas nem tudo está perdido. Ontem, como hoje, a mulher cumprirá o seu dever. Ao lado do companheiro há de exigir que seus filhos deixem de morrer, há de erguer-se impetuosa e altiva, reivindicando os direitos que os corações de mães reclamam como legítimos e que dizem de perto com o futuro e a independência de nossa pátria do jugo do imperialismo americano, dos latifundiários e de um governo que, como o de Vargas, mata as crianças de fome e as embrutece com a miséria. (*Crianças Estão Morrendo Por Falta de Alimentação*. Imprensa Popular, 9 de maio de 1954. p. 15)



Figura 12 - Crianças Estão Morrendo Por Falta de Alimentação. Imprensa Popular, 9 de maio de 1954. p. 15.

No centro da página que trazia a matéria comentada, encontrava-se uma fotografia em que é possível observar crianças "amontoadas" no chão ao lado de suas mães. A chamada localizada acima da imagem usava uma forte frase para explicar que tratava-se de uma fila em busca de vagas em escolas na capital federal: "Quando sobrevivem não tem onde estudar". Por não ser tão frequente a utilização de fotos em matérias que abordavam o universo feminino — possivelmente pelo tamanho que ocupavam nas páginas do jornal — acreditamos que esta tenha sido empenhada com a intenção de sensibilizar as leitoras para a situação em que se encontraria a juventude carioca.

Contrariando o senso comum da época, que colocava as mulheres reclusas ao ambiente doméstico, os pecebistas estimulavam que estas adentrassem a arena pública. Assim, não deveriam aceitar as condições de vida que lhes eram oferecidas, e por conseguinte à seus filhos, pelo governo de Vargas. Pelo contrário, deveriam mobilizar-se na direção de seu enfrentamento e lutar por seus direitos. O motor de sua ação encontrava-se, portanto, em sua sensibilidade materna, nos "corações de mães" que as moveriam a enfrentar quaisquer desafios pelo bem-estar de seus filhos.

Essa estratégia de mobilização em torno do maternalismo também poderia materializar-se na produção de textos escritos em primeira pessoa e assinados por mulheres,

práticas que escapavam o padrão dos escritos veiculados no jornal. Os artigos partiam de experiências pessoais sobre a preocupação com o futuro dos filhos em um mundo marcado pela tensão dos conflitos imperialistas e da carestia de vida para afirmar a necessidade de organização feminina no sentido de combatê-las. É o caso, por exemplo, dos artigos de Zora Braga<sup>396</sup> e Ana Montenegro<sup>397</sup>.

O primeiro narrava a aflição da dramaturga<sup>398</sup> por acreditar que todo o esforço realizado na criação do filho poderia ir por água abaixo caso a dita política de guerra de Vargas continuasse:

Tenho um filho de 15 anos, criado com todo meu carinho. Fico louca se o menino espirra, preocupo-me com seus estudos, crescimento, com o carater que esta moldando. O ano que vem êle terá 16 e no outro 17. Será um colegial e pela nova lei do Serviço Militar e com o maldito Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos, poderá ser convocado para morrer em qualquer Coréia.

Faço sacrifícios para pagar o colégio e criá-lo forte e bonito. Tudo isto para quem, minhas amigas? Para engordar um soldado, destinado a morrer estupidamente? Eu tenho outros projetos. Quando lhe peço para estudar, falo-lhe das belas coisas que temos de construir, de nosso futuro de paz e progresso e êle se sente estimulado. Ele próprio tem planos, quer ser engenheiro, desenha pontes e grandes reprêsas... Existe, portanto, entre a minha vontade e a vontade do Govêrno, uma disparidade enorme. Nossa vontade é mais justa e para defender meu filho serei capaz de brigar com cães danados, de matar cobras, de enxotar ladrões, quanto mais de gritar para êste governo assassino que não o deixarei morrer na guerra!

Aqui está, minhas amigas, porque resolvi escrever-lhes esta carta, convidando a tôdas que são mães e as que virão a ser um dia, a nos unirmos e protestarmos contra a falta d'agua, contra a carestia, contra a deficiencia de transporte, o preço dos apartamentos, o desamparo em que vive nossa infância e contra esta ameaça de guerra, causadora dessas e de outras desgraças. (BRAGA, Zora Seljan. *Exigimos que as Mulheres Sejam Ouvidas*. Imprensa Popular, 9 de nov de 1952. p. 2.)

Nota-se que o apelo dirigido às mulheres era plenamente emocional, não perpassando maiores formulações teóricas ou, por vezes, as tradicionais reivindicações trabalhistas associadas ao partido. Na concepção dominante do partido — que era reproduzida, ainda que em parte, por algumas de suas militantes — o chamado à ação não deveria, na maioria das vezes, partir de princípios racionais. Não à toa, o texto focava um comportamento protetivo motivado pelo "amor materno" e encerrava-se com uma convocação direcionada às "mulheres de fibra, de sentimento e coração"<sup>399</sup>. Em momento algum eram evocadas as figuras da Frente Democrática de Libertação Nacional ou do combate ao imperialismo e à burguesia nacional, por exemplo. Por outro lado, em raros momentos as temáticas ligadas à infância seriam abordadas quando os textos não possuíam um nítido direcionamento ao público feminino.

<sup>399</sup> BRAGA, Zora Seljan. *Exigimos que as Mulheres Sejam Ouvidas*. Imprensa Popular, 9 de nov de 1952. p. 2.

137

.

Exigimos que as Mulheres Sejam Ouvidas. BRAGA, Zora Seljan. Imprensa Popular, 9 de nov de 1952. p. 2
 Primeira Assembléia Nacional de Mulheres. MONTENEGRO, Ana. Imprensa Popular, 14 de nov de 1952. p.

<sup>&</sup>lt;sup>398</sup> **Missa por Zora Seljan**. Disponível em: <a href="https://www.academia.org.br/noticias/missa-por-zora-seljan">https://www.academia.org.br/noticias/missa-por-zora-seljan</a>>. Acesso em: 22 de set de 2022.

A própria retórica agressiva característica dos artigos contidos na Imprensa Popular parecia dar lugar a um tom muito mais ameno e que buscava explorar a suposta sensibilidade inerente às mulheres. Esperava-se que estas se reconhecessem no texto por partilharem dos sentimentos tidos como esperados de uma mãe. Também por isso eram empregadas expressões como "minhas amigas" e expostas informações de cunho pessoal, expedientes que produziam uma sensação de proximidade entre a autora e as leitoras.

O texto frisava que os desejos das genitoras para o futuro de seus filhos não era compartilhado pelas autoridades que compunham o governo. Essa culpabilização, porém, não deveria encerrar-se em si mesma. Tentava-se estimular a mobilização feminina contra os responsáveis pela possibilidade de participação de jovens brasileiros em um conflito externo e outras mazelas sentidas diariamente pelas mães de família, como a carestia e a falta d'água.

Nota-se que o discurso promovido pelo PCB à época obedecia uma lógica de coesão que possuía sua raiz no Manifesto de Agosto. Contudo, dependendo dos atores sociais que se buscava atingir, eram explorados aspectos diferentes com o intuito de promover seu engajamento. No caso do público feminino, como observamos, os pecebistas promoviam uma retórica que reforçava a imagem da mulher enquanto mãe zelosa e responsável pelo cuidado familiar.

O artigo de Ana Montenegro, pseudônimo de Ana Lima Carmo<sup>400</sup>, apresenta estrutura similar e aprofunda a abordagem anteriormente descrita. A militante cearense buscou estimular a participação na Primeira Assembleia Nacional de Mulheres através de uma convocação que focava na felicidade dos jovens como principal objetivo da existência das mulheres.

Diante das necessidades por que passamos, diante do abandono em que são lançadas as crianças, diante dos perigos que ameaçam nossas cidades, as nossas casas e principalmente aos nossos filhos, precisamos, realmente, num encontro simples, sincero e fraternal, apresentar nossos problemas, nossas sugestões. Precisamos, juntas traçar um caminho novo que nos conduza àquela certeza desejada — a certeza de que nossos filhos terão pão, terão escolas, trabalho, casa para morar e corações tranquilos onde possam abrigar o mais belo de todos os sentimentos — a solidariedade humana — que representa o entendimento entre todos povos, entre todas as nações. [...]

E todas as mães sejam quais forem suas opiniões políticas, seja qual for a religião que professem, desejam que seus filhos se alimentem realmente e não, apenas ter noticias desses alimentos através da literatura demagógica dos S.A.P.S.

Igual não é a ternura que nos aquece o coração, quando embalamos os nossos pequeninos? Iguais não são os cuidados que lhes dispensamos? Iguais não são as preocupações pelos seus destinos? Queremos, por acaso, para eles, um destino de morte e crime, sangue e lágrimas, loucura e miséria? Juntas, portanto, devemos estar, unidas dentro dessa igualdade de sentimentos, sonhos e anseios.

<sup>400</sup> **Quem foi Ana Montenegro?**. 13 de abr de 2018. Disponível em: <a href="https://anamontenegro.org/cfcam/2018/04/13/quem-foi-ana-montenegro/">https://anamontenegro.org/cfcam/2018/04/13/quem-foi-ana-montenegro/</a>. Acesso em 20 de set de 2022.

Aí está a ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES para fundir esses sentimentos, sonhos e anseios num único objetivo — a felicidade de nossos filhos. (MONTENEGRO. *Primeira Assembléia Nacional de Mulheres*. Imprensa Popular, 14 de nov de 1952. p. 2)

Percebe-se de maneira ainda mais clara que a narrativa pecebista procurava utilizar-se dos sentimentos maternos para canalizar a mobilização feminina. O texto de Montenegro chega a apontar que o cuidado em relação aos filhos ultrapassaria barreiras ideológicas e religiosas, sendo compartilhado por todas as genitoras.

Segundo o artigo, a verdadeira realização feminina viria da possibilidade de prover felicidade a seus filhos e não de qualquer realização pessoal própria. Deveriam lutar não — apenas — por si, mas por sua prole.

Evidenciar essa construção discursiva certamente não implica em desmerecer o carinho que tradicionalmente é expresso por pais e mães em relação àqueles que tanto amam. Trata-se apenas de desnudar a forma com que os pecebistas buscaram se endereçar ao público feminino e canalizar suas insatisfações de modo a promover sua mobilização. Ao fazê-lo de maneira a reforçar o papel da mulher enquanto mãe, sem questionar a dominação patriarcal ou problematizar de forma mais direta e elaborada outras questões especificas ao gênero feminino, os pecebistas acabaram, em grande medida, por não romper com o discurso corrente na sociedade brasileira.

Militantes como Zora e Ana utilizavam da representação dominante na sociedade para aproximar as demais mulheres do projeto político a qual se identificavam — ainda que provavelmente não correspondessem à própria caracterização de "mulher modelo" que permeava seus textos. Em sua visão, apenas a construção de uma sociedade baseada no comunismo poderia verdadeiramente emancipar aquelas que buscavam convocar para compor as fileiras do partido, das associações femininas e congressos. Seria, portanto, um equívoco acreditar que seguiam acriticamente as orientações dos homens que compunham o partido.

Demonstraremos no decorrer do capítulo como a exploração de temáticas ligadas à infância e ao cuidado do lar foi fundamental para a mobilização de centenas de mulheres em torno de associações que desempenharam um importante papel durante o período abordado e que possibilitaram o debate de uma série de questões ligadas ao universo feminino.

Outra faceta profundamente explorada pelos pecebistas refere-se à imagem da dona de casa, tida como responsável pela manutenção do lar. Tal incumbência sempre era atribuída às mulheres nos artigos da Imprensa Popular, tanto nos escritos dos redatores do jornal quanto nas falas de populares que compunham as notícias. A esposa de um funcionário dos correios

— ambos não identificados — afirmava, por exemplo: "Tudo está caro, mas as donas de casa é que pagam o pato. Na hora da boia a família quer ver é comida na mesa." 401

Partindo da figura da dona de casa e buscando aproximar o público feminino das pautas do partido, a própria Imprensa Popular buscou se adequar a suas demandas. Os pecebistas chegariam inclusive a realizar algumas alterações no noticiário para que este pudesse se tornar mais interessante para tal grupo. Dessa maneira, poderiam canalizar suas insatisfações e estimular sua mobilização em torno das associações femininas e do próprio partido.

Essas alterações na estrutura da IP demonstram a importância conferida pelos comunistas à tal parcela da classe trabalhadora, com destaque para sua atuação em torno da questão da carestia. É possível observar esse cenário no artigo "Um Jornal Para as Donas de Casa":

Do próximo dia 20 em diante, IMPRENSA POPULAR, com 8 páginas e novas seções sôbre assuntos os mais variados, poderá satisfazer melhor aos interesses de nosso povo. As donas de casa, em particular, que têm em nosso jornal um orgão de luta contra a carestia de vida, de combate sistemático pela melhoria de seu bairro, por mais escolas para seus filhos, poderão, com mais duas páginas, ver melhor refletidos os seus anseios de uma vida mais feliz. Também com esse pequeno mas significativo aumento de páginas, as mães de família, as noivas, as esposas, para os quais o nosso jornal se volta toda vez que defende a vida da juventude ameaçada pelos provocadores de guerra, terão oportunidade de ver melhoradas essas lutas. Por outro lado, as novas seções que inauguraremos, com informações uteis sôbre feiras, mercadinhos, farmácias, escolas, noticiário da Prefeitura, movimentos no porto e outras, poderão, pouco a pouco, ir dispensando a leitura de outros jornais, cujo espaço lhes permite a publicação de certas matérias de interesse popular, mas que, em sua quase totalidade, envenenam o povo com mentiras e provocações destinadas a desvia-lo da defesa de seus direitos, a fim de que melhor os vendilhões e traidores da pátria, os que matam o povo de fome e miséria, possam concretizar suas sinistras intenções de amarrar nosso país à guerra americana.

Ao oferecermos um jornal com maior número de páginas, apelamos para todas as donas de casa no sentido de nos enviarem suas reclamações diárias, sôbre quaisquer problemas de seu bairro, de sua rua, de seu pensamento a respeito de todos os assuntos sejam políticos, econômicos ou sociais. Um redator será colocado à disposição das donas de casa e atenderá pelo telefone 22-8518 ou pessoalmente na nossa redação. (*Um Jornal Para as Donas de Casa*. Imprensa Popular, 15 de abr de 1952. p. 3)

Percebe-se que o noticiário se esforçava em demonstrar que era a melhor opção para as donas de casa por meio das tradicionais críticas aos jornais da grande mídia, que "envenenariam" a opinião pública ao desmobilizar a classe trabalhadora na defesa de seus direitos, e da própria adequação de sua forma. O conteúdo que lhes interessava, porém, sempre esteve presente e encontrava-se ligado às questões que lhes afetavam diretamente e envolviam a paz, a carestia e a infância.

<sup>&</sup>lt;sup>401</sup> Matam o Povo de Fome os Preços de Vargas. Imprensa Popular, 6 de fev de 1952. p. 4.

Tal fato também pode ser notado na carta enviada ao jornal por Hilda Machado, que respondia a alguns questionamentos levantados durante uma mesa-redonda realizada pela IP acerca de possíveis melhorias a serem realizadas. Após iniciar seu texto parabenizando os diretores do jornal pela realização da atividade e realçando a participação popular na construção do noticiário, Hilda requisitava que o noticiário condensasse os "assuntos de interêsse da mulher" em uma única página, assim como era feito no suplemento dominical intitulado "Página da Mulher e da Criança".

Em sua opinião, essa ação facilitaria, por exemplo, o encontro de convocações de associações femininas, uma vez que as mulheres não dispunham de tempo suficiente para ler o jornal por inteiro. Por fim, afirmava que a realização de enquetes e reportagens sobre uma série de temas, dentre os quais podemos citar a questão da carestia de vida, poderiam auxiliar as mulheres em sua luta. Dizia o texto:

Uma das maneiras que, a meu ver, a IMPRENSA POPULAR pode prestar grande ajuda às mulheres é fazer com elas maior número de enquetes e reportagens sôbre os seus problemas: nas fábricas, sôbre as condições de saúde e da subsistência; nas filas dos açougues, do leite, nas feiras livres, nos mercadinhos, nas quitandas e armazens, enfim em todos os locais de aglomeração feminina, sôbre a carestia da vida, suas causas e consequência no orçamento doméstico da dona de casa; sôbre o que pensam sôbre a paz e a guerra, etc. (*OPINIÕES DE UMA LEITORA*. Cartas dos leitores. Imprensa Popular, 7 de maio de 1952. p. 4)

Percebe-se que o jornal e os comunistas de maneira geral desejavam e valorizavam a participação feminina. Entretanto, as mulheres pareciam ter sua atuação voltada, preferencialmente, para o universo doméstico e o cuidado familiar.

## 3.2 As associações femininas

A criação de entidades femininas que encontravam-se fora da estrutura partidária, mas eram hegemonizadas por mulheres comunistas remonta a experiência da União Feminina Brasileira (UFB). Fundada em 1935, a UFB buscou promover o antifascismo e lutar pela libertação feminina a partir de uma perspectiva que contestava os sistemas político e econômico — em contraponto ao movimento feminista à época<sup>402</sup>.

Apesar da brevidade de tal experiência, interrompida pela repressão anticomunista varguista, Paula Soares aponta a existência de, ao menos, 6 Uniões Femininas presentes no Distrito Federal. Além disso, existiam mais organizações espalhadas nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte<sup>403</sup>.

O período pós-guerra foi marcado pela popularização dessas organizações femininas, que se multiplicaram e ganharam importante centralidade no combate à carestia de vida. Para

<sup>&</sup>lt;sup>402</sup> SOARES, *op. cit.*, p. 191-202.

<sup>&</sup>lt;sup>403</sup> *Ibidem*, p. 225-226.

Fanny Tabak, tais entidades também desempenharam um importante papel na "conscientização e participação política" de mulheres, principalmente das donas de casa<sup>404</sup>. Soares aponta no mesmo sentido e reforça a incorporação de moças e senhoras dos segmentos mais pobres da população:

Quando as Uniões Femininas se espalharam pelos bairros de tantos estados, seu objetivo era permitir a organização das mulheres em torno de suas demandas cotidianas e envolvê-las na luta contra a carestia de vida que assolava as cidades brasileiras. Em especial, as Uniões pretendiam mobilizar a mulher pobre brasileira, o que explica seu surgimento, sobretudo, nas periferias das cidades. No Distrito Federal e região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, surgiram Uniões Femininas nas regiões de Olaria e Ramos, Santo Cristo, Tijuca, Vila Isabel, no Morro da Formiga, Morro do Pinto, Méier, São Cristóvão, Madureira, Estrada do Magarça, Cordovil, Coelho Rocha, entre outros. Não foram ignoradas as áreas nobres e centrais da capital, mas as Uniões que ali se constituíram procuraram, igualmente, atrair as trabalhadoras, como as empregadas domésticas e mulheres das famílias pobres. (SOARES, 2021, p. 260)

Mesmo antes da cassação do PCB, as diferentes uniões de bairro já funcionavam como "braço popular" do partido, pois "apesar de serem comandadas por comunistas, procuravam a adesão de mulheres de todas as filiações políticas, desde que fossem dispostas a atuar para reconhecer e dar visibilidade às angústias, aflições e demandas das trabalhadoras e mulheres pobres das periferias do país"<sup>405</sup>.

Dessa forma, conseguiram congregar centenas de donas de casa e operárias, chegando a mobilizar cerca de 3.000 pessoas em regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro<sup>406</sup> e atingir por volta de 30 bairros e favelas cariocas<sup>407</sup>. Segundo Matthew Nestler, em 1947 o Distrito Federal já contava com 43 uniões femininas espalhadas pela cidade<sup>408</sup>.

Acreditamos que, principalmente a partir daquele ano, a atuação dessas entidades foi fundamental para manter vivas as lutas dos comunistas, em especial pela paz e contra a carestia, e possibilitar que os pecebistas continuassem pautando o debate político em um momento de forte enfraquecimento da instituição. Nesse sentido, os mesmos teriam buscado fortalecer tais organizações através da divulgação e do enaltecimento de suas atividades. Mais especificamente em relação ao combate da carestia de vida, a própria historiografia já reconhece seu protagonismo como principal fator para a articulação e participação nas organizações femininas<sup>409</sup>. Seria natural, portanto, que os membros do partido conferissem grande relevância à suas atividades.

<sup>406</sup> *Ibidem*, p. 268.

<sup>&</sup>lt;sup>404</sup> TABAK, Fanny. op. cit., p. 116.

<sup>&</sup>lt;sup>405</sup> *Ibidem*, p. 260.

<sup>&</sup>lt;sup>407</sup> *Ibidem.* p. 122.

<sup>&</sup>lt;sup>408</sup> NESTLER. *op. cit.*, p. 69-70.

<sup>&</sup>lt;sup>409</sup> A título de exemplo ver: MACEDO, *op. cit*, p. 143-144; TABAK, *op. cit*, p. 119.

No que se refere à cidade do Rio de Janeiro, duas entidades se destacaram nas páginas da Imprensa Popular: a Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Certamente, esse protagonismo devia-se à própria composição de tais organizações, hegemonizadas por comunistas, e ao alinhamento de sua atuação com as diretrizes do partido, como se buscará evidenciar.

A AFDF foi criada em 1949 após a realização da Primeira Convenção Feminina do Distrito Federal, que se reuniu no dia 8 de março — quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher — sob o lema "Não abrimos mão de nossa feminilidade por isso mesmo queremos nosso lugar na sociedade". Seu objetivo era coordenar e dirigir o movimento feminino do Distrito Federal sem, entretanto, retirar a autonomia das associações já existentes<sup>411</sup>. Desde sua fundação a organização já contava com significativa representatividade devido à adesão de diversas uniões femininas de bairro<sup>412</sup>.

O referido evento também teve como resolução a convocação do Primeiro Congresso Nacional de Mulheres, que viria a ser realizado ainda no mesmo ano. Este, por sua vez, seria responsável pela construção da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), cuja tarefa consistia na coordenação e direção do movimento de mulheres à nível nacional e na interlocução com as organizações internacionais do campo socialista, como a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)<sup>413</sup>.

As duas organizações se apresentavam como apartidárias e buscavam congregar o maior número possível de mulheres de diferentes camadas sociais e crenças políticas. Costumavam afirmar isso em seus estatutos, dando continuidade a uma prática das uniões de bairro e entidades femininas em geral<sup>414</sup>, e reiterar tal fato em seus comunicados e eventos<sup>415</sup>. Em nota que procurava estimular a participação na eleição de sua diretoria, a A.F.D.F., por

<sup>41</sup> 

<sup>&</sup>lt;sup>410</sup> MACEDO, *op. cit*, p. 165.

<sup>&</sup>lt;sup>411</sup> TABAK, *op. cit*, p. 122.

<sup>&</sup>lt;sup>412</sup> Paula Soares indica a afiliação de associações das seguintes localidades: Irajá, Cascadura, Parada de Lucas, Riachuelo, Pedro Ernesto e Ramos, Penha, Madureira, Bento Ribeiro, Engenho de dentro, Tijuca e Vila Isabel, Flamengo-Catete- Glória, Laranjeiras, Jacarepaguá, Gávea, Copacabana, Vigário Geral, Marechal Hermes, Vicente de Carvalho, Vaz Lobo e Cordovil. (SOARES, *op. cit.*, p. 293)

<sup>&</sup>lt;sup>413</sup> MACEDO, op. cit, p. 166.

<sup>&</sup>lt;sup>414</sup> O artigo 5° do estatuto da Federação de Mulheres de São Paulo afirmava: É expressamente proibida qualquer discussão religiosa ou político-partidária. (MORENTE, *op. cit.*, p. 71)

<sup>&</sup>lt;sup>415</sup> Em artigo que versava sobre a realização da I Assembléia de Nacional de Mulheres, os escritores da IP afirmavam: "No seu discurso de abertura dos trabalhos, a sra. Nuta Barlett James destacou como presidente da Comissão Organizadora, que aquele conclave irmanava mulheres brasileiras de todos os partidos políticos e das mais diversas camadas sociais para a solução de problemas comuns a todas as mulheres brasileiras — problemas que dia a dia se agravam e exigem um esfôrço comum a todas elas para resolvê-los". (A I ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES. Editorial. Imprensa Popular, 18 de nov de 1952. p. 3).

exemplo, afirmava: "Para qualquer pessoa sem distinção de crenças, de pensamentos políticos e de categoria social, há um lugar na A.F.D.F. esperando sua atividade no momento".

Contudo, era notória a ligação entre o PCB e as associações femininas. A AFDF possuía dirigentes que eram notórias militantes da agremiação comunista, como Mary Emily Tumminelli (presidente)<sup>417</sup>, Antonieta Campos da Paz (tesoureira), Eline Mochel de Matos e Albertina Blum (1ª e 2ª secretárias). Segundo Soares, a organização ainda contaria com uma representante responsável pela interlocução com o partido, função que teria sido exercida por Arcelina Mochel, à época membro do Comitê Metropolitano do PCB. Cabe destacar ainda, a participação, mesmo que sem cargo de destaque, de Rosa Bittencourt, primeira mulher a se filar ao partido em 1922<sup>418</sup>.

A FMB, todavia, possuía uma composição mais plural em seu núcleo dirigente. Apesar da presença de pecebistas, como Jacinta Passos (presidente) e Arcelina Mochel (secretária-geral), também ocuparam cargos de destaque figuras como Alice Tibiriçá (presidente) <sup>419</sup>, Branca Fialho (presidente) e Nuta Barthlet James <sup>420</sup>. Alice não era comunista declarada e teria pertencido a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) nos anos 1930. Ao decorrer da década seguinte, porém, passaria a integrar organizações sob a influência do partido que se destacavam na luta contra a carestia, como o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC) — entidade embrionária da própria FMB. Em 1949, chegaria a ser presa em uma passeata da Associação de Mulheres de São Paulo que buscava divulgar o Congresso da Paz<sup>421</sup>. Branca também não se assumia como comunista, apesar de ter ocupado o cargo de vice-presidente da FDIM durante anos — o que sugeria uma aproximação com o pensamento socialista <sup>422</sup>. Enquanto Nuta, por sua vez, era conhecida integrante da União Democrática Nacional. Além de concorrer a cargos legislativos pelo partido, a controversa militante chegou a ser eleita membro de seu Diretório Nacional <sup>423</sup>.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>416</sup> Eleições na Associação Feminina do Distrito Federal. Imprensa Popular, 8 de jan de 1952. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>417</sup> Inicialmente a presidência da entidade coube à Maria Portugal Milward, mas em poucos meses passou a ser exercida por Tuminelli. Esta teria ingressado no partido em 1945 e chegado a presidir o Comitê Popular Democrático de Botafogo. (SOARES, *op. cit.*, p. 293)

<sup>&</sup>lt;sup>418</sup> SOARES, op. cit., p. 293.

<sup>&</sup>lt;sup>419</sup> Tibiriçá foi a primeira presidente da organização e permaneceu no cargo até seu falecimento, em 1950. Foi sucedida por Branca Fialho, que permaneceria no comando da FMB até 1965, com um breve intervalo, no qual foi substituída por Jacinta Passos.

<sup>&</sup>lt;sup>420</sup> SOARES, *op. cit.* p. 298.

<sup>421</sup> SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vidal (Org.). Alice Tibiriçá. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário de mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 40-43.

<sup>&</sup>lt;sup>422</sup> Idem. Branca Fialho. In: \_\_\_\_\_\_. **Dicionário de mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 140.

<sup>423</sup> Idem. Nuta Barthlet James. In: Dicionário de mulheres do Brasil. op. cit., p. 253-254.

Marcela Morente afirma que a percepção do comunismo como "principal ideologia contestadora da ordem imposta pelo Estado" no pós-guerra tenha contribuído para a atração de mulheres que viriam a compor essas organizações<sup>424</sup>. Acreditamos, porém, que a intensa movimentação na luta contra a carestia de vida tenha contribuído de maneira ainda mais fundamental para que mulheres pobres e de classe média se vissem representadas nas diferentes associações, fossem locais ou nacionais, e passassem a compô-las.

Nesse sentido, a utilização dos expedientes discursivos enunciados anteriormente teria desempenhado um papel crucial na aproximação de mulheres que não necessariamente se identificavam como comunistas. As próprias trajetórias das dirigentes da FMB anteriormente mencionadas — especialmente a de Nuta James — servem de exemplo do sucesso dessa estratégia pecebista.

Os órgãos de segurança se atentaram à presença de comunistas e simpatizantes em diversas entidades e as caracterizaram como organizações auxiliares do Partido Comunista do Brasil na tentativa de espalhar o "credo vermelho" pela nação<sup>425</sup>. Entretanto, mesmo entidades que não possuíam qualquer ligação com o partido, como o Clube Feminino do Ipiranga, teriam sofrido com as perseguições anticomunistas. Por isso, Morente afirma que o anticomunismo teria sido utilizado também como pretexto para frear a luta feminina por direitos e participação política<sup>426</sup>.

Esse cenário de vigilância e perseguição às associações femininas nos parece ser generalizado durante o período estudado, não estando restrito ao Distrito Federal. Observamos matérias que versavam, por exemplo, sobre a violência de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) contra a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMSP)<sup>427</sup>, a intimidação da presidente da Associação Feminina Fluminense (AFF) pelo governador Amaral Peixoto<sup>428</sup> e repressão a uma Convenção Feminina em Uberlândia<sup>429</sup>.

A AFDF não escaparia a essa realidade e seria "arrolada pela polícia como de "caráter subversivo", conforme noticiava a IP em 26 de maio de 1951. Em resposta à essa

<sup>&</sup>lt;sup>424</sup> MORENTE, op. cit., p. 74.

<sup>&</sup>lt;sup>425</sup> *Ibidem.* p. 106.

<sup>&</sup>lt;sup>426</sup> *Ibidem.* p. 73.

<sup>&</sup>lt;sup>427</sup> Não Conseguiu a Polícia Impedir a Assembléia das Mulheres Paulistas. Imprensa Popular, 20 de ago de 1952. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>428</sup> AMARAL REMETE MEMORIAL Á POLÍCIA. Imprensa Popular, 15 de jul de 1954. p. 2; Contra o Policialismo do Governador Peixoto. Imprensa Popular, 22 de jul de 1954. p. 2.

<sup>429</sup> Mulheres Agredidas A Bala Pela Polícia. Imprensa Popular, 25 de jul de 1951. p. 1.

caracterização, Mary Emilie Tuminelli declararia que, de fato, a atuação da organização representava uma ameaça aos interesses da classe dominante e do governo<sup>430</sup>:

Desde a sua fundação, a A.F.D.F. se colocou à frente das lutas das mulheres pela conquista de seus direitos, contra a carestia, pelos direitos da infância e pela preservação de sua saúde. É evidente que defendendo assuntos de tanto interesse para a imensa maioria das mulheres, a Associação tinha que desagradar àqueles que enriquecem à custa da fome do povo ou fazem negócio com a vida e o sangue dos jovens para guerras de conquista. (MOBILIZAM-SE AS MULHERES EM DEFESA DE SUA ORGANIZAÇÃO. Imprensa Popular, 26 de maio de 1951. p. 4)



Figura 13 - MOBILIZAM-SE AS MULHERES EM DEFESA DE SUA ORGANIZAÇÃO. Imprensa Popular, 26 de maio de 1951. p. 4.

A retórica utilizada pela líder feminina pode ser associada àquela mobilizada pelos redatores da Imprensa Popular. Assim como o noticiário em relação à classe trabalhadora em geral, a AFDF seria perseguida por manter uma atuação firme no que se referia à defesa das mulheres e seus direitos. Nesse contexto, ser taxada como "subversiva" apenas reforçaria que a entidade caminhava na direção correta — a da luta contra a carestia, em defesa da infância, pela paz e em busca da igualdade de direitos.

Para além da mera catalogação, as autoridades também buscaram se manter informadas das atividades desempenhadas pelas mulheres comunistas e coibi-las. Marcos Bretas<sup>431</sup> constatou a presença de uma agente infiltrada no PCB — possivelmente militante de organizações femininas. Tratava-se de Jean Sarkis, que chegou a ser presa ao lado de Maria

431 TAVARES, Daiane de Oliveira. Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Caneppa na revista A Estrêla (1951-1955). Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017. p. 88.; BARROS, Jorge Antonio. Documentos revelam que o DOPS infiltrou espiã no PCB. Disponível em: < https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/documentos-revelam-que-dops-infiltrou-espia-no-pcb-</p>

545522.html>. Acesso em: 26 de set de 2022.

...

 $<sup>^{430}</sup>$  MOBILIZAM-SE AS MULHERES EM DEFESA DE SUA ORGANIZAÇÃO. Imprensa Popular, 26 de maio de 1951. p. 4

Afonso Lins por protestar contra o envio de marujos à Coréia. Sarkis teria sido transformada em mártir nas páginas da IP, que noticiou seu julgamento e clamou por sua absolvição 432.

Ademais, pudemos constatar a prisão de militantes declaradas da AFDF, como Maria Guiomar Falcão da Silva e Maria Azevedo Moreira. Ambas recolhiam assinaturas para um memorial que demandava medidas contra a carestia de vida e seria entregue ao Presidente da República<sup>433</sup>. Isabel Dantas, por sua vez, teve sua residência invadida por policiais do DEOPS<sup>434</sup> antes de ser encarcerada e mantida incomunicável por nove dias sem que lhe explicassem o motivo de sua prisão<sup>435</sup>. Situação semelhante teria acontecido anos antes com Odete Tenório de Lima, presidente de uma organização feminina, que sofreria dos mesmos arbítrios e ainda seria torturada. Como destaca Nestler, a existência desse ambiente profundamente repressivo ao movimento de mulheres deve ser destacada e problematizada no sentido de engrandecer os feitos dessas moças e senhoras<sup>436</sup>.

De toda forma, a real constatação da ligação entre tais organizações e o PCB passa pela análise das principais pautas defendidas por estas em seus eventos, documentos/notas oficiais e pronunciamentos públicos de dirigentes e de sua própria atuação prática. Através dessa investigação foi possível observar uma constante nos temas abordados e associa-los àqueles apoiados pelo partido durante o período estudado. Além disso, fica evidente a aproximação das retóricas utilizadas pelas entidades femininas e a veiculada diretamente pelos pecebistas escritores da Imprensa Popular.

Como destacado até então, a luta pela paz representava a principal bandeira dos comunistas à época. Sua garantia era tida como crucial para o sucesso das demais demandas e da própria revolução. Nesse sentido, a presença de referências explicitas à temática nos estatutos da AFDF e da FMB indicam uma aproximação fundamental de objetivos que deve ser realçada<sup>437</sup>.

Esse fato também era reconhecido pelos órgãos de vigilância, ainda que de maneira simplista e enviesada. Em documento que versava sobre FMESP, agentes do Departamento de Ordem Política e Social do estado de São Paulo expunham uma interpretação sobre às

<sup>&</sup>lt;sup>432</sup> Noticiário da Associação Feminina do Distrito Federal. Imprensa Popular. 4 de maio de 1952. p. 12.

<sup>&</sup>lt;sup>433</sup> Protesta a Associação Feminina Contra a Prisão De Duas Associadas. Imprensa Popular. 8 de fev de 1952. p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>434</sup> Noticiário da Associação Feminina do Distrito Federal. op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>435</sup> Noticiário da Associação Feminina do Distrito Federal. O JORNALSINHO. Imprensa Popular. 18 de maio de 1952. p. 12.

<sup>&</sup>lt;sup>436</sup> NESTLER, *op. cit.*, p. 74.

<sup>&</sup>lt;sup>437</sup> SOARES, *op. cit.*, p. 292; ALVES, Iracélli. **Feminismo entre ondas:** Mulheres, PCB e política no Brasil. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2020. p. 117.

atividade desempenhadas por tal organização que pode ser generalizada para as demais organizações femininas do período:

Todos sabemos que "defender a Paz no Mundo" e "lutar pela conquista dos Direitos da Mulher" são objetivos que a sociedade insere no artigo 1º dos estatutos como simples engodo para encobrir sua verdadeira finalidade, por demais conhecida, de congraçamento de mulheres comunistas para o desenvolvimento, na parte que lhes toca, do programa do Partido Comunista e cumprimento das ordens emanadas de Moscou. (FERRIGNO *apud* MORENTE, 2015, p. 31)

Nota-se que o documento expressava uma visão reducionista da experiência das associações femininas, que não eram compostas unicamente por comunistas, mas principalmente por mulheres pobres e de classe média insatisfeitas com suas condições de vida. Entretanto, é significativo que as autoridades — apesar de superestimarem a realidade por serem movidas pelo anticomunismo — já associassem as pautas defendidas por tais organizações à causas do PCB.

Da mesma forma, são significativas as falas de líderes das organizações que colocavam a luta pela paz como pressuposto para a construção de uma sociedade livre das mazelas que mais afetariam as mulheres, como a carestia. Em "O Congresso de Mulheres", Branca Fialho expressava essa concepção:

Outro tema a ser tratado no Congresso de Mulheres é o da carestia. Estudar as causas da alta vertiginosa dos preços dos gêneros de primeira necessidade, nos aluguéis, etc. E estabelecer a maneira de combater a fome que bate à porta de tantos lares nobres, a necessidade que obriga tantas mães de família a sacrifícios cada vez maiores.

Entretanto, o tema de maior importância que as mulheres debaterão em seu Congresso é o da Paz. Como já declarou dona Branca Fialho, presidente da Federação das Mulheres, "sem paz nenhum dos outros problemas poderá ser resolvido, e o momento é dos mais graves, receia-se o rompimento de uma guerra mundial a todo instante".

As mulheres brasileiras já se destacaram na luta pela Paz. Foram as organizações femininas, no Distrito Federal e em outros pontos do país, as que mais colheram assinaturas para o Apêlo de Estocolmo, condenando a bomba atômica. (*O Congresso de Mulheres*. Imprensa Popular, 9 de jun de 1951. p. 3)

Percebe-se que a presidente da FMB reproduzia de forma condensada aquilo que fora exposto no Manifesto de Agosto. A luta contra a carestia seria utilizada como chamariz para a convocação de mulheres ao congresso, no qual se evidenciaria sua indissociabilidade frente à causa pacifista. Nenhuma questão seria mais importante que a defesa da paz mundial, pois todas as mazelas derivavam de sua constante ameaça.

Através de seus discursos em eventos e declarações a veículos de comunicação, por exemplo, Fialho apresentaria a centenas de mulheres — que possivelmente desconheciam o documento e as diretrizes do PCB à época — parte fundamental do conteúdo do manifesto.

Nos parece evidente que o partido buscou garantir a mobilização em torno da luta pela paz através da atuação das diversas entidades femininas que contavam com a participação de comunistas. Ao assimilar o discurso em defesa da paz à proteção dos filhos e ao combate à carestia de vida, as militantes das associações femininas aproximaram mulheres não ligadas ao partido à defesa de suas pautas — ainda que de forma inconsciente para estas. Não à toa, frequentemente era destacado na Imprensa Popular o protagonismo feminino na luta pela paz.

Trata-se de um movimento sútil por não haverem menções diretas ao Partido Comunista do Brasil, mas que se torna perfeitamente notável a partir da comparação do conteúdo veiculado por ambas as partes. Os redatores da Imprensa Popular demonstravam abertamente seu incentivo à mobilização feminina — oficialmente desvinculada da agremiação — em torno de suas pautas:

Aí está a carestia da vida. Pesa sobre todos os lares, desorganiza todos os orçamentos domésticos, inclusive aqueles até aqui mais bem equilibrados. As mulheres na situação de donas de casa, de supervisoras de todos os problemas domésticos, sentem na própria carne o quanto vem sendo cruel para o nosso povo o crescimento incessante do custo da vida, que lhe impõe reduções na sua alimentação, já precária, cria dificuldades sem conta à educação e à defesa da saúde das crianças.

Mas, não é só a carestia. É a própria miséria em que mergulha o país, onde milhões de mães brasileiras perdem seus filhos antes de completarem um ano de idade, não os podem educar a garantir-lhes um futuro melhor. É também o atraso social do país, onde, apesar de uma legislação de fachada, a mulher sofre uma dupla exploração nas fábricas, no comércio, e nas fazendas, não gozando, na realidade, do direito constitucional de "igual salário para trabalho igual". É a ausência, quase total, de assistência à mulher grávida e à parturiente, num país onde os leitos das maternidades mal chegam para atender a um terço das gestantes. É a falta de escolas, que so faz sentir na própria Capital da República, onde milhares de crianças deixam de estudar porque não encontram vagas nos educandários. Em consequência, é o analfabetismo que cresce, em vez de diminuir, como o demonstram os dados comparativos dos recenseamentos de 1940 e 1950.

Mas, por cima de todos esses problemas, ainda um mais grave, mais sério, mais geral: é a ameaça de guerra que pesa sobre o povo, pondo em jogo tudo aquilo que as mulheres têm de mais sagrado — a tranquilidade de seu lar, seu esposo, seus filhos, seus entes queridos.

É possível cruzar os braços diante de tudo isso? É possível às mulheres brasileiras permanecerem dispersas, separadas umas das outras, quando todos esses problemas lhes criam um ambiente sombrio e quando é evidente que sua união, suas lutas podem modificar essa situação?

Não, evidentemente, não! Uma parte da população feminina do país mostra, com essa I Assembléia de Nacional de Mulheres, que elas não querem permanecer nesta angustiosa situação, que se pode tornar desesperadora, e dão por isso os primeiros passos para uma luta de decisiva significação para todo o nosso povo. O que as mulheres conseguirem realizar na sua justa luta contra a carestia e a miséria, em defesa da infância e da paz significará, sem dúvida, novos êxitos da luta de todo o povo pela paz, a independência nacional e a liberdade. (Editorial. *A I ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES. Imprensa Popular*, 18 de nov de 1952. p. 3)

Novamente é possível observar que a colaboração feminina estava atrelada ao cuidado do lar e da família, ainda que se reconhecesse sua presença e exploração no mundo do

trabalho. Por meio desse discurso voltado especificamente ao público feminino, os pecebistas não encorajavam as mulheres a compor as fileiras do partido diretamente, mas sim a se organizar em entidades próprias e/ou compor seus congressos e assembleias.

Evidencia-se assim a centralidade que tais entidades possuíam dentro do projeto político pecebista. Seu espaço seria responsável pelos debates das questões específicas das mulheres, que não estariam, no entanto, dissociadas das noções que permeavam a atuação do partido. Este, por sua vez, permaneceria como um espaço eminentemente masculino, mas que se propunha a caminhar alinhado de maneira indireta às pautas ali debatidas.

## Conforme afirma Soares:

[...] se as Uniões Femininas representavam a tentativa das comunistas de se aproximarem das massas femininas para organizarem lutas a partir das demandas e necessidades delas, as entidades estaduais e organizações de mulheres criadas pelas comunistas a partir de 1948 pareciam ter o objetivo de fazer o movimento contrário: levar o partido, suas pautas e lutas até as massas femininas. (SOARES, 2021, p. 290)

Nesse sentido, o combate à carestia de vida se apresentava como tarefa fundamental para o PCB e compunha de maneira central sua estratégia para atrair mulheres não comunistas à esfera de influência da agremiação através de sua militância nas organizações do movimento de mulheres. Junto ao movimento pela paz, a luta contra a carestia teria sido fundamental para a manutenção de certa relevância política do partido em um momento marcado pelo seu notório enfraquecimento.

Portanto, o papel desempenhado pelas donas de casa, comunistas ou não, deve ser valorizado e compreendido enquanto primordial para o partido, ainda que sua postura oficial não lhes conferisse tanto destaque.

Por vezes, porém, a Imprensa Popular se empenhou em reconhecer e destacar a atuação das entidades femininas como fundamentais não só no que dizia respeito às mulheres, mas à sociedade como um todo, uma vez que "os objetivos visados significam a garantia de um futuro feliz para a nossa pátria e para a humanidade inteira" Tratando especificamente da FMB, o editorial intitulado "A MULHER BRASILEIRA LUTA" exaltava as atividades desenvolvidas pela organização:

Há que ressaltar de início o valor do trabalho a que se lança a Federação de Mulheres do Brasil. Através dessa organização demonstra-se que a mulher vem tomando consciência cada vez mais viva dos problemas dramáticos de nossa terra. A mulher participa nas soluções e não se limita a sofrer passivamente o impacto dos acontecimentos, mas age, trabalha e luta para transformá-los, para acabar com as injustiças que liquidam seus direitos econômicos, políticos e sociais, que trazem a fome aos lares, que geram o monstruoso pesadelo da guerra. (Editorial, A MULHER BRASILEIRA LUTA, Imprensa Popular, 24 de jan de 1953, p. 3)

\_

<sup>&</sup>lt;sup>438</sup> A MULHER BRASILEIRA LUTA. Editorial. Imprensa Popular, 24 de jan de 1953. p. 3.

Para os redatores da IP, a principal contribuição da FMB estava em sua capacidade de promover a conscientização e agência de mulheres que até então encontravam-se distantes da mobilização política por melhores condições de vida e garantia de seus direitos.

Nessa direção, reproduzindo o comportamento mais geral dos pecebistas, as comunistas procuraram realizar uma série de congressos e assembleias, nos quais as mulheres poderiam expor suas insatisfações e debater acerca das dificuldades que lhes afetavam a fim de encontrar soluções para as mesmas.

Os limites dessas reuniões eram compreendidos pelas próprias participantes, que, no entanto, frisavam sua importância para a construção de um movimento organizado e combativo. Nesses espaços seriam propostas ações como a realização de manifestações e entregas de memoriais — características dos movimentos femininos —, além da elaboração de demandas específicas que passariam a contar com amplo respaldo coletivo.

Ao promover a II Assembleia Nacional de Mulheres, Josefina Branco expunha esse pensamento:

Á proporção que as dificuldades da nossa vida aumentam, vamos tendo melhor compreensão da necessidade e do valor da realização de Assembléias e Congressos, fonte de esclarecimentos e de justa troca de experiências e de idéias. [...] Certas estamos que, se com os debates da Assembléia não iremos ver resolvidos os nossos problemas, iremos, porém, certamente, encontrar o caminho que nos conduzirá à sua solução. (BRANCO, Josefina. *II Assembléia Nacional de Mulheres*. Imprensa Popular, 9 de out de 1953. p. 2)

Nota-se, como observaremos adiante, que a realização desses eventos não era tida como a finalidade última, mas sim como ponto de partida. Seriam, portanto, indispensáveis para a organização do movimento de mulheres.

Por meio de sua realização, era estabelecido um constante diálogo das diferentes entidades à nível local, regional<sup>439</sup> e nacional. A I Assembléia Nacional de Mulheres, realizada entre 14 e 18 novembro de 1952 no Distrito Federal, por exemplo, contou com a participação de 200 delegadas dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Amazonas, São Paulo e da própria capital da República<sup>440</sup>. O segundo encontro, ocorrido em Porto Alegre entre 9 e 11 de outubro de 1953, por sua vez, chegaria a reunir delegadas de 12 estados<sup>441</sup>, demonstrando o crescimento da integração das organizações femininas.

Podemos apontar que tais eventos, por vezes, também estavam ligados ao movimento internacional de mulheres. Serviriam então como etapas preparatórias, nas quais seriam

\_

<sup>&</sup>lt;sup>439</sup> *REIVINDICAÇÕES*. Imprensa Popular, 9 de abr de 1953. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>440</sup> Paz – Aspiração Máxima Das Mulheres Brasileiras. Imprensa Popular, 21 de nov de 1952. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>441</sup> Jornada Nacional De Combate à Carestia. Imprensa Popular, 21 de out de 1953. p. 5.

escolhidas delegadas para participarem de congressos no exterior ou divulgar suas diretrizes. Foi o caso da própria I Assembleia Nacional de Mulheres, na qual foram escolhidas as representantes brasileiras para o Congresso dos Povos Pela Paz, a ser realizado no mesmo ano em Viena<sup>442</sup>.

Outra demonstração dessa integração com o movimento de mulheres de outros países pode ser observado na participação de delegadas estrangeiras em congressos nacionais. Presentes no I Congresso Nacional da Federação de Mulheres do Brasil, realizado em São Paulo no ano de 1951, as argentinas Rosa Hardy e Leonor Aguiar Vasquez elogiaram a unidade do movimento de mulheres brasileiro e caracterizaram o encontro como "uma importante contribuição para o desenvolvimento das lutas das mulheres no Brasil e em todo o continente pela paz e pela independência nacional dos povos sul-americanos"<sup>443</sup>. Destaca-se ainda, em menor escala, a realização de eventos que ultrapassavam o escopo nacional, como a Conferência Latino-Americana de Mulheres<sup>444</sup>, que aconteceria em agosto de 1954.

Os próprios temários dos eventos responsáveis pela formação da AFDF e da FMB indicavam a tônica das discussões que seriam conduzidas por elas nos diversos congressos e assembleias que organizariam durante o governo Vargas. Nestes, seriam debatidos três eixos fundamentais ao universo feminino do ponto de vista dos pecebistas: defesa da paz mundial — já abordada —, os direitos da mulher e a proteção à infância<sup>445</sup>. Constatamos que há uma regularidade na abordagem e desenvolvimento dessas questões nos eventos promovidos por essas entidades ao longo do período estudado. Acreditamos que essa continuidade esteja diretamente relacionada ao próprio entendimento da dita questão feminina pelos comunistas, que não se altera durante tal intervalo<sup>446</sup>, e à permanência dos desafios enfrentados pelas mulheres.

A Imprensa Popular funcionaria, então, como divulgadora das diversas assembleias promovidas pelas diferentes entidades femininas, principalmente aquelas coordenadas por instituições hegemonizadas por comunistas. Em suas páginas seriam veiculadas as convocatórias — que comumente eram realizadas diversas vezes nos dias anteriores —, explicações sobre os debates que ocorreriam e resoluções finais de cada evento.

<sup>442</sup> Paz – Aspiração Máxima Das Mulheres Brasileiras. Imprensa Popular, 21 de nov de 1952. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>443</sup> DÃO IMPRESSÕES SOBRE O CONGRESSO DE MULHERES AS DELEGADAS DO URUGUAI E ARGENTINA. Imprensa Popular, 2 de ago de 1951. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>444</sup> Em Defesa Dos Direitos Da Mulher e da Infância. Imprensa Popular, 10 de jul de 1954. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>445</sup> TABAK, op. cit., p. 122.

<sup>&</sup>lt;sup>446</sup> Destacamos, ainda, a possibilidade de que essa abordagem dialogasse com as discussões travadas no movimento comunista internacional por meio de organizações femininas como a FDIM e a realização de eventos voltados para o público feminino, como os congressos que versavam sobre a temática da luta pela paz.

Essas publicações poderiam ocorrer à pedido das próprias associações, com a reprodução de notas escritas pelas mesmas — o que era explicitado — ou como simples "notícias/artigos comuns", que refletiam o desejo dos redatores da IP em expô-las.

Pode-se observar que os expedientes utilizados pelas entidades femininas para estimular a participação nos eventos eram profundamente similares àqueles mobilizados pelos pecebistas. Assim, por exemplo, as insatisfações com a crescente carestia e o maternalismo seriam profundamente explorados pela FMB. Em nota oficial que convocava para o seu congresso nacional a ser realizado em 1951, a organização afirmava:

Quantas vezes, de dia ou de noite a mãe de família pensa nos estudos de um filho, no leito que falta ao menor, na roupa que é preciso comprar para a menina já crescida. Quantas vezes, na hora da feira, à porta do açougue ou da quitanda, não pergunta: Meu Deus, aonde é que vai esta carestia? Quantas vezes, cansada e aflita não sabe o que fazer para ajudar seu marido na luta pelo pão, na luta contra fome que ameaça o lar e invade a casa.

Só um coração de mãe pode sentir o que é uma criança ter fome, o que é um menino sem sapatos e sem livros para continuar os estudos, o que é ter necessidade de comprar o feijão, o açúcar, o remédio e não ter dinheiro na bolsa.

E as mulheres que trabalham nas fábricas, nos escritórios, nas lojas, quantos sacrifícios, quanta luta para calçar, vestir, pagar transporte, aluguel da casa? quantas dificuldades sofrem?

Por toda parte a mulher participa da luta pela vida. Ao lado do marido, ao lado do pai, do irmão, do noivo, do colega, ela sente profundamente a situação difícil que a nossa pátria atravessa.

[...] Esta a hora de um feliz encontro de mulheres, donas de casa, professoras, operárias e camponesas, intelectuais, comerciárias, médicas e advogadas que juntas poderão decidir da vida mais feliz e confortável da família brasileira. (*EM MARCHA PARA O 1º CONGRESSO DE MULHERES*. Imprensa Popular, 23 de jun de 1951. p. 1)

Mais uma vez observamos um discurso profundamente emocional que coloca o bemestar das crianças como preocupação feminina capaz de promover seu engajamento. Percebese, porém, uma caracterização um pouco mais plural, que escapava à reclusão do ambiente doméstico e ao trabalho fabril — destacadamente na menção a professoras, comerciarias, intelectuais, médicas e advogadas, raramente observada em textos próprios da Imprensa Popular.

De toda forma, a figura da mãe preocupada com o futuro de seus filhos ocupava um lugar de destaque nas formulações da FMB, tal como da AFDF. Retomando as considerações de Paula Soares, acreditamos que esse movimento deve ser compreendido enquanto uma tentativa de se partir da realidade que se impunha nos anos 1940 e 1950, na qual a maioria das mulheres pobres partilhavam a experiência da maternidade. Nesse sentido, abordar a "questão infantil" enquanto uma problemática feminina de primeira importância representava uma tentativa de "aliviar o fardo da criação e dos cuidados imposto às operárias e donas de

casa"<sup>447</sup>. Logicamente, sua abordagem também foi utilizada no intuito de aproximar mulheres de outras pautas defendidas pelas entidades.

Na prática, tratava-se de um conjunto de medidas que visavam promover o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e adolescentes e auxiliar as mães em sua criação. Destacam-se, por exemplo, o apoio à ampliação ou cumprimento de legislações existentes, bem como o incentivo à formulação de novos dispositivos legais que buscassem a criação de creches, a instituição de merenda escolar, o aumento da licença maternidade e a abertura/aprimoramento de espaços destinados para amamentação nos locais de trabalho 448.

Em relação à garantia dos direitos da mulher, os debates comumente giravam em torno da questão salarial. As entidades clamavam pelo cumprimento da legislação vigente e demandavam que os ordenados não fossem diferentes para homens e mulheres quando desempenhassem uma mesma função. Para isso, valiam-se do lema: "salário igual para trabalho igual" Nesse sentido, também era habitual o estímulo à cooperação com os sindicatos em defesa de tal bandeira. Menos frequentes, mas extremamente significativas, eram as menções sobre a sindicalização de empregadas domésticas<sup>450</sup> e a salvaguarda do direito ao divórcio<sup>451</sup>.

A temática da carestia de vida, por sua vez, figurava em todos os eventos realizados pelas organizações femininas. Poderia aparecer como componente dos temários dos eventos, como é o caso do Primeiro Congresso Nacional de Mulheres<sup>452</sup>, ou ser tratada de maneira mais indireta por estar conectada com outras questões. Não havia maneira de se abordar a luta por melhores condições de vida e pelo bem-estar de seus filhos, sem que fosse mencionada a rebaixa dos preços dos gêneros alimentícios e/ou o aumento dos salários. Dessa forma, a pauta tornava-se central em qualquer congresso ou assembleia que se prestasse a debater as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e as soluções para superá-las.

A fala de Clara Cherker, da Associação Feminina na Bahia, durante a I Assembleia Nacional de Mulheres ilustra perfeitamente essa dinâmica:

— Um problema da mulher baiana e de todo Brasil é a carestia da vida. Todos nós sentimos o quanto é difícil hoje podermos alimentar nossos filhos, educa-los, dar-

<sup>&</sup>lt;sup>447</sup> A reflexão original de Soares é referente a atuação das militantes da UFB, mas acreditamos que essa concepção também pode ser utilizada em relação ao período estudado. (SOARES, *op. cit.*, p.232.)

<sup>&</sup>lt;sup>448</sup> Creches e Medidas em Favor das Gestantes. Imprensa Popular, 31 de jan de 1953. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>449</sup> Apesar de este ser o principal tema desenvolvido, acreditamos que tratava-se de uma gama mais ampla de direitos políticos e sociais a serem promovidos e garantidos.

<sup>&</sup>lt;sup>450</sup> I Assembléia Nacional de Mulheres. Imprensa Popular, 8 de nov de 1952. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>451</sup> RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES. Imprensa Popular, 22 de out de 1953. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>452</sup> Sob o lema "Pelo conforto e tranquilidade do lar brasileiro", o evento centrou-se nos seguintes temas: "Direitos da Mulher", "Proteção à Infância e Juventude" e "Contra o alto custo de vida". (SOARES, *op. cit.*, p. 295)

lhes uma vida digna. Grande número de crianças não tomam uma gota de leite sequer, porque seus pais não podem comprar. (*Instalada a Assembléia de Nacional de Mulheres*. Imprensa Popular, 15 de nov de 1952. p. 8)

O preço elevado dos gêneros apareceria então como grave ameaça para a saúde das crianças, que dependiam de uma alimentação balanceada e rica em determinadas substâncias para alcançar o desenvolvimento desejado. Assim, fazia-se necessária a discussão de medidas que buscassem atenuar tal realidade ou fossem capazes de pressionar as autoridades competentes à busca-las.

Segundo Branca Fialho, a própria dinâmica familiar também poderia ser abalada por tal problemática, tida como "um dos pesadelos de todas as donas de casa". A presidente da FMB apontava que as mulheres viviam "numa terrível angústia" devido ao medo de serem abandonadas por seus maridos "desesperados pela luta diária contra a miséria" Lutar contra a carestia, portanto, relacionar-se-ia ainda com a garantia da estabilidade dos matrimônios e da harmonia dentro do lar<sup>454</sup> — supostas responsabilidades femininas.

Por causa dessas diferentes justificativas, a presença de disposições que versavam sobre a necessidade da rebaixa ou congelamento dos preços e do aumento dos salários pode ser frequentemente identificada nas resoluções dos eventos realizados pelas entidades femininas.

Os dois primeiros pontos do documento final produzido pela III Convenção Feminina do Distrito Federal, por exemplo, afirmavam: "I – Participar da luta geral por aumento de salários da mulher trabalhadora" e "II – Lutar pela redução de preços dos gêneros de primeira necessidade, bem como de aluguéis, vestuários, diversos e transporte". De maneira semelhante, o tópico inicial das deliberações do I Congresso Nacional de Mulheres do Brasil, indicava: "Desenvolver uma campanha nacional ampla de combate ao alto custo de vida e pela baixa dos gêneros de primeira necessidade".

Entretanto, outras propostas também merecem ser destacadas. A III Convenção Feminina do Distrito Federal, por exemplo, sugeria a "redução de 50 por cento dos impostos que recaem sôbre o pequeno comerciante", bem como a "extinção das taxas e impostos

<sup>&</sup>lt;sup>453</sup> Fala a Sra. Branca Fialho Sôbre o 1º Congresso de Mulheres. Imprensa Popular, 7 de jun de 1951. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>454</sup> O texto que noticiava o assassinato de Maria de Jesús, de 16 anos, por seu esposo José Silvano Filho, expressava, de maneira cabal, como a carestia poderia ser desestabilizadora das relações e produzir consequências por vezes inimagináveis. Segundo este: "No início tudo ia bem. Mas, vieram as dificuldades, a carestia, os salários muito baixos e começaram a surgir as divergências. Brigavam quase todos os dias." ("Foge José, você não deve ser prêso". Aconteceu na Cidade. Imprensa Popular, 3 de jul de 1954. p. 3)

<sup>&</sup>lt;sup>455</sup> Resoluções da III Convenção Feminina do Distrito Federal. Imprensa Popular, 28 de jul de 1951. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>456</sup> RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL. Imprensa Popular, 4 de ago de 1951. p. 4.

cobrados ao pequeno lavrador nas feiras" e a promoção de uma campanha nacional pela nacionalização dos frigoríficos<sup>457</sup>.

Por seu turno, o I Congresso Nacional da Federação das Mulheres do Brasil afirmava a necessidade de se criarem "comissões de mulheres donas de casa de um determinado bairro" para combater a alta de um produto específico e determinava a instituição de um dia mensal para o combate à carestia, no qual as donas de casa não comprariam "gêneros de preços elevados" — o que comumente é denominado de "greve branca". Exigia-se ainda "o tabelamento uniforme dos gêneros de primeira necessidade para todo o país e o combate à especulação e ao cambio negro" 458.

O texto final da I Assembleia Nacional de Mulheres também apontaria na mesma direção ao reforçar a ideia de que seria possível "derrotar os grandes especuladores e açambarcadores, que enchem seus cofres com o dinheiro desviado das bolsas do povo". Também eram responsabilizados os órgãos competentes, que não atuariam de maneira satisfatória em sua coibição e apenas agiriam como "reguladores da carestia" ao invés de "defender a bolsa do povo". Propunha-se então o estímulo à agricultura nacional através da concessão de verbas e créditos por parte do governo para evitar a escassez e a queda da produção<sup>459</sup>.

Ademais, em clara reprodução da interpretação pecebista, o documento culpabilizava as "medidas que visam envolver o Brasil numa nova guerra mundial" pelo agravamento da situação econômica em que se encontravam as camadas mais pobres da população. Em repúdio a tal cenário e buscando estimular o cumprimento de suas demandas, as mulheres presentes no evento apontavam a necessidade de promover a mobilização do movimento de mulheres:

A Assembléia considera, finalmente, a questão do método da organização a adotar nas campanhas votadas em plenário, para deter a carestia. Devem ser destacadas, para exemplo, as experiências do Rio Grande do Sul, especialmente as campanhas efetuadas nas cidades de Sta. Maria, Rio Grande, Caxias, Passo Fundo e Novo Hamburgo, onde a população em peso foi à praça pública, abandonando durante alguns dias as atividades normais e manifestando-se contra o aumento do preço da carne. Igualmente merecem destaque êxitos semelhantes alcançados em outros Estados particularmente o movimento grevista da totalidade dos têxteis de Pernambuco, abrangendo 37 mil trabalhadores, dos quais, mais de 20 mil são mulheres. (AS MULHERES SE BATEM CONTRA A CARESTIA DA VIDA. Imprensa Popular, 28 de nov de 1952. p. 8)

<sup>&</sup>lt;sup>457</sup> Resoluções da III Convenção Feminina do Distrito Federal, op. cit.

<sup>458</sup> RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL, op. cit.

Além de buscar soluções políticas e econômicas para os problemas que afligiam as mulheres e a sociedade como um todo, as militantes das associações se engajaram na realização de uma série de manifestações voltadas a denuncia-los e a pressionar as autoridades competentes. Pudemos observar que os debates em congressos e assembleias eram frequentemente utilizados para convocar campanhas e protestos contra o aumento do custo de vida. O sucesso alcançado no Rio Grande do Sul teria impulsionado a organização de passeatas contra a carestia de vida em outras localidades, como o Distrito Federal, e seria frequentemente lembrado nas páginas da Imprensa Popular, mas estas já se faziam presentes anteriormente.

Tais demonstrações populares de insatisfação frente à realidade econômica eram fruto dessa mobilização feminina e frequentemente contavam com a liderança da AFDF e da FMB. Também costumavam participar as organizações de bairro e de menor porte que as compunham, como a Associação das Donas de Casa (ADC), além de entidades criadas justamente com a finalidade de promover a aglutinação popular em torno da luta contra a carestia de vida, como a Comissão Feminina de Combate à Carestia (CFCC). Ademais, deve ser destacada a cooperação com outras importantes instituições populares, como sindicatos e organizações estudantis, e o apoio de parlamentares de oposição, destacadamente aqueles pertencentes à bancada comunista.

Simultaneamente à organização de manifestações de rua, as associações de donas de casa frequentemente se utilizaram da entrega de memoriais e abaixo-assinados a autoridades públicas como forma de denunciar a carestia. Esses documentos eram assinados por milhares de populares e visavam conferir legitimidade às queixas apresentadas pelas componentes do movimento de mulheres ao ilustrar que estas seriam compartilhadas pela população em geral. Em que se pese um contexto de alto índice de analfabetismo no Distrito Federal, logicamente maior nas camadas mais pobres. Segundo notícia veiculada na Imprensa Popular, 258.118 mil mulheres cariocas não sabiam ler e escrever. Tal fato era tido como limitante em sua participação política, uma vez que possivelmente desconheceriam seus direitos e seriam "mais facilmente enganadas pelos patrões, pelos jornais do cinema, a serviço do imperialismo" A nível de referência, o Censo Demográfico do ano de 1950 indicava que 253.365 mulheres da cidade do Rio de Janeiro não sabiam ler e escrever, das quais 230.542 brasileiras natas, 384

\_

<sup>&</sup>lt;sup>460</sup> *Mulheres Analfabetas*. Imprensa Popular, 16 de dez de 1951. p. 11.

naturalizadas, 22.415 estrangeiras e 24 sem declaração de nacionalidade<sup>461</sup>. Tal valor geral corresponderia a cerca de 21% da população feminina da capital federal, estimada em 1.214.661 habitantes<sup>462</sup>.

O desenvolvimento dessas atividades contava com extenso planejamento. Meses poderiam separar as primeiras movimentações do ato final, por isso os eventos eram utilizados como espaços para se firmarem compromissos e programar o que seria executado. Nesse sentido, a convocação de mulheres e divulgação de ações através de notícias ou notas republicadas na Imprensa Popular adquiriam importante papel na estratégia de mobilização do movimento feminino.

Em 30 de janeiro de 1952, a AFDF lançou uma campanha contra a carestia de vida que seria "iniciada com um memorial monstro dirigido ao Presidente da República, que será entregue no dia 7 de março às 15 horas, no Palácio do Catete". A partir de então, sua sede, localizada na sala 606 do edifício número 97 da avenida Almirante Barroso, estaria aberta das 17 às 19 horas para receber adesões à campanha<sup>463</sup>.

Pretendia-se que o documento fosse assinado por 20 mil donas de casa e sua entrega fosse acompanhada da realização de uma passeata que, nas palavras de Mary Emilie Tuminelli, representasse uma "demonstração inequívoca do descontentamento das mulheres contra a carestia da vida". A tesoureira da organização, Antonieta Campos da Paz, também acreditava na importância de sua realização frente ao contexto dos aumentos recentes que teriam recaído de maneira acentuada sobre o feijão, a farinha, o arroz e a carne seca. Diante disso, Antonieta rechaçava a ideia de se realizar uma "greve branca". Em sua visão, esta acabaria apenas por penalizar a população que já vivia uma situação de penúria. Todos os esforços deveriam ser depreendidos, portanto, na organização de um pujante protesto de rua<sup>464</sup>. Afirmava então:

— Creio que essa "greve branca" não interessa ao povo. Não acho justa essa "greve" por diversas razões. Em primeiro lugar é como uma tentativa para que o povo vá se acostumando a ficar sem os produtos indispensáveis; depois a carne que não é dada no consumo para onde vai? Todos sabemos que não fica aqui em nosso país. Finalmente, a greve branca parece que é feita no sentido de colocar o povo contra os açougueiros e assim encobrir os verdadeiros responsáveis pela falta de carne e pelos elevados preços. No meu entender a posição do povo deve ser outra: exigir mais abundante fornecimento de carne e menores preços. O que não se compreende é que

158

<sup>&</sup>lt;sup>461</sup> Em relação aos homens, dentro de um universo de 1.162.790 habitantes, era apontado que 163.250 não sabiam ler ou escrever, dos quais 149.204 brasileiros natos, 1.169 naturalizados, 12.858 estrangeiros e 19 sem declaração de nacionalidade.

<sup>&</sup>lt;sup>462</sup> PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A INSTRUÇÃO E A NACIONALIDADE. In: **Censo Demográfico Distrito Federal 1950**. 1955. p. 20.

<sup>&</sup>lt;sup>463</sup> Mobilizam-se as Mulheres Contra a Carestia. Imprensa Popular, 30 de jan de 1952. p. 1-5.

<sup>&</sup>lt;sup>464</sup> Passeata de Protesto Contra a Carestia. Imprensa Popular, 3 de fev de 1952. p. 4.

numa situação de fome como a que passamos vá o povo organizar uma campanha com o objetivo de deixar de comer um produto essencial. (*Passeata de Protesto Contra a Carestia*. Imprensa Popular, 3 de fev de 1952. p. 4)

Percebe-se que o movimento de mulheres não possuía um pensamento uníssono quanto as melhores formas de se atuar para frear a crescente carestia. Como já apontado, a realização de boicotes fora aventada diversas vezes. Os próprios redatores da IP por vezes buscaram estimular sua realização baseando-se em exemplos bem sucedidos, como o das donas de casa nova-iorquinas que se privaram de consumir carne e conseguiram a diminuição de seu preço<sup>465</sup>, mas acreditamos que esta modalidade de protesto não teria sido empregada em grande escala no Distrito Federal.

Através da identificação dessas tensões podemos depreender também que não havia uma instrumentalização das associações femininas por parte dos comunistas — no masculino. Estas operariam com ampla independência, ainda que em consonância com as pautas do partido.

De toda forma, as movimentações continuaram acontecendo na direção da preparação da entrega do memorial ao Presidente. Indignando-se com um aumento no preço das passagens de ônibus, a AFDF convocou, em 13 de abril, uma "visita de mulheres aos parlamentares". Tratava-se de uma ida à Câmara Federal, na qual as lideranças da entidade buscariam expor seu repúdio ao reajuste. Esta fora seguida pela realização de uma passeata repleta de mulheres carregando cartazes em alusão à carestia pelas ruas do centro da cidade. Certamente as donas de casa contavam com o registro dessas atividades por parte dos veículos de comunicação e procuravam divulgar a campanha que vinham desenvolvendo. Nesse sentido, o artigo da IP que noticiava o episódio encerrava-se justamente com o estímulo à adesão a mesma e com uma mensagem atribuída à AFDF, na qual a organização pedia que "todas as pessoas e associações interessadas em combater a alta dos preços" se unissem para exigir do governo medidas concretas no combate à carestia 466.

O "memorial monstro" seria entregue apenas em 14 de maio. No próprio dia, o noticiário comunista publicaria em sua primeira página uma convocatória para o ato de entrega no Palácio do Catete afirmando que o documento continha "assinaturas de mais de mil mulheres" e reuniria "grande comissão"<sup>467</sup>. Não conseguimos identificar se o adiamento frente a data programada se dera pela dificuldade em se conseguir a quantidade de assinaturas inicialmente desejada ou apenas por uma questão de planejamento.

<sup>466</sup> A CARESTIA É CADA VEZ MAIOR. Imprensa Popular, 13 de abr de 1952. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>465</sup> ESTÁCIO. Coisas da cidade. Imprensa Popular, 4 de mar de 1951. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>467</sup> Reclamarão do Govêrno Medidas Contra a Carestia. Imprensa Popular, 14 de maio de 1952. p. 1.

Longe de indicar um suposto fracasso da campanha, a matéria publicada no exemplar do dia seguinte à manifestação buscava enaltecer o trabalho desenvolvido pelas donas de casa e alfinetar o governo e o próprio Presidente. Um dos subtítulos dava o tom que seria seguido na publicação: "GETÚLIO TEVE MÊDO DE DAR AS CARAS"<sup>468</sup>. Dizia o texto:

Revestiu-se do maior êxito a concentração de ontem de protesto contra a carestia, programada pela Associação Feminina do Distrito Federal, em frente ao Palácio do Catete. Apesar dos obstáculos criados pela Secretaria do Palácio e das ameaças de violências policiais, as manifestações conseguiram plenamente seu objetivo realizando, ainda, uma brilhante passeata.

À hora marcada, às 15 horas, já grande número de senhoras se encontravam no local, ostentando numerosos cartazes e faixas de protesto contra a desenfreada corrida dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Não obstante as promessas feitas pela Secretaria de que seriam atendidas, as senhoras permanceram mais de duas horas sem que Getúlio ou seu auxiliar se decidisse atendê-las. (PASSEATA E CONCENTRAÇÃO DE MULHERES NO CATETE. Imprensa Popular, 15 de maio de 1952. p. 1)

Getúlio não teria aparecido para receber o memorial e o abaixo-assinado que contava com "mais de 5 mil assinaturas, reclamando uma imediata rebaixa nos preços dos gêneros de primeira necessidade". Apesar de ter tentado recusar a tarefa em um primeiro momento, seu secretário acabou por recebe-los e acordou que repassaria ao Presidente as reclamações feitas pelas donas de casa.

O artigo da IP realçava o apoio popular conferido à manifestação. Transeuntes teriam se incorporado à aglomeração de senhoras afirmando que a luta contra a carestia também era seu dever. Outros, dentro dos bondes e taxis, acenariam em aprovação à demonstração feminina de insatisfação. Em seguida, as donas de casa caminharam em passeata pela rua do Catete até o Largo da Glória. As tentativas da polícia de dispersar a multidão teriam sido mal sucedidas e apenas despertaram o repúdio dos populares, que vaiaram os agentes envolvidos e entoaram gritos de "Abaixo a polícia" apolícia "469".

No final do ano seguinte, o movimento de mulheres participaria de uma nova manifestação de grande porte, uma vez que as condições de vida não teriam melhorado. Para Mary Emillie Tuminelly, tratava-se de um momento decisivo no combate à carestia. Por isso, afirmava de maneira enfática: "Chegamos a uma situação tal que o silêncio significará o esgotamento físico para todos"<sup>470</sup>.

Havia sido acordado na II Assembleia Nacional de Mulheres que as organizações de todos os estados do país se manifestariam sob coordenação da FMB e adesão das entidades

\_

<sup>&</sup>lt;sup>468</sup> PASSEATA E CONCENTRAÇÃO DE MULHERES NO CATETE. Imprensa Popular, 15 de maio de 1952. p.

<sup>469</sup> Ihidem

<sup>&</sup>lt;sup>470</sup> As Mulheres Cariocas Irão à Esplanada. Imprensa Popular, 25 de out de 1953. p. 5.

locais. Ao que tudo indica, estas adotariam um procedimento padrão e protestariam em suas respectivas câmaras legislativas. No caso da cidade do Rio de Janeiro, seria escolhida a Câmara Federal e o ato aconteceria após o comício-monstro a ser realizado no mesmo dia na Esplanada do Castelo. Também haveria um diálogo com os parlamentares de oposição que estivessem presentes para que lhes fossem passadas as principais reivindicações das donas de casa<sup>471</sup>.

Diante desse cenário, as diversas organizações filiadas à AFDF se engajaram na construção do protesto. A Imprensa Popular afirmava que "numerosos comandos de propaganda e grupos de finanças" percorreram a cidade, com destaque para os bairros residenciais. O noticiário destacava ainda a participação da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários e a União Nacional dos Estudantes Secundaristas nos preparativos do "comício-monstro" demonstrando seu diálogo com as entidades femininas.

Para além do protesto geral contra o avanço da carestia, dias depois a AFDF realizaria um novo protesto, agora na Câmara Municipal, direcionando suas reclamações ao recém promovido aumento do preço do leite. Inspiradas no que acontecera em Belo Horizonte, onde a pressão das manifestações populares havia forçado a revogação de um reajuste, as dirigentes da associação acreditavam que fosse possível reverter a referida majoração ou ao menos frear futuras tentativas<sup>473</sup>. Por isso, entregaram o seguinte memorial a vereadores cariocas:

Em nome das Mulheres cariocas, a Associação Feminina do Distrito Federal, vigilante na luta contra a carestia, vem diante de Vs. Excias. lançar seu veemente protesto contra mais esse assalto aos nossos já tão combalidos orçamentos domésticos tal seja o aumento do preço do leite.

Considerando o estado precaríssimo de saúde em que vive o nosso povo, considerando o aumento incessante da mortalidade infantil a AFDF, solicita a valiosa colaboração dos srs. Vereadores no sentido de que seja sustado esse criminoso aumento levando em consideração ser o leite o aumento básico de nossas crianças.

Assim, solicitamos a atuação decidida dessa Câmara para que sejam sustados imediatamente os aumentos dos gêneros de primeira necessidade e, exigimos como mães e como cidadãs a vossa atenção para o caso do aumento do leite.

Sem mais, em face do problema exposto, esperamos dessa Câmara uma atitude que traga uma solução satisfatória para o povo carioca. (Anulado o Aumento do Leite Para a População de Minas. Imprensa Popular, 26 de nov de 1953. p. 1-5)

Essa interlocução com parlamentares oposicionistas encontrava-se como componente da estratégia de ação das associações femininas, pois estes poderiam utilizar seu espaço na tribuna para dar voz às suas reclamações e mesmo usar de seu poder político para pressionar o governo. Nesse episódio, por exemplo, Manoel Blasquez, do Partido Orientador

\_

<sup>&</sup>lt;sup>471</sup> Apóiam as Mulheres Fluminenses o Comício Contra a Carestia. Imprensa Popular, 11 de nov de 1953. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>472</sup> ENTUSIÁSTICA PREPARAÇÃO DO COMÍCIO DA ESPLANDA. Imprensa Popular, 5 de nov de 1953. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>473</sup> Anulado o Aumento do Leite Para a População de Minas. Imprensa Popular, 26 de nov de 1953. p. 1-5.

Trabalhista<sup>474</sup>, e Eliseu Alves, da bancada comunista, receberam as donas de casa e declararam apoio a suas reivindicações<sup>475</sup>. Certamente, esse contato com os deputados e vereadores ligados ao PCB era estimulado pelas militantes do partido com o intuito de aproximar as mulheres de suas candidaturas.

O ano de 1954 apresentaria uma inflexão na luta contra a carestia devido aos acenos do governo em promulgar o reajuste do salário-mínimo. Nesse sentido, o movimento de mulheres comporia as fileiras populares que demandavam sua fixação em 2.400,00 cruzeiros e exigiam que esta se desse junto à promoção do congelamento de preços.

A AFDF assumiria então um protagonismo ainda maior na organização de debates e manifestações, que agora seriam direcionados a pressionar as autoridades a aprovar tais propostas. Destacam-se também os esforços pessoais de Yeda Menezes, secretária da entidade, e Elvira Lacerda, presidente da Associação de Senhoras de Santa Teresa e da CFCC, que coordenaram e participaram de diversas atividades então desenvolvidas.

Já no final de fevereiro, a Imprensa Popular publicava que as organizações femininas planejavam para o mês seguinte<sup>476</sup> a realização de uma "concentração-monstro" nas escadarias da Câmara Municipal, seguida de uma passeata silenciosa até os palácios do Catete e da Guanabara. A proposta teria sido "aclamada delirantemente" e aprovada por unanimidade das presentes à reunião, que contava com a participação de representantes de diversas organizações de pequeno porte<sup>477</sup> e da própria AFDF<sup>478</sup>. Percebe-se nitidamente a mudança no foco dos protestos:

> A passeata das senhoras deverá conduzir faixas e cartazes com dísticos alusivos à carestia, a relações comerciais, e principalmente à luta pela conquista do saláriomínimo e o congelamento geral de preços de gêneros e utilidades. (Passeata Silenciosa Pelo Congelamento. Imprensa Popular. 20 de fev de 1954. p. 1)

Agora as donas de casa declaravam com maior ênfase a necessidade de garantia da elevação do salário e do congelamento de preços — bandeiras que já podiam ser identificadas anteriormente, mas não contavam com tamanho destaque.

<sup>&</sup>lt;sup>474</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos (2º volume), op. cit.

 $<sup>^{475}</sup>$  Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>476</sup> Os atos públicos, entretanto, só aconteceriam no final de abril.

<sup>&</sup>lt;sup>477</sup> O texto menciona a presença de membros das seguintes entidades: Associação de Donas de Casa, Legião da Boa Vontade, Associação Atlética Paula Matos, União dos Servidores Públicos e Civis, Associação de Combate ao Câncer, Clube dos Radioginastas e das Uniões Femininas de Cascadura, Vila Isabel, Urca, Tijuca, Copacabana e Piedade-Ramos.

<sup>&</sup>lt;sup>478</sup> Passeata Silenciosa Pelo Congelamento. Imprensa Popular, 20 de fev de 1954. p. 1.

O evento ainda teria acordado a realização de uma mesa-redonda que contaria com a participação de representantes das entidades femininas, da COFAP e do comércio varejista, além de vereadores e deputados<sup>479</sup>.

Ao que tudo indica, porém, as expectativas não foram concretizadas. Ainda que posteriormente tivessem sido anunciadas nominalmente a presença do presidente da Câmara Municipal, do prefeito do Distrito Federal e do ministro da Agricultura<sup>480</sup>, não há nenhuma menção da ida de tais políticos ou mesmo de outros parlamentares ao evento. Teriam comparecido de fato apenas líderes sindicais e de associações femininas: "sra. Elvira Lacerda, que presidiu aos trabalhos, Helena Boaventura, da Federação de Mulheres do Brasil, Yayá Silveira, da Associação das Donas de Casa, d. Santinha, da Legião da Boa Vontade, e os srs. Luiz Lourenço, secretário do Sindicato dos Açougueiros, e Carlos Silva, secretário do Sindicato Varejista de Gêneros Alimentícios"<sup>481</sup>.

Outra importante ausência ao debate seria a do presidente da COFAP, coronel Hélio Braga. Esta foi enfaticamente criticada pelas donas de casa e pelo noticiário, pois o mesmo teria confirmado seu comparecimento e cancelado de última hora alegando problemas de saúde. Dessa forma, a IP se sentiu livre para fazer coro aos comentários proferidos no próprio Salão Nobre da Câmara Municipal, onde se dera o encontro, que colocavam a justificativa como mero pretexto para a fuga do coronel. Assim, a notícia estampava os dizeres: "HELIO BRAGA FUGIU AO DEBATE".

Por fim, era mencionada a proposta de Irene Papai acerca da realização de uma nova mesa-redonda, para qual mais uma vez deveria ser convidado o presidente do principal órgão de controle de preços. Em tom ácido, o texto encerrava-se afirmando: "Não é possível que o cel. Helio Braga esteja constantemente enfermo..."<sup>482</sup>.

De toda forma, os preparativos para a realização dos atos públicos seguiram. No começo de abril seria estabelecido que estes se dariam no dia 29 do mesmo mês e contariam com a assinatura de um novo memorial ao Presidente da República exigindo o congelamento de preços e a aprovação do salário-mínimo de Cr\$ 2.400,00.

Um "sem número de mesinhas" teriam sido espalhadas pelas ruas do Centro e em outros bairros com o intuito de promovê-la<sup>483</sup>. As donas de casa também tinham preparado "centenas de cartazes e faixas", que seriam fixados por toda a cidade e traziam mensagens

\_

<sup>&</sup>lt;sup>479</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>480</sup> MESA REDONDA SÔBRE A CARESTIA. Imprensa Popular, 19 de mar de 1954. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>481</sup> Exclamam as Donas de Casa: Esta Situação é Intolerável!. Imprensa Popular, 20 de mar de 1954. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>482</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>483</sup> AMANHÃ: O PROTESTO Das Mulheres Contra a Carestia. Imprensa Popular, 28 de abr de 1954. p. 8.

alusivas a necessidade de adesão popular à manifestação. Apesar de afirmar que o documento já contava com "alguns milhares de assinaturas", a IP frisava que a campanha de coleta ainda funcionava a pleno vapor<sup>484</sup>. Além disso, a presença de "parlamentares e vereadores" ao evento era mais uma vez realçada, numa clara tentativa de dar respaldo ao ato e ao próprio movimento de donas de casa<sup>485</sup>.

Demonstrando a importância que assumia para os pecebistas, a manifestação seria anunciada em letras garrafais na capa do exemplar da Imprensa Popular referente ao dia 29 de abril. A parte central do topo da primeira página era dedicada à convocação para a concentração que se iniciaria às 16h na Assembleia Legislativa Municipal e exibia também uma foto de Elvira Lacerda, figura feminina de destaque.

A parte final do texto apontava novamente o comparecimento de congressistas. Dessa vez, porém estes seriam nomeados: "os srs. Atistides Saldanha, Pascoal Carlos Magno, Frederico Trota, Edgard de Carvalho, Henrique Miranda, Antenor Marques, além de outros das diversas bancadas". Percebe-se outra vez a proximidade entre o movimento das donas de casa e os parlamentares pecebistas, que sempre estavam presentes em seus eventos e manifestações.

Partindo da atuação destes — desenvolvida anteriormente —, a busca por essa aproximação seria profundamente natural, uma vez que a pauta da carestia possuía importante destaque nas críticas que faziam ao governo e nas próprias diretrizes do Manifesto de Agosto, pelo qual eram orientados. Ademais, a presença de pecebistas nas principais organizações femininas certamente favoreceu o diálogo entre tais entidades e os membros da bancada comunista. Entretanto, seu caráter plural — teoricamente apartidário — também possibilitava que parlamentares de outras agremiações se posicionassem publicamente ao lado das donas de casa e reforçassem suas queixas.

 $<sup>^{484}</sup>$  Concentração de Mulheres Pelo Congelamento Dos Preços. Imprensa Popular, 24 de abr de 1954. p. 8.  $^{485}$  Ibidem.



Figura 14 - Concentração de Mulheres Para Reclamar o Congelamento Dos Preços. Imprensa Popular, 29 de abr de 1954. p.

No dia seguinte, a IP afirmaria que tratou-se de uma "magnifica demonstração contra o alto custo da vida", a qual teriam comparecido cerca de 500 mulheres. Das escadas da assembleia, oradoras e oradores culpabilizariam o governo de Vargas pelos proibitivos preços dos alimentos e pela perda do poder de compra por parte da população. Nesse sentido, o deputado udenista Heitor Beltrão — que apesar de não ter sido anunciado anteriormente, comparecera ao protesto<sup>486</sup> — convocaria as mulheres cariocas a elegerem candidatos que "verdadeiramente lutam pela independência da pátria e pelo progresso nacional", pois, segundo o próprio, o presidente da república não daria "a mínima atenção aos apelos que lhes são feitos".

Em sua fala, Elvira Lacerda criticaria a atuação da polícia, que teria tentado proibir a realização do comício. Para a presidente da CFCC, as mulheres estariam apenas "usando de um direito que lhes assistia, o direito de lutar por uma vida digna". O vereador comunista Eliseu Alves acompanharia tal posicionamento e afirmaria de maneira ainda mais enfática: "o governo só sabe mobilizar a polícia contra o povo para sufocar os últimos vestígios de liberdade".

165

<sup>&</sup>lt;sup>486</sup> Em contrapartida, o também udenista Pascoal Carlos Magno não parece ter comparecido ao evento como anunciado.

<sup>&</sup>lt;sup>487</sup> Comício de Mulheres Contra a Carestia. Imprensa Popular, 30 de abr de 1954. p. 1-5.

Por ter sido noticiada nos jornais, a suposta proibição policial pode ter diminuído a participação popular no evento e influenciado em seu desenvolvimento. Nesse sentido, a entrega do memorial à Vargas, programada para o próprio dia 29, só aconteceria cerca de duas semanas depois<sup>488</sup>.

Contando com a assinatura de 6.000 mulheres e homens cariocas, o documento seria entregue ao oficial de gabinete Gerardo Mascarenhas. Novamente, Getúlio Vargas não se colocaria a disposição de receber pessoalmente as donas de casa nas dependências do Palácio do Catete. Uma cópia idêntica teria sido levada à Câmara dos Deputados, onde a diretoria da CFCC foi recebida pelos parlamentares Roberto Morena, Heitor Beltrão, Vieira Lins e Frota Moreira. Os dois últimos foram eleitos como parte da base política de Vargas, sendo o primeiro um membro Partido Social Progressista — integrante da "Aliança Pró Getúlio Vargas" — e o segundo um petebista. Esse fato indica a relevância dessa movimentação das organizações femininas, capaz de promover o diálogo com governistas ou mesmo colaborar para sua ruptura com o governo<sup>489</sup>.

Percebe-se que o anúncio do reajuste do salário mínimo no 1º de maio de 1954 não promoveu o fim das atividades desempenhadas pelas donas de casa no âmbito da luta contra a carestia. Isso se devia pela compreensão de que este de nada adiantaria caso o preço dos alimentos continuasse a subir de maneira desenfreada. Em entrevista à Imprensa Popular, Elvira Lacerda afirmava que tratava-se, portanto, de uma "vitória incompleta" desenfreada.

— As donas de casa não têm outro caminho senão exigir com tôdas as suas forças a imediata decretação do congelamento de preços. Sem dúvida nossa campanha será árdua. Sua vitória, todavia, será certa, se conseguirmos para ela amplo apoio popular.

[...] Se a fixação do salário-mínimo em base de 2.400 cruzeiros para todo o Distrito Federal pode ser encarada como uma vitória de todos os trabalhadores, esta vitória está incompleta, pois não veio acompanhada do congelamento de preços. De que nos vai adiantar o salário-mínimo sem o congelamento de preços? Certamente daqui a quatro meses estaremos precisando de novo salário-mínimo. (Congelamento Imediato Dos Preços. Imprensa Popular, 5 de maio de 1954. p.8)

Dessa maneira, os esforços das associações femininas deveriam se voltar para a instituição do congelamento de preços em bases justas, como apontava a presidente da CFCC. Ao que tudo indica, porém, a mobilização das donas de casa perde força após a promulgação do aumento do salário, não sendo possível identificar, por exemplo, a organização de mais manifestações de rua ou entrega de memoriais.

-

<sup>&</sup>lt;sup>488</sup> As notícias da Imprensa Popular que versam sobre o ato apresentam informações contraditórias, não possibilitando identificar se o mesmo aconteceu no dia 11 ou 12 de maio.

<sup>&</sup>lt;sup>489</sup> ENTREGUE NO CATETE O MEMORIAL PELO CONGELAMENTO. Imprensa Popular, 13 de maio de 1954. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>490 Congelamento Imediato Dos Preços. Imprensa Popular, 5 de maio de 1954. p. 8.

Acreditamos que, acompanhando o movimento geral expresso na Imprensa Popular, o foco do movimento de mulheres tenha sido direcionado para a campanha política visando as eleições que se avizinhavam. Pudemos observar a presença de 4 candidatas populares — expressão que se referia às pecebistas que aspiravam cargos legislativos — ligadas às associações femininas e suas bandeiras.

Um nome certamente possuía maior reconhecimento no meio pecebista: Elisa Branco, a "heroína da paz". Libertada em setembro de 1951, a militante comunista concorreria à Câmara Federal pelo estado de São Paulo. As demais, em contrapartida, pareciam ser reconhecidas por sua atuação na luta contra a carestia.

Eline Mochel, dirigente da AFDF, procurava levar ao parlamento às bandeiras da entidade, como os "problemas da mulher e da infância" e a demanda por igualdade salarial<sup>491</sup>.

Guiomar Damasceno era presidente de honra da AFF e tida como "combatente defensora dos direitos da mulher" por ter participado das campanhas pela paz e "se dedicado nestes últimos tempos à luta sem tréguas que essa prestigiosa sociedade vem sustentando contra a carestia" Em entrevista à Imprensa Popular afirmaria:

Evidentemente começa a surgir a compreensão de que simplesmente dentro de casa jamais poderíamos influir dentro da coletividade no sentido de alcançarmos o barateamento dos gêneros de primeira necessidade e conquistar-mos mais escolas para os nossos filhos [...]. Nosso dever é maior do que muita gente pensa. Não se restringe a cuidar apenas do banho e da roupinha da criança e da alimentação prescrita pelo médico para os nossos filhos. Precisamos lutar para que essa alimentação possa ser obtida, de vez que ela se torna cada vez mais difícil. Necessitamos de creches boas para deixarmos os nossos filhos quando vamos para o trabalho: escolas para tirar das trevas a nossa gente. E isto só se consegue lutando e, não entre quatro paredes. Numa tribuna poderemos fazer muito. Erguer bem alto a nossa voz e fazer chegar até as autoridades da cidade o nosso protesto, obrigando-as a cumprir o seu dever. Lutar pela melhoria da vida do nosso povo é um dever tão sagrado como de embalar o berço. (*Candidata Das Donas de Casa*. Imprensa Popular, 6 de maio de 1945. p. 2)

Percebe-se no discurso da militante a compreensão de que as mulheres deveriam ocupar os espaços públicos de tomada de decisão, não bastando a estas o ambiente doméstico ou mesmo apenas a organização das associações femininas, que funcionavam como instrumentos de pressão.

Por fim, identificamos a candidatura de Maria Felisberta Martins, que era apresentada como "candidata popular à Câmara do Estado do Rio" na Assembleia de Mulheres Fluminenses — evento de uniões femininas realizado em Nova Iguaçu. Neste teria discursado

-

<sup>&</sup>lt;sup>491</sup> OS PROBLEMAS DO POVO CARIOCA VISTOS PELOS CANDIDATOS POPULARES. Imprensa Popular. 21 de ago de 1954. p. 10.

<sup>&</sup>lt;sup>492</sup> Candidata Das Donas de Casa. Imprensa Popular, 6 de maio de 1945. p. 2.

sobre a importância destas como "meio de combater a carestia e lutar pelas reivindicações populares" 493.

A julgar pelo exposto até aqui, é provável que as entidades femininas tenham buscado eleger outras representantes que tenham se destacado na luta contra a carestia nos anos anteriores, temática que certamente merece um estudo específico.

Ao longo do governo democrático de Vargas, as organizações femininas desempenharam um importante papel no combate a carestia. O lançamento de campanhas políticas voltadas para a eleição de algumas de suas representantes reforça o reconhecimento dessa importância por parte do Partido Comunista do Brasil. Através desse movimento, consolidava-se a ligação entre as mesmas e o partido, estabelecendo uma relação direta entre a atuação das donas de casa em tal esfera específica e a aproximação às demais pautas defendidas pela agremiação.

<sup>&</sup>lt;sup>493</sup> Delegadas de Austin à Assembléia de Mulheres Fluminenses. Imprensa Popular, 1 de jun de 1954. p. 2.

## Conclusão

O início da década de 1950 brasileira foi marcado por um cenário de crescente majoração no preço dos alimentos e progressiva perda de valor do salário real. Naturalmente, essa realidade levou à insatisfação da população — destacadamente sua parcela mais pobre — , cuja maioria enxergava no retorno do trabalhismo varguista uma alternativa viável para a melhora de suas condições de vida. Vargas teria acenado ao longo de toda sua campanha a necessidade de frear o avanço da carestia para promover o bem-estar das massas urbanas empobrecidas. O que se veria, porém, seria a continuidade de políticas públicas e posturas políticas incapazes de dar conta das promessas de campanha, com destaque para a volta da carne aos pratos dos cariocas por um baixo preço.

A presente pesquisa buscou investigar como o Partido Comunista do Brasil passou a enxergar o fenômeno da carestia de vida a partir de sua guinada radical em 1948, consolidada e mais bem formulada com o lançamento do Manifesto de Agosto, em 1950. Após ser colocado na ilegalidade durante a presidência de Dutra, o partido adotaria uma linha profundamente diferente em relação à política de União Nacional até então preconizada, orientando seus militantes a abandonarem os sindicatos oficiais e os instigando-os a pegar em armas para a derrubada do governo, através da formação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN).

Essa retórica inflamada, porém, jamais teria sido realmente efetivada na prática. Receosos da radicalidade ou mesmo incapazes de fazê-lo, os comunistas acabaram por não levar a frente as diretrizes mais ousadas do documento. Por outro lado, seguiram pregando a visão de mundo contida no Manifesto e trabalharam para a agremiação se manter relevante politicamente nesse ambiente de perseguição, isolacionismo e, como seria constatado posteriormente, enfraquecimento.

Nesse sentido, acreditamos que a pauta da carestia de vida tenha se apresentado como fundamental para fazer com que o partido permanecesse pautando o debate público e disseminasse seus ideais na sociedade carioca. O próprio documento balizador já declarava que a melhor forma de levar o programa do "Partido de Prestes" às massas seria por meio de suas reivindicações mais imediatas. Estas serviriam como chamariz para despertar a consciência da população para a necessidade da realização de uma revolução democrático-popular e da condução da luta pela paz, comum a todos os povos e tida como principal questão pelos comunistas à época.

Oficialmente deslocado de importantes espaços de atuação utilizados durante a década anterior, como sindicatos e parlamentos, o partido procurou usar das armas que dispunha para conduzir o proletariado nacional na direção da revolução. Nesse sentido, os impressos do partido despontariam como fundamentais para a disseminação do pensamento dos pecebistas. A Imprensa Popular seria tida como meio capaz de cumprir tal função cotidianamente, ainda que passando por eventuais dificuldades financeiras e de circulação ao apresentar a leitura dos comunistas sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais.

Por meio da IP os comunistas buscaram criticar a condução política e econômica de Vargas, tida como orientada pelos interesses dos imperialistas estadunidenses e voltada para a guerra. Para o partido, as opções políticas acerca do manejo do orçamento seriam diretamente responsáveis pela situação de penúria em que se encontrava a população.

Simultaneamente, o governo seria formado por tubarões e atuaria na direção de maximizar seus lucros em detrimento do bem-estar da população. Nesse sentido, os pecebistas se empenharam em construir uma imagem negativa do governo, suas ações e da própria figura de Vargas por meio de certos expedientes, que seriam repetidos à exaustão nas páginas do diário. Dentre estes figuravam principalmente cobranças em relação às promessas de campanha de Vargas, ataques pessoais ao Presidente e aos membros do governo, aproximação de suas figuras à de tubarões e críticas às políticas públicas e órgãos voltados ao combate da carestia.

Os comunistas também buscariam apoderar-se dos espaços das tribunas democráticas através da eleição de parlamentares relacionados à legenda por outros partidos. No Distrito Federal a agremiação escolhida em tal momento teria sido o Partido Social Progressista, pelo qual seria eleito o deputado federal Roberto Morena e uma "bancada comunista" de vereadores formada por nomes como Eliseu Alves, Aristides Saldanha e Antenor Marques. Em seus discursos nas câmaras legislativas ou através da participação em eventos e organizações voltados ao combate à carestia, estes buscariam ampliar a disseminação do conteúdo do Manifesto de Agosto e mobilizar a classe trabalhadora na direção de contestar o governo e suas medidas.

Ademais, ainda se mantiveram ativos dentro do universo sindical, mesmo que com menor pujança do que em tempos anteriores e de maneira não tão declarada. Com o avançar do tempo, a determinação de abandono do sindicalismo oficial foi substituída, fazendo com que tal esfera voltasse a se apresentar como central no projeto político pecebista. Em relação à carestia, a atuação do operariado organizado, com importante participação dos comunistas, foi

fundamental para o desfecho positivo em relação à luta pelo reajuste do salário-mínimo em Cr\$2.400,00. Tal medida, em que se pese a lentidão de sua aplicação após ser aprovada, possibilitou o aumento do poder de compra da população, permitindo que o acesso aos gêneros fosse facilitado.

Por fim, devemos destacar a atuação das organizações femininas no âmbito do combate à carestia. Formadas por centenas de mulheres de diferentes estratos sociais e espalhadas por diversos bairros cariocas, elas desempenharam um papel fundamental nas ações do partido frente a tal temática.

Devido à concepção sexista que permeava a sociedade brasileira à época, recaía sobre as donas de casa a obrigação dos cuidados do lar e a criação dos filhos. Cabia a elas, portanto, a compra dos alimentos nas feiras, mercados e açougues da cidade. Por isso, eram tidas como aquelas que primeiro e mais sentiam os efeitos de tal fenômeno no dia a dia. Dessa maneira, a formação de entidades hegemonizadas por comunistas, como a Associação Feminina do Distrito Federal e a Federação de Mulheres do Brasil, visava a mobilização de tais atores sociais através da utilização da pauta como motivação. As e os comunistas pretendiam, assim, aproximar as mulheres, das demais demandas do partido e da visão expressa no Manifesto de Agosto.

Por se tratarem de organizações teoricamente apartidárias e voltadas para a luta contra a carestia e outras demandas femininas, possuíam uma capacidade de atração nesse público que não era disposta nem mesmo pelo próprio partido. A IP veicularia, então, um discurso profundamente emocional marcado pelo reforço do maternalismo em busca de estimular a participação das cariocas em tais entidades, que orbitavam na esfera de influência do PCB. Apesar de não problematizar o trabalho reprodutivo e os papéis de gênero vigentes, a postura pecebista se mostrava como transgressora aos padrões da época por almejar o envolvimento das mulheres em questões da esfera pública.

Nos parece claro que este permaneceria como espaço majoritariamente masculino, mas buscando manter intenso diálogo com o movimento de mulheres e atuando em consonância com este e suas reivindicações. A constante veiculação de conteúdos sobre a atividades das AFDF e da FMB, além do frequente estímulo a participação nos comícios e campanhas por assinaturas de memoriais por elas organizadas aponta nesse sentido. O mesmo pode ser dito do frequente diálogo entre as líderes de tais entidades e os "candidatos de Prestes".

Acreditamos, portanto, que os pecebistas conferiram enorme importância a temática da carestia por compreenderem sua centralidade dentro do quadro geral de insatisfações da

população carioca. Enxergaram-na como capaz de aproximar trabalhadores pobres e donas de casa das demais pautas defendidas pelo partido e mobilizá-los contra o governo de Getúlio Vargas. Desse modo, a luta contra a carestia teria sido fundamental para manter a relevância política do partido durante a vigência da guinada radical expressa no Manifesto de Agosto, que acabou por isolar e enfraquecer a instituição no cenário político local e nacional.

## Lista de fontes primárias

"Foge José, você não deve ser prêso". Aconteceu na Cidade. Imprensa Popular, 3 de jul de 1954. p. 3.

1.

12 Aumentos de Preços Depois do 1.º de Maio. Imprensa Popular, 11 de jun de 1954, p.8. 1952. p. 8.

A CARESTIA É CADA VEZ MAIOR. Imprensa Popular, 13 de abr de 1952. p. 8.

A DIRETORIA A C.T.B. CONCLAMA OS TRABALHADORES A INGRESSAR EM MASSA NOS SINDICATOS. Diretoria da CTB. Imprensa Popular, 9 de jun de 1951, p.1-4.

A Faixa Azul Característica. Imprensa Popular, 28 de out de 1953, p.3.

A Falsa e a Verdadeira Oposição. Imprensa Popular, 13 de jul de 1954. p. 1.

A I ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES. Editorial. Imprensa Popular. 18 de nov de 1952. p. 3.

A Luta Pelo Novo Salário-Mínimo. Editorial. Imprensa Popular, 25 de dez de 1953, p. 3.

A luta por aumento é A luta contra a carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 15 de mar de 1952, p. 5.

A MULHER BRASILEIRA LUTA. Editorial. Imprensa Popular, 24 de jan de 1953, p. 3.

A Realidade Mostra que Vargas é Pai dos Ricos e Madrasta dos Pobres. Imprensa Popular, 27 de maio de 1952, p. 3.

*AMANHÃ: O PROTESTO Das Mulheres Contra a Carestia.* Imprensa Popular, 28 de abr de 1954. p. 8.

*AMARAL REMETE MEMORIAL Á POLÍCIA*. Imprensa Popular, 15 de jul de 1954. p. 2; *Contra o Policialismo do Governador Peixoto*. Imprensa Popular, 22 de jul de 1954. p. 2.

ANTENOR MARQUES Na Camara dos Vereadores. Imprensa Popular, 4 de abr de 1951, p.1-4

Anulado o Aumento do Leite Para a População de Minas. Imprensa Popular, 26 de nov de 1953. p. 1-5.

Apóiam as Mulheres Fluminenses o Comício Contra a Carestia. Imprensa Popular, 11 de nov de 1953. p. 2.

ARGENTINA. Imprensa Popular, 2 de ago de 1951. p. 1.

Aristides Saldanha. Conheça seus candidatos. Imprensa Popular, 7 de jul de 1954, p. 8.

As armas que Getulio quer. AKCELRUD, Isaac. Imprensa Popular, 12 de maio de 1951. p. 3.

As Mulheres Cariocas Irão à Esplanada. Imprensa Popular, 25 de out de 1953. p. 5.

AS MULHERES SE BATEM CONTRA A CARESTIA DA VIDA. Imprensa Popular, 28 de nov de 1952. p. 8.

ASSASSINOS DE CRIANÇAS. Imprensa Popular, 17 de nov de 1953. p. 1.

ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES. Imprensa Popular, 18 de nov de 1952. p. 3.

Aumento do Leite. Editorial. Imprensa Popular, 8 de nov de 1953, p. 3.

Aumento dos Preços: 500 Por Cento, Aumento dos Salários: 350 Por Cento!. Imprensa Popular, 7 de jan de 1953, p. 4.

AVANTE TRABALHADORES PARA LUTA E PARA A VITÓRIA!. Comitê Nacional do P.C.B. Imprensa Popular, 29 de abr de 1951, p. 1.

BASTA DE AUMENTO DE PREÇOS! Imprensa Popular, 21 de out de 1953, p. 1.

CABE AO POVO A DEFESA DE SUA IMPRENSA, Imprensa Popular, 1 fev de 1952, p. 1.

CÂMBIO NEGRO COM O ARROZ. 24 de set de 1953. p. 1

CAMPANHA CONTRA A CARESTIA DE VIDA. Imprensa Popular, 3 de maio de 1951, p. 1.

Campanha Diversionista. PEREIRA, Astrojildo. Imprensa Popular, 7 de out de 1953, p. 2.

Candidata Das Donas de Casa. Imprensa Popular, 6 de maio de 1945. p. 2.

CARNE CONDENADA VENDIDA PELA COFAP. Imprensa Popular, 8 de out de 1953. p. 8.

CARNE MAIS CARA, A CAUSA É GETÚLIO. Imprensa Popular, 7 de ago de 1954, p. 8.

Cartolas em Desfile. LIMA, Paulo Motta. Imprensa Popular, 12 de set, p. 3.

Cento e Três Delegados Brsileiros No III Festival da Juventude de Berlim. Imprensa Popular, 11 de ago de 1951, p. 3.

CENTRO DA VIDA NACIONAL O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Imprensa Popular, 25 de mar de 1954, p. 8.

CHURRASCO da IMPRENSA POPULAR. Imprensa Popular, 28 de mai de 1954, p. 4.

CINISMO E IMPIEDADE O AUMENTO DO LEITE. Imprensa Popular, 4 de nov de 1953. p.1-5.

Combate Ganho, Mas Não Vitória Definitiva. Editorial. Imprensa Popular, 31 de dez de 1953, p. 3.

Combatendo as Leis Demagogicas Pedidas á Câmara. Imprensa Popular, 22 de ago de 1951, p. 2.

Comício de Mulheres Contra a Carestia. Imprensa Popular, 30 de abr de 1954. p. 1-5.

COMIDA ESTRAGADA NO RESTAURANTE DO S.A.P.S. Cartas dos leitores. Imprensa Popular, 10 de abr de 1954. p. 4

Concentração de Mulheres Pelo Congelamento Dos Preços. Imprensa Popular, 24 de abr de 1954. p. 8.

Concentração-Monstro Pelo Salário-Mínimo. Imprensa Popular, 10 de jan de 1954, p. 8.

Confirma-se a Negociata da Cebola. Imprensa Popular, 20 de set de 1953. p. 1.

Congelamento Imediato Dos Preços. Imprensa Popular, 5 de maio de 1954. p. 8.

CONGRESSO DE MULHERES. Imprensa Popular, 15 de jul de 1951. p. 1.

Congresso de Mulheres. Imprensa Popular, 9 de jun de 1951. p. 3.

CONVOCADO O IV CONGRESSO GERAL DA CTAL. Imprensa Popular, 22 de nov de 1952, p. 6.

DÃO IMPRESSÕES SOBRE O CONGRESSO DE MULHERES AS DELEGADAS DO URUGUAI E ARGENTINA. Imprensa Popular, 2 de ago de 1951. p. 1.

De 15 Para 20 Milhões. Editorial. Imprensa Popular, 3 de dez de 1953, p. 3.

Delegadas de Austin à Assembléia de Mulheres Fluminenses. Imprensa Popular, 1 de jun de 1954. p. 2.

DEMAGOGIA. Imprensa Popular, 25 de ago de 1951, p. 3.

Denunciada a Grosseira Demagogia da Semana da Alimentação. Imprensa Popular, 12 de nov de 1952, p. 3.

Descontentes os Varejistas com A Política Econômica do Govêrno. Notas Econômicas. Imprensa Popular, 22 de nov de 1951. p. 5.

DIA DE FESTA OU DE LUTO?. Imprensa Popular, 20 de abr de 1951, p. 1.

Diplomados os Eleitos Pelo Distrito Federal. Imprensa Popular, 18 de jan de 1951, p. 3.

Dispostos à Greve os Metalúrgicos Para a Conquista dos Aumentos Pleiteados. Imprensa Popular, 5 de out de 1952, p. 6.

ELISA BRANCO, PRÊMIO STÁLIN INTERNACIONAL DA PAZ. Imprensa Popular, 23 de dez de 1952. p. 1.

Em Defesa Dos Direitos Da Mulher e da Infância. Imprensa Popular, 10 de jul de 1954. p. 3.

Em Marcha Batida Para a Catástrofe. LIMA, Paulo Motta. Imprensa Popular, 15 de out de 1953, p.3

EM MARCHA PARA O 1º CONGRESSO DE MULHERES. Imprensa Popular, 23 de jun de 1951. p 4.

ENQUANRO BRIGAM COLIGADOS E MINORITÁRIOS, QUEM SOFRE É O POVO. Imprensa Popular, 12 de out de 1951, p. 4.

Enterrado Getúlio. Imprensa Popular, 23 de abr de 1952, p. 8.

ENTREGUE NO CATETE O MEMORIAL PELO CONGELAMENTO. Imprensa Popular. 13 de maio de 1954. p. 8.

ENTUSIÁSTICA PREPARAÇÃO DO COMÍCIO DA ESPLANDA. Imprensa Popular. 5 de nov de 1953. p. 8.

*ENVOLVIDA A COFAP EM NOVA MARMELADA*. Imprensa Popular, 19 de set de 1953. p. 8.

Especulação Com o Café na Base da Cotação em Dólar. Imprensa Popular, 7 de nov 1952. p. 4

Está Sendo Prejudicada a Difusão da IMPRENSA POPULAR no Interior. Imprensa Popular, 21 de fev de 1954, p. 4.

ESTÁCIO. Coisas da Cidade. Imprensa Popular, 10 de mar de 1951. p. 2.

ESTÁCIO. Coisas da cidade. Imprensa Popular, 4 de mar de 1951. p. 2.

Estreou na Tribuna o Vereador Antenor Marques. Imprensa Popular, 13 de abr de 1951, p. 4.

Exclamam as Donas de Casa: Esta Situação é Intolerável!. Imprensa Popular, 20 de mar de 1954. p. 1.

Exigimos que as Mulheres Sejam Ouvidas. BRAGA, Zora Seljan. Imprensa Popular, 9 de nov de 1952. p. 2.

Façamos Vitorioso O Apêlo de Prestes. Imprensa Popular, 23 de ago de 1952, p.8.

Fala a Sra. Branca Fialho Sôbre o 1º Congresso de Mulheres. Imprensa Popular, 7 de jun de 1951. p. 3.

Faltam Gêneros e os Carros De Luxo Superlotam o Cais do Pôrto. Imprensa Popular, 28 de março de 1953. p. 3.

Fazer justiça com as próprias mãos. AKCELRUD, Isaac. Imprensa Popular, 15 de abril de 1951, p. 2.

FESTEJEMOS O ANIVERSÁRIO DO CAMARADA PRESTES. Imprensa Popular, 30 de dezembro de 1951.

Filas Quilométricas Nos Postos da COFAP. Imprensa Popular, 29 de mar de 1953. p. 8.

FOME E TERROR, COLONIZAÇÃO E GUERRA. Imprensa Popular, 31 de jan de 1952.

Fundado Nesta Capital O Movimento contra a Carestia. Imprensa Popular, 31 de mar de 1953. p. 3.

Ganhando a Praça Pública Deve o Povo Lutar Contra a Carestia. Imprensa Popular, 23 de out de 1953, p. 1.

Getúlio Vargas, o tubarão n.1, pai de todos os escandalos e negociatas. Imprensa Popular, 1 de jan de 1954. p. 1.

GOVÊRNO DE RUINAS. Editorial. Imprensa Popular, 7 de out de 1953. p. 3.

I Assembléia Nacional de Mulheres. Imprensa Popular, 8 de nov de 1952. p. 8.

II Assembléia Nacional de Mulheres. BRANCO, Josefina. Imprensa Popular, 9 de out de 1953. p. 2.

Instalada a Assembléia de Nacional de Mulheres. Imprensa Popular, 15 de nov de 1952. p. 8.

*Intensificar a Luta Pela Aplicação do Salário-Mínimo*. PINTO, Etelvino. Imprensa Popular, 20 de maio de 1954, p. 6.

Jango Tenta Justificar A Bôa Vida dos Patrões. Imprensa Popular, 24 de dez de 1954, p. 4.

Jornada Nacional De Combate à Carestia. Imprensa Popular, 21 de out de 1953. p. 5.

LEVAR AS MASSAS AS IDÉIAS DE PRESTES. PEREIRA, Osvaldo. Imprensa Popular, 12 de março de 1952, p. 2.

Lucra o fazendeiro Vargas com o aumento do preço carne. Imprensa Popular, 31 jul 1952, p. 8.

LUTAM OS ESTUDANTES. Imprensa Popular, 24 de set de 1954. p. 1.

Lutar Também Contra as Causas Da Miséria e da Exploração. Imprensa Popular, 22 de dez de 1953, p. 6.

MAIS 2 SINDICATOS APÓIAM O COMÍCIO CONTRA A CARESTIA. Imprensa Popular, 18 de out de 1953, p. 8.

Mais de 300 Exemplares Não São Vendidos. Imprensa Popular, 18 de jul de 1954, p. 2.

*MANIFESTO DE 1° DE MAIO DO PCB*. Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Imprensa Popular, 21 de abr de 1953, p. 5.

Mantido o Aumento da Carne. Imprensa Popular, 24 de set de 1953. p. 5.

Matam o Povo de Fome os Preços de Vargas. Imprensa Popular, 6 de fev de 1952. p. 4.

MESA REDONDA SÔBRE A CARESTIA. Imprensa Popular, 19 de mar de 1954. p. 1.

Mobilizam-se as Mulheres Contra a Carestia. Imprensa Popular, 30 de jan de 1952. p. 1-5.

*MOBILIZAM-SE AS MULHERES EM DEFESA DE SUA ORGANIZAÇÃO*. Imprensa Popular, 26 de maio de 1951. p. 4.

Mostremos às Massas o Que é o Nosso Partido. GRABOIS, Maurício. Imprensa Popular, 16 de mar de 1952. p. 3.

Mulheres Agredidas A Bala Pela Polícia. Imprensa Popular, 25 de jul de 1951. p. 1.

Mulheres Analfabetas. Imprensa Popular, 16 de dez de 1951. p. 11.

Não Conseguiu a Polícia Impedir a Assembléia das Mulheres Paulistas. Imprensa Popular, 20 de ago de 1952. p. 8.

Nossa Ferramenta Nossa Arma de Luta. LIMA, Pedro Motta. Imprensa Popular, 22 mar 1951, p.1-4.

Noticiário da Associação Feminina do Distrito Federal. Imprensa Popular, 4 de maio de 1952. p. 12.

Noticías Operárias. Imprensa Popular, 6 de jan de 1951.

NOVOS SACRIFÍCIOS PARA O POVO. Editorial. Imprensa Popular, 13 de out de 1953, p. 3.

O "Progresso" no Discurso de Vargas. Editorial. Imprensa Popular, 3 de jan de 1953, p. 3.

O Aniversário de Vargas. QUINTILIANO. Imprensa Popular, 21 de abril de 1915, p.5.

O AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS. Imprensa Popular, 13 de maio de 1952, p. 3.

O CUSTO DA VIDA SOBE TODAS AS SEMANAS COM O GOVÊRNO DE VARGAS. Imprensa Popular, 27 de jul de 1951, p. 4.

O Dia Internacional da Mulher. Imprensa Popular, 8 de mar de 1952. p. 2.

O Manifesto de Agosto e as Mulheres do Brasil. Imprensa Popular, 3 de ago de 1952. p. 17.

O Primeiro Trimestre de Vargas. Imprensa Popular, 29 de abril de 1951, p. 3.

O PROGRAMA E A LEI 2 114. Perguntas e respostas. Imprensa Popular, 8 de abr de 1954. p. 3.

O RETRATO DE UM REGIME. QUINTILIANO, Aylton. Imprensa Popular, 2 de abril de 1952, p. 2.

O Terceiro Mês de Nossa Campanha. Editorial. Imprensa Popular, 1 de nov de 1953, p. 3.

ONZE MIL LATAS DE BANHA ENTREGUES AOS ATACADISTAS. 6 de jan de 1954. p. 8.

OPINIÕES DE UMA LEITORA. Cartas dos leitores. Imprensa Popular, 7 de maio de 1952. p. 4.

Os Artistas ajudam a Imprensa Popular. Imprensa Popular, 29 de nov de 1953, p. 8.

Os Comandos Anunciam a Vitória. Imprensa Popular, 5 de novembro de 1953, p. 9.

Os Hoteleiros Apóiam O Comício Contra a Carestia. Imprensa Popular, 17 de out de 1953, p. 8

Os Preços Subiram 400% E Os Salários Menos de 24%. Imprensa Popular, 26 de jun de 1951, p. 5.

OS PROBLEMAS DO POVO CARIOCA VISTOS PELOS CANDIDATOS POPULARES. Imprensa Popular, 21 de ago de 1954. p. 10.

Os Sindicatos e a Luta Contra a Carestia. DA GRAÇA, Maria. Imprensa Popular, 18 de mar de 1951, p. 5.

OS TUBARÕES À SOLTA. Imprensa Popular, 29 de jun de 1951. p. 3.

Passeata de Protesto Contra a Carestia. Imprensa Popular, 3 de fev de 1952. p. 4.

PASSEATA E CONCENTRAÇÃO DE MULHERES NO CATETE. Imprensa Popular, 15 de maio de 1952. p. 1.

Passeata Silenciosa Pelo Congelamento. Imprensa Popular, 20 de fev de 1954. p. 1.

Paz – Aspiração Máxima Das Mulheres Brasileiras. Imprensa Popular, 21 de nov de 1952. p. 3.

Pelos Jornais. Imprensa Popular, 21 de dez de 1953, p. 2.

Pelos Jornais. Imprensa Popular, 22 de set de 1953, p.2.

Pelos Jornais. Imprensa Popular, 31 de jan de 1953, p. 2.

PODE SER, AMIGO?. Imprensa Popular, 13 de abr de 1951. p. 2.

Por Que a COFAP Não Coloca nos Subúrbios Barracas de Carne e Caminhões Frigoríficos?. Imprensa Popular, 28 de ago de 1952. p. 4.

Preços da Carne e do Açucar. Imprensa Popular, 23 de jul de 1954. p. 3.

PREÇOS DE GETULIO PREÇOS DE CARESTIA. Imprensa Popular, 3 de fev de 1952 p.1.

Prestes dirige-se ao povo, Voz Operária, 5 de ago 1950. p. 1-6.

*Primeira Assembléia Nacional de Mulheres*. MONTENEGRO, Ana. Imprensa Popular, 14 de nov de 1952. p. 2.

Primeira Assembléia Nacional de Mulheres. MONTENEGRO. Imprensa Popular, 14 de nov de 1952. p. 2.

Protesta a Associação Feminina Contra a Prisão De Duas Associadas. Imprensa Popular, 8 de fev de 1952. p. 4.

Protesta o Sr. Marques Contra a Carestia e as Violências. Imprensa Popular, 28 de mar de 1952, p. 4.

PURA FANTASIA A TABELA PARA FRUTAS E LEGUMES. Imprensa Popular, 5 de jun de 1951. p. 1-4.

QUE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS SE UNAM PARA A DEFESA DAS LIBERDADES E POR ELEIÇÕES LIVRES. Imprensa Popular, 14 de ago de 1954, p. 1-5.

Quebremos o Cêrco Policial Contra a IMPRENSA POPULAR. Imprensa Popular, 31 de dez de 1952, p. 1.

Quem é Infiel à Pátria?. Imprensa Popular, 10 de abr de 1953, p. 1.

Reclamarão do Govêrno Medidas Contra a Carestia. Imprensa Popular, 14 de maio de 1952. p. 1.

*REIVINDICAÇÕES*. Imprensa Popular, 9 de abr de 1953. p. 1.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA NACIONAL DE MULHERES. Imprensa Popular, 22 de out de 1953. p. 3.

Resoluções da III Convenção Feminina do Distrito Federal. Imprensa Popular, 28 de jul de 1951. p. 2.

ROUBALHEIRA NA VENDA DA BANHA. Imprensa Popular, 7 de abr de 1953. p. 4.

Sobem aos Morros Os Candidatos do Asfaltos. Imprensa Popular, 26 de jun de 1954. p. 8.

Sôbre os Preços da Carne. Editorial. Imprensa Popular, 9 de fev de 1954, p. 3.

SUBSCREVE O MANIFESTO DE CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA PELA PAZ A MAIORIA DA CAMARA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL. Imprensa Popular, 5 de jan de 1952, p. 1.

*TABELAMENTO DE ARAQUE PARA AS FEIRAS E MERCADINHOS*. Imprensa Popular, 25 de abr de 1954. p. 4.

*TABELAMENTO DO PEIXE PARA A SEMANA SANTA*. Imprensa Popular, 4 de mar de 1951. p.1-4.

*Tradição do Jornalismo Brasileiro*. GUERRA, E. Carréra. Imprensa Popular, 25 set 1953, p. 2.

Um bronze para o melhor jornal. JURANDIR, Dalcídio. Imprensa Popular, 6 mar 1953, p. 2.

Um Cavalo Vale Mais QUE UMA FAMÍLIA OPERÁRIA. Imprensa Popular, 11 de abr de 1954. p. 1.

*UM CHARUTO DE VARGAS, Um dia de salário do trabalhador*. Imprensa Popular, 1 de maio de 1954, p. 16.

Um exemplo tocante e uma boa sugestão, Imprensa Popular, 8 nov 1953, p. 8.

Um Jornal Para as Donas de Casa. Imprensa Popular, 15 de abr de 1952. p. 3.

Um sistema de esfomeamento. Imprensa Popular, 5 de mar de 1953, p.3.

*Unidade Pelo Salário-Mínimo, Contra a Carestia e a Assiduidade*. Imprensa Popular, 30 de jan de 1954, p. 6.

USTDF Chama à Luta Pelo Novo Salário-Mínimo. Imprensa Popular, 24 de jun de 1954. p.6.

VARGAS RESPONSÁVEL PELA ONDA DE PREÇOS ALTOS. Imprensa Popular, 18 de setembro de 1953. p. 5.

Vargas, o esfomeador. Imprensa Popular, 1 de ago de 1952, p. 3.

VIDA CARA, Agitação Comunista. Última Hora, 16 de setembro de 1953, p. 1.

*VIOLÊNCIA FASCISTA DO GOVERNO CONTRA A IMPRENSA POPULAR*. Imprensa Popular, 28 de nov de 1952, p. 1.

Vitaletas N.º 2 Na Câmara do Distrito. Imprensa Popular, 22 de nov de 1952, p. 1.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O que é fome. 9ª ed. Editora brasiliense: São Paulo. 1991.

ABREU, Alzira Alves de. **Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP)**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV. Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-federal-de-abastecimento-e-precos-cofap#:~:text=E%20PRECOS%20(COFAP)-

COMISS% C3% 83O% 20FEDERAL% 20DE% 20ABASTECIMENTO% 20E% 20PRE% C3% 8 7OS% 20(Cofap), necess% C3% A1rios% 20ao% 20consumo% 20do% 20povo.> . Acesso em 10 de jan de 2022.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **O PCB e a Questão Feminina (1970-1979)**. Florianópolis. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 2008.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Os movimentos feminista e comunista no Brasil:** história, memória e política. Tempos Históricos, v. 21, n. 2. 2017.

\_\_\_\_\_. **A política no feminino:** uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2015.

\_\_\_\_\_. **Feminismo entre ondas:** Mulheres, PCB e política no Brasil. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2020.

\_\_\_\_\_. O 'não lugar' das mulheres na Memória e na História do PCB. In: XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os Preconceitos: História e Democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

ALVES, Kaio César. **Em busca das formas de consciência**: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana. 2014.

ALVES, Tiago. **A Pátria Socialista: URSS Sob o Imaginário do PCB (1946-1953).** Dissertação (mestrado em História) — Universidade Estadual de Maringá, 2011.

AMADO, Daniele Chaves. **Nem tudo que reluz é ouro**: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha do saneamento moral de Copacabana. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012.

AMARAL, Luciana. **Niterói Operário:** trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964). Tese (doutorado em História, Política e Bens Culturais). FGV/CPDOC: Rio de Janeiro, 2016.

Angelina Gonçalves. **Dicionário Político Marxista.** Disponível em: <a href="https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/goncalves\_angelina.htm">https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/goncalves\_angelina.htm</a>>. Acesso em: 03 de set de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil:** as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Cadernos AEL, vol 2, 2010. Disponível em:<a href="https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2427">https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2427</a>>. Acesso em: 26 ago 2020.

BARROS, Jorge Antonio. *Documentos revelam que o DOPS infiltrou espiã no PCB*. Disponível em: <a href="https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/documentos-revelam-quedops-infiltrou-espia-no-pcb-545522.html">https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/documentos-revelam-quedops-infiltrou-espia-no-pcb-545522.html</a>. Acesso em: 26 de set de 2022.

BATALHA, Claudio, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências". In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: social reproduction of labor and the global working class. In: \_\_\_\_\_\_. (org.). **Social Reproduction Theory:** remapping class, recentering oppression. London: Pluto Press, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, preferências e voto no Brasil. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa** — mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2017.

**BRAGA, Zora S Missa por Zora Seljan**. Disponível em: <a href="https://www.academia.org.br/noticias/missa-porzora-seljan">https://www.academia.org.br/noticias/missa-porzora-seljan</a>. Acesso em: 22 de set de 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos (2º volume):** eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1950. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. v. 2. Disponível em: <a href="https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5766">https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5766</a>. Acesso em 13 de jan de 2022.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre (e outros). **Na luta por direitos:** estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

CUSTO DA VIDA OBSERVADO NOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS. In: **Anuário Estatístico do Brasil 1955**. p. 363. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/peri odicos/20/aeb\_1955.pdf>. Acesso em: 26 de out de 2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar; 1990.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **O Serviço de Alimentação da Previdência Social** (**SAPS**): Trabalhadores e políticas públicas de alimentação (1940-1967). XIV Econtro Regional da ANPUH-RIO. 2010.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade**). 2 ed. Salvador: Contexto & Arte editorial, 2000.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29. 2017.

FERREIRA, Jorge. **Apresentação do dossiê: 1946-1964**: A Experiência Democrática no Brasil. *Tempo*, vol.14, n.28, jun. 2010.

FICO, Carlos. **Cidade capital:** abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense: Niterói. 1989.

FIGUEIREDO, Camila. **Por uma vanguarda revolucionária:** Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. "Almoçar bem é no SAPS!": os trabalhadores e o serviço de alimentação da previdência social (1940-1950). Dissertação em História Social (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FONSECA, Rhaisa. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o Debate Contemporâneo sobre as Opressões. Marx e o Marxismo v.7, n.13, jul/dez 2019.

FRASER, N.; JAEGGI, R. Capitalismo em debate. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREITAS, Mirian De. **Populismo e carestia 1951-1954.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1985.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Getúlio Vargas:** um estudo comparativo entre a revista ilustrada "Careta" e a imprensa comunista (1945-1954). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 186 - 229. jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Panela Vazia:** o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945/1950. Coleção Biblioteca Carioca. Prefeitura do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 2001.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos:** o breve século XX - 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOSELLECK, Reihart. **Uma história dos conceitos:** problemas, teóricos e práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 5 (19), 1992.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados. In: ABREU, Alzira Alves de (org). **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LÊNIN, Vladimir. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. 5°. Ed. São Paulo: Global, 1981.

LIMA, Ananda Cristina dos Santos. **A Paz é uma Mulher**: a trajetória política da militante comunista Elisa Branco (1950-1956). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2019.

LÔBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB**: memória, história e historiografia. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). 2017.

LONER, Beatriz. **O PCB e a linha do 'Manifesto de Agosto':** um estudo. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas. 1985.

MALINA, Salomão. **Questões históricas e atuais do PCB**: entrevistas com Salomão Malina. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

MARIANI, Bethania. **As formas discursivas e a ameaça comunista**. Línguas e instrumentos linguísticos, v. 1, p. 266-294, 2019.

\_\_\_\_\_. **O comunismo imaginário**: praticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. (Coord.) **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca, 1945-1964**. Rio de Janeiro: APERJ, 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada:** a política dos comunistas no Brasil. Marília: Boitempo, 1999. Universidade Estadual Paulista, 1999.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda** – a mídia e a opinião pública. Petrópolis, Vozes, 2009.

MEDEIROS, Juliano. **Por dentro da ordem:** os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília: Brasília, 2016.

MILLIET FILHO, Raul. **Aristides Saldanha:** Um personagem que marcou a história das lutas sociais no Brasil. Disponível em: <a href="https://www.deixafalarmegafone.com.br/post/aristides-saldanha-um-personagem-que-marcou-a-hist%C3%B3ria-das-lutas-sociais-no-brasil">https://www.deixafalarmegafone.com.br/post/aristides-saldanha-um-personagem-que-marcou-a-hist%C3%B3ria-das-lutas-sociais-no-brasil</a>. Acesso em: 14 de jan de 2022.

MINUZI, Gabriela Assunção; POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Reflexões iniciais sobre a alimentação das classes sociais.** RELACult — Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. v. 05, ed. especial, abr., 2019.

**Missa por Zora Seljan**. Disponível em: <a href="https://www.academia.org.br/noticias/missa-por-zora-seljan">https://www.academia.org.br/noticias/missa-por-zora-seljan</a>>. Acesso em: 22 de set de 2022.

MORAES, Dênis de. **Lênin e a Imprensa revolucionária**. 2018. Disponível em: <a href="https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/29/lenin-e-a-imprensa-revolucionaria/">https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/29/lenin-e-a-imprensa-revolucionaria/</a>>. Acessado em: 14 jan 2021.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **O Encontro Marxismo-Feminismo no Brasil**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (org.) História do Marxismo no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MORAES, Marieta de. Imprensa Popular. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV**. Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular">http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular</a>>. Acesso em: 18 de jan 2020.

\_\_\_\_\_. Voz Operária. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV.** Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria">http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria</a>>. Acesso em: 22 de jan de 2021.

**Morre Cauby Peixoto -** um dos grandes nomes da chamada Era de Ouro do Rádio. Disponível em: <a href="https://memoria.ebc.com.br/radios/revista-brasil/edicao/2016-05/morre-cauby-peixoto-um-dos-grandes-nomes-da-chamada-era-de-ouro-do">https://memoria.ebc.com.br/radios/revista-brasil/edicao/2016-05/morre-cauby-peixoto-um-dos-grandes-nomes-da-chamada-era-de-ouro-do</a>. Acesso em 22 de out de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002.

NESTLER, Mattew. (Un)changing inequality: economic life, social movements, and policymaking during years of inflation in urban Brazil, 1944-1978. Dissertation (Doctorate of Filosophy). Stanford University (Department of History): Palo Alto. 2021.

NOGUEIRA, Soraia Vieira. **História comparada da atuação parlamentar de dois comunistas brasileiros:** o camponês Gregório Bezerra (1946-1948) e o operário Roberto Morena (1951-1955). Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, Amanda; SILVEIRA, Éder. **Educação e clandestinidade:** memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). TEMPORALIDADES, v. 9, 2017.

PANFOLFI, Dulce. *apud*: FIGUEIREDO, Camila. **Por uma vanguarda revolucionária:** Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV**. Disponível em: <a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-trabalhista-prt">http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-trabalhista-prt</a>. Acesso em: 13 de jan de 2022.

**PCB entrega Medalha Dinarco Reis a Elizeu Alves**. Disponível em: < https://pcb.org.br/portal2/2734/pcb-entrega-medalha-dinarco-reis-a-elizeu-alves/>. Acesso em: 14 jan de 2022.

PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A INSTRUÇÃO E A NACIONALIDADE. In: **Censo Demográfico Distrito Federal 1950**. 1955.

PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS -1938/51. In: **Anuário Estatístico do Brasil 1952**. p. 341. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/peri odicos/20/aeb\_1952.pdf>. Acesso em 26 de out de 2022.

PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS -1938/52. In: **Anuário Estatístico do Brasil 1953**. p. 320. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/peri odicos/20/aeb\_1953.pdf>. Acesso em 26 de out de 2022.

PRESTES, Anita. **Da insurreição armada (1935) à União Nacional (1938-1945)**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.												)15.
	N	<b>Iemória</b>	do	PCB:	Duas	táticas	s e uma	mesi	ma estrat	égia –	do "Manifes	to de
Agosto	de	1950"	à	"Decla	aração	de	Março	de	1958".	2013.	Disponível	em:
<http: td="" w<=""><td>ww.</td><td>ilcp.org.</td><td>br/p</td><td>restes/i</td><td>ndex.p</td><td>hp?op</td><td>tion=cor</td><td>n_co</td><td>ntent&amp;vie</td><td>w=artic</td><td>cle&amp;id=284:n</td><td>nemo</td></http:>	ww.	ilcp.org.	br/p	restes/i	ndex.p	hp?op	tion=cor	n_co	ntent&vie	w=artic	cle&id=284:n	nemo
ria-do-po	b-dı	ıas-tatica	s-e-	uma-m	esma-e	estrate	gia-do-n	nanife	esto-de-ag	gosto-de	e-1950-a-	
declaraca	ao-de	e-marco-	de-1	958&c	atid=1	8:artig	gos&Iten	nid=1	40>. Ace	sso em:	26 out 2021.	

PUREZA, Fernando. **Isso não vai mudar o preço do feijão:** as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945-1964). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

QUADROS, LUANA. **"Farinha pouca, meu pirão primeiro":** carestia na Bahia Republicana (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia: Salvador. 2016.

**Quem foi Ana Montenegro?**. 13 de abr de 2018. Disponível em: <a href="https://anamontenegro.org/cfcam/2018/04/13/quem-foi-ana-montenegro/">https://anamontenegro.org/cfcam/2018/04/13/quem-foi-ana-montenegro/</a>. Acesso em 20 de set de 2022.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória do marxismo brasileiro. In: MORAES, João; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil.** vol 1: o impacto das revoluções. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

REIS, João José. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "Carne sem osso, farinha sem caroço": o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. IN: Revista de História – FFLCH-USP. Nº 135. São Paulo, 2º semestre de 1996.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes; CORÇÃO, Mariana. **O consumo de carne no Brasil:** entre valores socioculturais e nutricionais. Demetra: alimentação, nutrição e saúde, v. 8, n.3, 2013.

RIBEIRO, Felipe. **Operários à tribuna:** vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro: São Gonçalo. 2011.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Cidade Maravilhosa? O Rio de Janeiro na Imprensa Popular (1947-1954). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos Jornais** - ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). 1ed.Rio de Janeiro: 7 Letras. 2011.

\_\_\_\_\_. **Guerra e Paz:** a trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 1950. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os 'combatentes da paz':** a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2003.

ROBERTO MORENA. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV**. Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto\_morena">https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto\_morena</a>>. Acesso em: 13 de jan de 2022.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vidal (Org.). Alice Tibiriçá. In: \_\_\_\_\_. Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Branca Fialho. In:	Dicionário	de mulheres	do	<b>Brasil:</b>	de	1500	até	a
atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Za	har, 2000.							
37 - D -11 - T - T	ъ	/					1.50	_

\_\_\_\_\_. Nuta Barthlet James. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário de mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SERRA, Sonia. **Jornalismo Político dos Comunistas no Brasil:** diretrizes e experiências da "Imprensa Popular". In: II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política, Belo Horizonte. 2007.

SILVA, Camilla. **Embate entre camaradas:** reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal Imprensa Popular (1956-1958). Dissertação (História). Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana. 2014.

SILVEIRA, Éder; MORETTI, Cheron; VILLARRUEL, Antonio. **Memórias de uma Educação Clandestina:** a formação de quadros revolucionários comunistas brasileiros na antiga União Soviética. XI Reunião Científica Regional da ANPED Sul: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba, 2016.

SIQUEIRA, Carla. **A novidade que faltava:** sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). Revista ECO-Pós, v. 8, n.2, 2009. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.29146/eco-pos.v8i2.1108">https://doi.org/10.29146/eco-pos.v8i2.1108</a>>. Acesso em 10 de dez de 2021.

SOARES, Ede. Insubordinações das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. In: SENA JÚNIOR, Carlos (Orgs). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOARES, Paula. **A questão feminina no PCB (1925-1956):** as mulheres na cultura política comunista. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2016.

SOTERO, Edilza Correia. **Os candidatos do povo:** O PCB e a construção da representação do candidato 'popular' (1945-1948). In: Anais do 38° Encontro Anual da Anpocs: Caxambu, 2014.

\_\_\_\_\_. **Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP): São Paulo, 2015.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 3ª ed. Editora Alfa-omega. 1990.

TAVARES, Daiane de Oliveira. **Por uma Penitenciária de Portas Abertas:** produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Caneppa na revista A Estrêla (1951-1955). Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

TAVARES, Rodrigo Rodriguez. **O humor contra Vargas:** desenhos comunistas do período da campanha eleitoral ao suicídio (1950-1954). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, aio/ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Desenhando a revolução**: a luta de imagens na imprensa comunista (1945-1964). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo: São Paulo. 2009.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VINHAS, M. **O Partidão:** a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982.

Zélia Magalhães. **Dicionário Político Marxista**. Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/magalhaes\_zelia.htm>. Acesso em: 03 de set de 2022